

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO
SUL**

LISIANE DA MOTTA

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE MONTENEGRO/RS:
DIALOGANDO COM A ARQUEOLOGIA E O COMPROMISSO
SOCIAL**

Porto Alegre

2011

LISIANE DA MOTTA

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE MONTENEGRO/RS:
DIALOGANDO COM A ARQUEOLOGIA E O COMPROMISSO
SOCIAL**

Dissertação de Mestrado em História
apresentada com requisito para obtenção
do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert

Porto Alegre

2011

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)**

M921p Motta, Lisiane da
Patrimônio arqueológico de Montenegro/RS:
dialogando com a arqueologia e o compromisso social /
Lisiane da Motta. – Porto Alegre, 2011.
325 f.
Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert.

1. Montenegro (RS) - História. 2 Arqueologia - Rio
Grande do Sul. 3. Sítios Arqueológicos - Montenegro. I.
Hilbert, Klaus Peter Kristian. II. Título.

CDD 981.65578

Bibliotecário Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, que partiu meses antes de compartilhar comigo a realização deste nosso sonho.

Que outros sonhos e conquistas venham, pois neles meu pai estará presente. Sempre!

AGRADECIMENTOS

O conhecimento é construído na e para a coletividade. Assim, é importante mencionar que este trabalho foi fruto não só de meu esforço, mas da contribuição de inúmeras pessoas, seja com seu conhecimento científico altamente qualificado, seja com a sabedoria e simplicidade dos moradores das áreas rurais.

Os contatos com os colaboradores e as informações daí provindas não foram só muito gratificantes, como também possibilitaram trocas, pois o conhecimento de nada serve se não colaborar para o bem estar social e não for mais uma porta que se abre para novas pesquisas, novos entendimentos e pavimentando para uma ciência mais humana.

Assim, meus sinceros agradecimentos:

A todos que nos mostraram suas propriedades e depositaram confiança em nosso trabalho, oferecendo toda sua hospitalidade;

Aos nossos guias, que incansavelmente colaboraram nos levando aos locais de difícil acesso, dispondo de seu tempo de trabalho e de toda a generosidade em seus conhecimentos das localidades;

Aos professores e responsáveis pelas Instituições onde pesquisamos material arqueológico, que sem exceção nos foram extremamente atenciosos e prestativos;

Às colegas e colegas que compartilharam com muito carinho este momento de aprendizado e crescimento;

Aos professores do curso de Pós Graduação em História, quer pelas aulas, quer pelas conversas extraclasse, muito importantes para nosso crescimento como profissional e como ser humano;

Aos funcionários e amigos Carla e Adilson, gentis e eficientes no atendimento aos alunos e professores;

À PUCRS, que foi minha segunda casa no período do Mestrado, acolhendo e valorizando meus propósitos de pesquisa;

À CAPES e ao CNPq, por subsidiarem meus estudos e transformarem um sonho em realidade;

À minha família, que entendeu meus períodos de silêncio e também me acompanhou em muitos trabalhos de campo;

Às minhas grandes amigas de curso, que hoje já voltaram para suas cidades, deixando uma grande saudade;

Ao CEPA da PUCRS, sempre de portas abertas e com colegas dispostos a trocar conhecimento;

Aos professores e profissionais que colaboraram com seu conhecimento técnico para a elaboração desta pesquisa;

Aos professores das disciplinas específicas de Arqueologia, que deram embasamento para esta pesquisa, destacando o professor Arno Alvarez Kern.

Em especial:

Ao professor Klaus Hilbert, que sempre desafiou meus conceitos formados, proporcionando meu crescimento e me mostrando uma direção mais crítica e sensível para o campo arqueológico;

À professora Gislene Monticelli, que foi incansável em termos de colaboração e incentivo, não só no Mestrado, mas em toda minha caminhada na Arqueologia.

RESUMO

A pesquisa realizada no município de Montenegro/RS buscou estabelecer um novo vínculo entre a Arqueologia e as comunidades onde estão localizados sítios arqueológicos reconhecidos e locais de interesse arqueológico inéditos. Mais do que revisitar ou conhecer estes locais e seu atual estado de conservação, o objetivo foi estabelecer diálogos com os moradores envolvidos, buscando a troca de saberes entre pesquisador e pesquisado, respeitando e valorizando a ótica local acerca do Patrimônio Arqueológico. Embasado nos preceitos da Arqueologia Pública e na metodologia da Pesquisa Qualitativa, o estudo buscou encontrar pontos de intersecção entre o discurso arqueológico e o entendimento dos entrevistados, que pudessem interceder de forma positiva na preservação e na ampliação do conhecimento arqueológico dentro do contexto montenegrino.

Palavras chave: Patrimônio Arqueológico de Montenegro – Arqueologia Pública – Comunidades locais

ABSTRACT

The purpose of this research was establishing a new link between Archaeology and the communities that live in archaeological sites and places of archaeological interest. More than revisiting and knowing these places and their current conservation state, the main idea was talking with those communities, with the purpose of providing and exchange of knowledge between researcher and researchee, always respecting and valuing their points of view in regardin to an Archaeological Heritage. Based on the rules of Public Archaeology and Qualitative Research Metodology, this research aimed in identifying intersection points between the archaeological speech and the understanding of the interviewes wich could have a positive impact on the preservation and with that improve the archaeological knowledge within Montenegro's area.

Key words: archaeological heritage of Montenegro – Public Archaeology – local communities

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Geologia de Montenegro.....	029
Figura 2 – Mapa Geomorfologia de Montenegro.....	030
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Caí.....	035
Figura 4 – Foto panorâmica de Montenegro.....	037
Figura 5 – Amostras do material coletado no sítio arqueológico RS-TQ-58.....	043
Figura 6 – Capa de calendário onde uma versão do rapto da família Versteg é contado..	067
Figura 7 – Lápide de Augusto Brochier.....	071
Figura 8 – Lápide de João Honoré Brochier.....	072
Figura 9 – Documento de 1908, mencionando a presença indígena em Brochier.....	074
Figura 10- Movimentação de pranchões em São João do Montenegro, final século XIX	082
Figura 11 – Capela de São João do Montenegro, início século XX.....	084
Figura 12 – Cais do Porto de São João do Montenegro, 1905.....	086
Figura 13 – Vapores traziam material para o prolongamento do ramal ferroviário.....	087
Figura 14 – Prédio central da Estação Ferroviária de Montenegro.....	087
Figura 15 – Plataforma de Embarque da Estação Ferroviária de Montenegro.....	088
Figura 16 – Balão Granada na Praça Marechal Deodoro, 1910.....	090
Figura 17 – Lâmina de machado encontrada no sítio arqueológico RS-C-16.....	096
Figura 18 – Vista oeste do Morro Montenegro.....	097
Figura 19 – Afiador encontrado no sítio arqueológico RS-C-38.....	098
Figura 20 – Aspecto atual da área do sítio arqueológico RS-C-38.....	099
Figura 21 – Petróglifo no Morro do Sobrado.....	099
Figura 22 – Localização do sítio arqueológico no Morro do Sobrado.....	100
Figura 23 – Aspecto do entorno do petróglifo.....	101
Figura 24 – Desenho do petróglifo do Morro do Sobrado.....	105
Figura 25 – Petróglifo em seu estado atual, ano de 2010.....	107
Figura 26 – Vista panorâmica obtida na localidade de Bom Jardim, indicando proximidade do sítio arqueológico RS-TQ-56 com outros sítios.....	108
Figura 27 – Sítio arqueológico RS-TQ-56, ano de 2007.....	109
Figura 28 – Sítio arqueológico RS-TQ-56 – Detalhes do desgaste do arenito.....	110
Figura 29 – Sítio arqueológico RS-TQ -56 – Marca circular encontrada próximo ao chão.....	111
Figura 30 – Sítio arqueológico RS-TQ-56 – linhas verticais encontradas nas paredes do	

abrigo	112
Figura 31 – O sítio arqueológico RS-TQ-56 em 23/10/2010.....	112
Figura 32 – Aspecto frontal do sítio arqueológico RS-TQ-71, ano de 2007.....	114
Figura 33 – Amostra parcial das inscrições nas paredes do abrigo sob rocha, em 2007...	114
Figura 34 – As intervenções recentes comprometeram as gravuras, ano de 2007.....	115
Figura 35 – Detalhe da gravura rupestre em 11/11/2010.....	115
Figura 36 – Gravuras rupestres e m 11/10/2010, com intervenções recentes em outros locais da parede.....	116
Figura 37 – Área do RS-TQ-71 em 2007.....	117
Figura 38 – Sítio arqueológico RS-TQ-71, ano de 2007.....	118
Figura 39 – RS-TQ-71 em 11/10/2010.....	118
Figura 40 – Área do entorno do sítio arqueológico RS-TQ-71, mostrando áreas de plantio de eucalipto.....	119
Figura 41 – Decomposição do arenito no RS-TQ-71, em 10/10/210.....	120
Figura 42 – Inscrições históricas encontradas no sítio arqueológico RS-TQ-71.....	120
Figura 43 - Inscrições históricas encontradas no sítio arqueológico RS-TQ-71.....	121
Figura 44 – Inscrições recentes encontradas no RS-TQ-71.....	121
Figura 45 – Fachada do sítio arqueológico RS-TQ-58, visto da estrada interna da propriedade.....	122
Figura 46 – Condições do sítio arqueológico RS-TQ-58, em 25/09/2010.....	125
Figura 47 – Gravações rupestres identificadas em 2005, em 25/09/2010.....	126
Figura 48 – Fragmentos cerâmicos encontrados em Batinga Sul, Brochier/RS.....	127
Figura 49 – Fragmento de mão-de-pilão encontrado em Batinga Sul, Brochier/RS.....	127
Figura 50 – Pontas de projétil encontradas em Batinga Sul, Brochier/RS.....	128
Figura 51 – Indicação do local onde foi encontrada a ponta de projétil.....	130
Figura 52 – Ponta de projétil do tipo “rabo de peixe”, encontrada em Montenegro/RS....	132
Figura 53 – Pedra de boleadeira encontrada na localidade de Vapor Velho.....	135
Figura 54 – Local onde a pedra de boleadeira foi encontrada, em Vapor Velho, 2007.....	136
Figura 55 – Local onde foi encontrada a pedra de boleadeira, condições em 18/10/2010.	137
Figura 56 – Trecho do Arroio Santa Cruz, à direita do abrigo sob rocha.....	138
Figura 57 – Sr. José Ismael sobre um dos grandes blocos descolados do morro.....	138
Figura 58 – Abrigo sob rocha em Bom Jardim, ainda sem maiores estudos, em 2007.....	139
Figura 59 – Aspecto do abrigo sob rocha em 23/10/2010.....	140
Figura 60 – Aspecto frontal do abrigo sob rocha em Bom Jardim, ano de 2010.....	141
Figura 61 – Visão interna do abrigo sob rocha, ano de 2010.....	141
Figura 62 – Aspecto das paredes do abrigo sob rocha em Passo da Serra, ano de 2010..	142
Figura 63 – Vertente que se originava no entorno do abrigo sob rocha, ano de 2010	143
Figura 64 – Marca encontrada em pequeno abrigo lateral, ano de 2010.....	143
Figura 65 – Cavidade na rocha à direita do abrigo	144
Figura 66 – Abrigo sob rocha em Passo da Serra, vista lateral.....	146
Figura 67 – Abrigo sob rocha em Passo da Serra, vista lateral.....	146
Figura 68 – O formato em “concha” e a proporção do abrigo sob rocha lembram um grande anfiteatro.....	147
Figura 69 – Uma pessoa é quase imperceptível no atual contexto do abrigo sob rocha..	148
Figura 70 – As alterações decorrentes da exposição a agentes naturais desenhou camadas diferentes na superfície rochosa.....	148

Figura 71 – As alterações decorrentes da exposição a agentes naturais desenharam camadas diferentes na superfície rochosa.....	149
Figura 72 – Formatos inusitados na superfície rochosa.....	149
Figura 73 – Abrigo visualizado da Estrada da Pedreira.....	150
Figura 74 – Aspecto do abrigo sob rocha em Passo da Serra.....	151
Figura 75 – Seta mostrando o morro onde D. Erna encontrou fragmentos cerâmicos.....	152
Figura 76 – Pedreira desativada em Passo da Serra, em 19/09/2010.....	152
Figura 77 – Local da pedreira onde se pode visualizar o abrigo sob rocha em Passo da Serra.....	153
Figura 78 – Caverna na localidade de Serra Velha, fevereiro de 2008.....	154
Figura 79 – Dimensão da profundidade da caverna, em 2010.....	154
Figura 80 – Fundo da caverna.....	155
Figura 81 – A jovem Eduarda em busca de inscrições antigas em meio ao emaranhado de registros	156
Figura 82 – Detalhe de inscrições na entrada da caverna, ano de 2007.....	156
Figura 83 – Detalhe da entrada da caverna, em 2010, com intervenções recentes sobre as inscrições históricas.....	157
Figura 84 – “1744”, inscrição na lateral direita do teto, próximo à entrada, ano de 2010	158
Figura 85 – Detalhe de inscrições que lembram inscrições rupestres de outros sítios arqueológicos, ano de 2007.....	158
Figura 86 – Entrada da caverna, com blocos rochosos resultantes de desabamentos.....	159
Figura 87 – Covas naturais encontradas nas paredes da caverna.....	159
Figura 88 – Cavidades do interior da caverna, ano de 2010.....	160
Figura 89 – Cavidades com ranhuras, ano de 2010.....	160
Figura 90 – Aspecto frontal do abrigo sob rocha, ano de 2010.....	162
Figura 91 – Panorama geral do abrigo, ano de 2010.....	162
Figura 92 – Marcas na parede direita do abrigo sob rocha, 2010.....	163
Figura 93 – Marcas acompanhando o caimento da parede.....	164
Figura 94 – Marcas na parede direita do abrigo sob rocha, para investigação.....	164
Figura 95 – Marcas na parede direita do abrigo sob rocha, para futura investigação.....	165
Figura 96 – Local onde há uma caverna passível de futura visita e investigação, na localidade de Pinheiros.....	165
Figura 97 – Possível fonte de matéria-prima para artefatos líticos.....	166
Figura 98 – Duas cavernas geminadas na localidade de Costa da Serra.....	167
Figura 99 – As cavernas apresentam sinais de intervenção recente.....	168
Figura 100 – Interior da primeira caverna, à esquerda.....	169
Figura 101 – Interior da segunda caverna, à direita.....	170
Figura 102 – Inscrição histórica na entrada das cavernas	171
Figura 103 – Marcas na parede externa da caverna.....	172
Figura 104 – Marcas de queima em uma das faces da pedra granítica.....	173
Figura 105 – Sulcos lisos, possível alisador.....	173
Figura 106 – Sulco na parede de arenito, ano de 2010.....	174
Figura 107 – Sulcos e perfurações na parede de arenito, em 2010.....	175
Figura 108 – Fragmentos cerâmicos Guarani, no Museu Histórico Nice Schüler.....	177
Figura 109 – Fragmentos cerâmicos Guarani, no Museu Histórico Nice Schüler.....	177
Figura 110 – Frente e verso de fragmentos cerâmicos na localidade de Vapor Velho.....	177
Figura 111 – Lâmina de machado polida, Museu Histórico Nice Schüler.....	178

Figura 112 – Fachada da edificação em Costa da Serra, em 17/10/2010.....	179
Figura 113 – Paredes da antiga atafona, em 2010.....	180
Figura 114 – Vista parcial do interior da antiga atafona, ano de 2010.....	181
Figura 115 – Detalhes das telhas e estrutura do telhado, ano de 2010.....	182
Figura 116 – Vista dos fundos da edificação	183
Figura 117 – Estrada de ferro ativa, próxima à edificação.....	183
Figura 118 – Remanescentes de antiga atafona, encontrada na localidade de Pinheiros...	185
Figura 119 – Vista do estado atual do interior da atafona.....	185
Figura 120 – Aspecto da estrutura existente no interior da atafona.....	186
Figura 121 – Casa dos antigos proprietários, defronte à antiga atafona, ano de 2010.....	187
Figura 122 – Remanescentes da 1ª antiga construção encontrada na localidade de Pinheiros.....	188
Figura 123 – Antiga construção nos fundos de antiga casa, localidade de Pinheiros, ano de 2010.....	188
Figura 124 – Antiga atafona, localidade de Faxinal.....	189
Figura 125 – Triângulo de pedra grês, na parte superior das aberturas.....	190
Figura 126 – Paredes de blocos irregulares de arenito e argamassa feita de barro.....	190
Figura 127 – Exemplos de telhas do tipo francesa, fabricadas na antiga Olaria Lerch & Cia.....	191
Figura 128 – Fragmento de telha do tipo francesa, fabricada na antiga Olaria Aita & Cia Ltda.....	191
Figura 129 – Frasco de remédio “SAPHROL”, encontrado no entorno as antigas construções citadas.....	192
Figura 130 – Anúncio comercial do medicamento SAPHROL, década de 1930.....	192
Figura 131 – Frasco de remédio encontrado no entorno das antigas construções citadas	193
Figura 132 – Antiga casa, possivelmente do mesmo período da atafona.....	194
Figura 133 – Detalhes da técnica construtiva da antiga casa.....	194
Figura 134 – Vestígios de construção do final do século XIX, localidade de Serra Velha, em 2010.....	195
Figura 135 – Fragmento 1.....	197
Figura 136 – Fragmento 2.....	197
Figura 137 – Fragmento 3.....	198
Figura 138 – Fragmento 4.....	198
Figura 139 – Fragmento 5.....	198
Figura 140 – Fragmento 6.....	199
Figura 141 – Fragmento 7.....	199
Figura 142 - Antiga venda e caso do proprietário, localidade de Serra Velha.....	200
Figura 143 - Casa datada de 1921, na localidade de Pinheiros.....	201
Figura 144 - Antigo moinho de cana, de onde se extraía o caldo para a <i>schmier colonial</i> ..	202
Figura 145 - Muro de taipa 01, na localidade de Serra Velha.....	204
Figura 146 - Muro de taipa 02, na localidade de Vapor Velho.....	204
Figura 147 - Muro de Taipa 03, na localidade de Vapor Velho.....	205
Figura 148 - Muro de Taipa 04, na localidade de Vapor Velho.....	205
Figura 149 - Muro de Taipa 05, na localidade de Pinheiros	206
Figura 150 - Muro de Taipa 06, na localidade de Pinheiros.....	206
Figura 151 - Muro de Taipa 07, na localidade de Bom Jardim.....	207
Figura 152 - Cemitério da família Nacel, Serra Velha, 11/10/2010.....	208

Figura 153 - Cemitério católico de Serra Velha, 11/10/2010.....	209
Figura 154 - Cemitério católico de Muda Boi, 21/11/2010.....	209
Figura 155 - Túmulo do século XIX no cemitério católico de Muda Boi, 21/11/2010....	210
Figura 156 - Morro do Iê-Iê.....	211
Figura 157 - Descolamento de blocos rochosos, Morro do Iê-Iê.....	211
Figura 158 - Grandes blocos rochosos, espalhados pelo entorno do Morro do Iê-Iê.....	212
Figura 159 - Morro do Militão de Souza.....	213
Figura 160 - Remanescente de antigos alicerces na localidade de Sobrado.....	214
Figura 161- D. Inês mostrando os antigos alicerces na localidade de Sobrado.....	215
Figura 162 - Entrada oeste do túnel em Bom Jardim.....	216
Figura 163 - Visão geral dos 93 m de comprimento do túnel na localidade de Bom Jardim.....	217
Figura 164 - Aspecto do teto do túnel.....	217
Figura 165 - Água proveniente do Arroio Santa Cruz, descendo em cascata a poucos metros do túnel.....	218
Figura 166 - Água proveniente do Arroio Santa Cruz, contida para uso em atafona, em tempos anteriores.....	218
Figura 167 - Caminho das águas, logo após a cascata, em direção ao túnel.....	219
Figura 168 - Cruz das Almas, como marco do Combate Farroupilha, atualmente.....	220
Figura 169 - Cruz das Almas como marco do Combate Farroupilha, início século XX...	221
Figura 170 - Morro da Fortaleza, vista do local do combate farroupilha.....	222
Figura 171 - Antiga construção na localidade de Fortaleza.....	223
Figura 172 – Antigo salão de festas em meio à mata.....	224
Figura 173 - Garrafa encontrada no salão de festas.....	225
Figura 174 - A cavidade na rocha como santuário na localidade de Fortaleza.....	226
Figura 175 - O “dedo de Deus”.....	226
Figura 176 - O “dedo de Deus”, visto da entrada da propriedade.....	227
Figura 177 - Inscrições em agradecimento nas paredes do santuário.....	228
Figura 178 - Escultura no arenito, em forma de flor.....	228
Figura 179 - Aglomerados de grandes blocos rochosos sendo mostrados pelo Sr. Elimar.....	230
Figura 180 - “Cavernas” formadas entre os blocos de arenito.....	230
Figura 181 - “Cavernas” formadas entre os blocos de arenito.....	231
Figura 182 - Exemplar das muitas espécies da flora, preservadas no local.....	231
Figura 183 - Inspeção de grandes fendas, com a ajuda de um de nossos guias.....	232
Figura 184 - Lado oeste da Cascata formada pelo Arroio São Miguel.....	233
Figura 185 - Lado leste da cascata formada pelo arroio São Miguel.....	234
Figura 186 - Folha de rosto do livro Museum Wormianum, catálogo do Gabinete de Curiosidades do médico e colecionador dinamarquês Olw Worm (1588-1655).....	247
Figura 187 - Museu Nacional.....	250
Figura 188 - Da esquerda para direita, prédios da Antiga Cooperativa e da Antiga Farmácia dos Ferroviários de Montenegro, antes da revitalização. Atualmente Museu e Arquivo Histórico, respectivamente.....	259
Figura 189 - Museu Histórico Nice Antonieta Schüller, em atendimento a escolas, 2009	260
Figura 190 - Prédio da Antiga Estação Ferroviária de Montenegro, onde funciona o MAM.....	262
Figura 191 - Prospecções e visitas realizadas no período da pesquisa.....	263

Figura 192 - Número de entrevistados.....	264
Figura 193 - Número de entrevistados nas localidades do interior.....	264
Figura 194 - Gráfico mostrando a crença na existência de tesouros.....	268
Figura 195 - Gráfico mostrando a crença na existência de tesouros.....	272
Figura 196 - Gráfico relativo à identificação de material arqueológico pelos entrevistados.....	275
Figura 197 - Gráfico relativo às demandas das localidades.....	281

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sítios cadastrados no IPHAN, com sua localização atualizada.....	091
Tabela 2 – Sítios cadastrados no CEPA/UNISC, com sua localização atualizada.....	092
Tabela 3 – Material encontrado de forma aleatória em Montenegro.....	175
Tabela 4 – Fragmentos cerâmicos encontrados na localidade de Serra Velha, em 2010.....	196
Tabela 5 – Cercamentos conhecidos como “Muros De Taipa”, mapeados no decorrer da pesquisa.....	203

SUMÁRIO

Introdução	017
1 PRé-história da região	022
1.1 o contexto ambiental pré-histórico.....	022
1.1.1 Geomorfologia da Região Sul	023
1.1.2 Geologia e Geomorfologia de Montenegro/RS	027
1.1.3 Localização geográfica da cidade	031
1.1.4 Recursos hídricos	031
1.1.5 Fauna e flora	031
1.2 GRUPOS PRÉ-COLONIAIS da região sul-rio-grandense.....	037
1.2.1 Grupos caçadores-coletores	040
1.2.2 Grupos pré-coloniais ceramistas	044
1.2.3 Grupos pré-coloniais litorâneos	045
1.2.4 Grupos pré-coloniais das florestas do Planalto Meridional	047
1.2.5 Os Guarani	049
1.3 NATIVOS E COLONIZADORES: O CHOQUE DE CULTURAS.....	056
1.4 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE	077
2 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE MONTENEGRO/rs	091
2.1 as PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM MONTENEGRO/RS – HISTÓRICO E PERSPECTIVAS	095
2.1.1 Sítio Arqueológico RS-C-16 – Passo da Pimenta	095
2.1.2 Sítio Arqueológico RS-C-38 – Montenegro I	096
2.1.3 Sítio Arqueológico RS-T-14 – Morro do Sobrado	099
2.1.4 Sítio Arqueológico RS-TQ-56 – Otílio de Matos	107
2.1.5 Sítio Arqueológico RS-TQ-71 – Adão da Silva	113
2.1.6 Sítio Arqueológico RS-TQ-58 – Garivaldino Rodrigues	122
2.3 O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO.....	129
2.3.1 Locais e vestígios que representam possibilidades de pesquisas arqueológicas sobre o período pré-colonial da cidade e região	130
2.3.1.1 Ponta de projétil.....	131

2.3.1.2 Pedra de boleadeira.....	134
2.3.1.3 Abrigos sob rocha na localidade de Bom Jardim.....	137
2.3.1.4 Abrigos sob rocha na localidade de Passo da Serra.....	142
2.3.1.5 Caverna na localidade de Serra Velha.....	153
2.3.1.6 Abrigo sob rocha na localidade de Pinheiros.....	161
2.3.1.7 Cavernas na localidade de Vapor Velho.....	166
2.3.1.8 Possíveis gravações rupestres em Vapor Velho.....	174
2.3.1.9 Ocorrências arqueológicas em Montenegro/RS.....	175
2.3.2 Locais e vestígios que representam possibilidades de pesquisas arqueológicas sobre o período colonial da cidade e região.....	178
2.3.2.1 Antiga edificação colonial na localidade de Costa da Serra.....	178
2.3.2.2 Remanescentes de antiga atafona na localidade de Pinheiros.....	184
2.3.2.3 Remanescentes de antiga atafona na localidade de Faxinal.....	189
2.3.2.4 Antiga edificação colonial na localidade de Serra Velha.....	194
2.3.2.5 Fragmentos arqueológicos históricos encontrados na localidade de Serra Velha.....	196
2.3.2.6 Estabelecimento comercial do início do século XX, na localidade de Serra Velha.....	199
2.3.2.7 Antiga casa do início do século XX, na localidade de Pinheiros.....	200
2.3.2.8 Alguns muros de taipa existentes no interior do município.....	202
2.3.2.9 Exemplos de antigos cemitérios existentes no interior de Montenegro.....	207
2.3.2.10 Morros considerados locais de interesse histórico e inspiradores do folclore local.....	210
2.3.2.11 Remanescentes de uma antiga construção na localidade de Sobrado.....	213
2.3.2.12 Rastros da implantação da ferrovia na localidade de Bom Jardim.....	215
2.3.2.13 Marcos da Revolução Farroupilha no território montenegrino.....	219
2.3.3 Locais que representam possibilidades de pesquisas sobre a Geologia e História ambiental da cidade.....	229
3 preservação: LEGISLAÇÃO E ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS	235
3.1 A LEGISLAÇÃO EM PROL DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	235
3.2 TURISMO: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL, SE SUSTENTADA.....	239
3.3 ARQUEOLOGIA PÚBLICA: ELA POR TODOS E TODOS POR ELA.....	242
3.4 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MUSEUS: “PEDRAS NO SAPATO” OU “PEDRAS PRECIOSAS”?.....	245
3.4.1 Origem dos Museus.....	246
3.4.2 Os Museus no Brasil.....	249
3.4.3 Os Museus como mecanismos de “despertar para o patrimônio”: um foco na Educação Patrimonial.....	252
3.3.4 Montenegro e seus museus.....	257
3.3.4.1 Museu Histórico Nice Antonieta Schüler.....	257
3.4.4.2 Museu Literário Elita Ilsa Leipnitz Griebeler.....	260
3.4.4.3 Museu de Arte de Montenegro – MAM	260
4 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E A COMUNIDADE.....	262
4.1 RECEITA MONTENEGRINA: Patrimônio arqueológico, LENDAS e folclore, misture tudo e sirva com uma pitada de religiosidade.....	262

4.1.1 Montenegro: A cidade do tesouro perdido.....	266
4.1.2 As “Reduções Jesuíticas de Montenegro”.....	270
4.1.2 O estereótipo do indígena montenegrino.....	273
4.1.3 As grutas-santuários: fé e preservação.....	276
4.1.4 Coleções particulares: a cultura material como álbum de família.....	277
4.2 UM PRATO ÚNICO PARA MUITOS GOSTOS: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E DEMANDAS LOCAIS.....	279
4.3 O MUSEU COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO.....	280
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	292
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	300
GLOSSÁRIO.....	317

INTRODUÇÃO

A trajetória humana sempre foi um tema gerador de pesquisas, curiosidades e enigmas. Entender como surgimos, evoluímos e chegamos ao complexo patamar atual da vida humana sempre foi objetivo da ciência e inspiração de ideologias, filosofias e cultos. No campo científico, muitos avanços e descobertas foram realizados, compondo uma estrutura, uma conexão, mesmo que constantemente refeita, revista e ampliada através dos tempos, entre passado, presente e futuro. Esta intersecção demonstra que nenhuma destas três etapas pode ser interpretada de forma isolada. Foi necessário o passado para que vivêssemos o presente e não haveria presente sem a perspectiva de futuro. Ciências arqueológicas, históricas, antropológicas, biológicas, ambientais, entre outras, desde que devidamente aplicadas, sempre estarão a serviço da preservação de um patrimônio cultural, o qual é resultante de um processo histórico composto por uma teia de agentes coletivos. Estes Patrimônios, traduzidos na forma de bens culturais, sempre envolverão a questão material e imaterial intrinsecamente.

Apesar das recentes divisões adotadas por instituições culturais, entre tangível e intangível, possivelmente para fins de organização de um sistema de dados e de registro, não é viável pensar um bem material sem um o uso da cognição humana, que o planeja, utiliza e atribui valores, de acordo com sua cultura, época e ambiente. Estes bens culturais materiais permanecem, mas seu significado é passível de uma metamorfose, ou seja, um

mesmo objeto pode ser reinterpretado, seja pela distinção de época, de cultura ou simplesmente pelo olhar diferenciado do outro.

A tendência é definirmos como padrão nosso entendimento, baseado em nossa carga de experiências e convicções. No entanto, tal imposição, mesmo que involuntária e impregnada de boas intenções, pode causar uma redoma sociocultural entre pesquisador e pesquisado e conseqüentemente, dificultar a articulação entre o conhecimento técnico e o público leigo.

Levando em consideração a presença de diversas interpretações acerca do que nós, discípulos das ciências, entendemos por patrimônio arqueológico, esta pesquisa tem por objetivos esclarecer qual a ótica das comunidades onde estão localizados os sítios arqueológicos já reconhecidos e estudados, no município de Montenegro¹, Rio Grande do Sul e elaborar, diante das demandas detectadas, um retorno do resultado dessa pesquisa, considerando como recurso importante para essa mediação, o espaço do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler

Acreditamos que seja possível estabelecer uma relação simétrica entre o interesse puramente arqueológico e o interesse da comunidade, em relação aos sítios arqueológicos e seu entorno, o que constitui fator positivo na ampliação de conhecimentos sobre a trajetória humana na região e que pode ser articulado com mecanismos de preservação patrimonial, respeitadas a ótica e as demandas locais. Um dos principais elos de ligação entre a comunidade e seu patrimônio arqueológico são os museus, que no caso da Arqueologia, são uma extensão dos sítios arqueológicos, visto que são responsáveis por transformar “simples objetos desenterrados” em testemunhos do passado. A linguagem utilizada e a valorização deste acervo são diferenciais favoráveis considerando o entendimento do público sobre sua história.

Para identificarmos o olhar do outro e qual os fatores que incidem em seu entendimento, o diálogo entre pesquisador e pesquisado precisa ter caráter de uma troca,

¹ Tal recorte não significa, em hipótese alguma, que a ocupação humana pré-colonial no território hoje conhecido como Rio Grande do Sul teve relação com a lógica de distribuição geográfica dos atuais municípios gaúchos. A organização geopolítica de nosso estado foi um processo recente enquanto a ocupação pré-colonial aconteceu gradualmente, num intervalo de milhares de anos, ocupando ambientes diferentes dos atuais e deixando rastros em vários territórios, o que ainda demanda estudos muitos e novas descobertas. A delimitação da pesquisa no território montenegrino foi estabelecida levando em consideração a possibilidade de abrangência da pesquisa e da pretendida divulgação dos resultados para a comunidade envolvida, ultrapassando a divulgação restrita ao meio acadêmico e cumprindo com o também importante papel social da Arqueologia.

onde a linguagem, as necessidades e os anseios locais compõem um mecanismo de mapeamento dos pontos de intersecção entre a inquietação peculiar do arqueólogo em preservar o patrimônio arqueológico e a disponibilidade dos moradores locais em se tornarem agentes de preservação.

Tão ou mais importante do que pesquisar e divulgar a importância dos sítios arqueológicos na região é inseri-los dentro do contexto cultural das comunidades onde estão localizados, admitindo a História como um processo de releituras do passado, realizado por “leitores” do presente.

A pesquisa que desenvolvemos teve como recorte o território do município de Montenegro², levando em consideração as reais possibilidades em termos de prazos e cobertura da área estudada, nesta etapa de investigação. Tal posicionamento já condiciona previamente a necessidade de ampliação das pesquisas no futuro, o que oportuniza e exige o envolvimento de maiores investimentos, tecnologias e pesquisadores interessados no tema. O município apresenta grande potencial arqueológico, comprovado pela presença de sítios arqueológicos com cultura material atribuída a vários grupos pré-coloniais, com datações estabelecidas entre 9.000 e 400 anos A.P., além de inúmeros locais identificados como possíveis novos sítios arqueológicos a investigar. São necessárias iniciativas concretas em relação a seu patrimônio arqueológico e ao envolvimento da população, no âmbito rural e urbano, em prol de uma correlação identitária e de interesses sustentáveis em prol do conhecimento, preservação dos bens culturais arqueológicos e do bem-estar sócio-econômico local (MAPUNDA, LANE, 2004)

O fato de ser moradora da cidade, interessada em sua área rural e respectivos costumes, e o de ser pesquisadora do Museu Histórico local, foram facilitadores na aproximação com a comunidade envolvida e na identificação de locais com grande potencial arqueológico. A delimitação territorial adotada possibilita, num segundo momento, a divulgação dos resultados para os colaboradores, ultrapassando a contribuição

² O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em seu Sistema de Gerenciamento de Sítios Arqueológicos conta com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/SGPA, onde os sítios arqueológicos (e suas especificidades) são classificados por municípios. Para consultas, acessar: http://sistema.s.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php.

restrita ao meio acadêmico e cumprindo com o também indispensável papel social da arqueologia.

Visando a valorização do patrimônio arqueológico montenegrino, a presente pesquisa buscou uma linguagem acessível e uma disposição do conteúdo favorável ao entendimento dos contextos que cercam esse patrimônio.

Os dados foram dispostos de maneira que contemplassem dois eixos fundamentais dentro do conhecimento arqueológico: o técnico, com dados obtidos através de trabalhos iniciados por arqueólogos responsáveis pelos primeiros passos na busca de respostas sobre a trajetória humana na região do Vale do Caí e que serviram de base e estímulo para alguns projetos de universidades gaúchas; e o social, onde o diálogo com a comunidade local onde estão os sítios arqueológicos nos forneceu referências para uma análise mais voltada à questão social, onde a abordagem teórica da Arqueologia Pública tem papel de destaque, subsidiada pela aplicação de metodologias da Pesquisa Qualitativa e História oral, como mecanismos de interpretação das “vozes locais”.

No primeiro capítulo são mencionados aspectos que contextualizam o município no âmbito ambiental, considerando as modificações desse último através dos tempos. Foram apresentadas breves considerações sobre aspectos da Arqueologia em âmbito gaúcho com o intuito de contextualizar as ocupações já identificadas no município de Montenegro, bem como fornecer um breve panorama da ocupação pré-colonial no sul do Brasil.

No segundo temos a descrição mais técnica dos sítios arqueológicos já reconhecidos e de novos locais de interesse arqueológico, os quais servem como estímulo para um segundo passo na pesquisa. Trata-se de um conjunto de dados que em potencial para novas investigações, visto que ainda não existia, no campo arqueológico e em nível municipal, referencial atualizado e visando um público além da Academia. No terceiro capítulo verificamos aspectos da interface entre Arqueologia e seu papel social, através de possibilidades direcionadas à Arqueologia Pública, Turismo Cultural e Museus.

No entanto, a contribuição mais relevante desta pesquisa paira no desafio de identificar o ponto de intersecção entre os “mapas arqueológicos” estabelecidos por arqueólogos e os identificados pelo público leigo e como esta simetria de interesses em comum, mesmo com significados diferentes, pode embasar propostas que realmente integrem os interesses desta comunidade com os interesses de pesquisa e preservação do

arqueólogo. O propósito excluiu uma hierarquia cultural, e valorizou a compreensão e o respeito à “visão do outro”, como sujeito portador de seus interesses próprios, ditados por suas necessidades, conhecimento e experiência de vida.

Nesse contexto de diálogos, referenciamos o Museu Histórico Nice Antonieta Schüler como um ponto de inspiração para a pesquisa, pois foi o cenário onde foi desencadeado um olhar mais crítico e interessado no compromisso social da Arqueologia.

A inspiração museológica se estendeu à formatação da pesquisa, pois a organização segue os passos de uma exposição, onde o primeiro capítulo mostra o contexto ambiental e cultural dos grupos pré-coloniais da região sul, e as origens do município, para que o leitor-visitante possa interligar esse cenário com o exposto no segundo capítulo, que então configura uma exposição museológica em seu aspecto visual. Após contemplada a exposição, o leitor passa a refletir sobre o papel da instituição museológica e como esta pode influenciar positiva ou negativamente no entendimento do passado e conseqüentemente na sua preservação. Finalmente, o leitor adquire uma visão mais crítica sobre o papel da Arqueologia e em relação a sua própria postura diante do passado. Ao leitor-visitante as questões são então desencadeadas num processo ininterrupto, provocando um retorno ao Museu que, por analogia no caso desta pesquisa, significa dizer que este foi apenas o primeiro passo.

1 A PRÉ-HISTÓRIA DA REGIÃO

1.1 O CONTEXTO AMBIENTAL PRÉ-HISTÓRICO

Os estudos referentes à Arqueologia pré-histórica estão diretamente ligados a contribuições oriundas de pesquisas no campo da Geografia, Geomorfologia, Geologia, entre outras ciências da terra. A interpretação dos contextos pré-históricos é fator essencial para o embasamento de pesquisas mais aprofundadas acerca dos primeiros povoadores do sul do continente³. As transformações climáticas ocorridas nos paleoambientes do território atualmente delimitado como sul-rio-grandense podem ser referenciais para análises estratigráficas e cronologias, bem como podem dar subsídios para estudos dos ambientes atuais e sua interligação com o ecossistema vigente⁴. Como refere Mateus (2003, p. 22), os sítios arqueológicos funcionam frequentemente como “arquivos de imagens” do espaço envolvente, permitindo um acesso a dados sobre a fisiografia, ecologia, recursos potenciais e explorados e funcionalidade econômica.

Aspectos da paisagem geográfica do Pleistoceno e do Holoceno são fundamentais para que possamos entender a trajetória de grupos pré-históricos, dependentes e adaptados às condições de seu ambiente natural.

A diversidade e a intensa alteração destas paisagens, somada ao fato de que os dados paleoclimáticos hoje disponibilizados são escassos, tornam a tentativa de reconstituição destes paleoambientes um processo bastante complexo. No entanto, é primordial considerar e articular estes estudos, mesmo que ainda limitados, com as questões específicas de adaptação dos diversos grupos e suas variadas culturas, atestadas através da variedade da indústria lítica, na confecção da cerâmica e nos usos dos recursos naturais.

É preciso articular o desenvolvimento social de grupos humanos pré-históricos com o conhecimento possível, até então, das transformações ambientais, para que a compreensão do passado pré-histórico tenha uma sustentação mais abrangente.

³ Uma importante contribuição relacionada às mudanças climáticas na pré-história mundial da América Latina pode ser conferida em Burroughs (2005).

⁴ Para informações mais amplas sobre a evolução dos ambientes ecológicos no planeta e a inter-relação das formas de vida surgidas neste, sugerimos Salgado-Labouriau (1998).

A seguir serão apontados alguns aspectos ambientais anteriores e durante a chegada dos primeiros grupos humanos na região, importantes para o entendimento do processo de adaptação, inicialmente do homem ao contexto e natural e, em seqüência, da paisagem à presença humana e suas estratégias de subsistência.

1.1.1 Geomorfologia da região sul – breves considerações sobre a sua formação

Para que possamos esclarecer o histórico do contexto ambiental de uma área específica, como a que hoje é conhecida como município de Montenegro, é imprescindível que a abrangência da pesquisa exceda os limites territoriais estabelecidos, os quais hoje constituem apenas fragmentos de um contexto bem maior e mais complexo, que está relacionado a processos de âmbitos continental e mundial bastante remotos. Diante disso, cabe conhecermos algumas ocorrências relevantes que estão diretamente relacionadas às transformações ambientais ocorridas na região sul do Brasil.

O continente sul-americano, cercado pelas águas dos oceanos Atlântico e Pacífico, tem sua maior extensão dentro da zona intertropical. O Rio Grande do Sul, localizado no extremo sul do planalto brasileiro, está situado em plena zona de transição subtropical.

O relevo rio-grandense é dividido em quatro paisagens distintas. A planície litorânea, banhada pelo Oceano Atlântico, se alarga ao sul, onde é recortada por diversas lagunas, de variadas dimensões. O escudo sul-rio-grandense ocupa toda a porção sudeste do Estado, com ondulações suaves a moderadas, conhecidas como coxilhas. A Serra Geral, com suas escarpas elevadas, do norte ao interior do Estado, apresenta altitudes decrescentes, e vai sendo moldada por planaltos e vales, com encostas delineadas por rios⁵ que descem para as terras baixas; elevações mais suaves, coxilhas e planícies que compõem a transição para os conhecidos pampas do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Entre estas duas regiões está a Depressão Periférica Central, onde está localizado o município de Montenegro.

A maior parte da Depressão Central tem como fundamento o arenito triássico. Os geólogos distinguem nele duas formações: a do Rio do Rasto, inferior, em contato com o permiano, preenchendo toda a faixa mediana da região; e a do Botucatu, superior, em contato com o meláfiro, ladeando a Serra Geral. Esta última é totalmente destituída de fósseis; mas a primeira contém jazidas de restos animais e

⁵ Rios Maquiné, Caí, Taquari, Jacuí, Uruguai, entre outros.

vegetais de grande importância para a paleontologia rio-grandense (RAMBO, 1956, p. 159).

O relevo do Planalto Meridional brasileiro se espalha ao norte do Rio Grande do Sul. As escarpas da Serra Geral, formadas por derrames de lavas basálticas⁶, atingem altitudes de aproximadamente 1.000m do nível do mar. Estas sucessivas camadas basálticas⁷ estão sobre uma base de arenitos triássicos de Botucatu⁸. De acordo com Kern (2009, p. 23), esta região foi formada por sucessivos derrames de lavas que escoaram pelas fendas da crosta terrestre sobre os sedimentos arenosos que no passado constituíam um imenso deserto. Sobre esta camada de arenito comum, estão os sedimentos arenosos que sofreram transformações pelo contato com as lavas incandescentes, formando uma camada dura e de granulação muito fina, pela ação das altas temperaturas. Esta segunda camada é formada pelo material que conhecemos por arenito metamorfizado. Sobre ele, formando uma terceira e espessa camada, estão os basaltos e diabásicos, resultantes de lava solidificada. São rochas que apresentam igualmente dureza e granulação fina, características propícias para obtenção, através de lascamento, de instrumentos de gumes resistentes. Em meio a esta camada, estão materiais como calcedônia e quartzo.

A escarpa da Serra Geral⁹ acompanha os contornos da Depressão Central, no sentido oeste- sudoeste, apresentando altitudes variadas, que atingem o mínimo de 200m (no caso do oeste gaúcho). É recortada por profundos vales, dos rios Jacuí, Taquari, Caí, entre outros, que se abrem para a Depressão Central. Este tipo de paisagem também exhibe planaltos, em forma de *cuestas*.

A borda erosiva do planalto, apresenta-se de forma diferenciada, a sua face voltada para leste constitui uma escarpa de linha de falha na origem. A face esculpida pelo então entalhamento sucessivo das camadas rochosas pelos cursos d'água, apresenta-se, mais particularmente no Rio Grande do Sul, na sua porção com sentido leste-oeste e sudoeste. A partir de sua inclinação para o oeste, esta perde a altitude gradativamente configurando-se no seu extremo sudoeste uma região de Cuesta (SUERTEGARAY; FUGIMOTO, 2004, p. 18).

⁶ Estes derrames, acontecidos na transição Triássico-Jurássico, são denominados geologicamente de Formação Serra Geral (SUERTEGARAY; FUGIMOTO, 2004, p. 17).

⁷ Esta capa geológica infrabasáltica, submetida às enormes temperaturas dos derrames de rochas eruptivas, deu origem a uma das matérias-primas muito utilizadas pelos caçadores pré-históricos locais para a elaboração de suas indústrias líticas: o meta-quartzito, ou arenito silicificado (KERN, 1991).

⁸ O deserto de Botucatu (208 Ma) foi originado pela acentuação da aridez em clima quente no continente de Gondwana, ainda no Mesozóico (SUERTEGARAY; FUGIMOTO, 2004, p. 16). A denominação Botucatu é atribuída à cidade de Botucatu/SP, de onde a Formação aflora.

⁹ Também conhecida como Encosta da Serra.

Nesta encosta estão inúmeras grutas e abrigos sob rocha resultantes de processo erosivo na intersecção das camadas de basalto e arenito.

O Planalto ao norte, as planícies e coxilhas da parte sul e a planície litorânea constituem um conjunto de paisagens que, por suas características topográficas, influenciam diretamente no clima e na vegetação desta parte sul do Brasil.

Em termos arqueológicos, a Depressão Central do estado, por interligar zonas ecológicas diferentes, foi uma importante zona de fronteira e ao mesmo tempo de interligações culturais.

A análise do relevo do Rio Grande do Sul nos mostra igualmente a importância da Depressão Central para o povoamento pré-histórico. Dividindo o estado ao meio, ela servia de via de ligação entre a planície costeira e o interior, mas também assinala a transição entre a zona serrana ao norte e as planícies e coxilhas ao sul. Zona de contrastes entre paisagens geográficas tão distintas, a Depressão Central é também, do ponto de vista arqueológico, uma zona fronteira de contatos culturais. Esta paisagem de contrastes, tão rica em sítios arqueológicos, coloca problemas de extrema complexidade entre os grupos que a povoaram ou que por ela migraram, e dos processos de adaptação ecológica sócio-cultural (KERN, 1991, p. 20).

A presença humana no território sul-rio-grandense aconteceu na transição dos períodos geológicos Pleistoceno para Holoceno. Há indícios de grupos humanos em períodos em que as condições climáticas eram características ainda da última glaciação¹⁰, quando uma calota glacial cobria a Patagônia, o nível do mar era mais baixo em comparação ao atual, fazendo com que a superfície da terra apresentasse uma superfície emersa bem mais ampla. Nas planícies e montanhas, o verão era de clima temperado e o inverno bastante rigoroso, com nevascas no Planalto Meridional (OLIVEIRA, 2005, p. 13). Conforme dados fornecidos pela Bioarqueologia, a vegetação era de savanas e estepes, próprias de clima frio, e a fauna¹¹ predominante era a megafauna¹².

¹⁰ Momento em que as condições climáticas dos Andes e da Antártida predominavam sobre as influências tropicais do Atlântico (KERN, 1991, P. 21). Naquela época, o clima era influenciado fortemente pelos glaciares do sul dos Andes e pela Corrente de Falkland (JACOBUS, 1991, p. 65).

¹¹ A presença de ossos de animais em sítios arqueológicos pode fornecer informações não somente na dieta, mas também no cuidado, higiene, clima, status, estação de ocupação, métodos de caça, métodos de descarte, indústrias, trocas e até mesmo religião (KAUSMALLY; WESTERN, 2005, p. 2). Como exemplos de importantes pesquisas zooarqueológicas estão os estudos utilizando vestígios da arqueofauna na região pampeana da Argentina (centro-leste), que subsidiaram debates acerca de aspectos sobre a subsistência e mobilidade de grupos

Os animais que com eles conviveram são conhecidos através de fósseis, encontrados em sedimentos relativos àquele período. De concreto, o que se conhece são fósseis de moluscos semelhantes aos atuais e de mamíferos, a maioria deles de grande porte, conhecidos como megamamíferos ou megafauna. Mesmo peixes, anfíbios, répteis e aves semelhantes aos atuais. Certamente, a maioria dos mamíferos que vivem hoje no RS já viviam aqui naquela época. Fósseis de puma (*Felis concolor*), de capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), de anta (*Tapirus terrestris*), de porco-do-mato (*Tayassu sp*), de lhama (*Lama glama*), de cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), de veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*) e de dezoito espécies de megamamíferos, hoje extintos¹³, foram encontrados em sedimentos correspondentes àquele período (JACOBUS, 1991, p.65).

Na transição dos períodos geológicos Pleistocenos e Holoceno, populações humanas já estavam estabelecidas na região, inicialmente em áreas em que fauna e flora eram existentes há milhares de anos.

Era, portanto, um período de alterações climáticas ditadas por agentes naturais e que foram determinantes para a adaptação tanto do Homem quanto de animais e plantas.

Nos 10.000 anos do Holoceno, o povoamento por grupos caçadores-coletores foi ampliado, conforme comprovam os inúmeros sítios arqueológicos atribuídos a este período. Conforme Kern (2009, p. 20), entre 13.000 e 10.000 anos A.P., as transformações ambientais ocorreram, com alterações de clima, temperatura e níveis do mar. Com o aumento da radiação solar, a temperatura subiu e gradualmente derreteu as geleiras. Consequentemente, o nível dos mares começou a subir e invadiu o que antes era a planície litorânea. O clima permaneceu seco e quente até aproximadamente 7.000 A.P., quando as chuvas e as massas de ar tropical do norte intensificaram a umidade.

pré-históricos datados entre 1.100 a 680 anos a. P. Tais pesquisas podem ser conhecidas em Loponte e Acosta, 2004. Outro trabalho de importância sobre o tema é o direcionado aos métodos mais apropriados para escavação, registro, estocagem e conservação de ossos de animais, em pesquisas arqueológicas, realizado por Kausmally e Western, em 2005.

¹² O último período do Pleistoceno, do ponto de vista faunístico, é conhecido como Lujanense. O inventário das espécies fósseis pleistocênicas do Rio Grande do Sul que foram contemporâneas dos primeiros povoadores pré-históricos comporta cervídeos (como *blastocerus*), camelídeos (paleolhama), suínos, tapires, cavalos (como o *hippidion* e *equus*), felinos (como o tigre-de-dentes-de-sabre, *smilodon*), desdentados (como o *megatherium*, *glossoherium* e *glyptodon*), roedores (como o rato do banhado, *hydrochoerus*) e os extintos toxodon, *macrauchenia* e mastodontes (KERN, 1991, p. 27). Para informações detalhadas sobre a utilização de animais e vegetais na pré-história sul-rio-grandense, consultar JACOBUS, 1991, p.63- 87.

¹³ Apesar de ainda não totalmente conhecidos, os fatores que levaram à extinção de grande parte da megafauna (alguns animais eram mais adaptados às mudanças ambientais) foram as oscilações climáticas da transição do Pleistoceno para o Holoceno, que dificultaram a adaptação dos animais ao clima e prejudicaram a permanência da alimentação dos herbívoros, pelo clima mais quente. Outro fator relevante foi a ação do homem como predador (KERN, 1991, p. 36)

Até a plena recuperação vegetal, desde o final do período glacial, predominaram os mosaicos de paisagens abertas, com escassos núcleos de vegetação. Esse quadro permaneceu até 8.000 A.P., quando as florestas subtropicais e de araucárias se reconstituíram e se alastraram, mesmo que persistissem as planícies e coxilhas abertas de gramíneas.

Todas essas metamorfoses no ambiente refletiram na fauna, provocando a extinção de inúmeros animais, principalmente da megafauna.

Esse foi o contexto ambiental que recebeu a chegada dos primeiros habitantes do território sul-rio-grandense, impondo adaptações, inicialmente nas paisagens do pampa gaúcho, ramificando-se pelo Planalto Sul-Brasileiro e no litoral atlântico.

1.1.2 – Geologia e Geomorfologia de Montenegro/RS

A região do município de Montenegro envolve uma variedade de unidades geológicas, que apresentam relação direta com a caracterização fisiográfica da área. O relevo forte está relacionado aos derrames de rochas ígneas vulcânicas; já as rochas sedimentares, configuram um relevo ondulado de suave a ondulado sendo, muitas vezes, recoberto por depósitos de sedimentos quaternários, configurando amplas planícies de inundação (PLANO..., 2004, p. 119).

Quanto às formações geológicas¹⁴, são identificados quatro tipos: a Formação Rosário do Sul, a Formação Botucatu, a Formação Serra Geral e os Depósitos Sedimentares do Quaternário.

A Formação Rosário do Sul é composta por arenitos e siltitos. Os solos residuais característicos desse tipo geológico são arenosos e areno-siltosos ou argilosos, alcançando espessura de até 2 metros.

A Formação Botucatu, de grande abrangência no município, é caracterizada pelos arenitos. Os solos residuais desse tipo de formação são predominantemente arenosos e rasos. Quando localizada nas escarpas da Formação Serra Geral, apresenta materiais argilosos e blocos de basalto.

¹⁴ Em 1943 foi montado, por Paulo Araujo Alvim, através do Ministério da Agricultura-Departamento Nacional da Produção Mineral – Divisão de Geologia e Mineralogia – Museu de Rochas do Rio de Janeiro, o “Catálogo das Rochas do Estado do Rio Grande do Sul”. Esta publicação tinha por objetivo relacionar amostras de rochas existentes no Brasil, facilitando pesquisas sobre a geologia do país. No entanto, na ocasião destes estudos, no município de Montenegro, foi coletada apenas uma amostra de diabásico, no percurso da estrada Buarque de Macedo (na época era o acesso disponível de Montenegro a Bento Gonçalves).

Entre o Caí e o Taquari a paisagem arenítica conserva o mesmo caráter que acabamos de estudar, com a diferença de serem os tabuleiros isolados mais raros, confundindo-se bem depressa com o degrau básico da Serra. O tipo mais acabado de quantos tabuleiros areníticos capeados de eruptivas existem a leste da Depressão Central é o **Montenegro**¹⁵, encostado à margem direita do Caí. Surgindo dum terreno completamente nivelado e parcialmente pantanoso, a base arenítica esconde-se na densa mata mirtácea; seguem os paredões de meláfiro, negrejando entre um colar de mata mais alta; no topo cresce uma mata mais baixa e seca. Os morros junto à cidade de Montenegro são evidentemente a continuação dos que ficam à margem esquerda do Caí. Neles, a capa eruptiva já se destruiu, ficando, no meio de mata bem desenvolvida, os blocos de arenito metamórfico. (RAMBO, 1956, p. 205) [grifo nosso].

Em relação à Formação Serra Geral, o solo normalmente é raso (litossolo), de cor que varia do castanho ao castanho-avermelhado, tendo composição argilosa, devido a grande capacidade de reter água. Afloramentos de rocha basáltica são comuns, identificados como lajedos em drenagens e áreas de campos, podendo, ainda, ocorrer em escarpas.

Finalmente, é importante esclarecer que os Depósitos Sedimentares do Quaternário são formados por sedimentos fluviais, no caso, do Rio Caí. São caracterizados pelas areias finas e grossas, intercaladas com areias argilosas e argilas.

¹⁵ Referindo-se ao Morro Montenegro

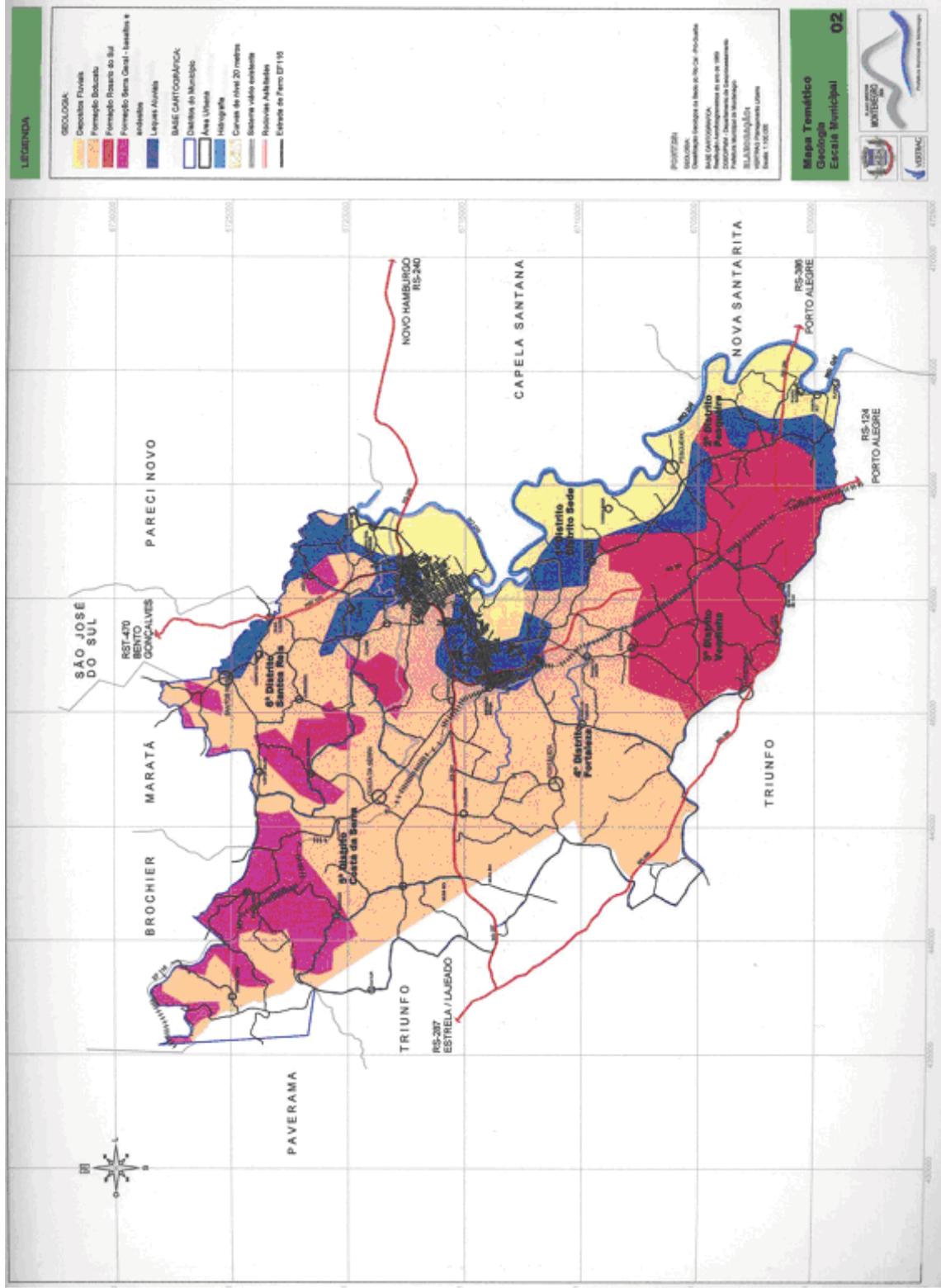


Figura 1: Mapa Geologia de Montenegro, 2004.
 Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Montenegro, Vol. I, dez. 2004, p. 121.

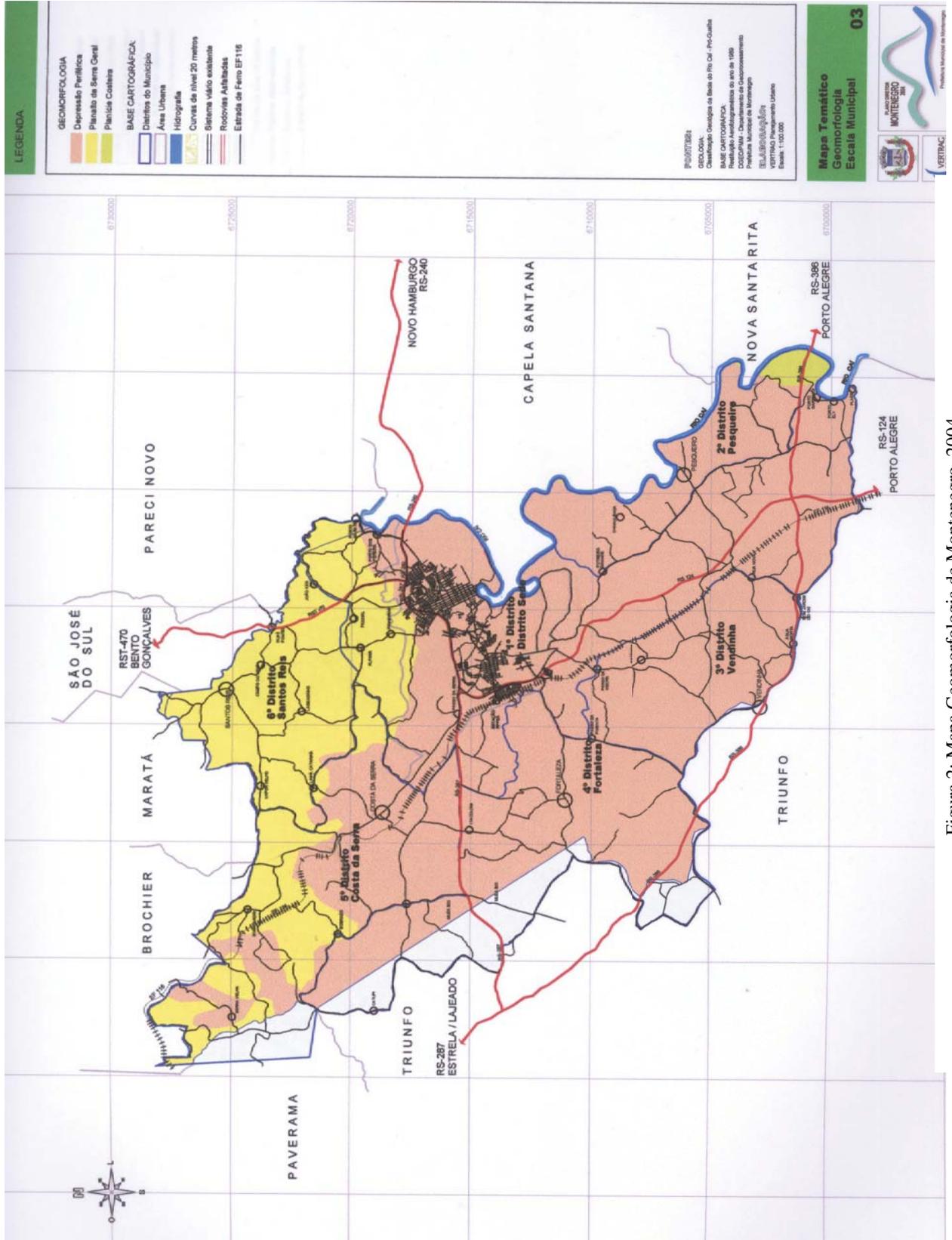


Figura 2: Mapa Geomorfologia de Montenegro, 2004.
 Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Montenegro, Vol. I, dez 2004, p. 122.

1.1.3 Localização geográfica da cidade

Montenegro está situado no Vale do Rio Caí, depressão central do Rio Grande do Sul, praticamente no sopé da Serra Geral¹⁶. Exibe espaçosos vales que são cortados por cursos de água, dividindo-a em partes distintas: os campos, ao sul, estendem-se em campinas, apresentando pequenas ilhas de mato e um relevo baixo, com pequenos capões arbustivos nas áreas úmidas; ao norte, predomina a área de mato, que ocupa a maior parte do município, consideravelmente montanhosa, sendo a parte de cima dos montes recoberta de florestas. Neste caso, o relevo é acidentado, com aspectos geológicos pertencentes ao planalto arenito-basáltico do Rio Grande do Sul. Um exemplo é o morro São João, à margem direita do Rio Caí¹⁷.

Atualmente a cidade é dividida em 6 distritos (vide mapa nos anexos): 1º - Distrito Sede (Montenegro); 2º - Pesqueiro; 3º - Vendinha; 4º - Fortaleza; 5º - Costa da Serra¹⁸; 6º - Santos Reis. Como limites de Montenegro temos, a sul e oeste, Triunfo; a oeste, Paverama, Tabai e Taquari¹⁹; ao norte, Brochier, Maratá e São José do Sul; a leste aparecem Pareci Novo, Capela de Santana e Nova Santa Rita, os quais estão separados de Montenegro pelo Rio Caí.

1.1.4 Recursos hídricos

A bacia hidrográfica do Rio Caí possui uma área que corresponde a 1,79%²⁰ do Estado, somando aproximadamente 5.166 Km² (BASSO, 2004, p. 95) e seu curso atinge uma extensão de 285 Km. A área da bacia abriga aproximadamente 400 mil habitantes (BASSO, 2004, p. 95) e é composta por 41 municípios (com área total ou parcial), e atende basicamente a agricultura, apesar de ser essencial para a atividade industrial e comercial.

O rio mais importante da Bacia em questão é o Rio Caí²¹, do qual afluem os principais arroios, à margem direita: Muniz, do Joá, Macaco, Piaí, Pinhal, Belo, do Ouro, Ferromeco²², São

¹⁶ Na língua Kaingang, a Serra Geral era identificada como *Crinxinximbé*. (GANSWEIDT, 1946, p.238).

¹⁷ Rio Caí, na língua indígena, significa "rio da mata", pois na época da exclusiva presença dos nativos o mesmo cortava extensas e pouco exploradas florestas.

¹⁸ No século XVIII, em documentos de concessão de sesmarias, o 5º distrito de Montenegro, atualmente denominado Costa da Serra, era citado como Costa da Serra Geral de Montenegro (CAMPOS NETTO, 1924, p. 51).

¹⁹ O Rio Taquari, que possivelmente tenha inspirado o nome do município de Taquari, é de origem indígena e deriva dos inúmeros taquarais de suas margens (GANSWEIDT, 1946, p.156).

²⁰ Dados fornecidos pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM, vigentes no ano de 1997 e constantes no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Montenegro, 2004. Para maiores informações www.fepam.rs.gov.br.

²¹ Balduino Rambo, em 1956, mencionava a importância do Rio Caí no crescimento de cidades em seu entorno: "No Caí, a cidade do mesmo nome, o antigo porto dos Guimarães, outra vez indica o termo para embarcações maiores;

Salvador, Maratá, Montenegro, São Miguel, da Cria²³, das Amoras, Charqueadas e dos Paulistas; à margem esquerda: Caracol, Guaçu, Rio Cadeia e Mineira.

O rio apresenta três características distintas:

Curso superior: das nascentes até a foz do rio Piaí. É o trecho com maior declividade (entre 0,15 e 3,96%). É a porção nordeste da bacia – região de planalto e encosta de planalto. O leito do rio Caí neste trecho é confinado numa calha estreita, com margens íngremes. Os afluentes têm suas nascentes em cotas que podem ultrapassar 800m, ocorrendo formação de cachoeiras. *Curso médio:* da foz do rio Piaí até São Sebastião do Caí. É a zona central e nordeste da bacia. Há alternância de trechos com escoamento lento e trechos com corredeiras. *Curso inferior:* de São Sebastião do Caí até a foz. É a parte mais plana do rio e da bacia onde está o município de Montenegro. O rio possui maior vazão, mas, como percorre área plana em uma menor velocidade, pode haver refluxo principalmente em épocas de estiagem. A precipitação média anual nesta bacia é variável, atingindo 1.400mm nas nascentes e 900mm à jusante de São Sebastião do Caí até a foz, sendo este o menor índice pluviométrico da bacia dos formadores do Guaíba (FEPAM/GTZ, 1997 apud PLANO..., 2004).

As características apresentadas, ocasionando variações de níveis onde as águas percorrem seu caminho, são, além de atrativo natural, uma espécie de filtro para níveis de poluição que possam sofrer:

As características naturais, com a presença de desníveis e corredeiras, fazem com que, no curso superior e médio do rio, a capacidade de autodepuração das águas seja significativa e, apesar do aporte às vezes significativo de poluição, as águas destes trechos conseguem depurar a matéria orgânica recebida. No curso inferior, onde a velocidade é menor e municípios como Montenegro e São Sebastião do Caí estão localizados nas margens do rio, ocorre uma elevação nos valores médios de DBO (demanda bioquímica de oxigênio). Observa-se, assim, que a poluição das águas do rio Caí em termos de cargas orgânica ainda é pouco significativa, em função principalmente de suas características naturais, existindo, no entanto, trechos na parte inferior onde já se começa a perceber a presença de carga orgânica acima dos padrões da Classes 1 e 2. (PLANO..., 2004).

O Rio Caí nasce na microrregião colonial da Encosta da Serra Geral, em São Francisco de Paula, a 1000 m de altitude. Desce através de barrancas íngremes e de difícil acesso e, em certos trechos no seu alto curso até o município de Feliz²⁴, é impregnado de pequenas cachoeiras, que

Montenegro cresceu sob o influxo do vale do Maratá, na navegação do Caí e das estradas que contornam o pé do planalto” (RAMBO, 1956, p. 223).

²² Em algumas publicações ou citações encontramos a denominação Forromeco e até mesmo Furrumeco, quando as fontes são documentos do século XIX. Do mesmo modo, as enchentes (os relatos disponíveis datam do final do século XIX) que assolavam a área ribeirinha do município causaram danos: “De Montenegro em diante, as margens do rio, baixas e pantanosas, são fracamente habitadas. O grosso do prejuízo recai sobre as olarias instaladas na barranca, e a variante Pestana-Barreto, cujo traçado não fora calculado para níveis como o de 1941” (RAMBO, 1956, p. 214).

²³ O nome “Arroio da Cria” foi dado por Manoel Lopes Duarte, um dos primeiros proprietários das terras onde se localiza o arroio, por este servir como obstáculo, por um lado, à sua invernada, onde mantinha grande criação de mulas (CAMPOS NETTO, 1924, p. 70).

²⁴ Desde Montenegro até Feliz, este rio está no domínio do primeiro andar: restos baixos e tabulares de arenito formam suas margens, mas sem impedir a formação de várzeas inundáveis. De Feliz em diante, os contrafortes altos

praticamente impossibilitam sua navegação neste trecho. Sua parte superior é largamente utilizada como geradora de energia e a inferior (cerca de 70 Km) é navegável.

No caso montenegrino, além do abastecimento público, industrial e rural, o rio Caí vem sendo utilizado como destino final de efluentes de várias indústrias e também do esgoto sanitário local.

Segundo Basso (2004, p. 95), as queimadas ainda são bastante praticadas pelos agricultores. Os solos ácidos da região contribuem para o aumento da acidez dos cursos d'água que drenam aquelas águas.

Os recursos hidrográficos desta bacia abrangem municípios com intensa atividade industrial, principalmente na Serra Gaúcha, o que também pode ser considerado, na ótica ambiental, como fator negativo, já que tal desenvolvimento é gerador de grande índice de poluição. No caso da sub-bacia do Arroio Cadeia, os geradores de contaminação das águas são os curtumes.

No curso inferior do Rio Caí, próximo ao município de Montenegro, a irrigação das lavouras de arroz deriva volumes importantes de água, que junto com o grande complexo industrial do Pólo Petroquímico de Triunfo²⁵, contribuem para desregularizar as vazões do rio Caí.

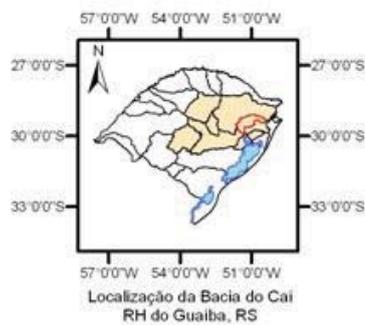
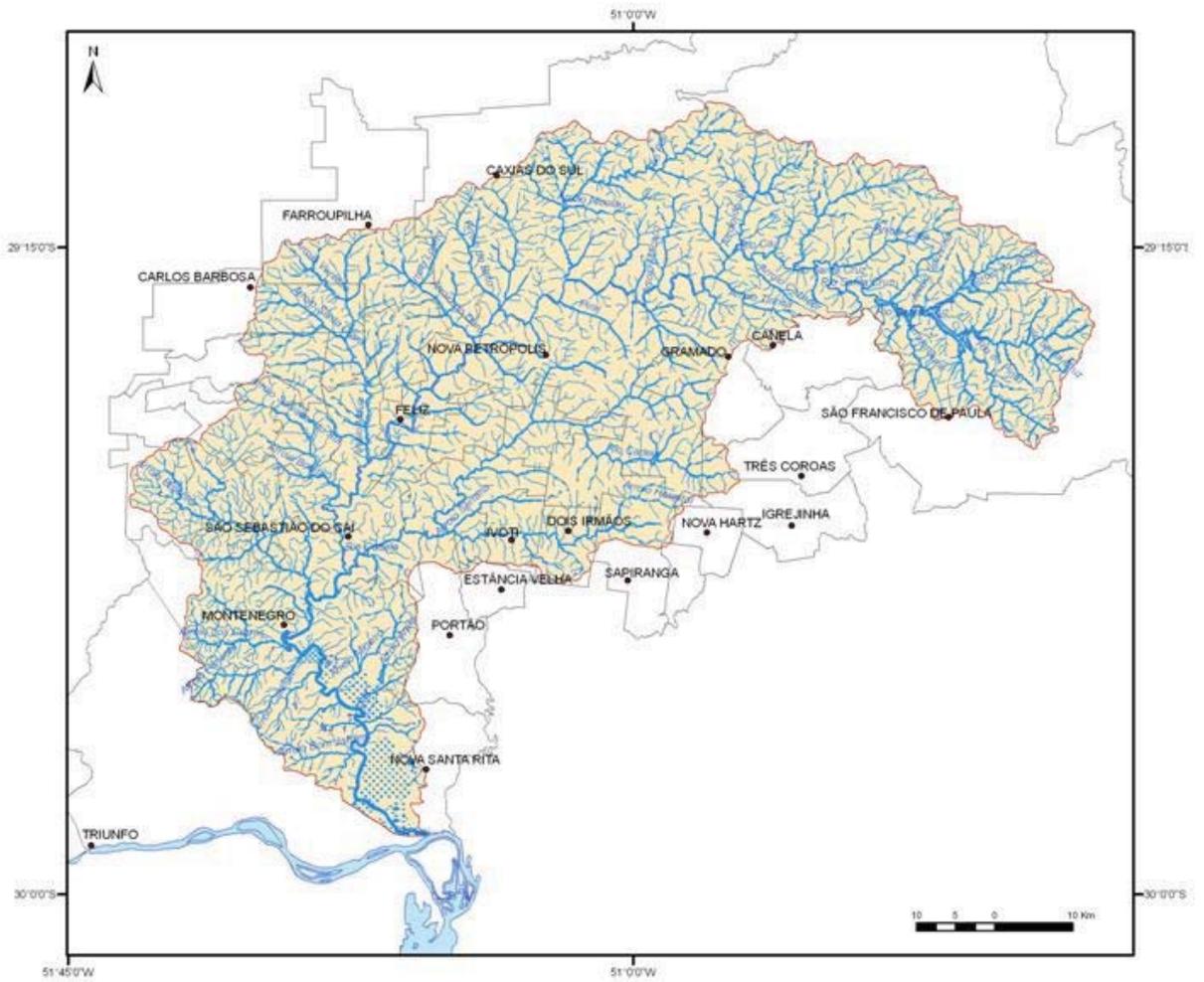
É importante salientar que a maior parte do território montenegrino (87%) encontra-se na bacia do rio Caí e o restante está situado nas bacias do rio Taquari-Antas²⁶ (8%) e do baixo Jacuí (5%).

Todo este potencial hidrográfico certamente foi um dos grandes atrativos da região, no que diz respeito à ocupação por grupos pré-coloniais e, posteriormente por empreendedores dos séculos XIX e XX.

da Serra, que já desde Caí o acompanham de longe, o encaixam definitivamente. No Vale Real, por exemplo, repete-se, em escala maior, a paisagem do Forromeco: reposteiros de montanhas, apontando ao rio como quilhas de navios; a natureza íngreme das barrancas concentra as habitações de um e de outro lado do leito (RAMBO, 1956, p. 370)

²⁵ Sobre as implicações demográfico-ecológicas da implantação do III Pólo Petroquímico para a cidade de Montenegro ver Magalhães (1980).

²⁶ É por esse motivo que muitos sítios arqueológicos apresentam em sua nomenclatura, as letras "TQ", evidenciando que o local está situado na bacia do Taquari.



Fonte: DRH-SEMA - Junho/2008
 Sistema de Coordenadas: SAD 1969
 Projeção: Transversa de Mercator

Figura 3: Bacia Hidrográfica do Rio Cai
 Fonte: <http://www.sema.rs.gov.br>

1.1.5 Fauna e flora

A fauna existente já foi bem mais ampla, composta de vários tipos de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes. Animais como capivara, veado, bugio, gato-do-mato, lontra, graxaim, tucano, pomba, saracura, aracuã, jacu, jundiá, pintado, traíra, piava, dourado, muçum, jacaré, gastrópodes e muitos outros²⁷ eram parte importante de um ecossistema, o qual vem sendo transformado pelos interesses socioeconômicos, pela caça predatória e pelo avanço do espaço urbano.

A flora primitiva²⁸ encontra-se muito alterada, não apresentando integralmente sua vegetação original. As matas são cada vez mais devastadas para dar lugar à ocupação urbana, muitas vezes desordenada, como acontece na maioria das cidades brasileiras. Grandes áreas de reflorestamento²⁹ substituem matas ciliares, são inseridas em campos e propriedades rurais, no intuito de cobrir a demanda de madeira para a indústria. Também são reflorestadas áreas como topos de morros, encostas e vales. Mesmo assim, a região ainda preserva algumas porções de mata nativa, sendo que a vegetação de alguns morros é um exemplo desta riqueza, abrigando inúmeras espécies subtropicais.

Na área urbana, o Morro São João representa um dos últimos pontos de ocorrência de mata nativa. No topo do morro, em área adjacente a uma torre, ocorre basicamente vegetação herbáceo-arbustivo secundária, em um perímetro de pelo menos 300m, incluindo afloramentos rochosos e o mirador, na encosta leste. Alguns elementos arbóreos foram mantidos ou replantados posteriormente para fornecimento de sombra em área de lazer e diversas essências frutíferas formam um pomar sem limites definidos ao norte das instalações. Nas cotas superiores a 130 metros a encosta do morro é íngreme, com extensos afloramentos de rocha, o que impede o desenvolvimento da vegetação de porte. Além destes aspectos geológicos, outros fatores antrópicos contribuem para isso: a derrubada da cobertura nativa original na base do morro e o constante uso do fogo, reprimindo o desenvolvimento das espécies pioneiras. A característica principal deste tipo de formação vegetal é a sua extrema agressividade e a alta resistência a condições adversas. São normalmente espécies de porte reduzido, rasteiras e soretadas, com sistema radicular desenvolvido e folhas pilosas e/ou cerosas, como proteção adicional à evapotranspiração. Crescem sobre terrenos modificados com ou sem afloramentos rochosos em praticamente qualquer declividade (PLANO..., 2004, p. 135).

²⁷ Ver Campos Neto, 1924, p. 38-41.

²⁸ Rambo (1956) relata sobre a extensão da mata virgem no Vale do Caí: “Na bacia do Caí, a mata virgem já principia na zona dos tabuleiros de Montenegro e Pareci, estendendo-se depois com poucas interrupções até a aba da Serra”.

²⁹ Em termos de plantio para reflorestamento, as mudas mais utilizadas são a acácia e o eucalipto, preferências ditadas pelo mercado mundial.

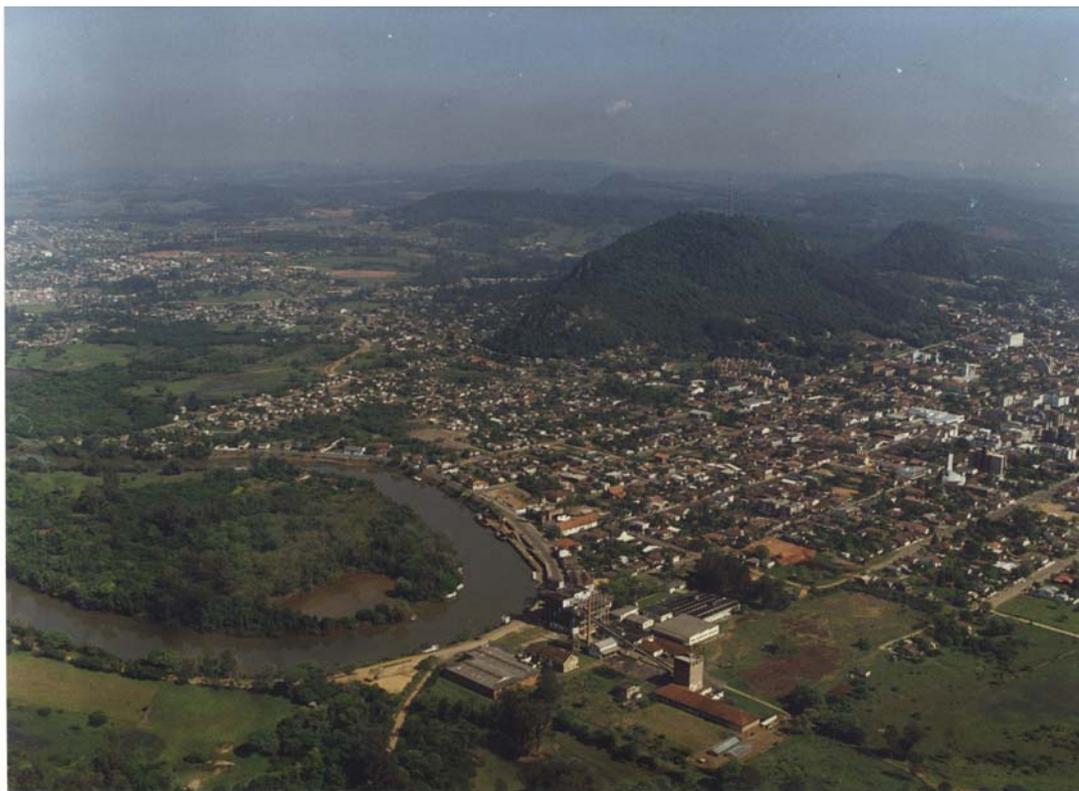


Figura 4: Foto panorâmica de Montenegro, 2003, evidenciando o relevo.
Fonte: Acervo Fototeca do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler

1.2 OS GRUPOS PRÉ-COLONIAIS DA REGIÃO SUL-RIO-GRANDENSE

A compreensão do período pré-colonial de um território em específico, tomando por base uma Arqueologia de caráter local, exige que este seja analisado como parte de um contexto além das fronteiras estabelecidas pelo recorte geográfico da pesquisa, visto que os fatores ambientais e antrópicos que exerceram influências sobre o mesmo, em se tratando de períodos muito recuados, ultrapassaram os limites geográficos politicamente definidos, exigindo uma análise mais abrangente, considerando as transformações ambientais e os grupos humanos presentes no entorno da área em questão.

Considerando essa colocação, é de vital importância apresentar, mesmo que de maneira resumida, alguns dados relevantes acerca dos primeiros grupos humanos a ocuparem o extremo sul brasileiro.

O sítio arqueológico mais antigo do Rio Grande do Sul, de acordo com as pesquisas arqueológicas realizadas até então, está localizado no oeste do Estado, com datação de aproximadamente 13.000 anos:

A data mais antiga que atesta a ocupação humana no estado do Rio Grande do Sul é de 12.770 anos a.P., em sítios arqueológico às margens do rio Ibicuí, no

município de Alegrete. Apesar dessa data indicar que a região do Rio da Prata já estaria povoada entre 10.990 a. C. e 10.550 a. C., a historiografia continua a considerar o início do povoamento do Rio Grande do Sul no século XVI, com a chegada dos europeus na América Meridional ou somente depois do primeiro núcleo populacional português, a partir de 1737 (OLIVEIRA, 2005, p. 11).

Quando da chegada do Homem no Rio Grande do Sul, em termos ambientais, este se dividia, basicamente, em duas paisagens. Ao sul estavam os campos e as planícies e ao norte, as florestas e o planalto.

De acordo com o clima e o meio físico em que vivia, os grupos humanos pioneiros desenvolveram características peculiares. O tipo físico e a procedência permanecem uma incógnita, visto que os indícios disponíveis são restritos para maiores especificações.

Através dos registros arqueológicos disponíveis, verificamos que as peculiaridades de cada paisagem³⁰ exigiram que os habitantes desenvolvessem mecanismos nos âmbitos cultural e tecnológico, adequados para a manutenção de sua subsistência junto aos recursos naturais. Assim, para fins de “interpretação”, as culturas foram classificadas observando o quesito tecnologia, onde são considerados a forma, a função e o tipo de matéria-prima empregada nos instrumentos. Essa classificação está baseada nos conceitos de Tradição e Fóssil-diretor e foi estabelecida a partir dos trabalhos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA realizados no sul do Brasil, durante o período de 1965 e 1972 (MILLER, 1967; RIBEIRO, 1979), época, inclusive, em que muitos sítios arqueológicos do Vale do Caí foram identificados (SCHMITZ, 1991, p. 7; PROUS, 1994, p. 16), fornecendo o primeiro suporte para pesquisas mais densas. No decorrer desta pesquisa serão divulgados dados baseados nessa classificação.

No entanto, é de extrema relevância admitir que, apesar da inquestionável e elogiável contribuição destes trabalhos para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no território gaúcho, há tendências quanto a uma postura um pouco mais crítica acerca da aplicação de análises tipológicas onde a morfologia é priorizada em relação à cultura (KERN, 1991b; HILBERT, 1994; DIAS, 2007, 2007a; HOLTZ, 2007). Hilbert (2007), na tentativa de estabelecer um diálogo aberto e construtivo sobre o papel social da arqueologia na adoção deste tipo de metodologia, reflete sobre a posição do PRONAPA³¹, recorrendo à Antropologia através de uma revisão bibliográfica que atravessa o século XX, abordando conceitos como Histórico-Culturalismo, Difusionismo e Evolucionismo Cultural.

³⁰ Segundo Oliveira (2005, p. 14), apesar da classificação conforme as características ambientais, prevalece a ideia de que os caçadores-coletores são um grupo único, apenas com tecnologias diferenciadas.

³¹ Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas

Nem todos os arqueólogos ou antropólogos evolucionistas estavam preocupados com sociedades e nem todos que estavam interessados em áreas culturais procuravam compreender culturas. Além do mais, nem todas as abordagens que envolvem questões culturais no tempo e espaço são necessariamente histórico-culturais e nem todos que aplicavam metodologias de seriações, produzindo estratigrafias estatísticas, organizando culturas em sequências são evolucionistas. Acredito que as teorias de evolução cultural ocupam uma posição intermediária entre os paradigmas evolutivos e histórico-culturais, mas são, sem dúvida, evolucionistas. O que evolui, sociedades ou culturas, depende do discurso. Neste ponto entra o PRONAPA. Tenho certeza de que os “Pronapianos” tinham uma orientação definida no campo do Evolucionismo Cultural e não eram histórico-culturalistas empobrecidos (HILBERT, 2007, p. 129).

O debate alerta para uma lacuna na pesquisa arqueológica brasileira, pois a articulação entre as variações encontradas nos artefatos nem sempre alcança a questão cultural das identidades sociais dos grupos (DIAS, 2007a, p. 73). Contudo, os argumentos aqui apresentados deverão ser considerados para fins de conhecimento e aplicação em futuras pesquisas. Este estudo, dentro do propósito deste capítulo, não objetiva analisar conjuntos líticos nem interpretar grupos pré-coloniais sob o viés tecnológico ou cultural, mas contextualizar no panorama sul-riograndense, de forma genérica, as informações específicas sobre a presença dos primeiros grupos humanos que estiveram no território montenegrino.

De acordo com evidências materiais obtidas em sítios arqueológicos pesquisados (RIBEIRO, 1968, 1972, 1989, 1999; DIAS, 1994; IPHAN, 2004, 2007), a região de Montenegro e seus arredores foram moradia de vários grupos pré-coloniais, desde os caçadores-coletores até os ceramistas-horticultores.

Os caçadores-coletores de paisagens abertas, ou “povos das grutas”³², a quem são atribuídos os achados classificados como Tradição Umbu, se estabeleceram em áreas que atingiam até a encosta do planalto, conhecidas como Pampa, entre outras paisagens em menor proporção.

As datações obtidas por radiocarbono, de sítios arqueológicos existentes na divisa entre Montenegro e Brochier (RS-TQ-58), onde também foram registradas evidências da Tradição Umbu, estão entre 9.500 a 7.500 A.P. (OLIVEIRA, 2005, p. 17). Apesar de estarem localizados oficialmente em terras brochienses (desmembradas de Montenegro, por emancipação do distrito de Brochier), os sítios mencionados podem ser considerados como referencial para o município, em termos de datação.

³² Esta denominação é inspirada nas inscrições rupestres que estes grupos deixaram em abrigos da encostas do Planalto.

Considerando que o clima há 12 mil anos antes do presente era bastante diferente do atual, os grupos de caçadores-coletores, extremamente dependentes da natureza, foram submetidos a uma adaptação às condições climáticas e aos recursos disponíveis.

1.2.1 – Grupos caçadores-coletores

Grupos a que se atribui a Tradição Umbu deixaram evidências em abrigos rochosos na encosta da região serrana montenegrina e em pequenos vales na borda do planalto. Tais grupos podiam variar em relação ao número de componentes, o que é indicado pelas extensões por estes ocupadas:

Os locais de ocupação são de pequenas dimensões (mais ou menos 50 metros de diâmetro). Essa constatação estaria a indicar pequenos grupos habitando os locais por muito tempo, ou ocupação de grandes grupos por pouco tempo. Os aterros no sudeste e os abrigos sob rocha no **vale dos rios Taquari, Caí e Sinos**, por suas características dimensionais, nos levam a optar pela primeira questão. O número pode girar em torno de 8 a 10 famílias, 25 ou 40 indivíduos (RIBEIRO, 1994, p. 9) [grifo nosso].

Para a obtenção de alimentos, a movimentação era constante e pode ser atestada através dos vários sítios que indicam assentamentos temporários.

Segundo Schmitz (1991, p.14), em algumas áreas com maior número de árvores (decorrentes do aumento da umidade), grupos permaneciam por mais tempo, possivelmente pela maior disponibilidade de alimento e de água. Tais evidências são encontradas nas proximidades dos rios e sangas, e em abrigos rochosos, onde muitos deixaram inscrições. Nestas regiões foram encontrados instrumentos líticos diversificados, como furadores, “quebra-coquinhos”, talhadores, lâminas polidas de machado e bolas de boleadeira, obtidos através do uso dos seixos localizados nas margens dos rios ou em blocos de rocha. A obtenção das ferramentas ocorria por meio de lascamento, no caso da calcedônia, arenito, quartzo³³ e quartzito; e picoteamento ou polimento, em se tratando de basalto, diorito.

Como Montenegro foi possivelmente, neste período, uma região com locais úmidos, há chances dos caçadores-coletores da Tradição Umbu terem sido atraídos pela fartura de alimentos e pelo amplo acesso à água. Tais estimativas são reforçadas, por exemplo, pelo grande número

³³ Em capítulo acerca da formação/erosão geológica do Planalto, Rambo (1956) esclarece: “A mais importante de todas as formações secundárias do meláfiro é o **quartzo**. Originariamente faltante na rocha, o óxido de silício se constitui sob a ação das águas infiltradas, individualizando-se em todos os três estados morfológicos: amorfo na opala, microcristalino nas ágatas e macrocristalinos no quartzo hialino, enfumaçado, arroxeadado e citrino.

de achados em sítios arqueológicos como o RS-TQ-58³⁴ (ver capítulo 2), o qual pode ser considerado um referencial em termos de dados para uma visão ampla da região, e em relação aos demais sítios arqueológicos próximos.

Quanto à dieta destes caçadores-coletores, os restos alimentares constatados em sítios arqueológicos desta região, a eles atribuídos, mostram que a caça era generalizada, composta por espécies como antas, veados, porcos-do-mato, cutias, coatis, pacas, bugios, jaguatiricas, tatus, ratões do banhado (entre outros roedores), preás, cágados, rãs e lagartos. Coletavam ovos, caramujos terrestres e aquáticos, frutas e mel. Tal lista de alimentos provavelmente era farta na região da atual Montenegro.

Como não contavam com técnicas de cultivo e de controle da produção de alimentos, necessitavam estar sempre em busca destes, cuja fonte estava concentrada na coleta e na caça.

Os restos mostram que a alimentação era conseguida com a apropriação de produtos naturalmente disponíveis, sem acréscimo notável resultante da engenhosidade humana. Esta falta de controle da produção obrigava os grupos a manter-se pequenos, móveis e dispersos pelo território (SCHMITZ, 1991, p. 14).

No entanto, conforme menciona Kern (2009, p. 19), apesar da nula produção em termos econômicos e as atividades predominantemente predadoras, sobretudo no Paleolítico e Mesolítico, este período evidencia a utilização da técnica de lascamento para obtenção de ferramentas líticas, das mais simples às mais sofisticadas – exemplificados pelos lascamentos com retoques em serrilhado - e posteriormente à última glaciação, técnicas de pesca. Este processo de constante aperfeiçoamento indica a notória ampliação do conhecimento destes primeiros povoadores, em termos de tecnologias e técnicas para manutenção da sobrevivência.

Os sítios arqueológicos remanescentes desses grupos atestam que a matéria-prima destes implementos líticos eram os seixos rolados dos rios, geodos de quartzo, basalto arenito silicificado e calcedônia. Como produtos do trabalho desses artífices pré-históricos (KERN, 2009, p. 18) estão os núcleos, talhadores, raspadores, lascas e pontas de projétil.

A questão que envolve os atuais debates sobre os primeiros grupos que povoaram o continente americano é a de que se esses se utilizavam estritamente de uma tecnologia³⁵ ainda

³⁴ O abrigo RS-TQ-58, escavado pela equipe do arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro, nos anos de 1981 e 1987, através da técnica de quadrículas e cortes em níveis artificiais de 10 cm, revelou vasto material atribuído às Tradições Umbu e Taquara. Estas coletas deram margem a algumas deduções, como por exemplo: o intenso consumo de gastrópodes (lesmas, caracóis) em praticamente toda a ocupação do abrigo e o uso de bivalves (moluscos) como alimento, por volta de 4000 anos atrás, o que indica uma alteração climática; a presença de cascas de ovos de ema leva a crer que o grupo ocupante do local realizava investidas em campo aberto, mais ao sul (local onde poderiam encontrar tal recurso alimentício).

bastante rudimentar ou se já eram conhecedores de técnicas condizentes com o Paleolítico Superior. Surgiu, assim, através dos achados de alguns sítios arqueológicos, o estágio conhecido como “pré-ponta de projétil”, que caracteriza as indústrias líticas que não representam técnicas mais aprimoradas de retoque por pressão. Também foram encontrados sítios arqueológicos condizentes com o período da última glaciação, contendo materiais resultantes de técnicas de lascamento por percussão e retoques por pressão, identificadas também na Europa, Ásia e América do Norte. Em suma, os achados revelam desde a persistência de técnicas básicas até as mais aprimoradas de confecção de instrumentos.



Figura 5: Amostras do material coletado no sítio arqueológico RS-TQ-58- Acervo CEPA/UNISC
Fonte: Acervo próprio

Importante mencionar que ainda há indefinições e a necessidade de maiores estudos quanto à relação desta indústria de lascamento e a produção de pontas de projétil que, pela forma de seu pedúnculo, são conhecidas como “rabo de peixe”, “cauda de peixe” ou como “cola de pescado”.

³⁵ Uma visão bastante contemporânea e reflexiva sobre a confecção e utilização de material lítico, evidenciando a fenomenologia, neste complexo contexto envolvendo Homens, peças e representações, pode ser conferida em HILBERT (2007, p. 95).

No sul da Patagônia, tais achados têm sido relacionados à presença da megafauna glacial. No Uruguai e no sul do Brasil foram encontrados exemplares dispersos. Uma ponta de projétil “rabo de peixe” foi encontrada aleatoriamente dentro da área urbana de Montenegro, conforme mostrado no capítulo 2. As paisagens abertas que interligam o sul do Brasil com o Uruguai e Argentina compunham o cenário da trajetória desses grupos caçadores-coletores e constituem contexto desafiador para novas pesquisas.

Os grupos caçadores-coletores, habitantes milenares do Planalto gaúcho e suas encostas, há cerca de 2.000 anos, sofreram gradativamente um processo de neolitização, com mudanças culturais determinantes para um novo padrão de sustentabilidade. A confecção de utensílios cerâmicos, a domesticação de plantas e a construção de moradias substituiu aos poucos o modo de vida baseado na caça, pesca e coleta.

Tais inovações ainda são objetos de estudo, apesar das diversas hipóteses:

Não sabemos ainda se as inovações neolitizantes foram trazidas por grupos de língua jê que migraram para o sul pelas alturas do Planalto Sul-Brasileiro, ou se o aporte de novas tecnologias foi sendo passado de grupo a grupo por processos de transculturação. O que parece indiscutível é que se introduziu uma série de novos padrões culturais que dariam origem a outra importante etapa deste complexo processo histórico. Parece provável também que a invasão gradual da região platina pelos guaranis tenha colaborado com este processo de neolitização (KERN, 2009, p. 26).

Diversos foram os grupos caçadores-coletores que percorreram o atual território gaúcho, como os das florestas do planalto sul-rio-grandense, os da costa litorânea – sambaquianos e os pampeanos.

1.2.2 – Grupos pré-coloniais litorâneos

Nos últimos 6 a 7.000 anos, a apresentação do ambiente litorâneo era bastante diferente, com o nível do mar avançando até as encostas do Planalto Meridional, tomando como base as lagoas existentes na costa gaúcha. O litoral era composto por praias delineadas por montanhas, algumas com cursos d’água direcionados para o mar.

Com a regressão das águas foram formados estreitos corredores de areia que delimitaram lagoas e lagunas, as quais, gradualmente foram dessalinizadas. Em outras áreas, mais baixas, foram formados manguezais. Junto a lagos ou mangues, a floresta tropical atlântica era uma excelente fonte de caça e coleta.

Na parte do sul do atual estado gaúcho, as áreas abertas de campo surgem, margeando as pradarias. A partir de então predominam as praias de mar aberto, com as dunas móveis. Este grande e atraente mosaico de recursos – florestas, campos, encostas, praias, lagoas e rios - foi o lar dos grupos pré-coloniais litorâneos até a chegada dos grupos Guarani ao atual território, há cerca de 2.000 anos.

Por volta de 6.000 anos atrás, quando acontecia o Ótimo Climático, tais grupos iniciavam a formação de grandes acúmulos de resíduos alimentares, que chegavam a corresponder a números inimagináveis de ossos de peixes, carapaças de moluscos, conchas.

Estes montículos são denominados sambaquis, sendo que alguns chegavam a atingir alturas consideráveis, como se fossem morros de pequeno porte.

A cultura sambaquiana³⁶ é caracterizada pela habilidade artesanal em técnicas de polimento, lascamento e escultura, como no caso dos zoólitos³⁷. Essas pequenas esculturas poderiam estar ligadas a mitos da morte, renascimento ou fertilidade. Raros, mas importantes são os casos dos antropólitos, encontrados em terras uruguaias, ou seja, bem distantes dos sambaquis.

Os pesos de rede e anzóis, encontrados em sítios arqueológicos atribuídos a esses grupos, sugerem o domínio de técnicas aprimoradas de pesca. Também são encontrados petróglifos em áreas relacionadas com a presença de grupos sambaquianos, onde as gravuras, mostrando desenhos geométricos, geram especulações sobre uma possível ligação com as gravuras do mesmo tipo, encontradas em áreas pampeanas e da Encosta do Planalto.

Os grupos sambaquianos possivelmente desapareceram ou se aculturaram com os grupos ceramistas horticultores.. Uma hipótese que merece credibilidade é a de que se “guaranizaram” ou se “guainizaram”, dependendo do grupo com que supostamente tiveram contato.

1.2.3 – Grupos pré-coloniais dos pampas

Os pampas argentino, uruguaio e sul-rio-grandense receberam os grupos de caçadores-coletores mais antigos, considerando as informações disponíveis até então. As datações por radiocarbono para esses grupos variam de 12.770 a 575 anos a.P. (NOELLI, 1999 apud

³⁶ Segundo Kern (2009, p. 28), é preciso observar que o termo “cultura sambaquiana” é um termo oportuno mas nem tanto preciso.

³⁷ Os animais representados nestas estatuetas são arraias, cetáceos, baleias, peixes, pombas, corujas e raramente animais terrestres, como o tatu. Cabe lembrar que tratam-se de hipóteses, pela similaridade das formas com os animais da fauna atual..

OLIVEIRA, 2005, p. 17), sendo que o sítio arqueológico gaúcho mais antigo está localizado em Alegrete, região oeste do Estado.

A cultura material resultante de sua passagem por estas terras³⁸, que tem como fósil-guia diretor as pontas de projétil com gume serrilhado, bem como as gravuras rupestres, apontam a transição do Pleistoceno para o Holoceno como o período de grande permanência dessas populações, o qual perdurou até o encontro com novos ocupantes deste território. Num período de aproximadamente 11 mil anos, esses grupos caçadores-coletores deixaram suas marcas no território gaúcho. Sua ocupação do sul do Estado, há cerca de 2.500 a.P., coincide com o surgimento dos cerritos. Em seguida ocorreu a ocupação por povos ceramistas oriundos do norte, ocasionando contatos culturais, já que em camadas mais profundas de alguns cerritos foram encontrados artefatos da Tradição Umbu (OLIVEIRA, 2005). Nesses contatos, os grupos caçadores-coletores possivelmente aprenderam a técnica da confecção de cerâmica e de processamento de alimentos. A cerâmica encontrada nos sítios arqueológicos atribuídos a estes grupos foi classificada como Tradição Vieira, de recipientes pequenos, paredes grossas e sem muita diversificação e sem acabamento elaborado.

As datações por radiocarbono 14, relacionadas a essas ocupações, a partir da presença de cerâmica, variam entre 2.020 a 200 a.P., no município de Rio Grande (NOELLI, 1999 apud OLIVEIRA, 2005, p.22), sendo que as últimas ocupações coincidem com o período dos séculos XVIII e XIX, com a presença portuguesa e a fundação da Colônia de Sacramento. A presença do europeu alterou a vida desses grupos, em termos territoriais e tecnológicos. A adoção do cavalo e do gado nos seus costumes fortaleceu ainda mais seu espírito individualista, tornando-se, ao contrário dos guaranis, mais independentes e retraídos (HILBERT, 2009).

Foram resistentes à colonização e catequização e ganharam a denominação de “Minuanos”³⁹ e “Charruas”⁴⁰ pelos luso-espanhóis, a partir do século XVI.

A documentação histórica do período colonial aponta o vale do Rio Negro e as proximidades da costa litorânea como território dos Minuanos, que teriam sido contatados pelos

³⁸ Os sítios arqueológicos relacionados a esses grupos estão dispersos em uma grande área. Na Argentina, eles são encontrados nas zonas de campo do nordeste, sobretudo no sul do território de Misiones. Foram prospectados em todas as paisagens abertas da vertente atlântica. Distribuem-se por quase todo o Uruguai, mas principalmente no vale do rio Negro, na zona meridional do Rio Grande do Sul, nos campos de cima do Planalto (campos de Vacaria, de Lages e de Curitiba) e nos da planície litorânea, até Torres. Muitos sítios estão relacionados com as zonas alagadiças das cabeceiras do Rio Negro e do sudoeste e sul do Rio Grande do Sul (KERN, 2009, p. 31).

³⁹ Uma importante pesquisa sobre os Minuanos/ Guenoas nos Cerritos da bacia da Lagoa Mirim pode ser conferida em PEREIRA (2008).

⁴⁰ Sobre a trajetória Charrua no sul do Brasil e Uruguai, bem como seu contato com os colonizadores e o panorama das pesquisas mais recentes, ver Hilbert (2009).

primeiros portugueses que se instalaram em povoados do litoral uruguaio e sul-rio-grandense, logo após a fundação da Colônia de Sacramento (OLIVEIRA, 2005).

O vale do Rio Uruguai e seus afluentes foram o local de habitação dos Charrua, que então mantinham um contínuo contato com os campos argentinos e conseqüentemente com os espanhóis das cidades fundadas nesses vales.

A seguir mostramos alguns aspectos dos grupos pré-coloniais das florestas do Planalto Meridional, também evidenciados em sítios arqueológicos do Vale do Caí.

1.2.4 – Grupos pré-coloniais das florestas do Planalto Meridional

Como já vimos, por volta de seis mil anos atrás, as transformações climáticas causaram o aumento da temperatura e da umidade, propiciando o crescimento de florestas de araucária no Planalto, ocasionando grande disponibilidade de flora e fauna para grupos caçadores-coletores.

As ocorrências de sítios arqueológicos em margens dos rios das bacias dos rios Uruguai, Jacuí e Paraná e afluentes, com datações por radiocarbono 14^{41} (NOELLI, 1999, apud OLIVEIRA, 2005, p. 19) variam de 6.620 a 380 anos a.P., em regiões de grande altitude no Planalto Meridional, onde foram encontrados artefatos apropriados para o trabalho em madeira. Dentre esses materiais, identificados como Tradição Humaitá, os machados bifaciais são o fóssil-diretor.

A interligação entre as Tradições Umbu e Humaitá ainda são alvo de estudos (HILBERT, 1994; KERN, 1983; HOELTZ, 2007;), mas é possível supor que os artefatos tenham sido confeccionados pela mesma população, adaptada às necessidades específicas da cada região, como os machados bifaciais para cortar madeira da floresta e as pontas de projétil líticas para as áreas abertas do Pampa (OLIVEIRA, 2005, p. 19).

Durante os dois últimos milênios demonstraram novos padrões culturais, dominando a técnica da cerâmica, o cultivo de plantas e a construção de casas subterrâneas. Estas inovações ainda não foram comprovadas como resultado de um processo de difusão tecnológica ou de assimilação cultural.

Nesse período, a região do Planalto Meridional disponibilizava alimentos fontes de proteínas e carboidratos, como o pinhão colhido no outono e uma fauna variada, com porcos do mato, capivaras, veados, moluscos e peixes. Eram cultivados o milho e o porongo, bem como

⁴¹ Datações não calibradas.

permaneceu a coleta de raízes, frutas silvestres e mel, obedecendo a uma exploração sazonal do território (KERN, 1994, p. 85).

Em épocas de frio intenso, com a possibilidade de geadas e até neve, os grupos abrigavam-se nas casas⁴² subterrâneas, provendo-se de alimentos armazenados no outono. Essas habitações são encontradas de forma isolada e em forma de aldeias, similares às encontradas desde o sul de Minas Gerais, atribuídas aos grupos falantes da língua Jê (OLIVEIRA, 2005). Tratava-se de depressões escavadas em solo seco, lembrando um poço, com formas circulares ou, mais raramente, elípticas. Poderiam ser geminadas, com paredes verticais ou bastante inclinadas, com diâmetro entre 2 e 20 m e profundidades que poderiam atingir até 8 m. Conforme Kern (1994, p. 92), no centro desta escavação era colocado um poste apoiado por pedras, que sustentava o telhado feito de galhos de árvores, provavelmente dispostos de forma radial e cobertos por ramos de palmeira, o que facilitava o escoamento da fumaça interna.

O contexto arqueológico do interior dessas casas subterrâneas nos mostra restos de fogueiras, fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e resquícios de alimentação. Termóforas e pedras de fogão também foram observadas, algumas com superfície externa enegrecida pelo carvão, sugerindo que o uso da cerâmica era limitado, havia a persistência da Tradição Humaitá e o contato entre caçadores-coletores e horticultores-ceramistas com povos dos sambaquis (OLIVEIRA, 2005).

Como nos esclarece Kern (1994, p. 92), outro tipo de estrutura atribuída a estes grupos são os “dançadores”, grandes áreas planas que foram transformadas e recriadas culturalmente com fins rituais. Relacionados a essas são encontradas extensas áreas em forma circular ou trapezoidal, de 20 a 30 m de diâmetro, limitadas por montes de terra de até 1m de altura, onde foram encontrados pequenos montículos utilizados como túmulos. Essas evidências sugerem a presença de trabalho envolvendo muitas pessoas, com crenças e entendimentos complexos capazes de transformá-los em estruturas concretas.

A Indústria lítica foi aprimorada pelo polimento das pedras, atestado pela presença de artefatos como as mãos-de-pilão. Quanto à cerâmica produzida por estes grupos, era classificada como Tradição Taquara, composta por recipientes pequenos, de tigelas abertas e potes cilíndricos, com paredes geralmente alisadas interna e externamente, com algumas exceções que apresentam decoração plástica externa.

⁴² Apesar do termo “casas subterrâneas” ser usual quando se trata de ceramistas-horticultores do Planalto Meridional, algumas estruturas menores (2 X 2 m de diâmetro e altura), onde são raros os artefatos líticos ou cerâmicos, poderão tratar-se de meros depósitos (OLIVEIRA, 2005, CORTELETTI, 2008).

No entanto, relacionados a esses grupos do Planalto Meridional, podem ser identificados sítios arqueológicos do tipo acampamento, a céu-aberto, e de oficinas líticas. Tanto nas encostas do planalto, como nas paredes verticais dos vales encaixados, existem abrigos sob rocha⁴³ que foram eventualmente utilizados por estes grupos. Podem ter sido lugares de passagem e estada temporária, apesar de alguns apresentarem enterramentos (KERN, 1994, p. 92).

Nas primaveras buscaram outros nichos ecológicos, o que é sinalizado pela dispersão de sítios arqueológicos até a planície litorânea, sugerindo acampamentos provisórios⁴⁴.

No que diz respeito aos grupos horticultores–ceramistas da Tradição Taquara⁴⁵, as datações por radiocarbono 14 (NOELLI, 1999 apud OLIVEIRA, 2005, p. 28) indicam datas entre 1.810 a 160 anos a. P., o que mostra que os sítios mais antigos são concomitantes com o estabelecimento dos falantes da língua Jê no planalto sul-rio-grandense, e os mais recentes correspondem aos séculos XVII e XIX, quando acontecia a ocupação ibérica.

Mantiveram-se isolados nas florestas subtropicais, estabelecendo contatos e trocas culturais com os Guarani, conforme dados arqueológicos de sítios localizados em vales mais baixos, quentes e úmidos. Sobreviveram às investidas luso-espanholas e mantiveram sua resistência até a colonização por italianos, alemães e poloneses, populações com as quais estabeleceram choques culturais violentos.

1.2.5 – Os Guarani

A chegada dos ceramistas-horticultores vindos do norte ao território gaúcho está demarcada no início da Era Cristã. Datações por radiocarbono 14 demonstram a presença de grupos Guarani no período compreendido entre 1.800 a 110 anos a.P. (NOELLI, 1999 apud OLIVEIRA, 2005, p. 25).

Dominavam a confecção de cerâmica⁴⁶, a horticultura e a domesticação de animais, técnicas que foram absorvidas pelos povos com os quais mantiveram contato.

Os Guarani pertenciam a uma ramificação da família lingüística Tupi-Guarani⁴⁷ e foram grandes conquistadores, desde o litoral leste do Brasil, até a região do Rio da Prata:

⁴³ Exemplo disso é o sítio arqueológico RS-TQ-58, na divisa Montenegro /Brochier. Ver RIBEIRO (1999).

⁴⁴ De acordo com as pesquisas arqueológicas realizadas até então, no território montenegrino, os sítios arqueológicos onde foram encontrados vestígios da Tradição Taquara indicam que se tratavam de ocupações temporárias (RIBEIRO, 1999).

⁴⁵ Um rico estudo sobre o Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul, enfatizando a presença de ceramistas-horticultores do Planalto Meridional, pode ser conferido em Corteletti (2008).

⁴⁶ A cerâmica, a partir de então, passou a ser o fóssil-diretor dessas tradições culturais. No caso de povos pré-ceramistas, o fóssil-diretor está centrado no material lítico.

Os grupos falantes da língua Tupi ocuparam grande parte da costa leste, desde o Equador até o Trópico de Capricórnio, no litoral de São Paulo. Os Guarani, por sua vez, desceram da Amazônia seguindo os caminhos hidrográficos da Bacia Platina, instalando-se desde o sul do Mato Grosso e do Trópico de Capricórnio até a foz do Rio da Prata, ocupando ainda o litoral sul-brasileiro. Suas aldeias e os seus territórios de caça e coleta ocuparam amplos espaços **nos vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, bem como nos seus afluentes**, disputando o território ocupado há milênios pelos caçadores-coletores locais. Através **dos vales do Jacuí** e dos Sinos, atingiram a planície litorânea, dirigiram-se para o norte, ocupando a área povoada pelos grupos de pescadores-coletores dos sambaquis, chegando até São Paulo (OLIVEIRA, 2005, p. 23) [grifo nosso].

O ambiente em que optaram por se concentrar havia se formado cerca de 6.000 anos antes, quando as temperaturas se elevaram e as chuvas foram abundantes em comparação ao clima atual, depois de um período frio e seco. Como consequência, a mata se desenvolveu e cobriu regiões específicas, como a encosta baixa do planalto, que então se apresentava quente e úmida, e todas as terras próximas às bacias hidrográficas que compõem essa região, destacando as dos rios Jacuí e Uruguai. Foi nas florestas dessa região, com clima propício para a manutenção do modo de vida Guarani, que surgiram as primeiras aldeias:

A mata se mantinha num clima úmido, temperado, sem estação seca e com verão quente, com temperaturas médias anuais de 18 a 22°C, com grande amplitude térmica durante o ano, havendo no inverno 3 a 10 dias de geada e no verão, temperaturas extremas que podiam alcançar 40°C. As precipitações, mais abundantes no inverno, atingem de 1.250 a 2.000mm anuais. As aldeias eram levantadas em clareiras abertas nesta mata. Ao redor se faziam as roças para os necessários cultivos. No começo deveriam estar em meio a uma mata virgem, mas aos poucos as capoeiras se tornariam cada vez maiores e mais incômodas (SCHMITZ, 1991, p. 39).

Inicialmente, o aldeamento era concentrado em uma só área, a qual era substituída para sanar as necessidades econômicas do grupo. Essa permanência limitada em termos cronológicos foi percebida pelas camadas onde são encontrados os mais antigos vestígios de procedência Guarani, que então, segundo Schmitz (1991, p. 40), não ultrapassam 40 cm de espessura⁴⁷ nos processos de escavação.

No primeiro momento da colonização as aldeias estavam, de preferência, longe dos rios, no limite da mata com o campo, ou em locais onde a mata e o campo estavam entremeados. A população no tempo deveria ser pequena, e as aldeias muito distantes umas das outras. As terras provavelmente não eram as melhores, mas adequadas e o lugar abundava em caça, era de difícil locomoção e estava afastado dos caçadores e coletores da margem do rio. Mas logo, na primeira grande expansão, correspondente ao clímax da cultura, as aldeias se transferiram para as várzeas, onde as

⁴⁷ Quando nos referimos à família linguística, a grafia utilizada é “Tupi-guarani” e no caso da Tradição arqueológica, esta deve ser mencionada como “Tupiguarani” ou simplesmente “Guarani”. Quanto a maiores informações sobre as línguas do Tronco Tupi, ver La Salvia; Brochado (1989, p. 161).

⁴⁸ Ver também Prous (1992, p. 388)

terras são mais férteis e mais profundas, havia bastante caça, pesca e moluscos comestíveis, podendo a locomoção ser feita por água. A população já era suficiente para competir com os índios caçadores e coletores, que podiam ser extintos, destruídos ou incorporados. As aldeias, com isso, se tornariam maiores e mais duradouras (SCHMITZ, 1991, p. 40).

Depois de esgotada a ocupação nas terras ribeirinhas e lacustres, instalaram-se nas encostas dos morros, onde o solo, por ser quase sempre proveniente da decomposição do arenito Botucatu e do granito, era pobre para o cultivo, fator que propiciava somente aldeias pequenas e de curta duração (SCHMITZ, 1991). A distância dos recursos hídricos acarretou em escassez de moluscos e peixes, bem como era um obstáculo para a comunicação, que costumava ser ágil pelo curso dos rios.

O Teko-há Guarani, seu modo de ser e viver, exigia constantes contatos com outros grupos, o que é confirmado pela existência de vários caminhos, tanto fluviais como terrestres, que ligavam as aldeias entre si. Foi ao longo destes caminhos que realizaram a conquista de territórios, impondo seu modo de vida e suas inovações tecnológicas, principalmente através do uso de cerâmica e da horticultura (OLIVEIRA, 2005, p. 24).

As aldeias, situadas preferencialmente a uma altitude máxima de 400m (OLIVEIRA, 2005), eram compostas de várias choupanas praticamente padronizadas em termos de materiais, tamanho e distância entre si⁴⁹. Como essa distribuição era ampla, o centro da aldeia e as roças eram acessíveis a todas as moradias.

Nessas casas⁵⁰ eram abrigadas várias famílias nucleares, pertencentes a uma família maior, unida por laços de antepassados do mesmo clã, considerando que, quanto maior o número de ocupantes, maior a construção⁵¹. Os moradores da casa constituíam a unidade familiar das aldeias e, em caso de crises em termos de subsistência, as unidades se separavam, mesmo que temporariamente, com a finalidade de obter mais sucesso na obtenção de alimentos e demais recursos.

No interior dessas construções foram encontrados vestígios alimentares e cerâmica inutilizada, mostrando que esses locais poderiam também tratar-se de depósitos de resíduos. A exceção está no descarte das oficinas líticas que, em alguns casos, estavam localizadas a certa distância da aldeia, possivelmente para evitar cortes nos transeuntes do local (SCHMITZ, 1991).

⁴⁹ Segundo Schmitz (1991), a distância entre as moradias chegavam a dezenas de metros.

⁵⁰ Também conhecidas como ocas ou ogas.

⁵¹ Schmitz (1991) menciona que as casas que abrigavam famílias numerosas tinham forma elipsoidal, enquanto as menores, eram em forma subcircular.

Nos afloramentos rochosos obtinham a matéria-prima para suas ferramentas líticas, compostas principalmente por lâminas de machados polidas e enxós, para o uso com madeira; tembetás, normalmente de quartzo polido e pequenos pingentes⁵² de formas variadas.

De acordo com Schmitz (1991), a produção cerâmica também caracteriza uma cultura rica e é um indicativo de que o grupo havia ultrapassado o estágio da mera subsistência. Confeccionados pelas mulheres, os utensílios cerâmicos atingiam usos muito amplos, servindo para o transporte e armazenamento de água e de mantimentos; cozer e servir alimentos; preparar e distribuir bebidas fermentadas (como o cauim ou chicha) e até enterrar os mortos. Sua duração era relativamente curta, visto que a queima com fogo a céu aberto e sem maior controle, impedia uma resistência equiparada aos submetidos a fornos fechados e com temperaturas adequadas.

O material era obtido, em alguns casos, a distâncias consideráveis, de acordo com a necessidade:

O artesão deve selecionar uma argila à sua exigência, que se molde às suas necessidades, que se adapte ao seu desejo de ceramista, sem maiores alterações. O provável é que esta argila, a melhor em seu entendimento, não estivesse próxima ao local de habitação mas, assim mesmo, não sendo a ideal, poderia perfeitamente satisfazer às necessidades básicas da produção ou, então, deveria ir buscá-la em outro pontos. As alterações que, desta forma, vamos obter e ter dentro dos grupos e os locais de ocupação ao longo de um vale, serão muito grandes (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 11).

Nas aldeias eram usadas vasilhas de diferentes tamanhos, formatos e decoração. Para cozinhar, por exemplo, eram mais adequadas as de grande abertura, com bojo de até 30 cm (SCHMITZ, 1991, p. 42) e para as bebidas de festas coletivas eram usuais os grandes recipientes, conhecidos por talhas ou Cambuchí (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 130), que possuíam o pescoço estreitado e atingiam até 1 metro de bojo e altura. Quando o caso era servir alimentos ou bebidas, as mais empregadas eram pequenas tigelas. A cerâmica era produzida de modos variados: o modelado, o acordelado, o moldado e o torneado.

A decoração plástica desses recipientes era bastante variada e não se restringia ao caráter ornamental, mas a uma função prática de concentração e distribuição de calor nas saliências externas. É classificada pelos arqueólogos, de acordo com a elaboração, apresentando nomenclaturas⁵³ como: corrugado, digitado, ungulado, beliscado, ponteadado, estampado, estocado, escovado, espatulado, entre várias outras (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 35). O tipo de decoração descrito era próprio de peças utilitárias, sendo que outros conjuntos de

⁵² Podiam ser feitos de dentes de animais ou carcaças de caramujos.

⁵³ Para maiores informações, ver (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 35).

utensílios eram submetidos a trabalhos ainda mais ricos em ornamentos e com técnicas mais detalhadas, que incluíam pinturas em vermelho, amarelo e preto (tintas vegetais), sobre um fundo branco (tintas minerais) (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 95). Segundo Kern (2009, p. 59), os recipientes alisados ou de decoração estritamente plástica serão provavelmente encontrados em áreas de cocção ou de armazenagem de alimento, enquanto os pintados, em áreas de prováveis cerimoniais. Acervos compostos por esses achados têm sido pesquisados recentemente⁵⁴ e cada vez mais são alvo de estudos, em prol de um maior conhecimento acerca dessas manifestações artísticas.

Quanto à subsistência Guarani, esta era baseada na horticultura, para o provimento de carboidratos e na caça e pesca, para garantia do consumo de proteínas. Como menciona Schmitz (1991), para o cultivo era praticada a coivara, ou seja, um procedimento que iniciava com a abertura de clareiras na mata, queimada e o plantio sem maiores preparos da terra. Este espaço era utilizado para este fim mais ou menos três anos, período em que o terreno já estaria tomado pela vegetação rasteira.

Diante dessa rudimentar técnica de cultivo, a produção era limitada, gerando uma distribuição desigual e mesmo insuficiente para o provimento durante as estações do ano. Enquanto alguns itens da colheita exigiam o consumo imediato, por serem perecíveis (cará, moranga, batata, abóbora e amendoim), outros eram passíveis de ser processados ou estocados. Exemplos desses últimos são o milho, o feijão, a mandioca (transformada em farinha ou beiju) e o pinhão, que era transformado em farinha e pão. Além do consumo dos alimentos já citados, buscavam complementos à alimentação, baseado na coleta de raízes, frutas, fungos, folhas, moluscos fluviais e mel silvestre. Também é preciso considerar que o sucesso das colheitas era proporcional à regularidade climática na região, pois secas, geadas e excesso de chuva interferiam de maneira prejudicial ao plantio.

Também plantavam algodão, que era a matéria-prima para a tecelagem; fumo, usado em cachimbos e presente em cerimônias mágicas e lazer; e os porongos (ou cabaças), para serem utilizados como recipientes.

No que se refere à caça, os Guarani abatiam animais de médio a grande porte, quase sempre de hábitos noturnos, como o ratão-do-banhado, o tatu, a capivara, a anta, o veado e o

⁵⁴ Os estudos relacionados com a cerâmica guarani são bastante ricos e apontam possibilidades quanto a novos dados e discussões acerca de inovações culturais e seus significados no contexto social do grupo. Ver Monticelli, 2007, p. 105), disponível em: http://www.mae.usp.br/capes/arquivos_pdf/1219850068.pdf. Como outro exemplo de estudos referentes à cerâmica pintada e suas representações, ver OLIVEIRA, 2008. Disponível também em meio eletrônico em: <http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/biblioteca>

lagarto. São comumente encontrados, em sítios arqueológicos, ossos de bugio, cutia, capivara, paca, preá, jaquaticura, ouriço, zorrilho e gambá.

No processo da busca e produção de alimentos, é possível verificar a divisão bem definida de tarefas, entre homens e mulheres, na rotina diária da aldeia:

Na produção de alimentos os homens cortavam o mato e se encarregavam das proteínas, ao passo que as mulheres faziam o plantio e a colheita e se encarregavam das lidas domésticas. O resultado da atividade feminina era mais seguro que o da masculina, porque baseada no cultivo, havendo geralmente suficientes carboidratos; ao passo que a atividade econômica masculina, porque baseada na caça e na pesca de animais dispersos, produzia resultados muito mais aleatórios. A atividade masculina adquiria uma certa eficiência apenas quando coletiva, reunindo os esforços de vários homens, e por isso a vida em aldeias tinha grandes vantagens sobre a vida em casas dispersas (SCHMITZ, 1991, p. 44).

No caso dos costumes familiares das aldeias, também é notória a divisão e pronunciada⁵⁵ a desproporção de valores atribuídos às figuras masculina e feminina:

O sistema social não era matriarcal, como já se afirmou em relação às populações denominadas de neolíticas. Ao contrário do que já se afirmou, desde o século passado, o papel das mulheres era subalterno. As lideranças familiares de cada oca, de cada aldeia e de cada tribo, eram sempre masculinas. Os caciques (*tubichás*) e os chamans (pajés) nunca foram atores sociais femininos. E o que servia de indicador social do prestígio de um guerreiro era o número de mulheres que podia manter (KERN, 2009, p. 54).

No entanto, dentro do núcleo familiar, havia um sério comprometimento, com grande respeito às tradições. Em relação ao grupo, a organização social era complexa, e assumir a posição de líder espiritual ou guerreiro obedecia a critérios:

O melhor guerreiro, melhor caçador, que tivesse o melhor discurso e que fosse o mais generoso era considerado o chefe. (O termo cacique não é original do Brasil, mas das Antilhas). Também havia a liderança espiritual, ou pajé, que tratava da ligação entre o mundo dos homens e o sobrenatural. O pajé poderia ser curador, rezador ou simples profeta andarilho, que contava os mitos, as lendas e fazia adivinhações. Geralmente o pajé era respeitado, mas em caso de falhas (morte em caso de doença ou erro nas previsões) poderia ser expulso ou até morto (SOARES; KLAMT, 2005, p. 53).

Os enterramentos Guarani ainda constituem um assunto a ser aprofundado. Contudo, a prática, em períodos mais recentes, é o do sepultamento em grandes urnas funerárias, enterradas em cemitério próximo à aldeia. O corpo ou os ossos descarnados eram depositados na urna, que

⁵⁵ A intenção, neste momento, não é o aprofundamento em questões de gênero, mas sim o de mostrar a dinâmica das relações na cultura Guarani. Para maiores detalhes sobre a organização familiar dos Guarani, ver Soares (1997).

era coberta por um pote menor. A intenção da tampa era armazenar a alma, que acreditavam, seguia em separado do corpo.

Os Guarani não alimentavam crenças em deuses, mas em espíritos da natureza, como o sol, considerado uma divindade, mas não um deus. Acreditavam que o sol era o responsável pelo nascer dos dias e das plantas e, conseqüentemente, por seu alimento. O sentimento religioso desses grupos estava presente em todas as atividades diárias, que, na sua visão, só aconteciam por uma explicação mística. O respeito à natureza também está vinculado à religião, pois todas as riquezas naturais importantes para sua sobrevivência, como a água, a floresta e as pedras, estavam protegidas por espíritos.

Quanto ao ritual antropofágico⁵⁶ dos povos falantes da língua Tupi, com o consumo de carne humana⁵⁷, esse efetivamente acontecia e não consistia em saciar a fome, mas sim “absorver” as qualidades e aptidões dos inimigos.

Em relação à busca da “terra sem mal”, Schmitz (1991) esclarece que essa era uma crença Guarani, defendida pelas tribos e pelos pajés, como forma de amenizar, na aldeia, o impacto de uma população numerosa numa economia limitada. Era uma espécie de paraíso idealizado numa floresta tropical virgem, com abundância em alimentos.

Mencionados aqui alguns aspectos histórico-ambientais de grupos pré-coloniais ocupantes das terras gaúchas, os quais promoveram diversos intercâmbios culturais e tecnológicos, principalmente em regiões como a Depressão Central, ao longo do Rio Jacuí e seus afluentes (KERN, 1991c, p. 151), cabe, então, uma próxima etapa que consiste na apresentação dos sítios arqueológicos montenegrinos, os quais apontam a presença de algumas populações até então referidas. Essa descrição será abordada concomitante ao panorama das pesquisas arqueológicas realizadas até então no município, constante no próximo capítulo deste estudo.

1.3 – NATIVOS E COLONIZADORES: O CHOQUE DE CULTURAS

No atual panorama das pesquisas históricas, há o entendimento de que cada cultura, indiscutivelmente, tem seu valor e a cultura de um povo pode ser múltipla, heterogênea e moldável. Dentro desse entendimento, a diversidade cultural de nossa região é resultado de um processo de transculturação (KERN, 1996), iniciado no encontro da cultura indígena com a

⁵⁶ Ver Agnolin, 2005.

⁵⁷ Além dos relatos de Hans Staden, Álvar Núñez Cabeza de Vaca (1490-?) revela em detalhes o ritual antropofágico realizado pelos índios da “nação guarani”, quando de sua chegada a Ascención (Assunção - Paraguai). Cabeza de Vaca naufragou na Flórida, em 1527 e caminhou por 18 mil km, em condições precárias, até chegar ao México em 1537. Foi nomeado governador do Rio da Prata e é conhecido por lutar contra a exploração e extermínio dos indígenas americanos.

européia. Este contato, além do resultado desastroso da dizimação de grande parte das populações indígenas, promoveu um intercâmbio de costumes:

A conquista e a colonização luso-espanhola destes vastos territórios deram origem a um processo extremamente complexo de relações, de impactos e contatos entre as sociedades indígenas aqui existentes e os grupos de portugueses e de espanhóis que chegavam como descobridores deste novo mundo tropical e subtropical, nas vertentes atlânticas da América do Sul. As sociedades européias ibéricas que invadiram e colonizaram estes territórios ainda indígenas ao longo do período colonial estabeleceram formas diferenciadas de relações sócio-culturais com estas variadas populações indígenas. Algumas foram cooptadas e aculturadas, como é o caso dos Guaranis e do Chiquitos, ora como aliadas cora como fornecedoras de mão de obra servil ou escrava. Outras viram seus guerreiros serem dizimados através das guerras de conquista e de resistência, enquanto suas mulheres e crianças eram assimiladas. Finalmente, muitos grupos permaneceram simplesmente ignorados em seus refúgios florestais do planalto brasileiro, durante muito tempo (KERN, 2003, p. 34).

Para uma breve análise sobre o encontro da cultura indígena com a europeia no recorte territorial desta pesquisa, é importante mencionar a presença de jesuítas na região do atual Vale do Caí, conforme informações constantes em fontes primárias como Cartas Ânua⁵⁸(VIANNA, 1970) e relatos de eclesiásticos, como o do Padre Antônio Ruiz de Montoya (MONTROYA, 1985), mencionadas em pesquisas desde meados do século passado (PORTO, 1937, ROSA, 1979).

O contexto cultural e as implicações desse contato são fatores primordiais para a compreensão da transculturação e conflitos desencadeados pela presença de missionários espanhóis em terras ocupadas por grupos indígenas, que então aceitaram ou se rebelaram contra os propósitos desses religiosos (MOTTA, 2010).

Segundo Kern (2006), o processo de conquista do sul do Brasil, ocorrido a partir do século XVI teve personagens anteriores aos colonizadores europeus. Estes eram os missionários jesuítas que, por interesses diversos, mas sempre ligados à exploração econômica ou à conquista de mais “almas” seguidoras da Igreja católica, estavam em terras meridionais antes mesmo de muitos “desbravadores” e desencadearam um processo histórico que resultou na inserção dos Guaranis na sociedade e cultura europeia, através das Aldeias jesuíticas das missões platinas e do litoral sul-brasileiro.

⁵⁸ As Cartas Ânua, síntese de muitas cartas parciais enviadas pelas unidades como colégios ou missões, constituíam a atividade obrigatória de um jesuíta Provincial perante o religioso Geral em Roma, posto que fundamentavam as decisões sobre a atuação dos jesuítas (KARNAL, 2009, p. 312).

Um destes casos foi o do jesuíta Cristóvão de Mendonza⁵⁹, companheiro de missão do Padre Antônio Ruiz de Montoya⁶⁰, mencionado na obra “A Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape”⁶¹, escrito em 1639, pelo próprio Montoya.

Como nos explica Kern (1982), evangelizar e civilizar os indígenas “pagãos” foram os principais objetivos das Missões religiosas na América espanhola, dentro do espírito de cruzadismo que ainda imperava tanto na Espanha como em Portugal, transposto agora para as novas terras que se descobriam e povoavam. Nesse contexto, Mendonza estaria disposto a cumprir o papel de civilizador:

Aumentando-se o número de sujeitos, estávamos em condições de fazer entradas novas a gentios, e de ganhar novos filhos para a Igreja. Assim, veio àquela província o Venerável Pe. Cristóvão de Mendonza, para ajudar-nos naquela colheita, da qual ele levou para si o fruto e nos tirou a palma, conquistando o martírio (MONTROYA, 1639/1985, p. 86).

Cristóvão de Mendonza⁶², conforme menciona Montoya, foi o primeiro a tentar catequizar os indígenas da Redução de São Miguel. Suas palavras sugerem uma inquestionável aceitação dos indígenas em relação ao Evangelho que pregavam:

Chegou a este povoado a fama do Evangelho, e seus moradores, zelosos de um bem tão grande, foram buscar os padres que se achavam a léguas de distância. O primeiro deles que aqui pôs o pé, foi o santo mártir Pe. Cristóvão de Mendonza. Engendrou-se ele em Cristo e os criou com o leite do Evangelho. Deve ter a redução por volta das 5.000 pessoas, que no presente já todas são cristãs. Depois de feito mártir esse santo homem, cultivou a São Miguel o Pe. Miguel Gomes, que foi a testemunha

⁵⁹ Adotamos a denominação adotada pelos padres Arnaldo Bruxel e Arthur Rabuske, tradutores da obra “Conquista Espiritual”, escrita por Montoya (1639). Podemos encontrar esse missionário identificado como “Christóval de Mendoza”, “Cristóval de Mendoza” ou ainda abreviado como “Xpual de Mendoza”.

⁶⁰ Antônio Ruiz de Montoya foi um dos primeiros missionários a penetrar nesta grande área formada pelo litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e pelos Trinta Povos das Missões. Como os religiosos eram pessoas letradas e possuíam uma formação, seus relatos tendem a ser compreensíveis e detalhados, e que constituem fontes históricas muito ricas. No entanto, como toda e qualquer fonte histórica, deve ser utilizada com um olhar crítico e cuidadoso.

⁶¹ O relato de Montoya, apesar de muito rico e claro, deve ser observado como a palavra de um religioso, que pretendeu deixar registradas notas que servissem de apoio à causa missionária e que tivessem a função de causar impacto no público leitor, seja por indução ao respeito pelos preceitos cristãos ou pelo medo dos possíveis castigos aos que se mostrassem infiéis. Escrito em 1639, estes escritos estavam adequados ao ideal das missões no Novo Mundo. Foram publicados na Espanha e certamente fortaleceriam o conceito dos missionários mártires, evidenciando que esses deram a vida pela salvação de almas. Mesmo que estes padres não tenham alcançado integralmente seus objetivos nas primeiras missões, tiveram sua imagem preservada e lembrada como mártires aos olhos do mundo. A original é uma edição espanhola, feita em Madri, em 1639. Uma segunda edição foi confeccionada em Bilbao, em 1892, a qual foi traduzida pelos padres Arnaldo Bruxel e Arthur Rabuske e publicada em 1985.

⁶² Era boliviano e viera ao Rio Grande do Sul em fins de 1631 ou primórdios de 1632; fundara em 1632 a primeira redução de São Miguel na margem esquerda de um afluente do alto Ibicuí e se adiantara em 1634 até a bacia do Jacuí e Rio Pardo, tendo examinado as qualidades dos nossos campos e forragens naturais. Persuadido da capacidade de eles alimentarem com facilidade grandes rebanhos, resolveu introduzir nesta terra privilegiada o gado vacum (JAEGER, 1943, p. 229)

de uma profecia de tribulações, que um pouco depois via a sofrer toda esta cristandade (MONTROYA, 1639/1985, p. 216).

Certamente, considerando que ao menos em parte os nativos respeitavam os missionários e aceitavam a condição cristã, esse sucesso em relação ao controle do grupo estava ligada à figura do cacique, que era um intermediário nas negociações de cunho social e cultural entre os religiosos e sua missão e os grupos indígenas e suas tradições. Os “gentios” tinham costumes muito enraizados e não eram tão fácil e rapidamente adaptáveis às imposições cristãs. Por isso foi preciso que os missionários conquistassem a confiança dos caciques e, até certo ponto, concedessem exceções nas suas práticas de fé. Muitas características da cultura indígena foram mantidas, como a poligamia (por duas gerações), a cerâmica (era confeccionada no ambiente doméstico). No entanto, os rituais de bebedeiras cerimoniais, o antropofagismo e o enterramento em urnas de cerâmica foram extintos, sendo substituídos pelo batismo, a missa e o enterramento em cemitérios (KERN, 2006).

No contexto político missionário, a aliança entre os caciques e os jesuítas foi decisiva no sucesso das etapas civilizadoras. É muito importante ressaltar que os indígenas não viviam na total infantilidade para com o missionário. As tribos Guarani, em pleno ataque contra os núcleos de colonização hispânica, enfrentavam ainda uma crise étnica e de messianismo. Esse ambiente não era favorável de todo à missão religiosa, pois a insegurança e a violência repentina eram constantes, o que levou à morte muitos religiosos.

Muitas destas tentativas fracassaram, quando se tentou tornar sedentários os grupos nômades das imensas pradarias dos Pampas e do Chaco. Nestas extensões de campos e paisagens abertas arbustivas, muitos grupos indígenas tais como os Guaicuru, Charrua e Minuano, resistiram com denodo aos processos de dominação colonial e às ações de evangelização missionária. Os missionários tiveram mais sucesso entre as parcialidades étnicas dos horticultores Guarani, devido ao fato de serem já estes grupos habituados à vida em aldeias e à produção dos alimentos. Mas devemos igualmente destacar a complexidade de sua cultura, principalmente as suas complexas explicações míticas de mundo, a sua crença na “terra sem mal”, seu messianismo, suas inclinações pelo canto e a música, bem como à sua belíssima e sofisticada língua tupiguarani. Mesmo assim, devido às contínuas agressões dos indígenas não submetidos e às ameaças e ataques dos escravagistas coloniais, muitas destas tentativas encetadas pelas diversas ordens religiosas fracassaram, provocando inclusive **a morte de alguns missionários** (KERN, 2006, p. 82) [grifo nosso].

Os ataques dos jesuítas às práticas dos feiticeiros⁶³ e sua tentativa de aproximação com os caciques fizeram com que os religiosos enfrentassem uma ameaça ainda maior, quando o

⁶³ Eram também conhecidos como “homens-deuses”, pois se consideravam messias, profetas ou deuses. Ora se portavam como se fossem superiores em poderes aos jesuítas, ora defendiam os hábitos e costumes tradicionais nos quais desempenhavam um importante papel (KERN, 1982, P. 107).

cacique era ao mesmo tempo pajé. Em alguns casos, convenções foram assinadas entre missionários e caciques. Esta espécie de pacto chegava até a união de forças entre os dois, para eliminar a ameaça da contestação do pajé.

É inegável que a implantação das Reduções foi extremamente prejudicial aos médicos-feiticeiros, pois acabavam sendo excluídos destas ou recusavam-se a aceitar as novas condições sociais. A saída era sua inclusão em locais cada vez menos povoados pelos indígenas, pois as bandeiras paulistas e os encomendeiros continuavam na sua tarefa de capturar escravos.

Mendonza, com a intenção de impedir esta prática e buscar novos seguidores, percorreu, na companhia do Pe. Pedro de Mola, aquela região do Tape, “descobrimo povoados e gentios e dando-lhes notícia a propósito da Religião Cristã”:

Tiveram informes de como um **famoso cacique**, que era ao **mesmo tempo grande feiticeiro e mago, se dizia de público deus de toda aquela terra – é uma loucura comum a estes miseráveis!** – sendo que desta forma se fazia adorar por esta gente simples. Desejavam eles ganhá-lo a si e, para terem entrada ou acesso, enviaram-lhe a Antônio⁶⁴, de quem já falei, pois era homem adornado de fé e de confiança. Foi este otimamente recebido por Yeguacaporú, pois assim se chamava aquele **falso deus**, por julgar que vinha reconhecê-lo (como a deus) e adorá-lo, assim mesmo como o havia feito no tempo de sua **gentilidade ou paganismo**. Depois das entrevistas ou debates, que com sagaz prudência teve com ele, Antônio lhe disse que os padres teriam gosto em vê-lo e que ele próprio tinha por certo que o mesmo lhe aconteceria ou, por outra, que não teria desgosto em tratar com eles. Contestou-lhe a isso o cacique: **“Entretanto, como queres tu que eu, que sou deus e senhor de todo o criado, formador dos raios e causador da vida e da morte, me sujeite a ir visitar uns estrangeiros pobretões, os quais, a meu despeito e meu descrédito, apregoam a esta gente bárbara que existe um só Deus, achando-se este no céu!...Sou eu esse (deus), que eles, com ignorância, pregam em meu desfavor. Por isso tomarei vingança e porei um remédio a esses males, matando a todos estes sacerdotes, para que terminem os embustes, com que levam em seu seguimento os ignorantes! E tu, por que tão cegamente te deixaste enganar?”**. Respondeu-lhe Antônio que ele próprio não tinha recebido mal nenhum dos padres; antes, pelo contrário, havia lhe feito grandes benefícios a ele e a seus vassalos. Com isso mudaram de assunto em sua conversa e, em seguida, Antônio voltou para casa (MONTROYA, 1639/1985) [grifo nosso].

O relatado por Montoya deixa evidente o repúdio dos caciques-feiticeiros em relação aos religiosos. Neste caso, tanto o “mago” como o religioso sentem-se ameaçados. O primeiro porque colocará em risco seu prestígio e poder diante seu grupo, e o segundo porque terá, nesta poderosa manipulação do também cacique, uma redoma que o impedirá de expandir sua missão. Outro aspecto que chama a atenção é o fato do cacique relacionar os missionários com “pobretões”, pois estes não ostentavam símbolos de poder e hierarquia, os quais também eram uma estratégia para a boa convivência e respeito entre os nativos.

⁶⁴ Tratava-se de um cacique batizado e que se mostrava sensibilizado com a religião cristã, segundo Montoya.

Também é notória a repulsa dos indígenas que optaram por não sucumbir ao cristianismo em relação aos catequizados, como um protesto à sua “perda de identidade”.

Dando continuidade ao percurso de Mendonza, este então resolveu ir pessoalmente tratar da sensibilização destes grupos submetidos ao cacique Yeguacaporú.

Depois de ter-se consultado esse negócio com Deus por meio de sacrifícios de missas oferecidas e através de orações, julgou-se conveniente fosse o padre dar uma vista breve ou passageira àquela terra⁶⁵. Da mesma forma achou-se que, devido à falta de padres, ele atentasse a esperança dessa gente com a certeza de que viriam de fato, logo que os houvesse. No caminho para lá havia uma serra **habitada de magos**, os quais, **a modo de tigres, infestavam as rotas ou picadas, para fazerem sua presa**. Chegou a esta paragem o **santo** do padre Cristóvão. Receberam-no aqueles com visível hospitalidade. Com isso deu-lhes ele informe sobre seu intento cristão. Tinha-se retirado contudo a essa **jaula de leões um demônio chamado Tayubay**, que era **grandíssimo feiticeiro**. Em São Miguel havia ele **tentado impedir a entrada do Evangelho, mas os moradores daquela povoação tinham-no conduzido atado à presença do Pe. Cristóvão**, o qual teve consigo um dia inteiro em sua própria cela, **corrigindo-o com brandura e amor**. Mas a tal **gênero de demônios** não se vence a não ser que através do **castigo**. (MONTROYA, 1639/1985, p. 230) [grifo nosso].

A peregrinação de Mendonza atinge a Província do Caaguape, onde é relatada a sua bem sucedida tarefa de catequizar. Enquanto isso Tayubay e Yeguacaporú planejam dar um fim ao que os ameaça, ou seja, as idéias cristãs e suas possíveis consequências no povoado e na desarticulação de seu poder como líderes espirituais e políticos. Tayubay, em sua fala (MONTROYA, 1639/1985, p.231), deixa bem evidente o descontentamento dos feiticeiros quando são excluídos por conta da divulgação e adoção do cristianismo, além de presenciar sua cultura se dissipando: “Vede o exemplo que eu mesmo vos dou! Vede como ando desterrado através daquele sacerdote, e como se acha desacreditada a usança antiga de nossos antepassados!”

Em 26 de abril de 1635, Mendonza foi vítima de uma emboscada, sendo morto de forma violenta por índios Ibiraiara, na região do atual município de Caxias do Sul/RS⁶⁶, dentro da mesma Província do Ibiçá, cujo nome significa *Travessia do Caminho do Rio*. Essa Província era composta pelos grupos indígenas Ibiraiara, Caagua e Gualacho (PORTO, 1937, p. 24).

⁶⁵ Referindo-se à Província do Caagua.

⁶⁶ O local indicado como sendo o do martírio do Padre Cristóvão de Mendonza está relacionado à microrregião de Santa Lúcia de Piaí, na localidade de Água Azul, às margens do Arroio Piaí, afluente do Rio Caí, no interior de Caxias do Sul/RS. No local há estátuas do missionário e de um indígena, com gado, em homenagem à iniciativa da introdução do gado na região. Também há a Fonte de Água Azul, que, segundo a tradição local, quando o corpo de Cristóvão de Mendonza foi jogado no arroio, as águas da fonte ficaram azuladas, como que santificadas. Estes marcos não só indicam o possível local da morte do missionário Cristóvão de Mendonza, mas apontam a forte veneração à missão jesuítica ligada à Memória local.

Deste modo, de acordo com observações de Rosa (1979), por proximidade geográfica, Cristóvão de Mendonça esteve no Vale do Caí, em contato com nativos que viviam na área onde hoje está o município de Montenegro.

A região hoje abrangida pelo município de Montenegro e toda a Ibia [...] era dominada pelos índios ibiraiaras⁶⁷ que não pertenciam à grande nação tupi, nem à subdivisão desta no Sul – a tupi-guarani. Pertenciam os ibiraiaras ao grupo jê-tapuia, ou simplesmente jê, posto que tapuia era a denominação que davam os tupis aos índios que não falavam a sua língua, mas também a seus inimigos, mesmo que fossem tupis ou mesmo conquistadores brancos, às vezes, fato que gerou muitas confusões (ROSA, 1979, p. 150).

A partir deste episódio, descrito em Montoya (1639/1985, p. 232) e no relato do padre Francisco Ximenez, escrito em 26 de maio de 1635 e dirigido ao Padre Diego de Boroa, da Companhia de Jesus da Província do Paraguai, o padre foi considerado um mártir⁶⁸.

O conceito do nativo como bárbaro, gentio ou selvagem foi propagado através dos últimos séculos. Estudar a relação dos missionários com os indígenas é um excelente recurso para entendermos este panorama. Os padres jesuítas, mesmo de certa forma, defendendo os índios da escravidão e do abandono, viam neles criaturas que precisavam ser moldadas à luz de uma cultura europeia, baseada na religiosidade.

Cristóvão de Mendonça foi um dos muitos religiosos que buscavam a eternidade através da “salvação de almas” do Novo Mundo. A partir de então, um verdadeiro “Novo Mundo” foi desencadeado, pois surgia uma cultura híbrida, onde os nativos ofuscaram parte de sua identidade, mas seus costumes se infiltraram na imposição cultural e religiosa europeia, deixando heranças que vivenciamos diariamente.

Este mesmo processo de transculturação, sem tomar como base os mesmos moldes e proporções, aconteceu com os europeus colonizadores das terras montenegrinas, no século XVIII, pois estes incorporaram costumes e elementos da cultura nativa, ao mesmo tempo em que impuseram seus padrões culturais sobre estas populações.

De acordo com Kuhn (2004, p.16), quando os colonizadores europeus chegaram à região do Vale do Caí, no século encontraram grupos falantes da língua Jê, que eram os mais antigos da Banda Oriental. Os limites de sua ocupação eram a encosta do planalto, na região banhada pela bacia do Caí, onde está localizado o município de Montenegro⁶⁹. Atualmente são

⁶⁷ Também conhecidos como *senhores do pau*, por usarem grandes tacapes com muita destreza (PORTO, 1937, p. 24)

⁶⁸ O discurso de Montoya nos sugere que ser martirizado era o ideal de todo religioso. Morrer como mártir, pregando a palavra de Deus, era motivo de grande honra. No entanto, na prática, este suposto desejo não justificaria tantos riscos unicamente em prol da religião.

⁶⁹ Ver mapa Geomorfologia de Montenegro, 2004, neste capítulo, subtítulo 1.1.2.

identificados como Kaingang, mas suas denominações variaram de acordo com suas características.

Foram divididos em vários subgrupos, segundo uma classificação que privilegiava ora seu aspecto físico, ora sua localização: coroados, guaianás, caaguas e botocudos⁷⁰.

Cultivavam plantas de forma rudimentar, não deixaram evidências quanto à antropofagia e viviam em pequenas aldeias compostas de 20 a 25 famílias, submetidas a um cacique geral.

Em termos arqueológicos, existem estimativas de que os Kaingang aqui referidos sejam descendentes de grupos cujos vestígios são atribuídos à chamada Tradição Taquara (OLIVEIRA, 2005; SOARES; KLAMT, 2005; RIBEIRO, 1994), da qual foram encontradas algumas evidências em sítios arqueológicos localizados na divisa de Montenegro ou próximos, no Vale do rio Caí (RIBEIRO, 1974, 1999; IPHAN⁷¹, 2004, 2007).

Esclarecemos que as breves colocações sobre alguns sítios arqueológicos e seus achados não pretendem envolver esta pesquisa em abrangentes análises e descrições técnicas sobre tais achados, mas sim demonstrar a existência de cultura material relacionada aos grupos Jê da região, valorizando os dados arqueológicos como fontes em potencial para futuras pesquisas e projetos.

Quanto à presença de grupos Jê em nosso território, na chegada dos europeus, esta se deve ao avanço da colonização em terras que originalmente aqueles ocupavam, o que trouxe para áreas ainda não muito povoadas, como o noroeste gaúcho, as populações nativas.

⁷⁰ A denominação de Botocudos, que é aquela pela qual são mais geralmente conhecidos no Brasil os selvagens de tribus diferentes, tem a sua origem no uso de um botoque, que eles trazem atravessado nas orelhas e no lábio inferior. A sua estatura não é muito elevada; alguns viu o professor Hartt que tinha e pés e 10 pollegadas de altura. São, em geral, espadados e corpulentos, mas tem as pernas e braços delgados, as pernas principalmente cuja curteza é notável, comparadas com as do negro e do branco (sic!) (LACERDA FILHO E RODRIGUES PEIXOTO, 1876) . Na mesma publicação (volume I dos “Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro” – capítulo “Contribuições para o estudo anthropológico das raças indígenas do Brasil”), os autores expõem suas análises (de acordo com as especificidades do que era entendido com procedimento científico neste período) sobre os esqueletos dos Botocudos, em especial os crânios, recolhidos na Caverna de Babylonia (MG) e outras regiões do Brasil. Estes crânios foram descritos em suas medidas, com as quais foram realizadas analogias com os crânios encontrados em Lagoa Santa (MG), bem como foram levantadas hipóteses sobre a América ser um dos “centros da criação”, onde os indígenas americanos teriam se originado. Também é evidente, na descrição destas análises, o caráter de inserção das populações indígenas no catálogo de classificação das ciências naturais, apesar do propósito de revalorizar a iconografia indianista no período. Tal publicação serve para demonstrar a zona de fronteira em que se situava a população nativa: ora como curiosidade natural e por isso ainda barbárie, ora como parte de uma nação moderna. Estudos de antropologia física (ou antropologia biológica) foram, na segunda metade do século XIX e início do século XX, as bases para pesquisadores envolvidos com a diversidade e formação da população brasileira, bem como alimentaram debates acerca de questões sobre raça, miscigenação e eugenia no Brasil.

⁷¹ De acordo com Relatório do Projeto Arqueológico do Vale do Caí – PACA, elaborado pela arqueóloga Adriana Dias Schmidt ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, disponível no Arquivo desta Instituição.

A partir do surgimento da Tradição ceramista Tupiguarani, ocupando áreas de floresta subtropical e os grandes rios, a Taquara se restringe ao planalto. Em alguns pontos, a Tupiguarani ascende até uns 600m acima do nível do mar e entra num processo aculturativo com a Taquara. Mas os traços desse processo são muito tênues e escassos. A Tradição Taquara se mantém isolada dos europeus e brasileiros colonizadores, por mais tempo que as demais, a Uumbu, no campo, ao sul e a Tupiguarani ou Guarani, no noroeste, encosta do planalto e litoral. A razão é simples: sua área foi a última a ser ocupada. À medida que a colonização vai avançando, eles vão sendo exterminados. Os sobreviventes afastam-se cada vez mais na direção do **noroeste** do Estado (RIBEIRO, 1994, p. 14) [grifo meu].

O avanço Kaingang no sul do Brasil foi acelerado pela colonização, em suas diferentes manifestações, por conflitos entre os próprios grupos indígenas e pelo desenvolvimento agrícola de algumas regiões:

Com a colonização da Região Sul e de modo especial com o desenvolvimento da cafeicultura no séc. XIX, grupos de Kaingáng são levados a deslocamentos rápidos. Alguns grupos que vivam no interior das matas, hostilizados pelos criadores de gado do Sul, conseguiram sobreviver em capões dessas matas desde o Paraná até o nosso Estado. O avanço das frentes de colonização, com os diferentes modos de entrar nas terras dos índios – bandeirismo, missão e colonização -, fez com que o Kaingáng continuasse a migrar. Mesmo assim ele conseguiu mais uma vez certa permanência em seu ambiente natural, ainda que ilhado em meio a um mundo hostil. A migração de alguns grupos Kaingáng para o Rio Grande do Sul parece relativamente recente. Alguns grupos, além de fugirem do colonizador, migraram por causa das lutas entre eles próprios. Alcançaram, por uma ou outra razão, as matas de pinheiros e os campos da parte norte do estado (BECKER, 1991, p. 135).

De acordo com relatos de diversos estudiosos que se ocuparam deste grupo no decorrer do século passado, os Kaingang⁷² são descendentes dos antigos Guaianá.

Os kaingang dos séculos XVII e XVIII, que ainda vivem no Brasil Meridional, designados por diversos nomes como Socré ou Shoklém, Kamé, Bugres ou ainda Coroados, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, têm nos Guaianá (Jê meridional), tomados em sentido amplo, os seus ancestrais diretos. A denominação de Guaianá se estendia a várias tribos de índios que tinham relações entre si e cujo gênio, costume e língua se diferenciavam do Guarani. Bastante numerosos, esses índios viviam nas bandas do Rio Paraná (proximidades do Grande Salto) até perto do rio Uruguai, estendendo-se pelos rios Iguazu, Santo Antônio e outros. Especificamente para o Rio Grande do Sul, a distribuição dos Guaianá consta de Bate e Chova ao sul do Uruguai e Pinaré nas cabeceiras do mesmo rio, na zona da araucária, de cujo fruto se alimentavam. Confrontando mapas atuais e informações para outras épocas, temos que os Guaianá descritos por Serrano, com as suas parciaisidades, ocupavam uma área florestada do Alto Rio Uruguai, tendo como limite extremo aproximativo para oeste o Rio Piratini, para leste as nascentes do Rio Uruguai (Rio Pelotas) e para o sul, a Bacia do Caí (BECKER, 1975, p. 103).

Becker (1991) assim os descreve:

Seu físico tem aparência mongolóide. De estatura mediana, têm o corpo bem proporcionado. O rosto é levemente oval, com olhos pretos e oblíquos; o nariz um

⁷² Segundo BECKER (1991, p. 134), receberam esta denominação desde 1882.

pouco achatado, a boca e as maçãs do rosto normais. A pele é de cor bronzeada. O cabelo é abundante, preto e liso; os homens o cortam em coroa, o que lhes valeu, no século passado, o apelido de *Coroados*. As mulheres usam o cabelo de preferência comprido e solto; às vezes fazem uma trança. Costumavam, especialmente os homens, depilar até mesmo as pestanas. Têm ótima acuidade sensorial tanto para os olhos como ouvidos e uma grande habilidade tátil. Seu idioma é o Kaingáng, pertencente ao grande tronco das línguas Jê (BECKER, 1991, p.134) [grifo do autor].

Avançando até o século XVIII, quando da instalação dos primeiros sesmeiros da região, não há relatos conhecidos, neste período, de ataques a fazendas, o que não significa que não tenham ocorrido. A esparsa colonização lusa, com economia baseada na criação do gado, não promoveu um grande impacto na convivência entre as duas culturas:

Ao se instalar definitivamente no estado, em fins do séc. XVIII, a colonização lusa alcança alguns espaços na área Kaingáng, ou sejam, os Campos do Planalto, a Encosta superior e inferior do Nordeste e partes do Planalto Médio. No começo do séc. XIX apenas os municípios de Vacaria e Santo Antônio são os explorados para a criação de gado. Essa modalidade de colonização lusa permitiu a sobrevivência independente do índio e do português de forma que o Kaingáng, coletor de pinhão, ficou nas áreas de mato e o criador luso na de campos. A seguir se multiplicam os municípios e, de modo especial, nas áreas de colonização alemã (BECKER, 1991, p. 335).

Com o início da colonização alemã⁷³, determinada pelo Governo Imperial, o período de 1824 a 1874 foi marcado por violentos confrontos entre nativos e colonos. Diante do povoamento rápido e intenso das colônias alemãs, os indígenas sentiram-se acuados, pois as terras em que até então livremente transitavam, agora comportavam novos moradores, com um entendimento bem diferente a respeito da demarcação dos limites territoriais.

A colonização prosseguiu apoiada numa legislação que dispunha sobre as terras devolutas como exclusivamente reservadas aos alemães. Surgiram assim as Colônias do Caí, **Montenegro** e Nova Petrópolis **que se tornam o cenário de novos encontros** (BECKER, 1991, p. 336) [grifo nosso].

Como forma de reação à infiltração dos colonos em seu habitat, grupos indígenas que ocupavam o curso superior do Rio Caí saqueavam violentamente as propriedades, capturando mulheres, crianças e muitas vezes matando famílias inteiras.

Escolhiam sempre o momento da ausência do homem e, chegada a ocasião, homens, mulheres e crianças investiam contra as moradas isoladas e matavam, destruíam e roubavam. Muitas vezes levavam consigo, à orça, mulheres e crianças; aquelas conseguindo, algumas vezes, fugir e regressar ao lar, estas, com o decorrer dos anos, identificando-se com a vida nômade do selvagem, assimilando-se ao meio e aos costumes (CAMPOS NETTO, 1924, p. 81).

⁷³ Os alemães vinham com a intenção única de adquirir uma pequena propriedade rural para a cultura da terra e a criação, em escala pequena, de animais domésticos. De um lado, a vontade expressa do governo imperial os encaminhava para a muralha cortada da Serra Geral, com o fim de desbravar as matas; do outro lado, os próprios imigrantes sentiam-se bem neste ambiente. Uma das raízes psicológicas dessa predileção pela borda da Serra é a atração misteriosa que o mato exerce sobre o caráter do povo alemão; outra se encontra na semelhança desses valores e montanhas com a terra de origem da maior parte dos adventícios, o Hunsrück e o Eifel (RAMBO, 1956, p. 309).

Um exemplo de literatura baseada no depoimento de um sobrevivente destes ataques é o livro “Vítimas do Bugre”, no qual o Monsenhor Matias José Gansweidt, narra com detalhes sobre a captura de uma família alemã, instalada na Colônia de Nossa Senhora da Soledade⁷⁴, na primeira metade do século XIX. Segundo a narrativa, depois de instalada em sua propriedade, quando da ausência do marido, Sr. Lamberto Versteg, a família foi atacada por índios, que destruíram e queimaram a casa, mataram os animais, saquearam o que lhes interessava e levaram consigo a esposa e os dois filhos. Os costumes indígenas são contados em detalhes, apesar da subjetividade latente e possivelmente alguns acréscimos de detalhes impulsionados pela formação religiosa do autor. Outra versão deste mesmo relato foi divulgada em um calendário de 1916, escrito em alemão, com algumas alterações ao final, mas com o mesmo rótulo de “barbárie”. O acontecimento que deu origem às narrativas foi real, conforme documento transcrito por Campos Netto (1924):

O Presidente da Província, Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, no relatório com que passou o Governo da Província, em 1868, ao seu substituto, Dr. Joaquim Vieira da Cunha, relata: ‘Apezar dos nucleos de aldeamento de índios⁷⁵ existentes nesta província não cessarão elles de incursões e estragos nas suas visinhanças. No dia 14 daquelle mez (Janeiro) assaltarão os bugres a casa do colono Lambertus Wertig, da Colônia Santa Maria da Soledade, sita no 5º distrito do termo de São Leopoldo, levando para os Mattos a família do mesmo colono, composta de mulher e filhos. Tão depressa tive conhecimento desta triste occurrencia, autorisei o Dr. Chefe de Polícia a mandar proceder as necessárias diligencias com o fim de afastar os bugres⁷⁶ para longe das colônias e de reaver a família raptada. Por officio de 24 de Fevereiro, comunicou-me o Chefe de Polícia que foram infructiferas as diligencias empregadas, pois apenas se encontrarão vestígios passageiros da marcha dos selvagens, despendendo-se com a partida que, 19 de janeiro até 11 de fevereiro se internou na matas a quantia de 701\$740 reis, que mandei pagar pela directoria da fazenda provincial. (CAMPOS NETTO, 1924, p. 101).

⁷⁴ Esta Colônia é mencionada por Campos Netto como Santa Maria da Soledade. Deveria ser colonizada no prazo de cinco anos, a partir de 06 de fevereiro de 1855, através de contrato firmado entre o Governo Imperial e o Conde Paulo de Montravel. Estava localizada próxima ao Rio Caí, na região do Alto Forromeco.

⁷⁵ Em 1846 foi criado o aldeamento de Nonoai, no Alto Uruguai, seguido pelos aldeamentos de Campo do Meio e Colônia Militar Caseros no Mato Português, todos organizados pelo governo provincial (NONNENMACHER, 2000, p. 24).

⁷⁶ Segundo Prous (1994, p. 320), “Bugres” é a palavra pela qual os brasileiros meridionais chamavam os índios, por serem estes não-cristãos (originalmente a palavra bugre se aplicou, no século XII, aos hereges cátaros, cuja doutrina se espalhou na Europa a partir da Bulgária, de onde vem o nome).



Figura 6: Capa de Calendário onde uma versão do rapto da Família Versteg é contado
Fonte: Acervo pessoal Sr. Carlos Antônio Campani.

O que importa, neste exemplo, é mostrar que este convívio nativo-colonizador foi traumático e rendeu, além de literatura, muitas atitudes por parte do Governo, para garantir a tranquilidade e o sucesso do movimento colonizador. Uma delas foi a criação de aldeamentos (NONNENMACHER, 2000), para a retirada dos nativos das terras pretendidas para a colonização. Certamente esta adaptação forçada à vivência em aldeamentos foi abrupta para os indígenas, acostumados a buscar sua alimentação em áreas vastas. Esse quase confinamento fez com que os índios alterassem seus hábitos, o que também foi uma agressão cultural:

José Joaquim de Oliveira, que conviveu com os índios por mais de vinte anos como diretor de aldeamento, sempre se referiu a eles como “selvagens”, “vadios”, “ordinários”, “indolentes”, etc. Esse discurso é próprio dos governantes e intelectuais que puderam deixar seus registros, enquanto que as sociedades ágrafas, autóctones, não quiseram, não souberam ou não puderam perpetuar seu discurso sobre a maneira de perceber a subjugação (Idem, p. 21).

Como nos aponta Becker (1975, p.111), os índios considerados “mansos” ou aldeados viviam a maior parte do tempo no campo e no interior das matas em busca do sustento necessário ao aldeamento. Mantinham uma convivência razoável com os brancos, apesar do

medo que causavam, visto que uma parte desses índios, mencionados como kaingangues selvagens ou caáguas, foi acusada pelos ataques e pilhagens às famílias de imigrantes alemães que se instalaram no Vale do Caí

O “ataque dos bugres” já constava de uma carta datada de 1835 (STOLTZ, 1997), escrita pelo imigrante alemão Albin August Kaempffe, chegado ao Brasil havia somente dois meses. Na época estava ele em Porto Alegre:

Essa colônia situa-se numa área bonita e saudável, onde montanhas e vales verdes tornam o trabalho do agricultor agradável. Embora os alemães vivam tão agradavelmente aqui, eles tem que contar com ataques dos selvagens que moram na floresta virgem e vivem de seus frutos. Essa gente selvagem (chamados Bugres) ataca as colônias em bandos, incendeiam as casas com suas flechas em chamas e matam o que aparece. À medida que os colonos se espalham ocupando mais terras, os bugres devem afastar-se para mais longe e reconhecer o predomínio dos alemães (KAEMPFER, 1835 apud STOLTZ, 1997).

As palavras do imigrante traduzem a mentalidade do colonizador falante da língua alemã, que acreditava, pelas ofertas de uma terra paradisíaca, que era o único e exclusivo dono da terra e, para merecê-la, era preciso mostrar resultados com seu trabalho, através da produção e do desenvolvimento.

É evidente que o trabalho e o esforço dos colonos foram benéficos e admiráveis para o crescimento sul-rio-grandense. O lamentável é que a cultura dos verdadeiros pioneiros nas terras gaúchas foi sendo dissipada juntamente com seus “novos rumos”. Esta ideia de diferença, percebida na concepção dos colonos em relação aos índios, contribuiu para alimentar preconceitos, inferiorizar grupos e, como consequência disso, fragmentar a identidade indígena no Rio Grande do Sul.

Voltando às terras montenegrinas, os relatos de confrontos e assaltos mencionam a região de Costa da Serra e Brochier, apesar de terem acontecido em todo o percurso do Taquari (CAMPOS NETTO, 1924, p. 82).

Importante frisar que tais relatos foram escritos pelos colonizadores, que buscavam no mínimo, afugentar índios. Sendo assim, a ideia foi condenar e banir os “selvagens” da sociedade “civilizada”. Vejamos alguns trechos:

Costa da Serra, 1º districto deste município, foi theatro de vários dramas trágicos, originados pelo assalto sangrento dos selvagens. Depois do mal feito, retiravam-se os bugres para o interior do sertão e por lá permaneciam por tempo mais ou menos longo, até que o facto cahisse em esquesimento [sic!] para, então, voltarem novamente ao assalto, **naquella pertinácia digna de melhor causa, naquella guerra sem tréguas contra o homem sivilizado que os enxotava de seus domínios** (CAMPOS NETTO, 1924, p. 81) [grifo nosso].

Os “homens civilizados” encarregados de repelir os índigenas eram conhecidos como “bugreiros”. Aos olhos dos colonos e da sociedade da época, eram vistos como novos Bandeirantes.

Era preciso por um fim ao desasocego das famílias dos primeiros povoadores de Montenegro, sempre amedrontados pela visinhança do selvagem que, como dissemos, de quando em quando, se deixavam surpreender nas proximidades das habitações, espionando, observando o terreno, planejando o futuro assalto. E surgiu a idéia de batel-os, afugental-ols de vez para longe e para sempre. Novos Bandeirantes!(CAMPOS NETTO, 1924, p. 82).

Além da linguagem poética da época e do autor, é notória a ideia de que o índio é o invasor e não preenche os quesitos da civilização. Com a vigência dessa mentalidade, em 1832 é formado um grupo para expulsar os índios dessas terras montenegrinas:

Mais ou menos no correr de 1832, Custodio Machado, morador da Costa da Serra, genro de Manoel Lopes Duarte, reúne dezoito homens, inclusive seu irmão Antônio, menino de pouca idade, e partiu d’alli, em direção à alta cordilheira da Serra, para acalmar o pânico diário das famílias. Iniciada a viagem com as precauções necessárias, por muitos dias, por estradas improvisadas na selva, procuraram, improficuamente, os selvagens, que tanto pavor infundiam a todos. Afinal, começaram a encontrar vestígios de bugres; mais cautelosos ainda, proseguiram na exploração do sertão, até que, ao cahir de uma tarde, do alto de uma arvore avistaram, ao longe, fumaça que indicava a presença de selvagens. Sendo já tarde, **combinaram batel-os** ao clarear do dia seguinte, **o que levaram a efeito, não com o resultado que esperavam, pois, sendo presentidos, tiveram os bugres tempo de fugir em todas as direções**, deixando ainda nos espetos assados de carne de anta, porco e veado. Tendo atingido a meta dos seus desejos, **que era afugentar o indígena**, regressaram, então, os novos bandeirantes, trazendo a impressão de um lindo campo encontrado lá ao longe, na alta cordilheira da Serra, e o que é mais, **com a idéia fixa de, mais tarde, voltar áquele ponto e adquirir aquelle terreno**. E assim terminou a excursão às selvas virgens de Montenegro (CAMPOS NETTO, 1924, p. 83) [grifo nosso].

Depois desta incursão, em 1834 foram realizadas novas investidas, também em terras montenegrinas:

Iniciam a viagem, procurando alcançar os últimos galhos de um arroio, explorado na primeira excursão, e que, mais tarde, recebeu o nome de S. Salvador, que ainda hoje conserva. Attingido depois de longos dias de viagem, o cume da Serra, avistaram vasto pinhal e signaes evidentes de um toldo de bugres (CAMPOS NETTO, 1924, p. 83).

Outras fontes, como registros de delegados, podem nos informar sobre a ação dos índios e dos bugreiros:

Relativamente a este município, podemos documentar também o seguinte sobre os bugres, constante do registro de officios do 1º suplente em exercício do Delegado de Polícia, do município de Triumpho, em 1947, Sr. João Antônio Correa: “Ilmº Snr. Neste momento me foi communicado pelo Sr. Sub-delegado de Polícia do 1º distrito desta villa [...] que no dia 6 do corrente, foi atacada pelos Bugres, a Caza de

Augusto, Francez⁷⁷, no Maratá, resultando matarem um crioulo, e levarem consigo uma China de nome Maria Rita, com dois filhos pequenos; por isso cumpre [...]se esforçará em perseguir esses Selvagens a ver se consegue punir a sua barbaridade e resgatar aquelas infelizes criaturas que elles conduzem (CAMPOS NETTO, 1924, p. 85).



⁷⁷ Sobre o relatado acima, cabe alguns esclarecimentos: “Augusto Francez” era um dos irmãos franceses, fundadores da atual cidade de Brochier, antigo distrito de Montenegro. Segundo informações obtidas através de parentes deste, Augusto e João e Honoré Brochier conviveram de maneira pacífica com os nativos, o que é mencionado em bibliografias (RAMBO, 1956, p. 90) e inclusive em seus túmulos, na cidade de Brochier/RS.

Figura 7: Lápide de Augusto Brochier, dando ênfase ao contato com indígenas
Foto: Acervo próprio



Figura 8: Lápide de João Honoré Brochier, dando ênfase ao contato com indígenas
Foto: Acervo próprio

Diante da possibilidade de encontrar alguma documentação acerca desse contato, foi realizada uma entrevista com o Sr. Ildo Oscar Fauth, professor e pesquisador de Brochier/RS.

Além de nos mostrar um documento datado de 1908, que cita os dados sobre a vida dos irmãos Brochier e seu contato com índios Botocudos e Coroados, contou-nos sobre a força da tradição oral na pequena cidade. De acordo com dados passados de geração a geração, os quais o mesmo reuniu por ocasião de suas pesquisas, os irmãos de origem francesa estiveram em contato com os índios e com os negros, os quais defendiam contra as atrocidades da escravidão. Ainda na mesma entrevista, nos contou sobre a possibilidade de uma versão diferente da que foi contada pelo delegado, em documento antes citado.

Segundo ele, o negro tido como morto pelos índios, seria um escravo fugitivo, abrigado pelos franceses. A "china", uma índia, com quem o escravo tinha dois filhos. A captura da mulher e crianças e a morte do negro teriam sido uma alternativa para camuflar a ida desta família para um dos muitos quilombos que estavam sendo formados nesta região. As informações, apesar de não comprovadas por outras fontes, são indícios que estimulam novas investigações, certamente melhor documentadas e comprovadas, sobre os contatos étnicos entre índios e negros⁷⁸, no início da colonização.

⁷⁸ Em contato com o Grupo Consciência Negra, de Montenegro, fomos informados de que foram feitas pesquisas acerca da presença de quilombos no Vale do Caí, embasadas em história oral e visitas aos prováveis locais. Essa é uma iniciativa importante e pode impulsionar trabalhos mais aprofundados, que são imprescindíveis para o resgate da história do negro na região.

Os irmãos João e Augusto Brochier, o primeiro nascido em 1804 e o segundo em 1814, na cidade de Marselha, França, foram os fundadores da povoação de Brochier, no anno de 1832, sendo este sítio sertão, povoado ainda, por índios das tribus dos Botocudos e Coroados. Aqui falleceram ambos, em 1888. Os preciosos despojos desses pioneiros do progresso e da civilização, foram sepultados no cemitério desta povoação. Honras à sua memoria! Como homenagem póstuma de tão honrados cidadãos, foi lavrado este apontamento para ser encerrado na pedra fundamental da Capella de São João Baptista de Brochier, aos 18 dias do mês de Outubro de 1908, sendo presidente da República Affonso Penna, do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves e Intendente do município Amândio Lampert.

Brochier, 18 de Outubro de 1908.

Adão Luiz ?
 Germano Feldmann
 João Augusto Brochier
 Nicolau Kapper
 Augusto Brochier
 Henrique Fetzner
 ?Coelho de Souza

Figura 9: Documento⁷⁹ de 1908, onde é citada a presença de botocudos e coroados na região de Brochier.

Fonte: Acervo Sr. Ildo Oscar Fauth.

⁷⁹ Transcrição do documento, já adaptada: “Os irmãos João e Augusto Brochier, o primeiro nascido em 1804 e o segundo em 1814, na cidade de Marselha, França, foram os fundadores da povoação de Brochier, no ano de 1832, sendo este *sítio* sertão povoado, ainda, por índios das tribus dos Botocudos e Coroados. Aqui faleceram ambos, em 1888. Os preciosos despojos desses pioneiros do progresso e da civilização foram sepultados no cemitério dessa povoação. Honras à sua memória! Como homenagem póstuma, de tão honrados cidadãos, foi lavrado este apontamento para ser encerrado na pedra fundamental da Capela de São João Baptista de Brochier, aos 18 dias do mês de outubro de 1908, sendo presidente da República Affonso Penna, do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves e Intendente do Município, Amândio Lampert. Brochier, 18 de outubro de 1908. Adão Luiz ?; Germano Feldmann, João Augusto Brochier; Nicolau Kapper; Augusto Brochier; Henrique Fetzner; ?Coelho de Souza.

Em documento datado de 25 de setembro de 1851, expedido por João Antônio Correa, suplente do Delegado de Polícia de Triunfo (do qual Montenegro fazia parte) e destinado ao Chefe de Polícia interino da Província, existem as seguintes observações apontadas:

Agora me acaba de ser informado por pessoa fidedigna, que os Bugres continuam a apparecer [sic!] nos Mattos da Costa da Serra geral, pertencente a este município, e que pelas maneiras misteriosas que apresentam [sic!], indica que si seus fins são sinistros; e talvez idênticos aos horrorosos acontecimento que infelizmente tiverão[sic!] agora lugar na Vaccaria, praticados por taes selvagens. **Além destas poderosas razões, acrescem outras de não menos importância que devem merecer toda a atenção, de V. S. Este município tem não poucos estabelecimentos de Xarqueadas, olarias e fábricas de farinha, cujo custo he todo feito por braços escravos; tendo além disto, muitos lavradores, e agricultores, em cujo serviço também empregão braços escravos, do que resulta haver talvez 4 ou 6 vezes mais escravos, do que homens brancos: e que extremado o mesmo Município pelo lado do Norte com a Serra Geral, junto da qual cruzão varias estradas, que são tranzitadas por immenso povo, tem sido agora encontrados magotes de desertores que por ali cruzão talvez procurando occultarem-se nas matas da costa da mencionada Serra, para d'ahi acobertados por ellas, cometerem todos os attentados que lhes aprouver; ainda que a meu ver muito peores se devem recear da escravatura, logo que a Guarda Nacional deste município marche para a Campanha, deixando as famílias em desamparo. São estas as poderosas razões que me obrigão a representar a V.S. a necessidade que há de um destacamento de 30 ou 40 homens da mesma Guarda Nacional para ser empregada dedicadamente na Polícia e manutenção da ordem publica neste Termo, logo que a Guarda Nacional marche para a Fronteira. Para obstar algum assalto dos bugres, julgo que seria muito necessário colocar desde já, sobre a Costa da Serra, naqueles lugares por onde m.s se deva recear alguma invasão d'elles, um destacamento de observação, para os repelir quando tentem cometer suas costumadas atrocidades (CAMPOS NETTO, 1924, p. 87)[grifo nosso].**

O relato indica o perigo de “desertores” escravos, que são ameaças tanto quanto os índios. Para prevenir problemas, foi requisitada uma guarda de observação, como uma barreira para estes tipos de ocorrências na Costa da Serra. Em documentos posteriores (CAMPOS NETTO, 1924, p. 88-89), o Governo da Província resolve concordar com a estada e uma Guarda, no entanto recomenda que as ações sejam cautelosas, utilizando homens experientes em andanças pelos matos, para prevenir “que esta força seja sacrificada” e “nem seja lezada a Fazenda Nacional”. O comandante da Guarda indicada argumenta que a tarefa se torna impossível, pois não há armamentos nem munição. Assim, fica adiado o trabalho desses grupos, até que suas necessidades fossem supridas, ficando autorizado o Delegado de Polícia de Triunfo a tomar as providências necessárias.

Finalizando o roteiro das expedições em busca de índios, em 1864, um grupo composto por mais de uma dezena de homens, coordenados por Antônio Machado de Souza, segue

pelas margens do Arroio dos Franceses⁸⁰ e chegam até o Campo dos Bugres⁸¹. Uma das partes mais interessantes do relato⁸² está concentrada no seguinte trecho:

Prosseguindo viagem galgaram ásperas montanhas, a uma das quaes foi dado o nome de Morro dos Cavalos⁸³. Em certo ponto, Machado, fazendo parar os companheiros, disse-lhes: "D'aqui por diante mais cautella" e apontando para o alto de alguns coqueiros, mostrou-lhes a falta de palmitos que recentemente haviam sido tirados pelos bugres, que delles se utilizavam como alimento; ao lado, uma canneleira derribada, da qual fora extraído mel. Em uma outra parte de terreno, limpo, onde se viam saliências de terras, semelhantes a sepulturas e, para mais um lado, três camas de palmas de coqueiros. Foram verificados ainda cinco cabos, que deviam servir para machadinhas, duas taquaras torcidas, presas ao alto de uma árvore, tendo na extremidade uma fórmula de argola, indicando ter servido para prender algum animal. Atentos ao menor rumor, proseguiram a exploração pela alta cordilheira, passando muito a leste do actual povoado Barão. Encontraram, depois de penosos dias de viagem, um campestre, em ligeria collina, com lindas ilhas de campo, altos pinheiros, isolados aqui e alli, tendo pendentes escadas feitas de cipó, deparando-se-lhes, nas copadas, uma espécie de barquinha, feita com folhagens de outras árvores. Encontraram no mesmo local, dois montes de terra, sendo um maior que o outro, ambos semelhantes a grandes fornos abandonados. A algumas dezenas de metros, ranchos construídos de palha de taquara, cascas de pinhões, sabugos de milho e, não muito distante, ossamentas de cavallos (CAMPOS NETTO, 1924, p. 90).

Pela localização, os bugreiros devem ter encontrado grupos Kaingangs, entendidos como descendentes de grupos da chamada Tradição Taquara, construtores de casas subterrâneas localizadas na região serrana (CORTELETTI, 2008).

Notamos, até aqui, que as fontes sobre o assunto são ricas e instigadoras a novas buscas. Revelam a violência do choque cultural entre índios e colonizadores, com o predomínio da cultura dos brancos, que, em defesa das terras que foram usurpadas dos nativos, exterminaram ou desvincularam de seu hábitat natural uma grande parcela da população indígena desta região.

Essa conduta, em nível de Rio Grande do Sul, concentrou as populações indígenas sobreviventes em reservas onde seu antigo vínculo com a natureza e muito restrito. No início eram como prisões sem grades e, atualmente, são redutos de comunidades carentes de recursos, políticas públicas e cidadania.

1.4 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE

⁸⁰ Nome em homenagem aos irmãos franceses Augusto e João Honoré Brochier.

⁸¹ Atual cidade de Caxias do Sul.

⁸² A transcrição deste texto pode ser conferida em Motta (2007a, p. 7). A publicação era alusiva ao dia do índio e buscou uma reflexão acerca da importante presença indígena na história local, bem como a necessidade de valorização e pesquisa em relação a esse tema.

⁸³ Proximidades da área onde está situado o sítio arqueológico RS-TQ-59, com cerâmica Neobrasileira (RIBEIRO, 1989, p. 68), o que contribui favoravelmente à hipótese da presença de quilombos e da possível miscigenação entre indígenas e negros.

As terras que atualmente compõem o município de Montenegro eram denominadas pelos nativos, da época da colonização, de *Ibia* e eram delimitadas pelas bacias dos rios Taquari e Caí. Essas, por sua vez, compunham um território maior, conhecido por *Ibiaçá*, que abrangia desde a ilha de Santa Catarina até a margem esquerda do rio Jacuí.

A *Ibia* fazia parte da “Província do *Ibiaçá*”, grande região que se estendia desde Laguna, no Estado de Santa Catarina, abrangia as duas margens do rio Uruguai, das nascentes até a embocadura do rio da Várzea ou Uruguai-pitã, estendendo-se pela margem direita do último até às suas nascentes; daí prolongava-se pela margem esquerda do rio Jacuí, seguindo por esse lado deste grande rio, na direção leste até o Guaíba e Lagoa dos Patos, indo terminar na foz do Canal do Rio Grande, sempre pela margem esquerda dos ditos cursos d’água, posto que às margens direitas dos mesmos começava a “Província do Tape”. Assim, *Ibiaçá* compreendia a metade sul de Santa Catarina e toda a parte norte do Rio Grande do Sul, terminando ao sul, no nosso Estado, no curso do rio Várzea, no rio Jacuí, Guaíba e na Lagoa dos Patos. *Ibiaçá* significava, ao que parece, “travessia do caminho do rio”, tendo os seus componentes os significados: *Ibia* = caminho do rio, *çá* = travessia (ROSA, 1979, p. 146).

As fontes que mencionam a região provocam dúvidas entre os pesquisadores quanto à toponímia da Província já citada, a qual foi modificada por várias interpretações, que conjugaram descrições físicas do lugar e a língua nativa dos grupos indígenas que aqui habitavam. No entanto, é válido observar os dados oriundos dos registros mais antigos e conhecidos, escritos por religiosos que percorreram o local no século XVII:

É enorme a confusão em todas as fontes documentais referentes à província de *Ibiaçá*, que se deveria estender desde [...]. A própria grafia do topônimo está registrada de dez formas diferentes: - *Mbianza*, *Mbiaza*, *Biaçá*, *Biassa*. *Ibiassupe*, *Mbiaçá*, *Viaça*, *Iuaça*, *Biracuera*, *Ibiaça*. Todas essas designações se referem a uma província, a um rio, a um pôrto, e a uma povoação de índios. Oscila, assinalando, nas cartas geográficas e nos documentos, ora um lugar, ora outro, parecendo que estamos ante um caso típico de designação por extensão, como se deu com Laguna de los Patos (Laguna) e Lagôa dos Patos (Rio de São Pedro). Nos últimos mapas, no das Côrtes, p. ex. *Ibiaçá*, já afetando a forma de *Birasuera*, se estende para um local ao norte de Imbituba, na costa catarinense. Mas essa confusão desaparece se tivermos em consideração que parece provir de duas palavras de origem diversa: *Mbiaçá* e *Ibiaçá*. A primeira, segundo o dr. Theodoro Sampaio, é palavra tupi e significa pôrto . É corruptela de *Mbe-açaba*, afetando as forma de *Mbiaça*, *Imbiaçá*, *Biaçá*, *Peaçá*. É possível, pois, que a aldeia (Laguna?), o rio, o pôrto, quasi sempre grafados *Mbiaça* e variantes, tivessem origem no porto: *mbe-açaba*. Como designativo de província, porém, *Ibiaçá* tirava seu nome de *Ibiá*, região da bacia do Jacuí. Os padres Francisco Ximenes e Diaz Taño, que foram os primeiros a assinalar essa região, escreviam sempre *Ibiá* e nunca *Mbiá* e eram profundos conhecedores da origem da palavra. Com a mesma grafia Baptista Caetano registra o étimo “*Ibiá*, caminho do rio, que vai ter ao rio”. E com sinalização diversa: “*Ibia*, terra erguida, barranco, barranca, ladeira, terra a pique”. Esta última aceção foi a que adotou Teschauer, traduzindo o topônimo *Ibiá*, erradamente, parece-nos, embora, como diria o padre Ximenes fosse o local do martírio do padre Cristóvão de Mendonza de “grandes riesgos, y peñascos y pasos forçosos en el camino”(PORTO, 1937, p. 23) [gripo do autor].

Segundo Rosa (1979, p.39), logo após o “descobrimento” do Brasil, a região onde hoje está localizado o município de Montenegro foi constantemente transitada por portugueses e

espanhóis. Com o intuito de demarcar domínios a favor de Portugal, entre 1502 e 1506, várias expedições de reconhecimento foram realizadas pela costa do Atlântico, alcançando a Bacia do Rio da Prata.

Com o conhecimento gradual do território em questão, o rio Caí tornou-se uma boa alternativa de rota para espanhóis que subiam o rio da Prata e para portugueses vindos da Lagoa dos Patos, pelo rio Jacuí. As expedições terrestres também eram constantes, para reconhecimento de novas terras e captura de índios para trabalhos nas demais capitanias.

A Corte Espanhola, que também mantinha interesse e posses na região sul da então colônia, era contrária às incursões dos portugueses, fator que desencadeou quase três séculos de disputas e violentos confrontos entre as duas coroas.

Como medidas estratégicas para garantir a posse do território do Continente de São Pedro, Portugal funda a Colônia de Sacramento⁸⁴, em 1680, no Rio da Prata⁸⁵; a cidade de Laguna⁸⁶, em 1684, no litoral catarinense e o Presídio Jesus Maria José⁸⁷, em 1737, na barra do Rio Grande de São Pedro.

No entanto, a cobiça pelo sul, por parte do Reino de Castela, era acentuada, pois a região era um ponto estratégico em relação às terras banhadas pelo Rio da Prata. Com efeito, Portugal coloca em prática, em 1750, o plano de colonização⁸⁸ já idealizado desde 1722, com casais açorianos e madeirenses.

O objetivo primordial da imigração açoriana ao Rio Grande do Sul foi estratégico. Visava-se o estabelecimento de povoados que resguardassem o domínio português. A partir de 1746 foi autorizada pela Coroa a vinda dos açorianos, estabelecendo as condições da migração e as concessões do Estado: limite máximo de 40 anos para os homens e 30 anos para as mulheres; ajuda de custo; instrumentos agrícolas; animais, farinha no primeiro ano; isenção do serviço militar nas tropas pagas; um quarto de légua quadrada de terra (KÜHN, 2004, p. 58).

⁸⁴ A Colônia de Sacramento foi constantemente assediada pelos espanhóis de Buenos Aires. Foi, por 97 anos, alvo de disputas entre portugueses e espanhóis, o que ocasionou episódios violentos. Pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), esta passa a ser definitivamente do domínio espanhol, em troca dos Sete Povos das Missões, a partir de então de posse portuguesa (PESAVENTO, 1994, p. 17).

⁸⁵ Rio conhecido pelos guaranis como Paraná-Guaçu, que significa “Mar Grande”.

⁸⁶ Fundada por Domingos de Brito Peixoto, responsável pela povoação de Santo Antônio dos Anjos de Laguna. Servia como um caminho de socorro à Colônia de Sacramento. Foi também o mais importante embrião da ocupação do território rio-grandense (PESAVENTO, 1994, p. 13).

⁸⁷ No século XVIII, o termo “Presídio” significava guarnição, construção para abrigo de tropas de elite (soldados dragões), que combatiam a pé ou a cavalo. O Presídio Jesus Maria José foi fundado por José da Silva Paes, sendo a primeira povoação portuguesa da capitania do sul. Atualmente encontra-se em território uruguaio, reconstruído (CÉSAR, 1998, p. 122).

⁸⁸ A meta era a vinda de aproximadamente 4 mil casais das Ilhas dos Açores e Madeira. Ficaram conhecidos como “Casais de número” ou “casais d’El Rei”. O não cumprimento das promessas feitas pela Coroa portuguesa reduziu o número de colonizadores para cerca de mil açorianos (FORTES, 1978, p. 53;66).

Em relação à atual região montenegrina, os primeiros sinais de interiorização foram o surgimento e gradual propagação das estâncias, já na década de 1730. Estes pontos de concentração eram destinados à criação e descanso de rebanhos e sua disseminação foi ampliada pelo estabelecimento, por volta de 1737, da estrada Sacramento-São Paulo⁸⁹, largamente utilizada para o escoamento de couro e sebo.

Segundo Campos Netto (1924, p. 50) e Rosa (1979, p. 52), foram Antônio de Souza Fernando, Bartolomeu Gonçalves de Magalhães e Antônio José Machado de Araújo, acompanhados de suas famílias, os primeiros portugueses a se fixarem na margem direita do rio Caí, entre 1730 a 1740.

Vê-se que as terras rio-grandenses da depressão central, confinadas nos limites do mar a leste; da margem esquerda do rio Guaíba, lagoa dos Patos e canal do Rio Grande ao sul; Rio Tramandaí e Serra Geral ao norte; rio dos Sinos a oeste, região denominada “Campos do Viamão”, foram todas ocupadas com a fundação de estâncias, na década de 1730 a 1740, incluídas nelas as terras da Grande Porto Alegre, sendo essa ocupação feita quase unicamente por lagunenses, ou gente vinda do centro do Brasil para Laguna e ali radicada (portugueses, paulistas, mineiros, fluminenses) e, por alguns vindos da Colônia do Sacramento. Tropeiros, muitos deles, outros não. Essa mesma gente prosseguiu na sua penetração para o oeste, através do rio dos Sinos e do Caí, logo em seguida ou ao mesmo tempo. Montenegro foi logo atingido por esse surto de povoamento, antes mesmo de Triunfo, cuja fundação coincide com a instalação da sesmária de Manuel Gonçalves Meireles, por volta de 1752, não tendo havido povoamento no local da sede nem nas cercanias antes da concessão da dita sesmária; ao passo que, no que respeita a Montenegro, há certeza de que, na sua zona de campo, nas cercanias do território da atual cidade e, talvez, na zona da própria cidade, a ocupação e o povoamento aconteceram antes de 1752, pelo menos em 1745, sendo provável, mas ainda não provado, que ocorreram antes de 1740 (ROSA, 1979, p. 55).

No início do século XVIII, contrabandistas, oficiais e comerciantes que viviam no sul eram vistos como usurpadores das terras portuguesas. Com a expulsão definitiva dos espanhóis, acontecimento no qual esse primeiro grupo teve participação efetiva, o ato de apoderar-se de terras passou a ser visto como iniciativa permitida, uma forma de “recompensa” pela “colaboração” contra os castelhanos. Na verdade este procedimento era conveniente ao Reino de Portugal, que então tinha suas fronteiras protegidas por armas em mãos que também desejavam assegurar suas terras. O estancieiro, então passou a ter a função equivalente à de um chefe militar, comandando um exército formado por peões, úteis à estância e à Coroa.

As sesmarias⁹⁰ então foram distribuídas com maior agilidade, desencadeando um processo que implicava mais em ratificar posses “não oficiais” do que conceder terras a novos

⁸⁹ Novo caminho, mais curto, estabelecido por Cristóvão Pereira, tropeiro com largo conhecimento sobre a região (CÉSAR, 1998, p. 96).

⁹⁰ Para obter uma sesmária, ou seja, uma área equivalente a 13.068 hectares (tamanho aproximado), era exigido um despacho do governador ou comandante militar, que posteriormente deveria ser analisado e deferido pelo Conselho Ultramarinho (Lisboa). A partir de então, era necessário apenas pagar o dízimo sobre o que o proprietário

donos (PESAVENTO, 1994, p. 15). Foi nesses moldes que se iniciou a ocupação do território montenegrino:

Com a facilidade própria da época, indivíduos apossavam-se de largas extensões de terras que, posteriormente, requeriam lhes fossem concedidas por sesmarias, ou então, faziam a venda da posse, com as benfeitorias existentes, cujo comprador, mais tarde, procurava adquirir justo título de propriedade. Assim é que, Ignácio César de Mascarenhas, natural de S. Paulo, apossou-se de uma grande área de terras, que denominou “Estância Mascarenhas” e que, no anno de 1758, fez venda ao capitão José Antunes Quibedes, que conseguiu legitimá-la, em 1764, obtendo-a por sesmaria, dando-lhe o nome de “Fazenda Montenegro”⁹¹(CAMPOS NETTO, 1924, p. 50).

Em relação às terras que hoje compõem Montenegro, essas foram objeto de trocas, negociações, inventários e concessões. Vejamos um entre os muitos exemplos citados por Campos Netto (1924):

Em 1797, Estevam José de Simas pediu lhe fosse concedida por sesmaria: “1 legua de campo de faxinaes que sua mulher houve de herança de seu pae José de Araujo e onde residia há 12 anos e possuia casas, 3 escravos, 4 cavallos, 6 bois, 150 gados, 12 eguas e 20 ovelhas.” Simas que casara em 15 de setembro de 1787, com Leonarda Maria de Araújo, residia, nesse sitio desde 1785. Em 2 de outubro de 1791⁹², Raphael Pinto Bandeira⁹³, concedeu a Antônio Machado de Souza: “3 leguas de terrenos de matto de comprido, na margem do Rio Cahy, acima do passo do Faxinal de Estevam José de Simas, com fundos competentes e sem prejuízo de terceiros, ficando o rio a sul, a serra a N.E. e correndo a volta do rio de L. a O. e cujo terreno, por se achar devoluto, lhe concede por sesmaria (CAMPOS NETTO, 1924, p. 50).

Os “primeiros montenegrinos”⁹⁴ foram assim identificados, quanto à sua atuação como desbravadores e protetores territoriais:

Eis ahí os primeiros habitantes desta gleba abençoada, que tanto tem concorrido para o desenvolvimento progressivo do Rio Grande. Foram elles os paladinos da civilização, neste recanto da Pátria, guarda avançada para garantir a exploração das selvas impenetráveis, cuja virgindade provocava o arrojo de impreteritos violadores (CAMPOS NETTO, 1924, p. 53).

Seguindo esta linha de ocupação, durante a segunda metade do século XVIII e início do século XIX, a *Ibia* foi recebendo levas de colonizadores, compostas através de uma mescla de grupos portugueses, paulistas e catarinenses, de condições diversas.

produzisse. O pagamento de dízimo e os trâmites necessários para registrar as sesmarias indicavam que estas não estavam ao alcance da maioria e nem sempre estavam devidamente documentadas.

⁹¹ Segundo Campos Netto (1924), a sede desta estância ficava junto ao Morro Montenegro, na época “Monte Negro”. O nome foi dado pelos primeiros povoadores, baseado na impressão que estes tiveram, deparando-se com “paredões escuros de basalto, dando a impressão de serem negras as escarpas, nos espaços despídos de verde-escuro da vegetação vigorosa”.

⁹² Uma cópia do documento original pode ser vista em Campos Netto (1924, p. 49).

⁹³ Raphael Pinto Bandeira era apontado como um grande usurpador de terras, mas por sua atuante defesa em relação a “intrusos” nas “suas” terras (e por consequência, na fronteira portuguesa) acabou por ser homenageado pela rainha e suas apropriações foram consideradas méritos. Seu pai, Francisco Pinto Bandeira, foi um dos primeiros tropeiros a receber sesmaria no Rio Grande do Sul. Ver Rosa (1979, p. 58).

⁹⁴ Aqui percebemos a lacuna étnica deixada pela versão histórica contada a partir da chegada do elemento europeu.

Avançando no tempo, há aproximadamente duzentos anos atrás, mais precisamente em 1809, o Rio Grande do Sul foi dividido em quatro vilas. A área da atual Montenegro era parte integrante da vila de Porto Alegre (FEE, 1981, p. 33).

Em 1833, dois anos antes do início da “Revolução” Farroupilha⁹⁵ (1835-45), o território gaúcho foi dividido em 14 municípios (FEE, 1981, p. 36). No ano de 1846, foram criados mais quatro, chegando a um total de 18 municípios. Entre eles estava a Vila de Triunfo e, como parte desta havia o Porto das Laranjeiras, denominação dada ao município na época. Cabe salientar que anterior a este nome, a localidade era conhecida como Passo⁹⁶ do Tristão, pela popularidade e atuação de Tristão José Fagundes⁹⁷. Era ele quem transportava pessoas de um lado a outro do rio Caí, quando as estradas que levavam a Porto Alegre não passavam de mera idealização. Acreditando no crescimento do local, comprovado pela intensa travessia de viajantes, Tristão José Fagundes, a partir de 1850, na área banhada pelo rio Caí, iniciou o povoamento de Montenegro, criando um loteamento inicial de oito ruas (ZIETLOW, 1876).

O desenvolvimento econômico local foi impulsionado pelo transporte fluvial, existente desde o final do século XIX conforme dados do Relatório do Intendente Joaquim Oliveira (1918, p.106-111). Na época, os “pranchões” e posteriormente barcos a vapor escoavam a produção colonial e local para Porto Alegre, ao mesmo tempo em que traziam mercadorias e inovações provenientes de outros Estados e de outros países (MACHADO, 1982, p. 423).

⁹⁵ Durante estes conflitos, o território montenegrino fazia parte do trajeto das tropas envolvidas, causando prejuízos e ataques às estâncias, que eram saqueadas em seus rebanhos, cavalos e víveres, além de outros episódios violentos. Ver Campos Netto (1924, p. 71).

⁹⁶ “Passo” significa passagem. Neste caso, a passagem era feita em balsas, de um lado a outro do rio Caí, partindo de um local específico onde hoje se encontra o centenário Cais do Porto (1904).

⁹⁷ Ver Campos Netto (1924, p. 335).



Figura 10: Movimentação de pranchões em São João do Montenegro, final do século XIX.
Fonte: Fototeca do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler.

Em 18 de outubro de 1867, através da Lei nº 630, o Porto das Laranjeiras foi elevado à categoria de Freguesia, sob o nome de São João do Montenegro, e desmembrado de Triunfo, passando a ser a vila e sede do município em 05 de maio de 1873. A data de 04 de agosto de 1873 marca a instalação do município (FEE, 1981, p. 45).

Quando a localidade foi elevada à Freguesia⁹⁸, nela já existia uma rústica capela, erguida no alto da povoação, em terreno doado por Tristão José Fagundes e esposa. A construção de madeira ficava estrategicamente direcionada para o Passo do Tristão.

De todos os pontos convergiam para aqui os viandantes que procuravam São Leopoldo, Porto Alegre ou Triunfo. Já havia uma egrejinha (sic!) de taboas, com a invocação de São João, onde os habitantes reuniam-se para as preces domingueiras. Sendo catholicos, apostolicos romanos a totalidade dos moradores do Passo do Tristão e arredores, dirigiam-se em, 19 de novembro de 1855, ao Bispo Diocesano, um requerimento solicitando licença para erecção de uma capella curada sob a invocação de S. João Baptista. Em 10 de setembro de 1861, festiva e solemnemente, era lançada a pedra fundamental da nova capella de S. João de Montenegro, cujo alicerce, segundo a tradição corrente, foi construído com material fornecido, gratuitamente, pelo Snr. José de Souza Costa (Juca da Olaria) (CAMPOS NETTO, 1924, p. 337).

Já em 1861 era iniciada a construção de uma igreja⁹⁹ com campanário, pia batismal e sacrário, juntamente com a exigência de um cemitério para os paroquianos.

⁹⁸ Desde o século IV as comunidades eclesiásticas rurais foram denominadas paróquias. Mais tarde, na península ibérica, surgiu a palavra “freguesia”, designação portuguesa de paróquia (SCHMIDT; BÜTTENBENDER, 1979, p. 312).



Figura 11: Capela em São João do Montenegro no início séc. XX, com campanário
Fonte: Fototeca do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler

Importante mencionar, sob o ponto de vista religioso, a criação da Comunidade Evangélica em 1864, visto que o município já contava com imigrantes falantes da língua alemã desde metade do século XIX.

⁹⁹ Conforme dados extraídos de documento histórico datado de 28/04/1871, no qual Dom Sebastião Dias Laranjeira, Bispo do Rio Grande do Sul, confirma a lei que elevou São João do Montenegro à Freguesia, pois em 1867 (data da Lei Provincial) a autoridade eclesiástica não havia sido consultada. Nota-se, ainda, a influência e intervenção eclesiástica em assuntos políticos e administrativos. O documento em questão encontra-se sob a guarda da Cúria de Porto Alegre (SCHMIDT; BÜTTENBENDER, 1979, p. 312).

Doze anos depois, em 1876, foi inaugurada a primeira Igreja Evangélica de São João do Montenegro, em terreno doado pelo conhecido Barão do Jacuí. Além da função de abrigar os cultos religiosos, o prédio servia como escola, desde 1881.

Em 1895 foi iniciada a construção de um prédio para a escola evangélica e, em 1903, uma nova Igreja começou a ser construída. Assim, em 1906, a nova Igreja¹⁰⁰ estava pronta e com ela foi inaugurado o primeiro sino da Igreja, o qual foi feito com metal coletado pela própria comunidade evangélica.

No início do século XX, podemos considerar marcos do crescimento social, econômico e cultural da então vila de Montenegro, a construção da Estrada Buarque de Macedo, a implantação do Cais do Porto¹⁰¹, a instalação do ramal e Estação¹⁰² ferroviários e a introdução da energia elétrica na zona urbanizada.

A Estrada Buarque de Macedo foi projetada para interligar Montenegro a Lagoa Vermelha, chegando a atingir a divisa com Santa Catarina, na localidade de Barracão. Seu nome foi uma homenagem à participação do engenheiro Manuel Buarque de Macedo na construção da obra.

A estrada teve início em ponto da atual zona urbana da cidade, servindo de ligação a municípios como Salvador do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, Nova Prata, Lagoa Vermelha, entre outros. O escoamento da produção das antigas colônias italianas Conde D'Eu e D. Izabel¹⁰³ transitava por ela, assim como os próprios imigrantes que aqui chegaram e estavam destinados a estas localidades (PEDROTII, 1982; MOTTA, 2007a; MANFROI, 2001; BUCCELLI¹⁰⁴, 1906).

Com a instalação da ferrovia na região, a estrada sofreu uma redução em seu uso, visto que a praticidade dos trens substituía, em alguns casos, as desconfortáveis e longas viagens pela Buarque de Macedo.

¹⁰⁰ Cinquenta anos depois, um incêndio destruiu totalmente a Igreja, a qual foi reconstruída até 1958.

¹⁰¹ O cais do porto de Montenegro foi tombado através do Decreto Municipal nº 2.599, de 29/03/1991.

¹⁰² O complexo ferroviário de Montenegro foi tombado no Livro Tombo Histórico do IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, sob nº 19 (IPHAE, 2002, p. 77).

¹⁰³ As colônias de Conde D'Eu e D. Izabel pertenciam a Montenegro até início do século XX. No Arquivo Municipal Maria Eunice Müller Kautzmann, em Montenegro, os códices de nºs 056 e 057 mostram a relação de imigrantes italianos moradores destas colônias, conforme levantamento realizado em 1883.

¹⁰⁴ O italiano Vittorio Buccelli era encarregado de relatar ao governo italiano os aspectos locais, baseados em dados sociais, econômicos, geográficos e culturais relacionados à imigração e colonização italiana em núcleos coloniais como Conde D'Eu e D. Izabel.

Por volta de 1942¹⁰⁵, a estrada foi reconstruída por conta da interligação desta com outros acessos que dela dependiam. Atualmente a Rua Buarque de Macedo corresponde ao trecho dentro dos limites urbanos da cidade, sendo que a antiga Estrada Buarque de Macedo, a partir do ponto onde cruza com a RS 287, agora é denominada RST 470.

Quanto ao Cais do Porto, considerando as pesquisas de Arpini (1982, p. 442), este foi inaugurado em 1904 e foi o segundo construído no Estado. Como a navegação fluvial foi o meio de transporte mais importante deste período, o empreendimento do Cais impulsionou o movimento de mercadorias, promovendo melhorias na urbanização e na economia da vila.

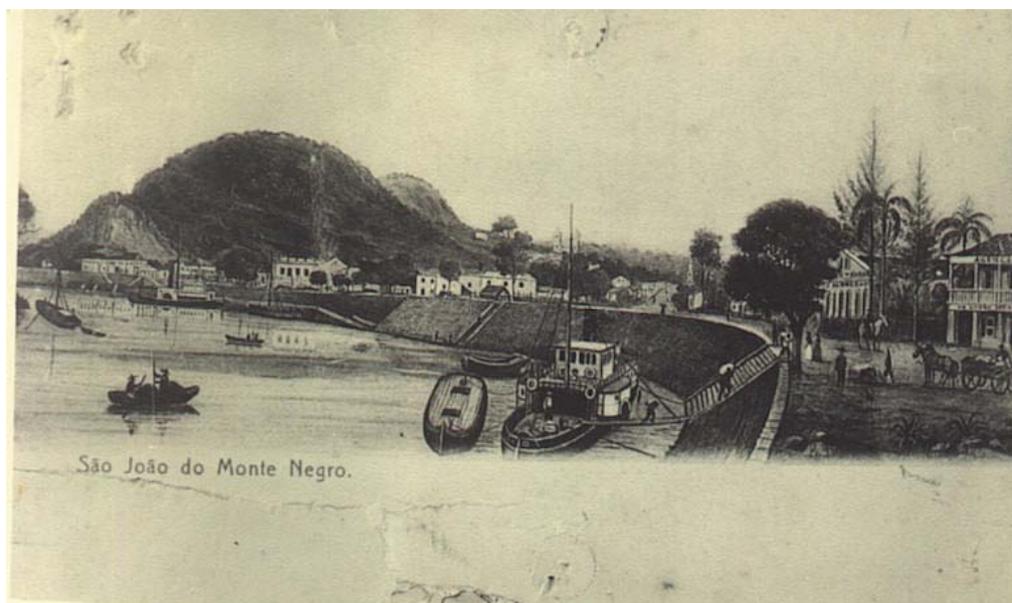


Figura 12: Cais do Porto de São João do Montenegro, 1905
Fonte: Fototeca do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler

No entanto, a partir da implantação da rede ferroviária em Montenegro e região, a navegação fluvial decaiu gradualmente, restringindo-se atualmente ao transporte e comércio de areia, basicamente.

A navegação fluvial, sem dúvida, contribuiu para os primeiros passos do crescimento econômico da vila de São João do Montenegro e só perdeu forças diante da implantação da rede ferroviária na região, a partir de 1909. Num segundo momento, por volta da segunda metade do século XX, com a expansão dos transportes rodoviários e estradas, as rotas fluviais foram ainda mais reduzidas (MOTTA, 2006c).

¹⁰⁵ Governo do Interventor Cordeiro de Farias.

O grande marco histórico na memória local quanto à instalação da ferrovia na Vila¹⁰⁶ foi a inauguração da Estação Ferroviária de Montenegro, em 1909, a qual representou importante papel no funcionamento dos ramais Porto Alegre - São Leopoldo – Montenegro – Caxias do Sul. Importante lembrar que o ramal ferroviário São Leopoldo- Montenegro já estava em funcionamento e em fase de ampliação desde 1904 (IPHAE, 2002, p. 77) e que o material para a montagem desse trecho da ferrovia era transportado via fluvial, sendo descarregado no cais do porto e seguindo então em trens, até o local da ferrovia em construção, como mostrado na imagem a seguir.



Figura 13: Vapores traziam material para o prolongamento do ramal ferroviário
Fonte: Fototeca do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler

De acordo com o levantamento histórico a respeito do Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul (IPHAE, 2002, p. 75), a Estação Ferroviária de Montenegro era um verdadeiro complexo gerador de renda. Suas instalações abrangiam oficinas, telégrafo, restaurante, promovendo uma vida sociocultural ativa no contexto da Estação. O sistema de transportes dinamizou de forma significativa a economia local montenegrina.

¹⁰⁶ Para conhecer mais sobre o histórico da instalação da ferrovia no município de Montenegro, ver IPHAE (2002, p. 77) e Pedrotti (1982, p. 444).



Figura 14: Prédio central da Estação Ferroviária de Montenegro
Fonte: Fototeca do Museu Histórico Nice Antonieta Schüller



Figura 15: Plataforma de embarque da Estação Ferroviária de Montenegro
Fonte: Fototeca do Museu Histórico Nice Antonieta Schüller

Em termos econômicos, também devemos mencionar a instalação da Usina Geradora de Energia na então Vila de São João de Montenegro. Desde o início do século XX, a vila era iluminada por lampiões a querosene, colocados no alto dos postes, de esquina a esquina¹⁰⁷. Em 1911, após o calçamento das ruas Ramiro Barcelos e Tomaz Flores (atual rua Osvaldo Aranha), foram providenciadas pela Intendência Municipal algumas lâmpadas a álcool, para uso concomitante com os lampiões, os quais se tornavam dispendiosos, pela manutenção que exigiam.

¹⁰⁷ Este trabalho era tarefa do Sr. Francisco Hipólito da Silva, conhecido por “Chico Lampista”, que então acendia e apagava os lampiões diariamente, auxiliado por sua tradicional ferramenta, a escada que carregava nos ombros.

Foram feitas algumas tentativas de montagem de uma usina para o fornecimento de iluminação e água para a população, mas somente foi possível a substituição das lâmpadas a álcool por gás acetileno em duas ruas.

Considerando a escassez do querosene e o alto preço do carbureto para a época, a rua Ramiro Barcelos recebeu iluminação elétrica da firma Gustavo Jahn & Cia, que possuía gerador próprio e literalmente estendeu um cabo até a rua principal, através de um contrato pré-estabelecido (ARPINI, 1981, p. 253).

No final de 1917 teve início o processo da construção de uma usina geradora de energia para a Vila, a qual entra em funcionamento dois anos depois.

Mesmo depois de reformas e aprimoramentos nos equipamentos da referida usina, em 1925, a demanda de energia e a perspectiva da instalação de novas indústrias exigiu que, em 1938, fosse providenciada a implantação de uma nova usina elétrica¹⁰⁸, então localizada às margens do rio Caí, defronte ao Cais do Porto. Com o decorrer do tempo, o fornecimento voltou a ser insuficiente, acarretando na transferência deste serviço, em 1955, para a então Companhia Estadual de Energia Elétrica.

O Decreto nº 2026, de 14 de outubro de 1913, elevou a Vila de São João do Montenegro à categoria de cidade. Já em 31 de março de 1938, outro Decreto, de nº 7.199, alterou o nome da cidade para Montenegro e a dividiu em 11 distritos, muitos dos quais hoje estão emancipados:

Por volta de 1953, através de plebiscito, os distritos de São Vendelino e Bom Princípio foram anexados ao município de São Sebastião do Caí. Em 1963 Salvador do Sul se emancipou, juntamente com os distritos de Poço das Antas¹⁰⁹ e Barão. Em 1988 Brochier, Maratá¹¹⁰, Tupandi e Harmonia se emanciparam de Montenegro, sendo que em 1992, Maratá se emancipou de Brochier, voltando às denominações anteriores. Em 1992 Pareci Novo se emancipou de Montenegro (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2004, p. 16).

Entre as emancipações citadas, devem ser incluídas a de São Pedro da Serra (1998) e a de São José do Sul (1999).

¹⁰⁸ Este segundo prédio da Usina elétrica de Montenegro foi tombado pelo Decreto Municipal nº 2.680, em 20/09/2000.

¹⁰⁹ Segundo Gansweidt (1946, p. 167), uma “poça do ribeiro”, ou seja, uma piscina natural da localidade em questão costumava ser visitada pelos índios Kaingang que transitavam no Vale do Caí no século XIX. Como o local era também apreciado pelas antas, apresentava freqüentemente pegadas destes animais, o que levou os nativos a denominá-lo de “Poço das Antas”. Cabe lembrar que a informação deve ser considerada mera curiosidade, merecendo maiores pesquisas.

¹¹⁰ Também constante em Gansweidt (1946, p. 198), para os Kaingang que protagonizavam os “assaltos” aos colonos, Maratá significava “local de combate” entre a água e a terra. Provavelmente a indicação referia-se ao que atualmente conhecemos como Cascata de Maratá, no atual município também denominado Maratá.

Certamente há muitos outros aspectos não menos importantes da história montenegrina a serem mencionados, como a grande produção de citrus¹¹¹, desde os primórdios do vilarejo, na metade do século XIX, o surgimento da bergamota montenegrina¹¹² em 1940, à produção de acácia-negra também desde a década de 1940.

A vida cultural da cidade, desde seu surgimento, com as festas nas praças (MOTTA, 2006, 2006a), os carnavais iniciados no Cais do Porto (MOTTA, 2007), o folclore; a vida cotidiana, as escolas, a urbanização, as diversas etnias; as manifestações religiosas em sua pluralidade; os clubes sociais; a escravidão e os clubes abolicionistas, entre muitos outros enfoques, podem render grandes pesquisas e de forma alguma devem ser esquecidos. São temas extremamente importantes e há uma gama de fontes disponíveis, aguardando pelo olhar crítico do historiador.

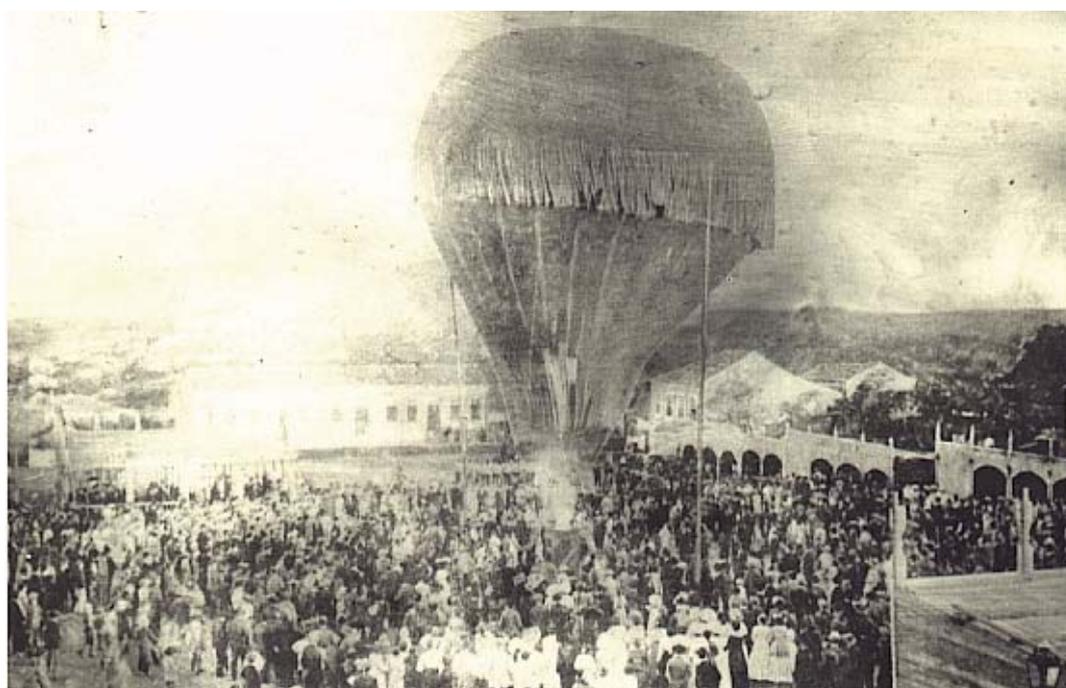


Figura 16: Balão Granada na Praça Marechal Deodoro (ou popularmente Praça da Matriz), em 1910
Fonte: Fototeca do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler

Apesar de breves, os fragmentos da trajetória montenegrina mostrados neste capítulo têm a pretensão dar uma pequena amostra do grande potencial histórico-cultural dessa região. Todo esse Patrimônio Cultural nem sempre é conhecido e valorizado pelos seus próprios

¹¹¹ O primeiro nome oficial do povoado, Porto das Laranjeiras, era atribuído à grande produção de laranjas cultivadas pelos primeiros colonizadores, já em 1850, na encosta do morro Montenegro e em áreas interioranas. Esta produção era vendida e transportada para Porto Alegre e São Leopoldo, em grandes canoas, também conhecidas por lanchões.

¹¹² Descoberta por acaso pelo produtor João Edwino Derlam, na localidade de Campo do Meio.

moradores, deixando lacunas na memória social das gerações mais recentes, distanciando cada vez mais as ligações entre o passado e o presente e fragilizando a adoção de uma postura crítica em relação ao futuro.

2 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE MONTENEGRO/RS

O Município de Montenegro tem uma quantidade considerável de sítios arqueológicos¹¹³ cadastrados no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN¹¹⁴. No entanto, considerando as muitas emancipações acontecidas desde a década de 1970, hoje somente três desse total (na tabela a seguir, em negrito), efetivamente localizam-se dentro dos limites municipais. De acordo com informações¹¹⁵ do CEPA/UNISC¹¹⁶, há dois sítios arqueológicos localizados em Montenegro, os quais, até o encerramento desta pesquisa, não constavam no Sistema de Gerenciamento de Sítios Arqueológicos do IPHAN.

Tabela 01

Sítios cadastrados no IPHAN, com sua localização atualizada.

Sítio arqueológico	Município onde o sítio está cadastrado, de acordo com os registros do IPHAN	Localização atualizada do sítio e ano da emancipação do município a que pertence	Responsável pelas pesquisas e Instituição de posse do acervo	Tradição(ões) arqueológica(s) encontrada(s)
RS-TQ-58-Afonso Garivaldino Rodrigues (1)	Montenegro	Brochier - 1988	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/CEPA - UNISC	Umbu e Taquara
RS-TQ-58-Afonso Garivaldino Rodrigues (2)	Montenegro	Brochier - 1988	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/CEPA - UNISC	Umbu e Taquara
RS-15- Oto Albino Krahl	Montenegro	Parei Novo - 1992	Pedro Ignácio Schmitz	Guarani
RS-25- Instituição São José (não confundir com Instituto de Educação São José, em Montenegro).	Montenegro	Parei Novo -1992	Pedro Ignácio Schmitz	Guarani

¹¹³ Sítio arqueológico corresponde à menor unidade do espaço possível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunharam comportamentos das sociedades do passado (MORAIS apud HERBERTS e COMERLATO, 2003, p.5).

¹¹⁴ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN- disponibiliza dados sobre o Patrimônio Material e Imaterial brasileiros. Os sítios arqueológicos são cadastrados por município, desconsiderando, até o momento e em relação à região do Vale do Caí, alterações dos limites destes, em função de emancipações ou aglutinação de áreas territoriais.

¹¹⁵ Foi fornecida uma lista com sítios arqueológicos pesquisados pelo arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro, nas décadas de 1970 e 1980. Os atribuídos ao município de Taquari, em termos de localização, deverão ser melhor avaliados, pois poderão atualmente fazer parte de novos municípios, devido a novas emancipações.

¹¹⁶ Centro de Pesquisas Arqueológicas de Santa Cruz do Sul, vinculado à UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul.

RS-C-16 – Passo da Pimenta	Montenegro	Permanece em Montenegro	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL(1)	Guarani
RS-C-35 – Rudi Griesbach	Montenegro	Brochier - 1988	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Guarani
RS-C-36 – José Bodh	Montenegro	Harmonia- 1988	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Guarani
RS-C-37 – Arno Pilger	Montenegro	Harmonia - 1988	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Guarani
RS-C-38– Montenegro I	Montenegro	Permanece em Montenegro	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Guarani
RS-C-51 – Pareci I	Montenegro	Pareci - 1992	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Umbu (estimativa)
RS-C-57 – Pacote I	Montenegro	Capela de Santana (emancipada de São Sebastião do Caf)	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Umbu (estimativa)
RS-C-58– Pacote II	Montenegro	Capela de Santana (emancipada de São Sebastião do Caf)	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Umbu (estimativa)
RS-C-61 – Adelar Pilger	Montenegro	Harmonia - 1988	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Guarani
RS-C-67 – Willimar Rasche	Montenegro	Brochier - 1988	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Guarani
RS-C-68 – Matiel	Montenegro	Harmonia - 1988	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Indefinida nos testes realizados
RS-T-14 – Morro do Sobrado	Montenegro	Permanece em Montenegro	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Petróglifo Tradição Umbu
RS-T-16- Travesseiro	Montenegro	Travesseiro (emancipado de Arroio do Meio (Vale do Taquari, em 1992)	Pedro Augusto Mentz Ribeiro/MARSUL	Indefinida

(1) Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, em Taquara/RS.

Tabela 02

Sítios cadastrados no CEPA/UNISC, com sua localização atualizada.

Sítio arqueológico	Município onde está cadastrado	Município onde está localizado hoje	Responsável pela pesquisa e instituição que mantém a posse do acervo	Tradição arqueológica
RS-TQ-58	Montenegro	Brochier	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu e Taquara
RS-TQ-56	Montenegro	Montenegro	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu
RS-CA-05	Montenegro	Brochier	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu
RS-TQ-65	Tabaí -Taquari	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu

RS-TQ-10	Tabaí- Taquari	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu
RS-TQ-55	Taquari	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu
RS-TQ-66	Tabaí – Taquari	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu
RS-TQ-59	Taquari	Como não há uma concordância quanto à real divisa entre Montenegro e Taquari, no ponto onde está o Morro dos Cavalos, o qual é a referência disponível para a localização do sítio em questão (informação oral ¹¹⁷), existe a possibilidade deste estar localizado em terras montenegrinas, hipótese a ser melhor estudada.	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Neobrasileira(1)
RS-TQ-54	Tabaí-Taquari	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu
RS-TQ-60	Tabaí- Taquari	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Guarani
RS-TQ-52	Taquari	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Guarani
RS-TQ-70	Tabaí	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu
RS-TQ-71	Taquari	Provavelmente em Montenegro. Há discordâncias entre o mapa elaborado pelo município, o mapa utilizado pelo IBGE, e as informações constantes em escrituras destes imóveis.	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu
RS-TQ-72	Taquari	Taquari	Pedro Augusto Mentz Ribeiro-CEPA/UNISC	Umbu

(1) A Cerâmica Neo-brasileira foi confeccionada por populações mestiças, que combinam técnicas indígenas de manufatura e de decoração com elementos europeus (GOLDMEIER; SCHMITZ, 1983, p. 6). A decoração variava entre o escovado e o corrugado, sendo que a pintura não foi detectada. No Rio Grande do Sul, ocorreu no século XVIII.

¹¹⁷ Informação disponibilizada em 20/10/2010 no Centro de Pesquisas Arqueológicas da UNISC, Santa Cruz do Sul, pelo Professor Dr. Sérgio Célio Klamt, conforme consulta em manuscritos e registros elaborados pelo Professor Pedro Augusto Mentz Ribeiro, no final da década de 1980, constantes nos arquivos do CEPA/UNISC.

Importante destacar que ainda não há o cadastro de sítios arqueológicos históricos pertencentes a Montenegro, apesar do Município ser bastante promissor no campo dessas pesquisas arqueológicas¹¹⁸.

Além do restrito patrimônio histórico edificado localizado na zona urbana, resistente ao tempo e à especulação imobiliária, ao longo desta pesquisa foram detectadas várias ocorrências arqueológicas históricas, bem como inúmeras estruturas edificadas no interior do município. Tais registros são de extrema importância para despertar o interesse pela pesquisa arqueológica relacionada a este período e expandir o conhecimento e a valorização desse patrimônio dentro da própria cidade.

Foram visitados os sítios arqueológicos acima mencionados, localizados em solo montenegrino. No ano de 2007, por conta de uma pesquisa¹¹⁹ elaborada no curso de Especialista em Memória Social e Identidades – Universidade Luterana do Brasil -ULBRA, foram realizadas visitas aos mesmos sítios arqueológicos, estabelecendo um contato inicial com os proprietários das terras e moradores das redondezas. As visitas anteriores e a reavistação aos sítios arqueológicos já reconhecidos conduziram não só à identificação de áreas de interesse arqueológico, mas ao registro de uma série de discursos que revelavam o entendimento destes moradores locais acerca do Patrimônio Arqueológico e seu significado sociocultural no contexto regional. Olhares sobre os bens culturais da região estão diretamente ligados à preservação patrimonial, relações e conflitos étnicos, bem como ao imaginário local. Mas antes desta segunda e mais importante etapa da pesquisa, é importante destacar os primórdios e as perspectivas da pesquisa arqueológica no município, mostrando os sítios arqueológicos reconhecidos e áreas de interesse, que deverão ser entendidas como sítios arqueológicos pré-históricos ou históricos inéditos em potencial, as quais foram identificadas através de informações dos moradores contatados (método oportunístico).

Está incluso, na lista de sítios arqueológicos já reconhecidos, o RS-TQ-58 – Garivaldino Rodrigues, mesmo que esteja em área de divisa do município de Brochier e Montenegro, constando oficialmente no território brochiense. O critério para sua adição foi baseado na diversidade e quantidade relacionadas ao material arqueológico atribuído a várias ocupações do abrigo sob rocha, as quais já foram submetidas à datação por radiocarbono 14.

¹¹⁸ Ver mapas em anexo no final desta pesquisa, com pontos evidenciando locais de interesse histórico no município de Montenegro.

¹¹⁹ Ver MOTTA (2007d).

Este capítulo constitui-se de uma tratativa bastante densa em termos de informações técnicas, mas pretensamente permeável ao interesse de todos que buscam maior conhecimento e identificação com o passado da região.

2.1 AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM MONTENEGRO – HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

2.1.1 Sítio Arqueológico RS-C-16 – Passo da Pimenta

O sítio arqueológico em questão está localizado no Passo da Pimenta, divisa entre os distritos montenegrinos de Vendinha e Fortaleza. No início da década de 1970 o arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro¹²⁰ identificou o local e coletou materiais que haviam sido encontrados pelos proprietários, como: um machado polido¹²¹ com sulco, em basalto, encontrado no local no ano anterior. Segundo informações dos moradores locais, no local foi encontrada, há aproximadamente 80 anos, uma urna funerária com ossos. Na prospecção realizada por Ribeiro, foi encontrado apenas um fragmento de cerâmica guarani, apesar dos vários “cacos de panelas”¹²² já encontrados pelo proprietário, segundo relato. O sítio é cadastrado no IPHAN e pode ser consultado via internet¹²³. Segundo dados disponíveis no mesmo site, o sítio apresenta categoria unicomponencial, é pré-colonial e está exposto a céu aberto, sendo que seu contexto de deposição era em superfície na ocasião da coleta.

Até este estágio da pesquisa não conseguimos localizar esse sítio arqueológico. O proprietário vigente na época dos levantamentos realizados por Ribeiro, no início da década de 1970, foi apenas referido por Umbelino, nome que atualmente não é conhecido na localidade.

No entanto, a busca será retomada em futuras prospecções.

¹²⁰ Pedro Augusto Mentz Ribeiro (1937-2006) foi responsável por grande parte dos estudos arqueológicos no Vale do Caí, entre as décadas de 60 a 80.

¹²¹ A lâmina de machado em questão faz parte do acervo do MARSUL, catalogado sob o nº 4039, onde está referido como machado polido com gargalo. A peça apresenta evidências de ter sido usada também como mão-de-pilão. A imagem mostrada foi obtida em visita no dia 22/04/07, ao referido Museu, através da gentil colaboração do arqueólogo André Luiz Jacobus.

¹²² Nas comunidades rurais, a maneira mais usual de referir fragmentos cerâmicos é como “cacos de panelas de bugre”.

¹²³ Em: http://sistemas.iphan.gov.br./sgpa/cnsa_detalhes.php?10773

O fato de não localizarmos este sítio arqueológico demonstra a importância da atualização dos dados relacionados a estes bens e de uma sistemática de monitoramento deste patrimônio.



Figura 17: Lâmina de Machado encontrada no sítio arqueológico RS-C-16. Acervo MARSUL, 2007
Fonte: Acervo próprio

2.1.2 Sítio Arqueológico RS-C-38 – Montenegro I

Cadastrado no IPHAN e estudado pelo arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro, o sítio arqueológico referido como RS-C-38 apresenta diâmetro de 40 metros e está localizado em terra privada, nas proximidades do Morro Montenegro (195 m de altura), junto à margem direita do rio Caí, numa área de 1600m², na sede do município. No período de desenvolvimento dos trabalhos de prospecção, entre os anos de 1968 a 1971, a proprietária foi referida como Thereza Gammert.



Figura 18: Vista oeste do Morro Montenegro
Fonte: Acervo próprio

O solo do local é arenoso e apresentava, na oportunidade da pesquisa, cultivo de mandioca, feijão e amendoim. O desnível em relação ao rio é de 15 a 23m e a distância do sítio ao rio é de 150m. No local foram encontrados, através de escavações, fragmentos cerâmicos guarani e dois machados polidos, de rocha basáltica. Segundo informações dos proprietários das terras, disponibilizadas a Ribeiro, foram encontrados objetos que, já na época das pesquisas, encontravam-se extraviados, como machados, boleadeira com sulco, cachimbo e vasilhas de cerâmica.

Conforme dados existentes em ficha cadastral do IPHAN, a categoria do sítio é unicomponencial pré-colonial e o tipo está caracterizado como habitação. O contexto de deposição é em superfície, a forma é circular e a exposição a céu aberto.

O acervo remanescente das escavações está sob a guarda do MARSUL¹²⁴, catalogado pelo nº 4077.

¹²⁴ O Museu Arqueológico de Taquara – MARSUL - está localizado na RS 020, Km 58, Taquara/RS. Atualmente está em processo de reformas, numa parceria entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Taquara. Consultas ao acervo estão temporariamente suspensas. Vale a homenagem ao arqueólogo Dr. André Jacobus, atualmente aposentado, que se dedicou intensamente à salvaguarda do acervo do referido Museu.



Figura 19: Afiador encontrado no sítio arqueológico RS-C-38. Acervo MARSUL, 2007
Fonte: Acervo próprio

Em visita ao sítio arqueológico, tomando por base as coordenadas¹²⁵ especificadas por Ribeiro, verificamos que o local está tomado pela mata ciliar. Passadas quatro décadas da identificação do sítio, os proprietários atuais já não são os mesmos da década de 1970 e provavelmente este seja um dos motivos do desconhecimento acerca da existência do mesmo. Nesta área específica de encosta de morro e no período da visita não observamos a presença de roças nem de silvicultura, apesar da ausência de legislação municipal¹²⁶ que incida sobre a preservação de áreas ambientais e de interesse arqueológico ou histórico.

¹²⁵ No local foram obtidas as seguintes coordenadas geográficas UTM: 22 J 0437.630/6.721.875, Altitude 14m, com o parelho receptor GPS da marca Garmin Modelo Etrex Legend H, o qual foi utilizado para todas as coordenadas desta pesquisa.

¹²⁶ De acordo com contato realizado com representantes do COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa ao Meio Ambiente de Montenegro (informação verbal), na Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, em 17/12/2010, Montenegro não tem legislação própria destinada à preservação de áreas ambientais em morros e rios, nem tampouco sobre sítios arqueológicos. Há perspectivas de crescimento neste sentido, em relação ao Morro São João, especificamente, pois esta é uma reivindicação do Plano Diretor do município, relativo ao ano 2011. Existem as leis municipais n°s 4.293 e 4.294 (2005), que instituem seu Código de Meio Ambiente, de forma genérica, e dispõem sobre o Licenciamento Ambiental do Município, respectivamente. A legislação ambiental preferencialmente aplicada é a de âmbito federal.



Figura 20: Aspecto atual da área do sítio arqueológico RS-C-38
Fonte: Acervo próprio

2.1.3 Sítio Arqueológico RS-T-14 – Morro do Sobrado

Situado no Morro do Sobrado, na localidade conhecida como Sobrado, 4º distrito de Montenegro, em área privada, com proprietários diferentes dos vigentes na época dos estudos realizados por Ribeiro.



Figura 21: Petróglifo do Morro do Sobrado, 2005
Fonte: Acervo próprio

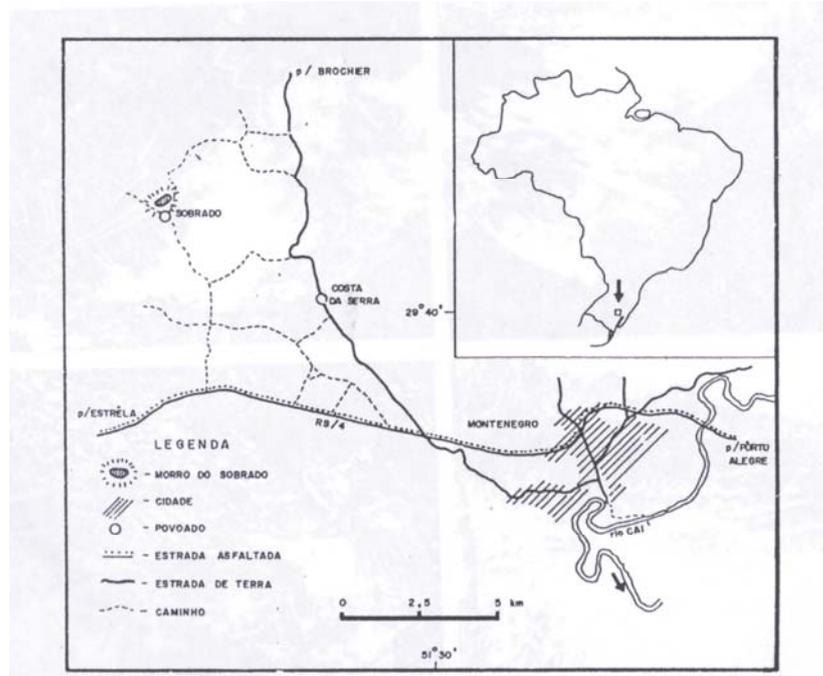


Figura 22: Localização do sítio arqueológico Morro do Sobrado
 Fonte: Ribeiro, IHERINGIA, 1972, p. 11

No local encontra-se um bloco rochoso irregular de arenito, voltado para noroeste, medindo aproximadamente 4,9 m X 3,2 m de diâmetro por 1,60 m de espessura, de superfície plana e dotada de várias inscrições obtidas pela técnica do alisamento. O sítio está a uma distância de 1 Km da casa do proprietário, percorrendo-se uma estrada rudimentar de escoamento de produção por carroças, e seguindo por volta de 100m em mata ciliar densa. No local obtivemos as coordenadas geográficas UTM 22 J 0440.214 6.719.703, Altitude: 177 m.

Segundo análises de Ribeiro (1972) o bloco rochoso é resultado do desabamento de uma estrutura de arenito, distante aproximadamente 30 metros do mesmo.



Figura 23: Aspecto do entorno do petróglifo, evidenciando desabamentos de grandes blocos rochosos
Fonte: Acervo próprio

A cerca de 100 metros do sítio, encontra-se uma vertente, e nas proximidades estão o arroio do Gil e o arroio Catupi (afluente do rio Taquari). Segundo Ribeiro (1972), a vegetação é composta de uma mescla de mata latifoliada tropical e áreas de campos, com solo arenoso e com traços de húmus. A riqueza natural da região sugere que em tempos passados o local foi fonte de caça terrestre e aquática, bem como de frutos silvestres, o que deve ter atraído grupos pré-coloniais.

O local foi visitado e explorado pelo arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro, que assim descreveu o contexto ambiental em questão:

A área onde se encontram os petróglifos é a Encosta Inferior do Nordeste, mesma região fisiográfica e distante, aproximadamente, 30 Km, em linha reta, do Virador (MENTZ RIBEIRO, 1970). As cotas altimétricas acusam para o local menos de 100 m em relação ao nível do mar. O Morro do Sobrado pertence aos primeiros degraus da zona serrana (Planalto Meridional) e serve de divisor de águas: do lado oeste, os tributários do rio Caí e arroio Gil, e do lado leste (lado onde se encontram os petróglifos) as nascentes do arroio Catupi, afluente da margem esquerda do rio Taquari. Nas proximidades, existem ainda fortes vertentes. O clima é variável e as temperaturas médias oscilam entre 22,6° e 19,4° a média da região. A precipitação pluviométrica é de 1.263 mm. A vegetação apresenta dois tipos, pois é uma zona de transição: mata latifoliada tropical e as primeiras “manchas” de campos. O primeiro tipo de vegetação domina em direção norte e o segundo para o sul. Área outrora rica na fauna terrestre e aquática, bem como em frutos silvestres, cujos vestígios são encontrados, serviu de excelente “habitat” aos primitivos povoadores (RIBEIRO, 1972, p. 4).

De acordo com as estimativas de Ribeiro, tais petróglifos foram resultado da ação de caçadores-coletores, migrados da região da Patagônia, visto que em sítios arqueológicos argentinos foram observadas semelhanças nos desenhos exibidos em forma de “escada”, em petróglifos de Chocon Chico (Província de Neuquén) e quanto aos tridáctilos, eles estão presentes em toda a Argentina, principalmente em registros arqueológicos do noroeste, inclusive em pinturas rupestres.

Uma das conclusões a que chegamos é que os petróglifos até agora encontrados em nosso Estado (Laje de Pedra, Canhemborá, Virador e Morro do Sobrado) pertencem a uma mesma tradição cultural. Outra conclusão é que, pelo tipo de petróglifos similares já estudados na Argentina, os nossos pertencem a um grupo de caçadores que teriam migrado daquele país, mais precisamente da Patagônia. As razões de tal migração seriam pressão inca para o sul e estes – araucanos – teriam pressionado o grupo caçador para o nordeste? Ou a escassez de alimentos os teria trazido para o nosso Estado? (RIBEIRO, 1972, p. 8).

A possibilidade de mais de uma migração também foi destacada, através da influência na cerâmica teuelchense, encontrada na Argentina:

Alguns poderiam ter ficado e outros migrado frente a esta pressão. Poderia ter havido mais de uma migração: uma ainda no período pré-cerâmico teuelchense e outra já no período médio ou clássico daquele povo, ou no terceiro período – já com influências incaicas e araucanas (MENGHIN apud RIBEIRO, 1972, p. 8).

Outra indicação de uma provável migração em etapas diferentes foi a escassez de cerâmica, que fez com que o pesquisador cogitasse que a técnica não era totalmente do domínio dos ocupantes do local:

Na escavação que realizamos no abrigo sob rocha do Virador, com petróglifos, não encontramos cerâmica desconhecida; nos outros sítios com petróglifos, da mesma forma, nos testes realizados, nada foi encontrado. Daí as razões que nos levam a supor uma migração daquele grupo ainda em seu período pré-cerâmico (RIBEIRO, 1972, p. 8).

Segundo aponta Ribeiro (1972), o petróglifo do Morro do Sobrado apresenta símbolos possivelmente de caráter religioso, apontando, ainda, novas hipóteses¹²⁷:

Quanto ao significado, acreditamos que os petróglifos do RS-T 14: Morro do Sobrado, ao lado da comunicação de fundo místico-religioso, existe uma outra tentativa devida à sequência dos tridáctilos e a “ponte”, o que não ocorre em outros sítios, especialmente no Virador (RIBEIRO, 1972, p 8).

¹²⁷ Conforme Madu Gaspar (2003), o “grafismo” ou “arte rupestre” não possibilita a interpretação dos seus desenhos, pois estes faziam parte de um sistema de comunicação que se perdeu pelos milhares de anos. Assim, os símbolos registrados em abrigos ou pedras são apenas expressões gráficas condenadas ao eterno caráter enigmático.

Mas a interpretação desses vestígios deve ser realizada em correlação com outros sítios arqueológicos conforme nos alerta Pessis (1993), levando em conta a abordagem arqueológica no estudo de registros rupestres pré-históricos:

Finalmente, no plano da interpretação, essa abordagem parte do significativo na procura de identidades gráficas que poderão ser estabelecidas a partir de um conjunto de sítios dos que dispõem de perfis gráficos. É, portanto, pouco viável, pretender estabelecer identidades gráficas a partir de um número reduzido de sítios. Qualquer interpretação deve utilizar as informações da pesquisa arqueológica como um todo, intercambiando não somente informações mas também partilhando hipóteses (PESSIS, 1993, p. 11).

Levando em consideração tal argumento, o pesquisador ressaltou que anterior à sua pesquisa, realizada em 1969, houve descrições realizadas por August Kunert¹²⁸, no final do século XIX, mencionando a localidade de Virador, distante, em linha reta, 30 km do Morro do Sobrado, onde existem 3 sítios arqueológicos estudados e denominados por Ribeiro (1969) como Virador I, Virador II e Virador III, todos apresentando inscrições rupestres, as quais já eram conhecidas desde 1888, conforme dados de uma publicação datada de 1907, do Dr. Theodor Koch-Grünberg, intitulada “*Südamerikanische Felszeichnungen*”. Esses sítios arqueológicos apresentam características similares quanto aos seus registros e por isso são importantes na elaboração de hipóteses quanto ao local de origem e a rota dos autores dessas gravuras rupestres.

Em relação a essas hipóteses, Brochado e Schmitz (1976) também relacionam os petróglifos do planalto meridional do Brasil com os localizados na Argentina:

Foi possível constatar que na encosta do planalto meridional do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, se encontram abrigos e grutas em cujo interior se acham gravados petróglifos que podem ser classificados no **estilo de pisadas**, muito difundido mais para o sul e oeste no território argentino. Além disso, como na Argentina, os petróglifos do Rio Grande do Sul parecem também estar relacionados com as pontas de projétil pedunculadas e com aletas incluídas por J. Schobinger nas indústrias líticas Subpatagônicas, atribuídas aos caçadores da cultura Patagônica, a quem O. F. Menghin atribuiu também os petróglifos deste estilo. A faixa de tempo dentro da qual cremos poder situar os nossos petróglifos (ca. 1100 a. C - a. D. 1600) também corresponde à do **estilo de pisadas** na Argentina (ca. 3000 a. C. – A.D. 1600) (BROCHADO, SCHMITZ, 1976, p. 135) [grifo do autor].

E cogita sobre os deslocamentos do(s) grupo(s) a quem atribui a autoria:

¹²⁸ KUNERT, August, *Rigrandenser Altertümer*, **Z. Ethn.** Berlim, v. 22, p. 31-37, 17 f., 1890; *Des Alter der in Gebiete des Rio Cahy und Forromeco gefundenen Steinwaffen*, **Z. Ethn.** Berlim, v. 23, p. 339-345, 26 f., 1891; KUNERT, August, *Südbrasilianische Höhlen und Rückstände der Früheren Bewohner*, **Z. Ethn.** Berlim, v. 24, p. 502-504, 6 f., 1892 (apud RIBEIRO, 1972, p. 3). Estas publicações divulgaram alguns desenhos como obscenos.

Não é de nenhuma maneira impossível que uma mesma tradição cultural – indústria lítica e estilo de petroglifos – se tivesse estendido sobre essa imensa distância, de mais de dois mil e quinhentos quilômetros, desde o sul da **Patagônia** até o centro do Rio Grande do Sul, porém não possuímos nenhuma informação segura a respeito do verdadeiro sentido da difusão. A distribuição dos abrigos e grutas com petroglifos ao longo da escarpa do planalto, penetrando pelo vale do rio Jacuí, sugere a idéia do planalto como um obstáculo anteposto e do vale deste rio como uma rota de penetração de tradições provenientes do sul. Além disso, os sítios com petroglifos deste estilo na República Argentina se contam por centenas e apresentam uma imensa dispersão geográfica, enquanto que no Rio Grande do Sul foram encontrados até agora somente em dezoito locais concentrados numa área restrita e não há notícia da existência de petroglifos semelhantes mais ao norte sobre o planalto (BROCHADO; SCHMITZ, 1976, p. 135) [grifo do autor].

A análise das inscrições, realizada por Ribeiro, refere que estas foram realizadas através da técnica do alisamento, resultando em sulcos na forma de “U” aberto, de tamanhos que variam de 5 a 70 cm (tridáctilos e “ponte”, respectivamente) e de profundidades entre 2 e 10 mm (predomínio dos 6 mm). Quanto aos símbolos, estes são apenas citados, pois a possibilidade de decifrar o enigma de seus significados é bastante remota, já que interpretar os petróglifos é tarefa discutível, pela incompatibilidade de culturas e de contextos entre quem realizou as inscrições e quem pretende decifrá-las:

O símbolo característico é o tridáctilo (pegadas de avestruz – ave). Encontramos 6 conjuntos de “escadas” (dois ou três traços verticais cortados por uma série de pequenos traços horizontais – em um apenas, os traços horizontais ultrapassam os verticais); linhas zigzagueadas; uma “ponte” formada por duas linhas paralelas, ligadas por uma série de oblíquas que se entrecruzam formando um traçado e, nas duas extremidades, dois desenhos, sendo um deles trapezoidal e a parte interna quadriculada (três linhas num sentido cortadas por outra, perpendicular àquelas, formando 8 quadriculas); o lado voltado apenas por três lados e o interior não é quadriculado, porém com o lado voltado para o interior também côncavo; um traço vertical ao qual estão ligados traços menores, oblíquos ao maior, convergentes dois a dois, paralelos entre si e disposto numa extremidade até o meio, aproximadamente (“árvore” estilizada ou tridáctilos contíguos); figura elipsóide com traços, alguns paralelos entre si e outros irregulares em seu interior; figura complexa de forma losangular, sendo uma metade maior que a outra, possui duas diagonais numa das quais existem dois traços oblíquos convergentes e, na outra, além dessas mesmas características, mais um traço oblíquo (estes traços ultrapassam os limites da figura, exceção de um); letra “V”; letra “E”; retângulo e traços isolados. Na extremidade da pedra existe uma “estrela” estilizada que, por suas características de confecção (sulcos mais profundos em forma de “V”), julgamos não pertencer ao conjunto. Observamos também que os tridáctilos, por duas vezes, estão formados em linha como a indicar movimento: um conjunto de 5 e outro de 2 (RIBEIRO, 1972, p.5).

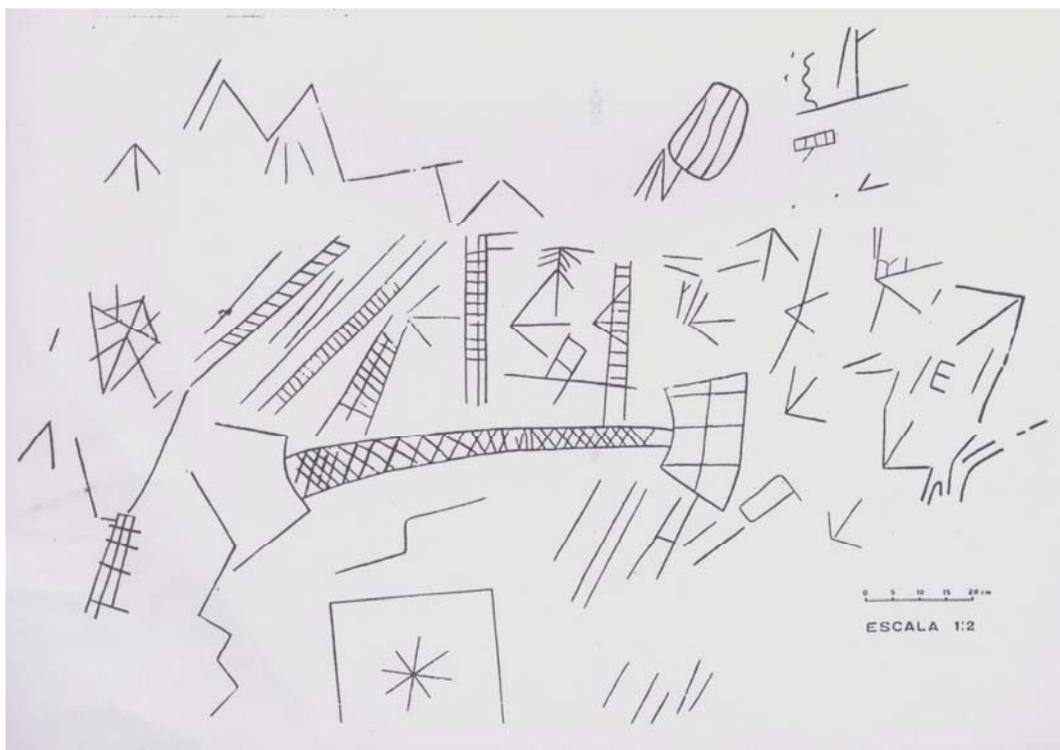


Figura 24: Desenho do petróglifo do Morro do Sobrado
Fonte: Ribeiro, IHERINGIA, 1972, p. 12

Segundo a ficha de cadastro disponível no portal do IPHAN¹²⁹ a categoria do sítio arqueológico é unicomponencial, pré-colonial, a técnica utilizada para o registro foi o salvamento, com a cópia dos desenhos e fotografias da sequência dos trabalhos. O grau de integridade era de 75% na data da pesquisa realizada por Ribeiro.

O local visitado, no ano de 2005, aparentava estar nas mesmas condições descritas, mas segundo os proprietários, existiram tentativas de destruição por parte de visitantes com pretensão de encontrar ouro ou simplesmente danificar o patrimônio. Uma segunda visita foi realizada em fevereiro de 2007, na qual apenas conversamos com os proprietários e não vistoriamos o petróglifo, visto que o local é de difícil acesso e o tempo não permitia tal deslocamento. Cabe esclarecer que os proprietários, atualmente, não são os mesmos que tiveram contato com Ribeiro. Mostraram sua preocupação com a preservação da chamada “Pedra do índio”¹³⁰, que seguidamente estava rodeada de lixo (o que demonstra que o local era frequentemente visitado) e de “novos desenhistas”, que pretendiam deixar marcas na pedra. Salientaram que, por conta dessas invasões, evitam as antes tradicionais visitas de

¹²⁹ Ver nota 11

¹³⁰ Na localidade, em contatos com vários moradores, esta era a identificação popular dos petróglifos do RS-T-14.

turmas escolares dos arredores, pois preferem que o bloco de pedra fique **esquecido e assim “protegido” pela mata.**

Em nossa última visita ao sítio arqueológico, em 21/11/2010, quando solicitamos nova autorização para a entrada, fomos gentilmente recebidos e prontamente autorizados, porém percebemos que os proprietários permaneciam preocupados com a frequente invasão de suas terras, pois a região vem sendo alvo de abigeatos, assaltos e dos persistentes “caçadores de tesouros”. Os senhores Rubi e Inês, por se tratarem de pessoas idosas e com problemas de saúde, preferiram não nos acompanhar, pois o trecho é longo, numa subida de morro, e exige uma caminhada na mata fechada, a partir de um determinado ponto. Além disso, cuidam de um tradicional alambique, muito antigo, que mantêm em suas terras e que também constitui interesse histórico, pois esse processo artesanal é cada vez mais raro e valorizado.

De fato, o receio dos proprietários era pertinente, pois nesta nossa visita ao local, em novembro de 2010, o bloco rochoso encontrava-se com o limo superficial raspado recentemente, na superfície e nas laterais, bem como havia sinais de pequenas escavações laterais, como tentativas de visualizar sob a rocha. O entorno do local, e apenas este, havia sido roçado em período recente, de acordo com os galhos jogados na área.

As evidências indicavam que o acesso ao petróglifo foi feito através de propriedades vizinhas, provavelmente por quem conhece a localidade, visto que o sítio arqueológico está situado em mata fechada e é de difícil identificação para novos visitantes, pelo grande número de blocos rochosos rolados, em meio à vegetação rasteira e o limo que os cobre.

Os proprietários, sendo comunicados sobre o que presenciamos, ficaram surpresos e ainda mais apreensivos, pois há algum tempo não se deslocavam até o local e não haviam autorizado a entrada para visitas ao petróglifo, pelos motivos antes descritos.

Neste caso, cabe esclarecer que o que entendemos como uma preocupação ou quase um problema em potencial, nestas circunstâncias, não é o fato da visita ao local, a título de conhecimento (o que, aliás, seria motivo de satisfação), mas sim a constante exposição do petróglifo a depredações causadas pela falta de conhecimento e identificação dos moradores locais com a presença indígena na região. Essas atitudes desencadeiam um processo de defesa por parte dos proprietários, que, então, para evitar transtornos, tentam isolar ao máximo o sítio arqueológico, privando-o de visibilidade e divulgação. Assim se completa o ciclo da alienação quanto aos bens arqueológicos da região.

Quanto à integridade do sítio arqueológico, não havia evidências facilmente perceptíveis quanto à descaracterização dos registros rupestres, em comparação com o desenho elaborado por Ribeiro, com exceção de um nome contemporâneo¹³¹, estranho ao conjunto, mas que já constava no ano de 2005. Também devemos destacar a presença, mesmo que nem tanto agressiva, de um desgaste natural da rocha arenítica, que poderá tratar-se, a título de hipótese, de um processo geológico de intemperismo, resultante da exposição continuada da rocha à ação de agentes atmosféricos e biológicos que promovem sua desintegração mecânica e sua decomposição química (SUERTEGARAY; ROSSATO, BELLANCA, FACHINELLO, CÂNDIDO, SILVA, 2008, p. 65).



Figura 25: Petróglifo em seu estado atual, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

Encerramos a visita agradecendo pela confiança e deixando a perspectiva de voltarmos mais vezes no intuito de colaborar no monitoramento da conservação do petróglifo e dar retorno quanto ao resultado das pesquisas na região, visto que os proprietários mostraram, dentro de suas possibilidades atuais, mais uma vez o engajamento na preservação do patrimônio arqueológico presente em suas terras.

2.1.4 Sítio Arqueológico RS-TQ-56- Otílio de Matos

¹³¹ O nome parecia ser um nome próprio, mas era indecifrável.

Trata-se de um abrigo sob rocha, isento de arte rupestre, situado na localidade de Bom Jardim, 5º distrito montenegrino, denominado Costa da Serra, cadastrado apenas no CEPA/UNISC. Conforme pesquisas anteriores realizadas por Ribeiro, entre os anos de 1981 e 1983, que geraram publicação a respeito (RIBEIRO; KLAMT; BUCHAIM; TORRANO RIBEIRO, 1989), neste sítio arqueológico foram encontrados dois fragmentos líticos (pedra polida), material lítico atribuído à Tradição Umbu, compostos por 122 lascas e 33 microlascas, nos vários níveis da escavação, além de 36 pedras de fogão¹³² (RIBEIRO, 1989, p. 90). Suas dimensões aproximadas são 50 X 10 X 6 m (comprimento X altura X profundidade).

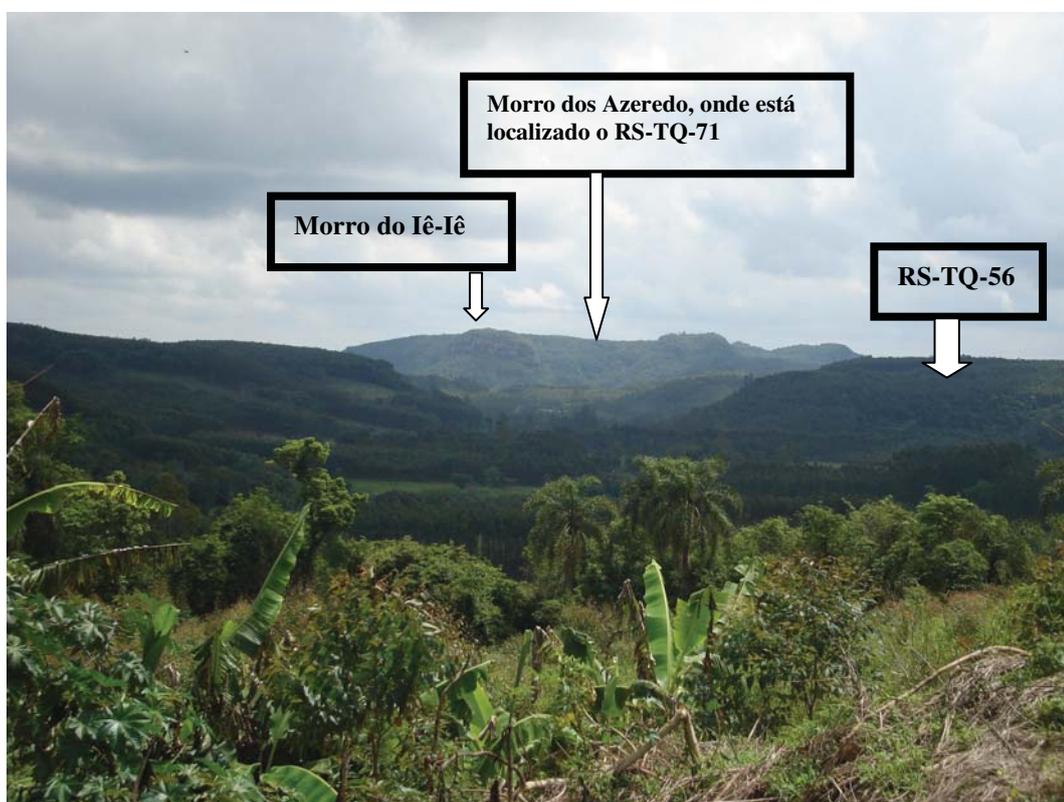


Figura 26: Vista panorâmica obtida na localidade de Bom Jardim, indicando a proximidade do RS-TQ-56 com alguns sítios arqueológicos
Fonte: Acervo próprio

¹³² Estas eram acomodadas de modo que pudessem sustentar um pote cerâmico, no cozimento de alimentos. No entanto, segundo descrições de Ribeiro, não foi mencionada presença de cerâmica no local.

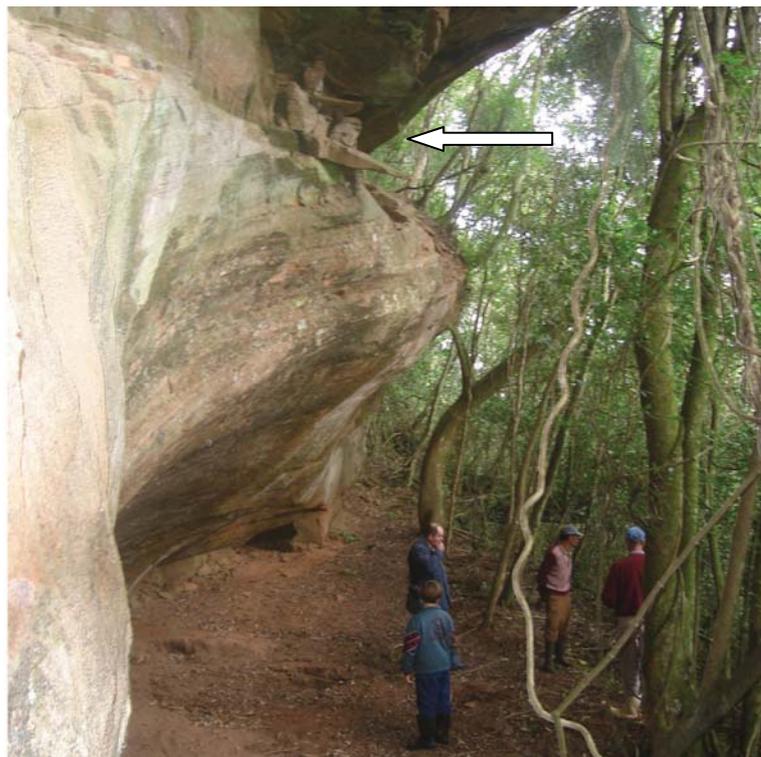


Figura 27: Sítio Arqueológico RS-TQ-56, ano de 2007
Fonte: Acervo próprio

Em visita ao sítio arqueológico, em 01/07/07, verificamos que se encontrava bem preservado. Segundo o vizinho e o irmão da proprietária das terras, Sra. Marcina de Matos¹³³, respectivamente Srs. Darmiro Lopes de Souza e José Ismael da Silva, que nos guiaram até o local, não há trânsito de pessoas para visita e uso do abrigo há anos.

Havia plantação de acácias e eucaliptos na propriedade, mas o entorno do sítio arqueológico, por estar localizado na encosta de um pequeno morro, preserva espécies de mata nativa, formando uma pequena floresta fechada, como um invólucro que ocultava sua área.

Apesar dos moradores locais desconhecerem, até aquela data, que o abrigo sob rocha tratava-se de um sítio arqueológico, o Sr. Darmiro relatou que esteve presente no processo de escavação, colaborando na retirada dos achados e que, desde então, a área não foi mais procurada para pesquisas. Segundo ele, da época da retirada do material encontrado, até então, não era do seu entendimento o propósito da pesquisa e inclusive pensava ser muito curioso “tanto trabalho e interesse” por “pedras” e “lesmas”¹³⁴. Tais colocações reforçam a idéia de que é necessário o envolvimento da população local com os trabalhos, não só a título de

¹³³ O Sr. Otílio de Matos, nome de identificação do sítio, quando de nossa visita, já estava falecido há alguns anos. Hoje a proprietária e residente no mesmo endereço é a viúva, Sr. Marcina de Matos.

¹³⁴ Referindo-se a vestígios de gastrópodes que ele lembra terem sido encontrados na escavação.

curiosidade e prestação de serviços, mas como parte consciente de um contexto que engloba, além das propriedades e plantações, um patrimônio arqueológico que mantenha vínculos com a identidade local.

Com o intuito de revisitar o sítio arqueológico¹³⁵, entramos em contato novamente com o Sr. José Ismael e Sra. Neide da Silva, que então gentilmente nos receberam e concordaram com nosso pedido.

Acompanhados pelo Sr. José, constatamos que o abrigo, encontrava-se sem maiores alterações, porém bastante danificado nas paredes de arenito, evidenciando também um **provável** intemperismo¹³⁶ (SUERTEGARAY; ROSSATO, BELLANCA, FACHINELLO, CÂNDIDO, SILVA, 2008, p. 65) ou **possível** corrasão¹³⁷, visto que verificamos, respectivamente, vários deslocamentos de lâminas e/ou blocos de arenito da parte mais alta, que se esfrelam a ponto de formar um fino revestimento rosado, de pó de granito na superfície, bem como linhas horizontais, paralelas e contínuas de desgaste.



Figura 28:- RS-TQ-56 - Detalhes do “desgaste” do arenito
Fonte: Acervo próprio

Também contatamos que o abrigo sofre interferências pelo constante trânsito da fauna local, já que observamos vários rastros de animais de pequeno porte e escavações recentes feitas por tatus. No entorno do sítio arqueológico permanece a silvicutura, mas sem afetar o abrigo, que se encontra na área de mata nativa mantida na encosta do pequeno morro.

¹³⁵ A leitura das coordenadas nos forneceu os seguintes dados: 22 J 0440317 UTM 6722963, Altitude: 196 m.

¹³⁶ Esta não é uma afirmativa, mas sim uma possibilidade de ser estudada, inclusive porque tal fenômeno tem sido percebido em outros sítios arqueológicos e em alguns casos comprometendo a integridade de gravuras rupestres.

¹³⁷ A corrasão ou abrasão eólica constitui o desgaste mecânico das rochas pelo impacto das partículas de areia e pó arrastadas pelo vento (SUERTEGARAY; ROSSATO, BELLANCA, FACHINELLO, CÂNDIDO, SILVA, 2008, p. 87). Para comprovação da presença deste fenômeno no abrigo sob rocha é necessário estudo sobre as correntes eólicas da região, entre outros fatores, o que demanda uma outra etapa de pesquisa, envolvendo especialistas nesta área.

Importante mencionar que foram constatados dois tipos de marcas nas paredes, o que **não significa** que sejam antrópicas. Uma delas é circular (diâmetro aproximado de 10 cm), aparentando ser resultado natural, e outra, com linhas verticais paralelas (aproximadamente 13 X 10 cm), bastante semelhantes a alguns traços encontrados no petróglifo do Morro do Sobrado, nos sítios arqueológicos Virador I, II e III (Capela de Santana), RS-TQ-70 e RS-TQ-54 (Vale do Caí). Certamente poderão, em outra oportunidade, ser avaliadas dentro de técnicas apropriadas¹³⁸ para o estudo destes registros, o que então poderá nos fornecer informações mais plausíveis, **comprovando ou descartando** esta hipótese.



Figura 29: RS-TQ-56 - Marca circular encontrada próximo ao chão
Fonte: Acervo próprio

¹³⁸ Ver Pessis (1984), Vialou (2005), Lima (2005) e Oliveira (2009).



Figura 30: RS-TQ-56 – Linhas verticais paralelas encontradas na parede do abrigo
Fonte: Acervo próprio



Figura 31: O sítio arqueológico RS-TQ-56 em 23/10/2010
Fonte: Acervo próprio

A visita ao abrigo sob rocha foi terminada com a divulgação, por parte do Sr. José e Sra. Neide, de vários relatos sobre outros locais de interesse arqueológico, inclusive o conhecido por “cemitério dos índios”, pelos pais e avós de Neide. Os mesmos se

prontificaram em nos mostrar tal lugar, pois demonstraram grande interesse em aprender mais sobre “os índios do Bom Jardim”, entusiasmo também apresentado pela jovem filha, que sugeriu completar o roteiro da próxima pesquisa com a visita a uma cachoeira próxima, que pela descrição, parece estar relacionada a outro abrigo sob rocha.

2.1.5 Sítio Arqueológico RS-TQ-71 - Adão da Silva

Abriço reconhecido e estudado pelo arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro e equipe¹³⁹, no ano de 1987. Está cadastrado até então apenas no CEPA/UNISC. Voltado para leste, suas dimensões são 50 X 4 X 10 m (comprimento X largura X altura). Sua parede é praticamente vertical, apresentando algumas inscrições que foram consideradas antigas pela equipe examinadora:

Possui muitos gravados recentes e alguns que consideramos antigos: gradeado oblíquo formando pequenos losangos, traços retos isolados, aproximadamente 20 pontos espalhados numa área de mais ou menos 1,0 X 1,0m, figura ovóide invertida (“vulva”?) e 5 depressões elipsóides alisadas. As dimensões variam entre 8 e 20 cm de comprimento, 0,5 e 1,0cm de largura e 0,7cm, em média, de profundidade; as perfurações possuem 1,0cm de diâmetro e as depressões, em média, 15,0 X 6,0 X 1,5cm. A parede é quase vertical (RIBEIRO; KLAMT; BUCHAIM; TORRANO RIBEIRO, 1989, p. 77).

Sua localização dentro do município de Montenegro ainda é contraditória, de acordo com alguns mapas e escrituras de propriedades da área em questão. No entanto, pela sua importância e pela grande probabilidade de estar efetivamente situado dentro dos limites montenegrinos, deve ser considerado.

¹³⁹ Na equipe responsável pela pesquisa estavam Catarina Torrano, Joaquim Jorge Silveira Buchaim Ribeiro e Sérgio Célio Klamt.



Figura 32: Aspecto frontal do sítio RS-TQ-71, ano de 2007
Fonte: Acervo próprio

O abrigo foi visitado em 2007, quando constatamos que as gravuras rupestres apresentavam muitas interferências por conta de marcas recentes, em alguns casos, inclusive, descaracterizando os desenhos originais. Algumas escritas contemporâneas já haviam sido detectadas por Ribeiro (1989).



Figura 33: Amostra parcial das inscrições nas paredes do abrigo sob rocha, em 2007
Foto: Acervo próprio



Figura 34: As intervenções recentes comprometeram as gravuras. Registro em 2007
Fonte: Acervo próprio



Figura 35: Detalhe da gravura rupestre em 11/11/2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 36: Gravuras rupestres em 11/10/2010, com intervenções recentes em outros locais da parede
Fonte: Acervo próprio

Outro aspecto a ser considerado era o de que o sítio arqueológico nesta época estava sendo utilizado como área de acampamento, sem nenhum cuidado quanto à preservação das inscrições rupestres, o que caracterizava o pouco ou nenhum entendimento acerca da importância do Patrimônio Arqueológico, o que, visto por outro ângulo, pode ser considerado como uma distância muito grande entre nossa pretensão arqueológica em preservar e os interesses pontuais de outras pessoas, com outros olhares sobre este local, que visavam recreação e registro de sua presença ali, com as mesmas técnicas (sem analogias entre mentalidades) que os nossos antepassados adotavam.

Este argumento pode ser explicado diante das colocações de Oliveira (2009), quando aplica o conceito de *Umwel*¹⁴⁰ dentro dos estudos da arte rupestre, explicando que o *Umwel* sul-rio-grandense é o resultado da inter-relação de diferentes culturas que aqui chegaram em ondas migratórias diferentes, de acordo com o exemplo do município de Maquiné:

¹⁴⁰ O *Umwel* depende, e corresponde, a um mapa cognitivo desenvolvido em cada indivíduo. Sugerimos que a arte rupestre pode representar este mundo modelo, indicando, por exemplo, trajetos, fontes de água, flora, fauna, etc., ou seja, um mapa concreto de caminhos trilhados pelas sociedades passadas, como se verifica ainda hoje entre muitos indígenas brasileiros ou entre os aborígenes da Austrália.

No século XIX, o recém-criado Estado nacional brasileiro incentivou um processo de colonização com imigrantes europeus, que durou até o século XX. Nas encostas da serra encontramos, no município de Maquiné, inscrições realizadas por algum imigrante, gravadas sob rocha, indicando suas iniciais e uma data. Essa manifestação poderia ser considerada um exemplo de arte rupestre? Do mesmo modo, as inscrições que demarcaram o território das vacarias missioneiras, ou as pinturas dos aborígenes australianos que representam título de propriedade tratam-se de arte? Nos últimos quinhentos anos a arte rupestre continuou a ser produzida. Se considerarmos as inscrições ou pinturas em paredes, em vias públicas, notamos manifestações culturais do nosso tempo, em que tribos urbanas demarcaram seus territórios através de pichações e *graffiti* (OLIVEIRA, 2009, p. 423) [grifo do autor].



Figura 37: Área do RS-TQ-71 em 2007
Fonte: Acervo próprio



Figura 38: Sítio arqueológico RS-TQ-71, ano de 2007
Fonte: Acervo próprio



Figura 39: RS-TQ-71 em 11/10/2010
Fonte: Acervo próprio

Em 10/10/2010 revisitamos o sítio arqueológico¹⁴¹ acompanhados de Daniel da Silva Becker, lindeiro das terras onde está localizado o abrigo sob rocha, visto que o proprietário das terras, Sr. Adão da Silva é bastante idoso e atualmente encontra-se enfermo. Segundo

¹⁴¹ Coordenadas GPS; 22 J 0436315 UTM 6721644 Altitude: 229 m.

Daniel, as terras estão sendo gerenciadas por seus filhos daquele, que atualmente destinam as terras do entorno do abrigo à silvicultura.



Figura 40: Área do entorno do RS-TQ-71, mostrando áreas de plantio de eucalipto
Fonte: Acervo próprio

Quanto à conservação, observamos a grande quantidade de desabamentos, seja de blocos grandes, seja de blocos menores, fator já descrito por Ribeiro (1989). Outra observação relevante está relacionada com a decomposição do arenito, que desde 2007 apresentou grande diferença em termos de conservação. Como no caso de outros abrigos sob rocha mencionados neste capítulo, referenciamos o fenômeno geológico conhecido por intemperismo (SUERTEGARAY; ROSSATO, BELLANCA, FACHINELLO, CÂNDIDO, SILVA, 2008, p. 65; DARVILL, 2008, p. 495).

O esfarelamento observado na rocha é tão intenso que o solo apresenta uma cobertura de pó de arenito, e as camadas superficiais da rocha se tornaram “macias”, o que tem estimulado ainda mais as intervenções nas paredes e a confecção de pequenas esculturas com os blocos descolados. Este tipo de procedimento já acontecia em 2007, conforme comentado anteriormente, bem como em séculos passados, visto que visualizamos muitas inscrições históricas.



Figura 41: Decomposição do arenito no RS-TQ-71, em 10/10/2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 42: Incrições históricas encontradas no RS-TQ-71
Fonte: Acervo próprio



Figura 43: Inscrições históricas encontradas no RS-TQ-71
Fonte: Acervo próprio



Figura 44: Inscrições recentes encontradas no RS-TQ-71
Fonte: Acervo próprio

2.1.6 Sítio Arqueológico RS-TQ-58 – Garivaldino Rodrigues

O sítio RS-TQ-58 está dividido em duas partes, no que diz respeito ao cadastro no IPHAN. No mesmo cadastro, sua localização está apontada como pertencente à cidade de Montenegro. No entanto, atualmente sítio arqueológico pertence ao município de Brochier, antigo distrito montenegrino, emancipado em 1988.

Está situado na localidade de Batinga Sul, na base de morraria, por volta de 11 km do centro de Brochier. Sua abertura está voltada para o norte e suas dimensões são 21,4 m de abertura, 8m5 m de profundidade máxima e 8,6 m de altura máxima de aba. As coordenadas geográficas obtidas no local são: UTM 22J 437 953/6727 084 Altitude 80m.



Figura 45: Fachada do sítio arqueológico RS-TQ-58, na estrada interna da propriedade
Fonte: Acervo próprio

O vasto material obtido nas escavações, segundo Ribeiro¹⁴²(1999, p.7), são excelentes identificadores e fontes de informação a respeito da Tradição Umbu. Foram

¹⁴² Pedro Augusto Mentz Ribeiro conheceu o sítio em 1981, quando presumiu grande potencial arqueológico do local. Em 1987, na oportunidade em que identificou mais sítios na região, revisitou o local e publicou o resultado de sua pesquisa (Ribeiro, 1989). No entanto, os trabalhos de escavação no referido sítio aconteceram no período de março a maio de 1989 (Ribeiro, 1999).

encontradas cerca de 500 pontas de projétil¹⁴³, lâminas bifaciais, facas, raspadores¹⁴⁴ de várias formas, vários tipos de lascas, aproximadamente 300.000 microlascas, contas de colar feitas de ossos, dentes de animais (mamíferos¹⁴⁵ e tubarão¹⁴⁶) e de conchas, chifres de veado (que possivelmente eram utilizados como retocadores), pinças de crustáceo¹⁴⁷, anzol, vestígios de moluscos¹⁴⁸ e crustáceos, casca de ovo de ema, ossos de mamíferos, répteis e aves, bem como sementes¹⁴⁹. Também foram detectadas pedras-de-fogueira, material corante, apresentado em fragmentos de hematita e, curiosamente, um dente humano, que após análise¹⁵⁰, foi identificado como de um indivíduo de 9 a 10 anos de idade. Quanto à cerâmica encontrada, foram somados sete fragmentos considerados da Tradição Taquara, apresentando decoração simples, pontuada, unglada e pinçada.

Diante de todos esses dados e um exame criterioso das implicações dos mesmos no modo de vida de nossos antepassados, Ribeiro constatou que o abrigo teve sua primeira ocupação por volta de 10.000 a 11.000 anos A.P., o que comprova que grupos atribuídos à Tradição Umbu estiveram presentes na região em tempos muito remotos, o que possibilitou dados mais amplos sobre o traçado ou redimensionamento da trajetória humana pré-colonial no território gaúcho e brasileiro:

A Umbu encontra-se na região há mais ou menos 8000 anos A. P., fato comprovado no abrigo, o RS-TQ-58, onde, no nível 170-180cm foi obtida a datação radiocarbônica de 8290±130 anos A. P. Isto vem confirmar a relativa antiguidade da ocupação desta área do Estado e que poderá recuar a 10 ou 11.000 anos A. P. (RIBEIRO, 1989, p. 81).

Quando o homem deu seus primeiros passos nas proximidades do sítio RS-TQ-58, era final da transição do Pleistoceno para o Holoceno, o que indica o período entre 13.000 a

¹⁴³ A maior parte deste material foi confeccionado em calcedônia. Também foram encontradas ferramentas líticas confeccionadas em arenito metamorfozido e basalto (Ribeiro, 1999, p. 21).

¹⁴⁴ Os raspadores foram confeccionados em arenito metamorfozido.

¹⁴⁵ Os dentes são oriundos de caninos e primatas, apresentando perfuração (tinham a função de contas-de-colar) no centro da raiz e alisamentos (desgaste intencional) (RIBEIRO, 1999, p. 24).

¹⁴⁶ A confirmação em relação ao fato do dente ser de tubarão foi dada pelo Prof. Dr. Carolus Maria Vooren, do Departamento de Oceanografia da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. O animal em questão atualmente é encontrado nos Oceanos Pacífico e Atlântico. Seu nome científico é *Carcharhinus falciformis* (RIBEIRO, 1999, p. 24).

¹⁴⁷ Analisadas pelo Dr. Danilo de Calazanz, do Laboratório de Crustáceos do Departamento de Oceanografia da FURG, que não pôde confirmar se a pinça é proveniente de água doce ou salgada (RIBEIRO, 1999, p. 30).

¹⁴⁸ Na atualidade, estas espécies são encontradas frequentemente em arroios tributários dos rios Caí e Jacuí.

¹⁴⁹ Além das sementes, foi coletado pólen para análise, em vários níveis da escavação. A coleta foi realizada pela Dra. Maria Luiza Lorscheiter e pelo mestrando na época, Glademir Antonio Lorensi, ambos do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como os resultados obtidos não foram adequados, devido a grande presença de cinzas, uma segunda coleta foi realizada num banhado nas proximidades do arroio Santa Cruz, a 4km do sítio (RIBEIRO, 1999, p. 12).

¹⁵⁰ Segundo o cirurgião-dentista Mário Eichenberg, Santa Cruz do Sul – RS (RIBEIRO, 1999, p. 30).

10.000 A.P. O clima passou de seco e frio a seco e com temperaturas mais altas, o que propiciou o aumento da umidade e conduziu o clima para precipitações até maiores do que as atuais. Os intervalos de tempo que antecederam e sucederam o “Ótimo Climático” foram marcados pela variação da umidade. Diante de tantas alterações vivenciadas, grupos que denotam a Tradição Umbu permaneceram no abrigo de forma ininterrupta por cerca de 10.000 anos, o que comprova que o local caracterizava maiores e melhores condições do que as demais áreas circunvizinhas. Por apresentar certo grau de umidade, foi o lar ideal quando as chuvas foram escassas, proporcionando, ainda, fartura no que diz respeito à fauna e flora:

...Além disso, por sua posição, os habitantes do RS-TQ-58 tinham proteção no inverno, do vento gelado do sudoeste, o “minuano” e, no verão, do forte calor, também pela cobertura vegetal na sua parte fronteira e arredores. São áreas que conservaram umidade em virtude de suas características físicas. No caso do RS-TQ-58, trata-se de uma depressão que drena as águas de vários pequenos cursos d’água. Essa umidade, que no clima atual formou banhados no interior desse “minicânion”, com aproximadamente 7,0x 0,4Km (comprimento e largura) e 50m de altura, permitiu a conservação de vegetação arbustiva, inclusive nas suas encostas. Isso leva a duas conseqüências: a própria proteção do abrigo sob rocha da erosão eólica e pluvial e melhores condições de sobrevivência (RIBEIRO, 1999, p. 36).

Quanto à alimentação, esta era diversificada, pois abrangia as florestas e os campos, o que é comprovado por Rosa (2009) através de análises zooarqueológicas neste sítio. Comprovação dessa hipótese são os ossos de veado campeiro e os fragmentos de casca de ovo de ema, característicos da região campestre. Quando a umidade aumentou e propiciou fartura em moluscos fluviais e marinhos¹⁵¹, esses fizeram parte da dieta de nossos antepassados milenares.

O estudo da distribuição espacial dos instrumentos foi realizado apenas com as pontas-de-projétil e lâminas bifaciais, por apresentarem quantidade justificável. Os resultados mostraram uma ocupação mais intensa da parte frontal do abrigo no período mais antigo e o contrário no mais recente. **Isso talvez estivesse vinculado a um período de menor para um de maior pluviosidade. A ocupação foi intensa e ininterrupta, o que se deduz da grande quantidade de fogueiras e cinzas em todos os níveis e, em especial, do meio para o fundo do abrigo [grifo nosso] (RIBEIRO, 1999, p. 37).**

O sítio em questão foi revisitado pela arqueóloga Dra. Adriana Schmidt Dias, em junho de 2005, por conta dos trabalhos do Projeto Arqueológico do Vale do Caí (PACA).

¹⁵¹ Enquanto os moluscos de água doce eram obtidos a poucos metros, os marinhos eram alcançados a 170 km de distância, calculados em linha reta (Ribeiro, 1999, p. 36).

Nesta oportunidade foi detectada uma gravação rupestre, na parede leste, logo acima da área escavada por Ribeiro na década de 1980, a qual é escrita na ficha de registro arqueológico do PACA, constante nos arquivos do IPHAN:

Na parede leste, acima da área escavada na década de 1980, observa-se a presença não relatada nas publicações anteriores, de uma gravação rupestre de 15 cm de dimensões na forma de um triângulo invertido (raspado), associado na parte superior a duas sequências de pontos paralelos (picoteados) e no lado direito há um traço e outro triângulo incompleto (raspados) (IPHAN, 2004, p. 35).

Em 25/09/2010 revisitamos o local guiados pelo Sr. Garivaldino Rodrigues, proprietário das terras. Percebemos que o sítio arqueológico encontra-se sem perturbações na área ainda não escavada, mas com algumas inscrições recentes nas paredes, mesmo que bastante superficiais.

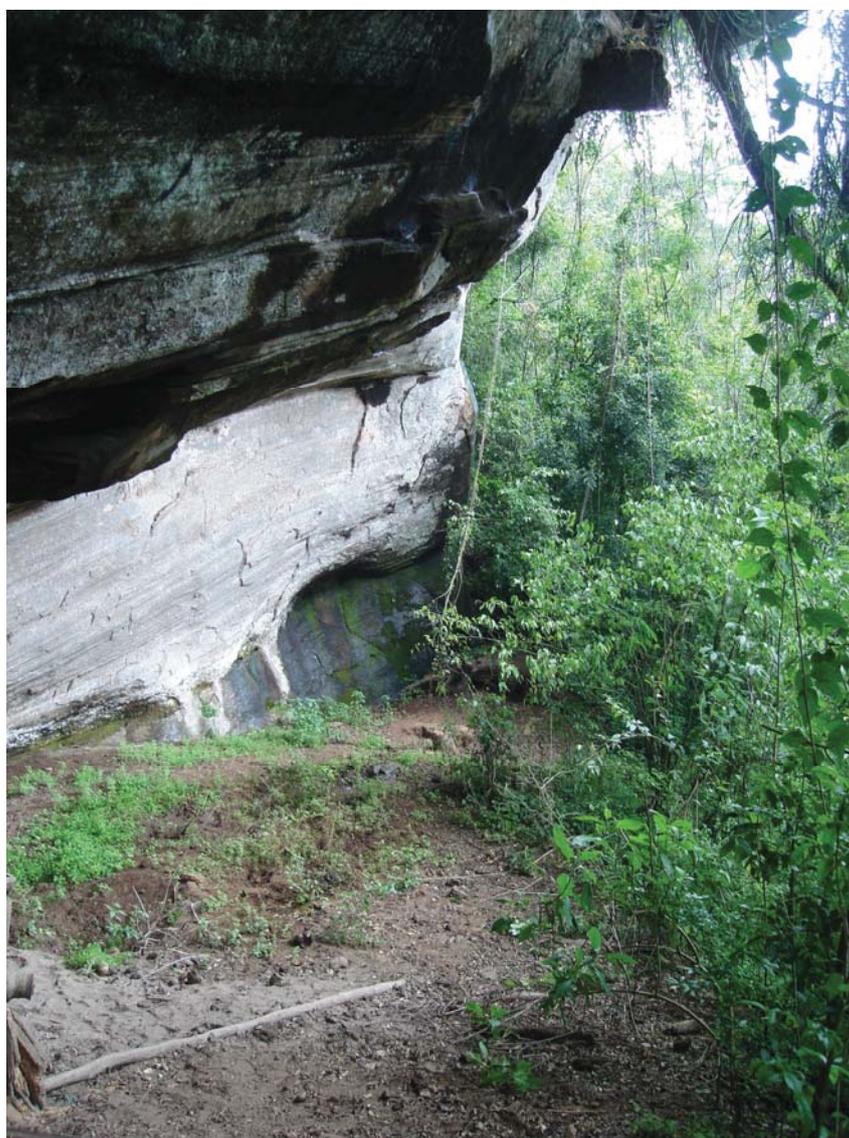


Figura 46: Condições do sítio arqueológico RS-TQ-58, em 25/09/2010
Fonte: Acervo próprio

O Sr. Garivaldino nos mostrou fotos da escavação, orgulhoso por ter colaborado nos trabalhos. Possivelmente por seu envolvimento com o processo, acredita que agora é o guardião do abrigo sob rocha, tentando impedir que as pessoas cheguem, segundo as palavras dele, com “más intenções”. De acordo com seu relato, foi o arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro que o esclareceu sobre a importância de preservar o sítio arqueológico. O Sr, Garivaldino inclusive nos comentou que estava planejando na época de seu contato com Ribeiro, detornar um enorme bloco arenítico na borda do abrigo sob rocha, para extração de pedras e a descoberta do sítio o fez recuar e entender que isso seria não só prejudicial, mas ilegal.

Percebemos que superficialmente o solo sofre a interferência da ação da fauna local, com pequenos buracos e rastros, assim como da ação dos fenômenos naturais no arenito, que apresenta pontos de provável intemperismo.

Localizamos e fotografamos as gravações rupestres citadas, mostrando-as ao Sr. Garivaldino, que não as conhecia.



Figura 47: Gravações rupestres identificadas em 2005, em 25/09/2010
Fonte: Acervo próprio

Conforme nos mostrou Garivaldino, foram encontrados fragmentos na região de Serra Velha, há dois anos e naquela mesma propriedade de Batinga Sul, próximos ao abrigo, há aproximadamente 17 anos, foram encontrados fragmentos cerâmicos (coordenadas geográficas UTM 22J 0438074 / 6726881 Altitude 75m). Por volta de 150 m do local onde foram encontrados os fragmentos cerâmicos em Batinga Sul, Ribeiro encontrou uma pedra de boleadeira. Também foi encontrado um fragmento de mão-de pilão, mas já não sabia mais precisar o local do achado, apenas que era nas proximidades dos fragmentos cerâmicos, quando trabalhava na plantação.



Figura 48: Fragmentos cerâmicos encontrados em Batinga Sul, Brochier/RS
Fonte: Acervo próprio



Figura 49: Fragmento de mão-de-pilão encontrado em Batinga Sul, Brochier/RS
Fonte: Acervo próprio

Estimulado pela importância que atribuímos a seus achados, nos mostrou ainda uma pequena coleção de pontas de projétil encontradas aleatoriamente por ele e/ou sua esposa (falecida) na sua propriedade em Batinga Sul, quando ainda morava no local. As localizações dos achados, de acordo com suas lembranças, eram próximas ao morro onde está localizado o sítio arqueológico.

São seis pontas de projétil, todas da Tradição Umbu, sendo três de arenito metamorfizado e três de quartzo, de tamanhos variados.

Ele as guarda como relíquias, até por terem sido também encontradas pela esposa falecida. Mesmo diante do valor sentimental atribuído ao material, por parte do Sr. Garivaldino, aconselhamos que todas as peças deveriam ser doadas ao museu local ou instituição vinculada à atividades de pesquisa onde seriam analisadas e assim poderiam não só evidenciar a relevância do achado de autoria de sua esposa, mas também seriam conhecidas por mais pessoas, colaborando para o esclarecimento da passagem de grupos pré-coloniais pelo Vale do Caí. Eis um bom exemplo de flexibilidade, quando temos conhecimento da legislação e ao mesmo tempo primamos pelo papel social do arqueólogo, como já refletido por Hilbert (2006).



Figura 50: Pontas de projétil encontradas em Batinga Sul, Brochier/RS
Fonte: Acervo próprio

2.3 O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO

Vimos até então que, em terras montenegrinas, estão presentes sítios arqueológicos pré-coloniais já reconhecidos, para os quais cabem análises mais amplas no que diz respeito a recursos e capacidade técnica, visto que em sua maioria foram submetidos apenas a escavações preliminares (RIBEIRO, 1968, 1987). Os sítios arqueológicos históricos da região ainda não estão reconhecidos, mas a documentação e a atribuição do devido valor a estes são imprescindíveis, considerando as inúmeras ocorrências arqueológicas mencionadas no decorrer deste capítulo.

Os locais divulgados a seguir podem ser considerados sítios arqueológicos em potencial e certamente representam locais de interesse histórico e ou ambiental para o município e região. Foram identificados quando da visita aos sítios arqueológicos já reconhecidos, baseado em entrevistas com os moradores locais e proprietários das terras visitadas. O mapeamento desses locais constitui um passo importante para alavancar o interesse e o investimento em pesquisas relacionadas, proporcionando, gradualmente, o fortalecimento do vínculo entre esses bens culturais e a identidade histórico-cultural montenegrina.

O conjunto dessas possibilidades foi dividido, quanto à apresentação, em “pré-coloniais” ou “históricas”. Dentro do critério “pré-colonial” estão inclusos locais que demonstram características favoráveis à ocupação por grupos pré-históricos, sem análises mais técnicas para comprovação, visto que o propósito é somente conjecturar acerca da existência de evidências mais amplas sobre a ocupação pré-colonial na região, a partir de dados obtidos nas prospecções superficiais e delimitados em informações prestadas pelos entrevistados. Diante disso, os dados aqui mostrados, em termos de município, são passíveis de ampliação e somente podem ser confirmados através de um processo de pesquisas obedecendo aos devidos critérios de autorizações e recursos necessários para tal.

Quanto às informações disponibilizadas sobre locais históricos e de interesse arqueológico, essas são brevemente complementadas por pesquisa em documentação histórica disponível.

2.3.1 Locais e vestígios que representam possibilidades de pesquisas arqueológicas sobre o período pré-colonial da cidade e região

2.3.1.1 Ponta de projétil



Figura 51: Setas indicando o local onde foi encontrada a ponta de projétil
Fonte: Acervo próprio

A ponta de projétil mostrada a seguir foi encontrada pelos irmãos Carla e Pedro Brasil de Oliveira, em 1997, nas proximidades da Escola Estadual Januário Correa, zona urbana de Montenegro (vide imagem anterior).

Em entrevista com Carla¹⁵², atualmente com vinte e sete anos, esta nos contou que encontrou a peça defronte a alguns terrenos que haviam sido recentemente terraplenados, quando se dirigia para a escola. Em visita ao local¹⁵³, constatamos a possibilidade da peça ter sido deslocada da parte alta da rua, pela ação das chuvas e das máquinas. Com o formato sugestivo da peça, a idéia inicial era ornamentar um aquário. Ao levar a ponta de projétil para a escola, esta foi identificada pela professora como material lítico. A peça então foi doada ao Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, onde foi logo encaminhada¹⁵⁴ para análise, no Instituto Anchieta de Pesquisas. De acordo com estimativas do arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz (comunicação verbal¹⁵⁵), a ponta de projétil é do tipo “rabo de peixe”, é característica da Tradição Umbu e pode atingir uma datação de 10.000 anos a. P.

A ponta de projétil em questão apresenta as seguintes características, segundo análise (Nami; Motta, 2011, p.1) é feita de matéria-prima silicosa de coloração castanho-claro (calcedônia¹⁵⁶ ou sílica translúcida), de boa qualidade, mede 60,6 mm de comprimento e 23,2 mm de largura e tem um corte transversal biconvexo simétrico. A espessura na parte central é de 7mm e na intersecção da lâmina com o pedúnculo é 6 mm. O pedúnculo tem 17 mm de comprimento por 15 e 18 mm de largura no meio e na base, respectivamente. Como o usual neste tipo de ponta de projétil, as bordas do pedúnculo apresentam abrasão nas extremidades. Entre a lâmina e o pedúnculo há um ombro arredondado, superficialmente, que então caracteriza a variante lanceolada, observada em sítios arqueológicos brasileiros, citados por Prous (1992) e Dias (1994, 2007), no decorrer deste capítulo. A diferença de cor entre a face original e as marcas de retoque em ambas as faces sugere que a pedra foi aquecida no intuito de aprimorar suas qualidades de lascamento. Foi confeccionada sem o uso de desbaste bifacial e principalmente lascada usando uma técnica de pressão que resultou em pequenos retoques

¹⁵² Entrevista realizada no ano de 2007. A entrevistada mostrou-se bastante interessada em colaborar com a pesquisa, nos levando ao local exato onde a ponta foi encontrada. Em contato recente (dezembro de 2010) com Carla, esta demonstrou grande satisfação pelo achado, colocando-se à disposição para colaborar em futuras pesquisas.

¹⁵³ Coordenadas UTM 22J 0456.975 / 6.717.234, Altitude 46m. Verificar a localização no mapa em anexo.

¹⁵⁴ O encaminhamento, na época, foi realizado por iniciativa da Prof^a. Maria Adelita Vargas, que durante seu trabalho no referido Museu, sempre mostrou interesse e cuidado com o acervo arqueológico.

¹⁵⁵ Em consulta ao Instituto Anchieta de Pesquisas, realizada pelo Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, no ano de 1997.

¹⁵⁶ Araújo e Pugliese (2009) enfatizam o uso de materiais “alternativos” como matéria-prima em sítios arqueológicos onde foram encontrados materiais atribuídos às Tradições Arqueológicas Umbu e Itaparica. Entre estes materiais são citados o arenito (silicificado), quartzo dos tipos leitoso, hialino e quartzito.

não maiores que 10-12 mm das bordas. A descrição desta técnica e seus resultados são amplamente discutidos em Nami (2008, 2009, 2010), através de estudos de sítios arqueológicos sul-americanos, em pesquisas de Arqueologia Experimental¹⁵⁷.



Figura 52: Ponta de projétil do tipo “rabo de peixe”, encontrada em Montenegro/RS
Fonte: Acervo próprio

Apesar de não ter sido encontrada por métodos arqueológicos adequados, e por isso não poder disponibilizar sua localização original e as informações do contexto, as características desta ponta de projétil relacionam esta peça com o início do povoamento sul-americano:

É geralmente aceito que as mais antigas pontas de projétil do continente americano são do tipo foliáceo, sem pedúnculo nem aletas. Na América do Norte, várias delas apresentam uma técnica muito peculiar, destinada a facilitar um encabamento transversal (acaneladura). Na América do Sul, as pontas mais antigas são também foliáceas e sem pedúnculo, mas não há exemplo publicado da acaneladura. A estas primitivas pontas sul-americanas (tipo de El Jombo, datadas, na Venezuela, de 13.000 BP) sucederam, desde o Panamá até a Patagônia e o estreito de Magalhães, pontas foliáceas com pedúnculo pouco mais estreito que o corpo, e cuja extremidade proximal tem uma forma rabo de peixe, muito peculiar. Essas pontas são consideradas do tipo El Inga I¹⁵⁸. Costuma-se considerar que o tipo com a caneladura e o tipo rabo de peixe desapareceram depois de 8000 BP; portanto, teriam um ótimo valor como “fóssil-guia” (PROUS, 1992, p. 148).

¹⁵⁷ A Arqueologia Experimental proporciona novas considerações sobre a sequência de redução, a qualidade e o uso das matérias-primas, técnicas de lascamento e diversas questões importantes para uma maior compreensão do registro arqueológico.

¹⁵⁸ Nome dado por Mayer-Oakes (1986), por conta de um sítio arqueológico da República do Equador. Ver: MAYER-OAKES, W. El Inga: A Paleoindian site in the Sierra of Northern Ecuador. In: Transactions of the American Philosophical Society, Filadélfia, n.76, 1986.

Também devemos considerar a raridade destes achados, bem como a cautela quanto à sua datação:

Em compensação, as pontas com rabo de peixe foram encontradas em vários estados do Brasil, apesar de serem muito raras. Duas foram achadas em Santa Catarina: uma em superfície no município de Itapiranga; encontramos uma outra no litoral, na superfície de duna sobre a qual se ergue o sambaqui de Jaguaruna nº 11. Em Rio Claro (SP), cinco dessas peças foram compradas pelo colecionador local G. Martins e descritas por M. Beltrão. A coleção de H. Walter (MG) também mostra uma ponta deste tipo, em cristal de quartzo. Existe também uma no Rio Grande do Sul, cujas condições de coleta ignoramos; as únicas encontradas durante trabalhos arqueológicos pertencem à fase “Vinitu” (PR) associadas, ao que parece, às pontas de projétil providas de pedúnculo e aletas. Podemos concluir desta enumeração, que o tipo rabo de peixe teve uma extensão geográfica importante, mas não se pode, ao menos por enquanto, atribuir-lhe algum valor cronológico, já que foi encontrado misturado com outros tipos no Paraná, e fora da estratigrafia nos sítios do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais (PROUS, 1992, p. 149).

Em pesquisa realizada por Dias (1994, 2007) foi identificada uma ponta de projétil com pedúnculo similar, fraturada e sugerindo formato lanceolado, no sítio arqueológico RS-C-43, localizado também no Vale do Caí, porém no município de Lindolfo Collor. Foi encontrada no nível XII da quadrícula C1, na base de uma sequência¹⁵⁹ de pontas de projétil, oscilando entre as pedunculadas e com bordas serrilhadas (presentes de forma proporcional, ao longo de toda a sequência estratigráfica do sítio arqueológico) e de corpo triangular e com pedúnculos de base bifurcada (concentradas entre 60 e 120 cm de profundidade na estratigrafia). Estas informações supõem contatos com demais regiões ao extremo sul, onde há registros da existência de pontas de projétil rabo de peixe:

Destaca-se ainda no caso do rio Caí¹⁶⁰ a presença de uma ponta atípica na base da sequência (120 cm), representada pela forma lanceolada com pedúnculo do estilo “rabo de peixe”, cuja estimativa temporal aponta para o Holoceno Inicial, indicando possibilidades e intercâmbios culturais com populações do extremo sul (região pampeana e patagônica) (DIAS, 2007, p. 54).

Tais informações são um verdadeiro estímulo para futuras investigações, passíveis de descobertas capazes de ampliar o conhecimento sobre a Tradição Umbu não só na região, mas em âmbito sul-americano.

¹⁵⁹ Embora sem datação, as pesquisas arqueológicas nos vales dos rios dos Sinos, Caí e Taquari indicam uma sequência contínua de ocupação caçadora-coletora ao longo do Holoceno, inclusive apontando uma possível variabilidade identitária em escala micro-regional no vale do rio Maquiné e uma maior integração cultural entre os contextos arqueológicos dos vales dos rios Caí e Sinos, considerando as comparações das pontas de projétil encontradas nos sítios RS-C-43: Capivara I, RS-S-358: Toca Grande II e RS-LN-01: Cerrito Dalpiaz (Dias, 2007, p.53-54).

¹⁶⁰ Referenciando o sítio arqueológico RS-C-43: Capivara I, no município de Lindolfo Collor.

2.3.1.2 Pedra de boleadeira

Em trabalhos relacionados à Educação Patrimonial, realizados pelo Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, chegou a nosso conhecimento, através de um depoimento do aluno Ivan Weber, que participava de uma oficina sobre a Pré-história de Montenegro, que ele e seu irmão, Evandro Weber, haviam encontrado uma pedra de boleadeira nas proximidades de sua casa. Contaram que, intrigados com o formato curioso da pedra, levaram ao conhecimento de sua professora, que então reconheceu o valor da peça e ficou encarregada de doá-la ao Museu local. Assim que entramos em contato com a referida professora¹⁶¹ esta encaminhou o material para doação, a qual foi feita juntamente com os alunos responsáveis pela descoberta.

A pedra de boleadeira¹⁶² foi encontrada na localidade de Vapor Velho¹⁶³, Montenegro, nas margens de uma pequena sanga (coordenadas 22 J 0445658 UTM 6722721 Altitude: 214m) no sopé de um pequeno morro, localizada por volta de 300m de distância da casa de Evandro e Ivan. Em 01/09/07, os irmãos nos acompanharam ao local da descoberta e mostraram que a água que corre na sanga é proveniente de uma vertente do morro, o que indica que a pedra pode ter sido trazida pelo movimento das águas. A pedra tem formato ovalado com sulco circundante, além de marcas que indicam que pode ter sido utilizada como instrumento de percussão.

O entorno da sanga é de mata ciliar preservada. A poucos metros, há um galpão que serve de abrigo temporário para apicultores com colmeias no mesmo local.

No morro citado, nos informaram a presença de alguns abrigos localizados em propriedades vizinhas, nas quais não foi permitida nossa entrada.

Ribeiro (1991, p. 112) menciona que tal objeto era peculiar da Tradição Umbu, podendo, ainda, apresentar variações: polida, com ou sem sulco circundante e mamilar ou “rompe-cabeças”. Eram usadas na defesa e na caça, ferindo ou imobilizando a presa, sendo muito encontrada em sítios ocupados por grupos que viviam em regiões com campos abertos, onde era possível visualizar o alvo a ser atingido, sem o risco de obstáculos impostos pelas

¹⁶¹ Professora Vera Teresinha de Mello, docente na Escola Municipal Pedro João Muller, em Costa da Serra. Mostrou-se bastante atuante na preservação e valorização do patrimônio arqueológico, prontificando-se em esclarecer aos alunos que, quando da descoberta de algum possível objeto de procedência indígena, comuniquem em primeiro lugar a escola ou ao Museu, para que estes entrem em contato com profissionais que assegurem a integridade de maiores informações no contexto onde o material se encontra.

¹⁶² Para saber mais sobre a utilização das boleadeiras na América Meridional ver Vidal (2009).

¹⁶³ Para se chegar à localidade de Vapor Velho, seguimos pela RS 240, até a entrada da estrada asfaltada que leva à Costa da Serra. Desta entrada até o local, percorremos aproximadamente 10 Km.

áreas de florestas. Kern (2009, p. 36) aponta o uso destes instrumentos por grupos Guarani, principalmente a partir do momento que as sociedades ibéricas aqui introduziram o gado.



Figura 53: Pedra de boleadeira encontrada na localidade de Vapor Velho
Fonte: Acervo próprio



Figura 54: Local onde a pedra de boleadeira foi encontrada, em Vapor Velho, 2007
Fonte: Acervo próprio

Em nova visita ao local, em 18/10/2010, acompanhados de Ivan Weber, um dos responsáveis pelo achado, realizamos uma prospecção superficial no entorno, sem nada encontrar. Verificamos que houve um processo erosivo bastante considerável no curso da sanga, em comparação ao ano de 2007, quando de nossa primeira vistoria.



Figura 55: Local onde foi encontrada a pedra de boleadeira – condições em 18/10/2010
Fonte: Acervo próprio

2.3.1.3 Abrigos sob rocha na localidade de Bom Jardim

O abrigo sob rocha localizado em Bom Jardim (coordenadas 22J 0040476 UTM 6722443, Altitude: 245 m), está voltado para o sul, com dimensões aproximadas de 50 m de comprimento X 15 m de altura X 5 m de profundidade. As paredes são quase verticais, acompanhando as curvas sinuosas desenhadas pela rocha arenítica.

Tomamos conhecimento do abrigo através dos proprietários Sr. José Ismael e Sra. Neide da Silva, quando visitamos o sítio RS-TQ-56, que dista cerca de 3 Km do local.

Segundo os proprietários, o abrigo sob rocha não havia sido explorado para pesquisas, pois o acesso é bastante restrito, já que o local é utilizado no verão como um pequeno balneário familiar. O estado de preservação é bom, pois, apesar das pequenas plantações de amendoim, feijão e milho próximas ao abrigo, há a notória preocupação em conservar a mata ciliar existente no corredor formado entre o pequeno morro onde está o abrigo e o trecho do Arroio Santa Cruz.



Figura 56: Trecho do Arroio Santa Cruz, à direita do abrigo sob rocha
Fonte: Acervo próprio

O local apresenta muitos deslocamentos de blocos rochosos, principalmente nos paredões de arenito que margeiam o arroio. Estes blocos são evidenciados no curso d'água, formando pequenas ilhas rochosas.

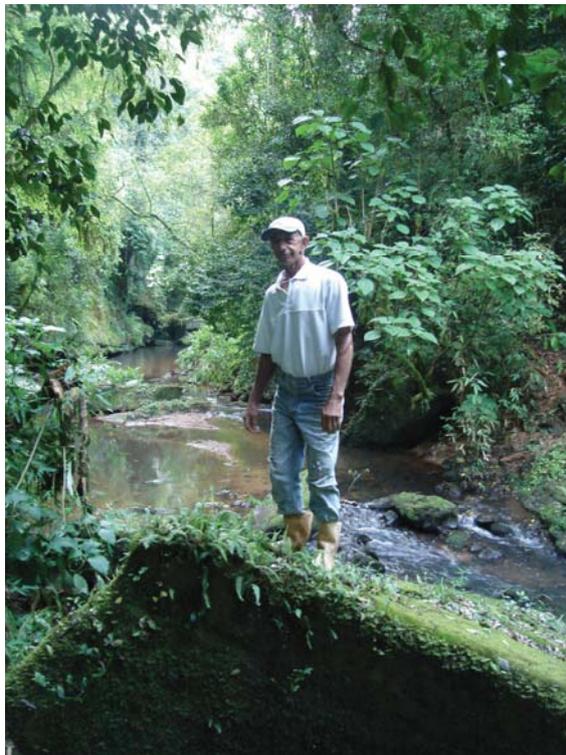


Figura 57: Sr. José Ismael sobre um dos grandes blocos descolados do morro
Fonte: Acervo próprio

Pela semelhança com outros sítios já reconhecidos, a proximidade da fonte de água e a riqueza faunística da mata, o abrigo pode ter sido local de acampamento de grupos pré-

coloniais, hipótese que somente poderá ser confirmada através de escavações e pesquisas interdisciplinares.

Os proprietários, mesmo desconhecendo, num primeiro momento, o real valor patrimonial dos sítios arqueológicos da localidade, demonstraram estar engajados na preservação ambiental de sua propriedade e foram bastante receptivos quanto a nossos comentários sobre a necessidade de manter a integridade destes patrimônios, inclusive, colocando-se à disposição para colaborar com pesquisas, se for o caso.

Em nossa recente visita ao local, no dia 23/10/2010, o abrigo permanecia em bom estado de conservação, sem maiores intervenções no solo e nas paredes. No entanto, este abrigo segue a tendência de outros já visitados, onde as paredes de arenito sofrem uma acentuada degradação física por conta da ação de fatores climáticos.

Realizamos prospecções superficiais no entorno, mas não encontramos vestígios nem inscrições rupestres.

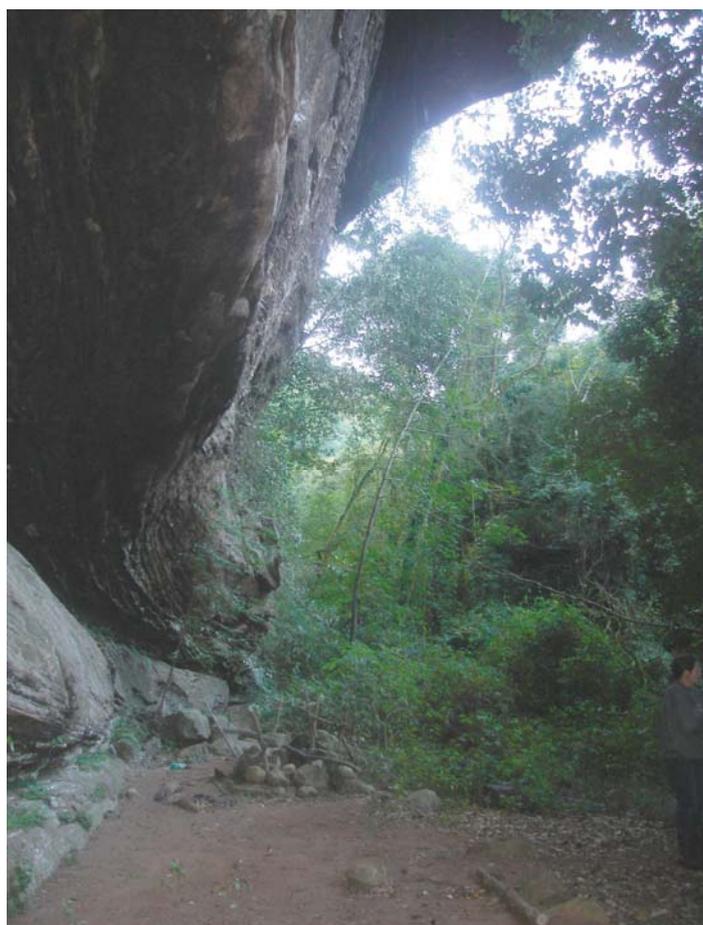


Figura 58: Abrigo sob rocha em Bom Jardim, ainda sem maiores estudos. Ano de 2007
Fonte: Acervo próprio

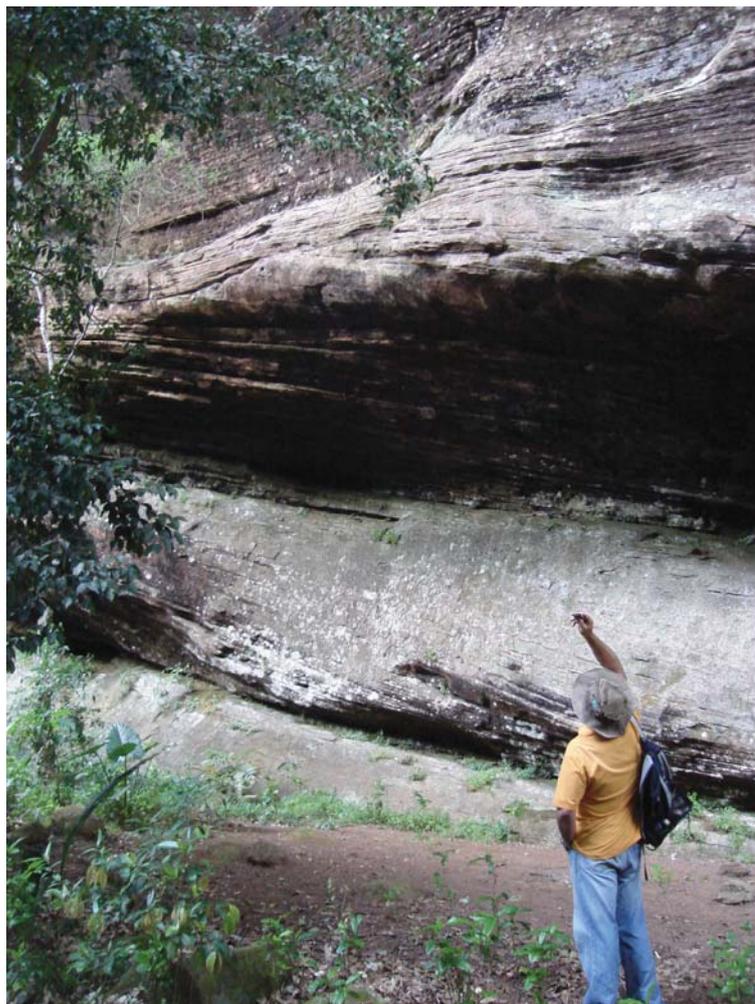


Figura 59: Aspecto do abrigo sob rocha em 23/10/2010
Fonte: Acervo próprio

Na mesma propriedade, também no dia 23/10/2010, encontramos outra cavidade no mesmo morro, onde está localizado o abrigo descrito anteriormente, porém no lado oposto. Trata-se de um pequeno abrigo sob rocha, perceptível a uma determinada altura da estrada, pois encontra-se bem na extremidade do morro, onde há uma curva acentuada na estrada.

No local registramos as coordenadas (22 J 0440134 UTM 6722391) e as medições necessárias (10m comprimento X 2,5 m de altura, 8 m de profundidade), mas não encontramos evidências imediatas de ocupação pré-colonial, nem nas paredes, nem na superfície do chão, até porque o solo é composto de pó de arenito, sobre a própria rocha. O entorno foi parcialmente prospectado, pois estava tomado por vegetação alta, prejudicando a visibilidade. Independente das chances do local ter servido como abrigo para grupos humanos, serve também como objeto de estudo no campo da Geologia, Zooarqueologia e Palinologia.



Figura 60: Aspecto frontal do abrigo sob rocha em Bom Jardim, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 61 - Visão interna do abrigo sob rocha, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

2.3.1.4 Abrigos sob rocha na localidade de Passo da Serra

Em 25/09/2010, realizamos uma visita ao abrigo sob rocha localizado em Passo da Serra¹⁶⁴, no morro conhecido como Morro da Cutia, no 5º distrito montenegrino, denominado Costa da Serra. Para chegar ao abrigo seguimos pela RS 287 até a estrada que leva até o município de Brochier. Por volta de 500m do início desta estrada, encontramos a propriedade de Jaqueline Z. Machado e Adão Machado, de onde seguimos a pé até o abrigo.

Acompanhados de Jaqueline, andamos por cerca de 1 km dentro da mata fechada, onde seguimos o curso de uma vertente que descia do morro com muito volume de água, provavelmente por conta do período chuvoso que antecedeu nossa visita. Verificamos que a mata nativa, preservada, predominava na encosta do morro e, na área plana, sobressaiam plantações de eucaliptos e acácia.

Depois de uma longa caminhada chegamos ao abrigo sob rocha, que se encontrava no rebaixamento do terreno, voltado para sudoeste. Dentro desta depressão, havia muita umidade e liberação de água através da aba superior do abrigo, apesar do tempo seco daquele dia. Atribuímos isso às chuvas anteriores, que produziram acúmulo de água em partes mais altas do morro, que então desaguavam em locais de caimento acentuado.



Figura 62: Aspecto das paredes do abrigo sob rocha, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

¹⁶⁴ Conforme nossa guia, nas terras lindeiras há outro abrigo sob rocha, que pela descrição, é bem mais propício para ocupações por grupos pré-coloniais. No entanto, os proprietários são irredutíveis em termos de autorização para entrada.



Figura 63: Vertente que se originava no entorno do abrigo sob rocha, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

Verificamos as coordenadas (22 J 0440460 UTM 6722429 Altitude: 221 m) e realizamos as medidas aproximadas (50m comprimento X 50 m de altura X 10 m de profundidade). No lado direito havia uma pequena cavidade na rocha, com cerca de 3m de comprimento X 2m de altura X 2m de profundidade, na qual encontramos uma marca na parede, em forma de triângulo, que aparentava ser recente. No entanto, sua análise merece a aplicação de técnicas e conhecimentos apropriados, em momento oportuno.



Figura 64: Marca encontrada em pequeno abrigo lateral, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

No lado esquerdo, em local bem mais alto, havia outro pequeno abrigo, como na forma de um “camarote”, a que não tivemos acesso pelos riscos de desabamentos que o entorno apresentava naquela ocasião.

Nesse local destacamos ainda a grande quantidade de seixos rolados no chão do abrigo, talvez originados pela ação da água. Nas paredes verificamos linhas sinuosas, com desgastes formando “listras” em alto relevo (SUERTEGARAY; ROSSATO, BELLANCA, FACHINELLO, CÂNDIDO, SILVA, 2008, p. 65; DARVILL, 2008, p. 495).



Figura 65: Cavidade na rocha à direita do abrigo
Fonte: Acervo próprio

Em 13/11/2010 conhecemos mais dois abrigos sob rocha na localidade de Passo da Serra. O primeiro abrigo nos foi mostrado pela proprietária, Sra. Erna Elisabeta Wadenphul e sua neta, Rosmari da Silva. D. Erna morou no local por aproximadamente 50 anos e até então não sabia da possibilidade do abrigo ser um sítio arqueológico. Explicamos que por enquanto nossa vinda era um breve reconhecimento do lugar e que seriam necessárias pesquisas mais aprofundadas, em ocasião oportuna, para confirmar ou não se o local realmente apresenta algum vestígio de antigas ocupações.

Chegamos ao abrigo sob rocha pela RS 287, seguindo cerca de 500m pela Estrada da Pedreira e de lá subindo a encosta do morro por volta de 400m em linha reta.

O abrigo sob rocha foi descoberto através de nossa observação na fachada do Morro da Cutia¹⁶⁵, na volta da visita de outro sítio arqueológico das redondezas. Acabamos por descobrir dois sítios, pois D. Erna nos mostrou outro além de nossa intenção, também voltado para o sul, porém mais encoberto pela mata. Em seguida, juntamente com Rosmari, conhecemos o abrigo maior, situado a aproximadamente 200 metros do primeiro, mas com acesso bem dificultado, pois foi preciso praticamente escalar por degraus de blocos rochosos e raízes expostas na encosta do morro, para chegar até ele.

Quanto ao primeiro visitado, este apresentava aproximadamente 50m de extensão e cerca de 40m de altura. Suas paredes eram sinuosas, curvilíneas e a vegetação arbustiva ocupou uma parte local. Percebemos alguns desabamentos de blocos de arenito e as paredes como se “descascadas”, com lâminas se descolando da rocha. Também havia várias cavidades naturais, de diversos diâmetros e profundidades, a partir da altura de 2m do chão. O solo arenoso estava recoberto por uma camada de arenito esfarelado.

Realizamos prospecções superficiais no abrigo, mas não encontramos vestígios antrópicos. As coordenadas locais são 22 J 0450890 UTM 6716695 Altitude: 258 m.

¹⁶⁵ O Morro da Cutia, em Passo da Serra, conforme nossa observação à distância, parece ter vários abrigos sob rocha, alguns bem extensos, pois são facilmente visualizados na estrada Montenegro-Brochier.



Figura 66: Abrigo sob rocha – vista lateral
Fonte: Acervo próprio

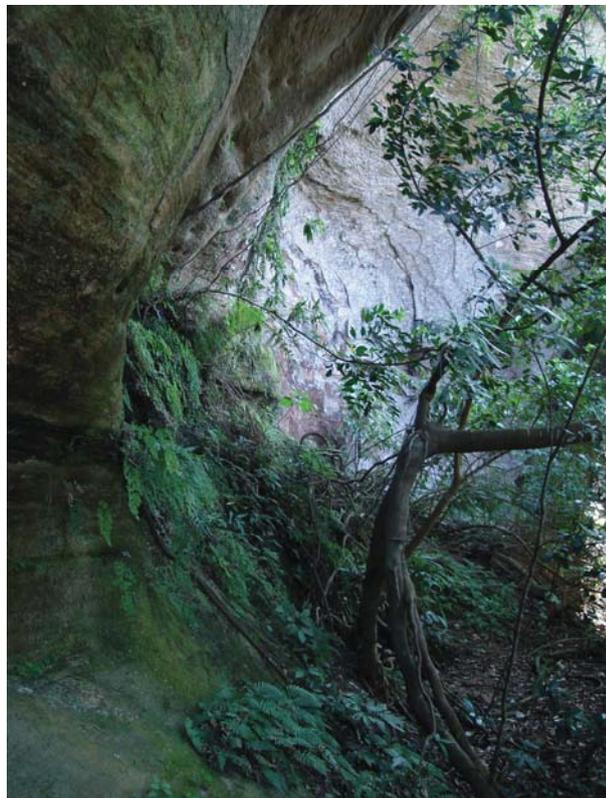


Figura 67: Abrigo sob rocha – vista lateral
Fonte: Acervo próprio

O próximo abrigo dista cerca de 200 m a oeste do primeiro, numa parte mais alta do morro. No local registramos as coordenadas (22 J 04500830 UTM 6716670 Altitude: 354m) e verificamos as seguintes medidas, aproximadas: 60m de comprimento X 60 m de altura X 30m de profundidade, contando a parte seca, pois a profundidade total do abrigo poderia ser calculada em 50 m, pois suas proporções são gigantescas, lembrando um grande anfiteatro em formato de concha.



Figura 68: O formato em “concha” e a proporção do abrigo sob rocha lembram um grande anfiteatro
Fonte: Acervo próprio



Figura 69: Uma pessoa é quase imperceptível no atual contexto do abrigo sob rocha
Fonte: Acervo próprio

Suas paredes mostram formatos curiosos, bem como diferentes camadas de cores e estágios de decomposição da superfície da rocha arenítica (SUERTEGARAY; ROSSATO, BELLANCA, FACHINELLO, CÂNDIDO, SILVA, 2008, p. 65; DARVILL, 2008, p. 495).



Figura 70: As alterações decorrentes da exposição a agentes naturais desenhou camadas diferentes na superfície rochosa
Fonte: Acervo próprio



Figura 71: As alterações decorrentes da exposição a agentes naturais desenharam camadas diferentes na superfície rochosa
Fonte: Acervo próprio



Figura 72: Formatos inusitados na superfície rochosa
Fonte: Acervo próprio

A coloração branca disseminada pela “concha”, possivelmente decorrente de reações físico-químicas relacionadas às condições ambientais naquela área, chama a atenção, mesmo a grande distância, conforme já havíamos visualizado de outros lugares.



Figura 73: Abrigo visualizado da Estrada da Pedreira
Fonte: Acervo próprio

A base do abrigo, em área mais baixa, está coberta por uma vegetação arbustiva, possivelmente ligada à concentração de material orgânico e sementes oriundas da mata circundante, que auxiliam na proliferação de espécies nativas e adaptáveis às condições de solo arenoso e com camadas de arenito em decomposição e/ou fragmentado.



Figura 74: Aspecto do solo do abrigo sob rocha
Fonte: Acervo próprio

D. Erna relatou que por volta de 45 anos atrás, quando era recém-casada e veio morar naquele local, com seus sogros, encontrou vários fragmentos cerâmicos num morro defronte às terras visitadas, pois na época já plantavam naquele local. Ela lamentou desconhecer do que se tratava naquela ocasião, pois, segundo suas palavras, “teria guardado para mostrar”, demonstrando não só o orgulho por ter encontrado algum material arqueológico, mas também a admiração que passou a ter pela cultura material, por ela referida como “coisas de índios”.

O morro citado e mostrado por D. Erna é o morro onde funcionou uma pedreira de extração de basalto e pedra ferro, materiais que são matéria-prima para ferramentas líticas.

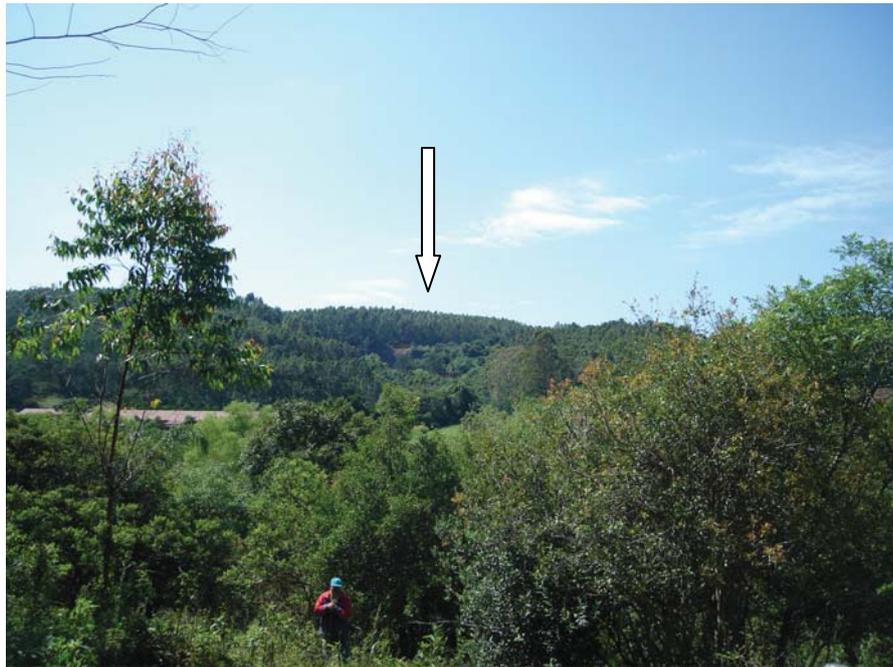


Figura 75: Seta mostrando o morro onde D. Erna encontrou fragmentos cerâmicos
Fonte: Acervo próprio



Figura 76: Pedreira desativada em Passo da Serra, em 19/09/2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 77: Local da pedreira onde se pode visualizar o abrigo sob rocha
Fonte: Acervo próprio

2.3.1.5 Caverna na localidade de Serra Velha

Na localidade montenegrina denominada “Serra Velha”, 5º distrito de Montenegro, em busca do sítio arqueológico RS-TQ-71, encontramos uma caverna que, segundo os proprietários das terras, nunca foi submetida a estudos arqueológicos¹⁶⁶.

Trata-se de uma caverna com aproximadamente 27,5 m de comprimento, o qual vai afunilando em direção ao seu interior, formando um caminho quase em serpentina. Sua entrada mede 1,6m de altura e seu ponto mais alto, internamente, chega a 2m.

De acordo com relatos dos proprietários, a caverna foi gradualmente aterrada pela ação da natureza, o que pode ser visto como uma contribuição natural de proteção ao suposto contexto arqueológico.

¹⁶⁶ Em 26 de abril de 1999, o jornal local publicou a matéria “Encontrados objetos da mais antiga habitação humana do RS”, cometendo os equívocos de confundir a caverna em questão com o sítio arqueológico RS-TQ-58, localizado na divisa de Montenegro e Brochier, além de mencionar que esta seria a “mais antiga habitação humana do RS”, já que, na verdade, o sítio arqueológico RS-TQ-58, o qual deveria ter sido referido, pelos dados disponíveis até então, é **um dos** mais antigos de nosso Estado, conforme datações por radiocarbono 14. Em 14 de maio de 1999, o mesmo jornal publicou a matéria “A mais antiga habitação do Estado fica em Montenegro”, mencionando trabalhos científicos realizados pela UFRGS em relação ao sítio RS-TQ-58, como se fossem da caverna. Outro equívoco a ser observado é a menção “tribo Umbu”, visto que o nome Umbu é atribuído a uma Tradição arqueológica e não a grupos humanos.



Figura 78: Caverna na localidade de Serra Velha, fevereiro 2007
Fonte: Acervo próprio

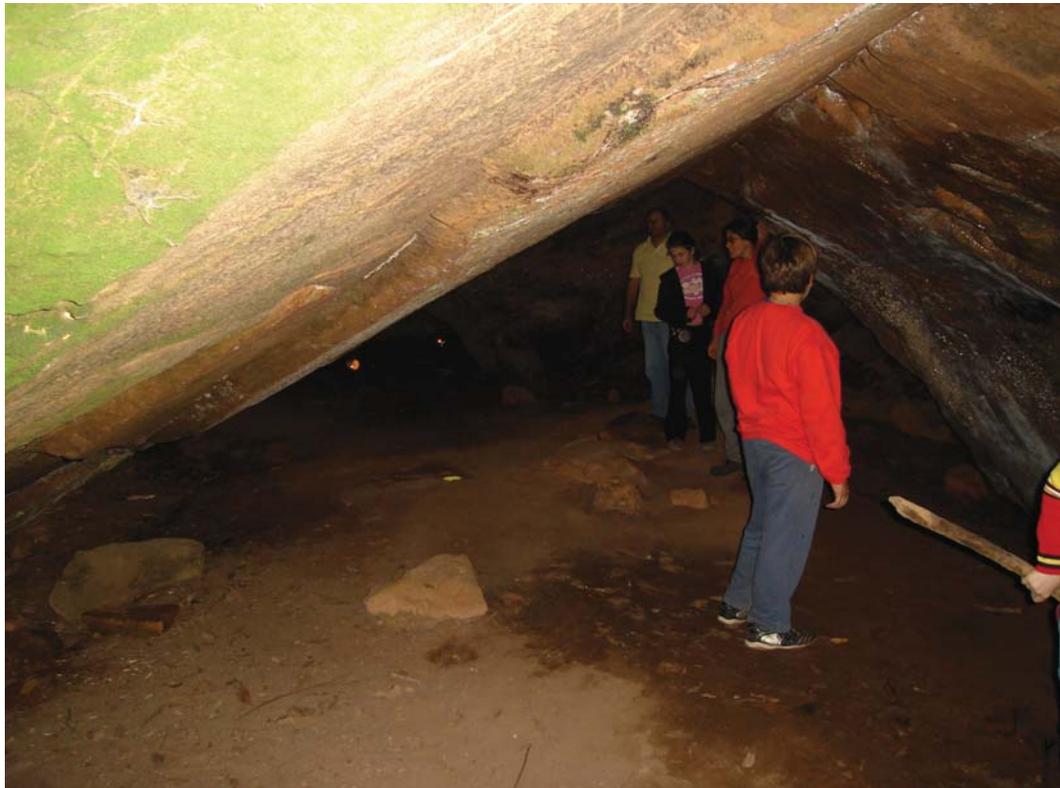


Figura 79: Dimensão da profundidade da caverna. Os pontos luminosos ao fundo são velas colocadas a uma distância de cerca de 5m uma da outra. Ano de 2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 80: Fundo da caverna.
Fonte: Acervo próprio

Sua localização, conforme o uso do GPS é 22J 437.630 (leste) e 6.721.875 (norte). A altitude em relação ao nível do mar é de 321m. A abertura da caverna está voltada para o norte e nela constam inscrições históricas e recentes, estas últimas de diversas décadas do século XX, algumas sobrepostas às inscrições históricas.

Visitamos a caverna por duas vezes no ano de 2007. Na segunda vez fomos acompanhados pela arqueóloga Dra. Gislene Monticelli¹⁶⁷ e o cunhado do atual proprietário, Sr. Vanderlei da Silva. Nesta oportunidade identificamos a primeira inscrição histórica e alguns sinais passíveis de análises mais técnicas. Em 11/10/2010 retornamos ao local, acompanhados da cunhada do proprietário, Sra. Isabel da Silva e sua filha Eduarda, de 11 anos. Verificamos que internamente não havia grandes alterações, nem a presença de resíduos que sugerissem a frequência de pessoas. Percebemos, entretanto, que as inscrições recentes nas paredes da entrada, principalmente, se multiplicaram. Pelo que constatamos, predomina a inscrição de nomes e datas, como registro de presença ao local e o grande número de “assinaturas” parece instigar o aparecimento de novas, alimentando uma antiga tradição de identificar os territórios explorados com marcas personalizadas.

¹⁶⁷ A Dra. Gislene Monticelli orientou a pesquisa realizada em 2007, sobre o Patrimônio Arqueológico de Montenegro, do curso de Especialização em Memória Social e Identidades da ULBRA e colaborou na vistoria de alguns locais de interesse arqueológico. Segundo seu parecer, o local apresenta condições propícias para a ocupação pré-colonial, as quais, certamente, necessitam de comprovação através de análises mais aprofundadas e escavações.



Figura 81: A jovem Eduarda em busca de inscrições antigas em meio ao emaranhado de registros
Fonte: Acervo próprio

Uma das inscrições históricas mais representativas, já verificadas desde nossa visita em 2007, remonta ao século XIX, identificada como: “*So Deos he Grande 1878*”¹⁶⁸. A inscrição tem aproximadamente 50 cm de comprimento e 20 cm de largura.

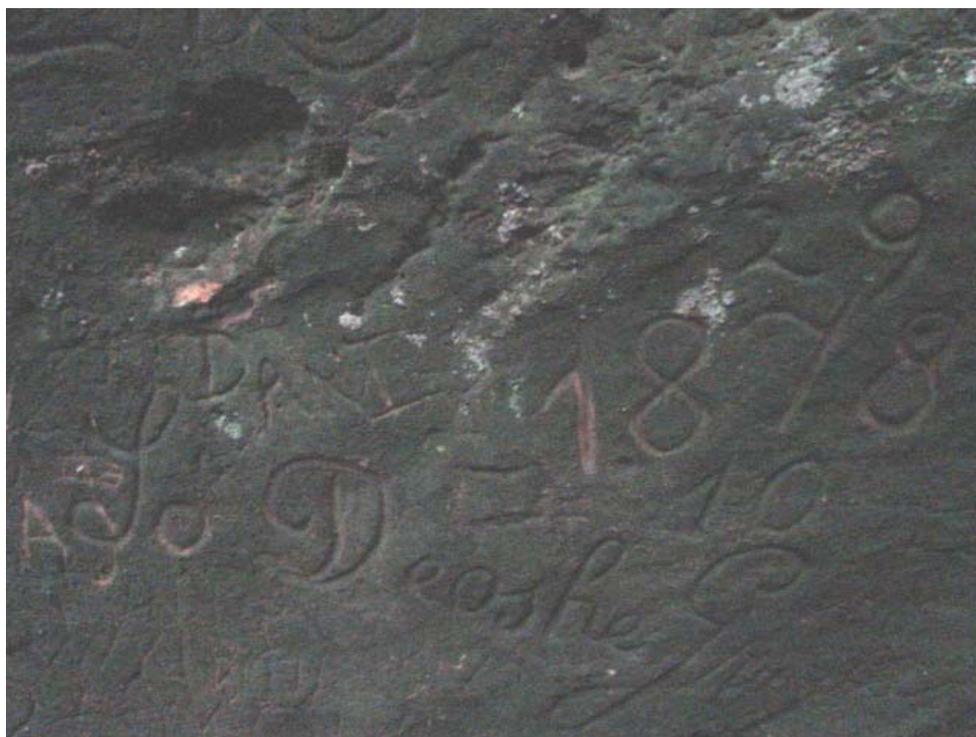


Figura 82: Detalhe de inscrições na entrada da caverna, ano de 2007
Fonte: Acervo próprio

¹⁶⁸ A frase pode ser traduzida como “Só Deus é grande”, pois a grafia utilizada no século XIX difere da atual, pelas várias adaptações e modificações ao longo do século XX. Grafias como a da entrada da caverna podem ser observadas em antigos documentos constantes no Arquivo Histórico Maria Eunice Müller Kautzmann, em Montenegro.



Figura 83: Detalhe da entrada da caverna, em 2010, com intervenções recentes sobre as inscrições históricas
Fonte: Acervo próprio

Outra inscrição relevante do interior da caverna é o número “1744”, que, **caso realmente trata-se de uma data escrita como um ano**¹⁶⁹, corresponde ao início da colonização do município (CAMPOS NETO, 1924). Também podemos interpretar a possível “data” como 01 de julho de 1944 ou 01 de julho de 1844. A inscrição está localizada a 2 m da entrada e coincidentemente tem as mesmas dimensões aproximadas da inscrição anterior.

Nestes dois tipos de caso podemos utilizar estudos de Epigrafia, Paleografia e até mesmo exames grafotécnicos (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 20).

¹⁶⁹ Note-se que esta informação é apenas uma hipótese e para sua confirmação é necessário aplicar técnicas de análise bastante complexas (VIALOU, 2005).



Figura 84: “1744” - Inscrição na lateral direita do teto, próximo à entrada, fotografado em 2010
Fonte: Acervo próprio

A parede da entrada da caverna apresenta, inclusive, alguns registros muito semelhantes a gravuras rupestres de sítios arqueológicos próximos, como o RS-T-14 e o RS-TQ-71, mas certamente precisam ser melhor avaliados.



Figura 85: Detalhe de inscrições que lembram inscrições rupestres de outros sítios, em 2007
Fonte: Acervo próprio

Em inspeção à superfície da caverna, nada foi encontrado. O solo em seu interior é arenoso e seco encoberto com uma fina camada de arenito fragmentado ou esfarelado.



Figura 86: Entrada da caverna com blocos rochosos resultantes de desabamentos, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

Nas paredes internas da caverna, ao longo do “corredor”, verificamos algumas cavidades naturais que chegavam a medir 0,7 m de profundidade.



Figura 87: Covas naturais encontradas nas paredes da caverna, em 2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 88: Cavidades do interior da caverna, 2010
Fonte: Acervo próprio

Ainda nas paredes internas mais próximas à entrada, observamos muita umidade. Nestes pontos de umidade, há pequenas cavidades distribuídas aleatoriamente, com diâmetros variando de 1 a 10 cm, com coloração diferenciada no centro, possivelmente causadas por agentes naturais.



Figura 89: Cavidades com ranhuras, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

No entorno da área e sobre a caverna encontram-se plantações de eucaliptos; já no topo do pequeno morro encontramos mata nativa bem preservada. Os blocos rochosos laterais à caverna apresentam infiltração de raízes, o que parece contribuir para o risco de desabamentos e desagregação de rochas.

Importante lembrar que a caverna está localizada próxima a sítios arqueológicos já estudados, como o RS-T-14 - Morro do Sobrado, o RS-TQ-71 – Adão da Silva e o RS-TQ- 58 – Garivaldino Rodrigues, entre outros.

2.3.1.6 Abrigo sob rocha na localidade de Pinheiros

Em 07/11/2010 conhecemos um abrigo sob rocha na propriedade do Sr. Osvaldo Edgar Augustin, na localidade de Pinheiros, Sede do município. O local chegou ao nosso conhecimento ao procurarmos o lugar onde haviam sido encontrados fragmentos cerâmicos, na mesma localidade. Então entramos em contato com o Sr. Osvaldo, que gentilmente nos autorizou conhecer o local, onde fomos acompanhados de sua filha Dalva, nossa hábil guia.

Chegando ao abrigo sob rocha, verificamos as coordenadas GPS (22 J 0450223 UTM 6717512 Altitude: 424 m) e realizamos as medições, onde obtivemos 11m comprimento X 30 m altura X 4m profundidade. Sua abertura está voltada para leste, seu entorno mantém uma faixa de mata nativa, delineando a encosta do morro e o restante, incluindo o topo da elevação, está sendo utilizado para silvicultura. Este morro corresponde à extremidade leste do Morro da Cutia, no qual já mencionamos dois abrigos sob rocha, também como área de interesse arqueológico.



Figura 90: Aspecto frontal do abrigo sob rocha, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 91: Panorama geral do abrigo, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

Não nos foi possível vistoriar as paredes da lateral esquerda do abrigo, pois havia criadouros de abelhas que não permitiram nossa aproximação. Segundo nos informou Sr. Osvaldo, neste lado há um ponto específico nas paredes em que consta uma inscrição do século XIX, o qual ele gentilmente se colocou à disposição para mostrar assim que as abelhas não oferecessem riscos.

Prospectamos parcialmente o solo deste lado, mas não encontramos vestígios superficiais. Verificamos, entretanto, que os deslocamentos de blocos de arenito das paredes do abrigo são intensos, assim como o desgaste e as transformações decorrentes do intemperismo.

No lado direito prospectamos as paredes, praticamente verticais, onde encontramos algumas marcas que lembram afiadores ou polidores, e que talvez sejam resultado de processos erosivos. Registramos para futuras investigações.



Figura 92: Marcas na parede direita do abrigo sob rocha, 2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 93: Marcas acompanhando o caimento da parede
Fonte: Acervo próprio



Figura 94: Marcas na parede direita do abrigo sob rocha, para investigação
Fonte: Acervo próprio



Figura 95: Marcas na parede direita do abrigo sob rocha, para investigação
Fonte: Acervo próprio

Subindo pelas laterais do abrigo, chegamos ao topo do morro, de onde avistamos uma pequena elevação mostrada por Dalva, a qual ela comentou se tratar de uma caverna, com certa profundidade. Combinamos para que em uma próxima visita, por intermédio de Dalva, pudéssemos conhecer o local.



Figura 96: Local onde há uma caverna passível de futura visita e investigação
Fonte: Acervo próprio



Figura 97: Possível fonte de matéria-prima para artefatos líticos
Fonte: Acervo próprio

Encerrada nossa busca, descemos por uma antiga estrada de escoamento de produção, ladeando o morro na sua lateral direita. Neste caminho visualizamos blocos de pedra ferro (basalto ferruginoso), que, segundo Dalva, é abundante na localidade. Esse material pode ter sido fonte de matéria-prima de grupos pré-coloniais, fator que contribui para acreditarmos no potencial arqueológico do local visitado.

2.3.1.7 Cavernas na localidade de Vapor Velho

No dia 17/10/2010, conhecemos um paredão rochoso com duas cavernas geminadas, na propriedade do Sr. Élson Peiter. O contato aconteceu por intermédio do Sr. Eliseu Weber¹⁷⁰, que nos indicou e mostrou voluntariamente, por alguns finais de semana, vários locais relevantes para esta pesquisa.

¹⁷⁰ O Sr. Eliseu Weber é pai dos rapazes que encontraram a pedra de boleadeira na localidade de Vapor Velho. Após nos conhecer naquela ocasião, passou a colaborar voluntariamente nas pesquisas, juntamente com sua esposa Doraci, nos guiando e intermediando em vários contatos, pois é bastante conhecido na região. Quando do término de nossos trabalhos, estavam de mudança para Brochier, mas continuaram à disposição para colaborar com informações, pois segundo eles “éramos amigos que trocávamos conhecimento”.



Figura 98: Duas cavernas geminadas na localidade de Costa da Serra
Fonte: Acervo próprio

As pequenas cavernas estão situadas em Costa da Serra, 5º distrito municipal, uma das primeiras áreas a ser colonizada na região da atual Montenegro (CAMPOS NETTO, 1924, p. 50). Estão num dos primeiros degraus da encosta de um pequeno morro, por volta de 800 m de distância da moradia do proprietário.

Para chegar até elas, atravessamos sua propriedade até a linha férrea, pela qual cruzamos e seguimos mais 300 m numa estreita estrada de chão paralela aos trilhos de trem e depois à direita, subindo a encosta do morro por aproximadamente 100m, até atingir o local.



Figura 99: As cavernas apresentam sinais de intervenção recente
Fonte: Acervo próprio

A parede do morro, de aproximadamente 30m naquele trecho, possui duas pequenas cavernas na base, com abertura para sudeste, que aparentam terem sido escavadas internamente num período relativamente recente, considerando os rastros de transporte de sedimentos de fora para dentro e pelas manchas de terra argilosa na entrada das cavidades, destoando da cor natural do solo. A provável escavação recente acabou descaracterizando e ampliando a abertura, em profundidade.

A primeira caverna, no lado esquerdo, tem a abertura com 2m de comprimento e 2 m de altura. A profundidade é de 15m e as alturas internas variavam entre 1,60; 1,50 e 1,10 m, de dentro para fora. A segunda, à direita, possui abertura com 2,3 m de largura e 3 m de

altura, com profundidade de 6m. A altura interna varia entre 1,50; 2,10 e 3 m, de dentro para fora.



Figura 100: Interior da primeira caverna, à esquerda
Fonte: Acervo próprio



Figura 101: Interior da segunda caverna, à direita
Fonte: Acervo próprio

Nas paredes externas, na entrada da caverna à direita, encontramos uma inscrição histórica, datada de 1887, com as iniciais “F.R.”, medindo cerca de 60 cm de comprimento e 20 cm de altura. São letras e números bem delineados, sugerindo bom domínio da escrita por parte do autor da inscrição. Este tipo de letra, principalmente o nº 7, pode ser encontrado em documentos com escrita gótica, alguns escritos na língua alemã.

Outro detalhe que merece atenção é a disposição dos números na data: percebemos que a escrita do ano é seccionada ao meio para a colocação do número correspondente ao dia sobre o número correspondente ao mês. Uma grafia de datas similar é percebida na caverna em Serra Velha, com data também do século XIX (ver seção 2.3.1.5).

Este registro também pode estar associado à edificação histórica localizada dentro da propriedade do Sr. Elson, a qual ele diz ter pertencido a seus antepassados. Segundo ele, a casa tem aproximadamente 200 anos, mas provavelmente seja remanescente do período colonial, em meados do século XIX e início do século XX, baseando-nos em comparações

com construções similares. Isso indica a concomitância temporal com o registro na parede, fator que propõe uma ligação hipotética, a ser investigada .



Figura 102: Inscrição histórica na entrada das cavernas
Fonte: Acervo próprio

Registramos a presença de sulcos verticais ao lado da referida inscrição, que necessitariam de análises mais técnicas para se confirmarem como antrópicos e antigos.

Em casos como esse, vale mencionar algumas considerações sobre os riscos de análises precipitadas:

As prospecções numa região até então inexplorada [...] são evidentemente preliminares para a análise aprofundada das representações rupestres. Estão submetidas às mesmas dificuldades de localização e de caracterização dos dados rupestres reais. Simples oxidações naturais numa parede rochosa podem enganar uma pessoa inexperiente, da mesma forma que as superfícies fissuradas, enrugadas, micro-esburacadas podem evocar gravuras. Dessas dificuldades iniciais resulta a necessidade de retornar aos mesmos lugares e submeter os casos litigiosos ou incertos a vários observadores com experiência (VIALOU, 2005. p. 26).



Figura 103: Marcas na parede externa da caverna
Fonte: Acervo próprio

De acordo com informações do Sr. Elson, há outro abrigo distante aproximadamente 80 m das cavernas, o qual, por força da hora e da necessidade de autorizações, não nos foi possível visitar. Também comentou que havia poucos dias de nossa presença, encontrara um fragmento cerâmico quando trabalhava em sua plantação, na área aos fundos de sua casa. O local nos foi mostrado e as coordenadas geográficas registradas: UTM 22J 0445411/ 6719091 Altitude 67m. Quanto ao fragmento, este não foi mais encontrado, apesar do esforço de procura na casa. No entanto, pela sua descrição, tratava-se de um fragmento de cerâmica ungluada, de paredes levemente espessas, sem evidências das bordas. Para o Sr. Elson, esse material era bastante comum, pois seu pai já havia encontrado vários fragmentos na encosta do morro, a 50 m do local onde estão localizadas as cavernas.

Outro material a ser investigado é um pedaço de arenito calcinado, com vestígios de fogueira de um lado e sulcos para alisamento de outro. Pelas dimensões, poderia ser utilizado como alisador de pequenos objetos, como tembetás.

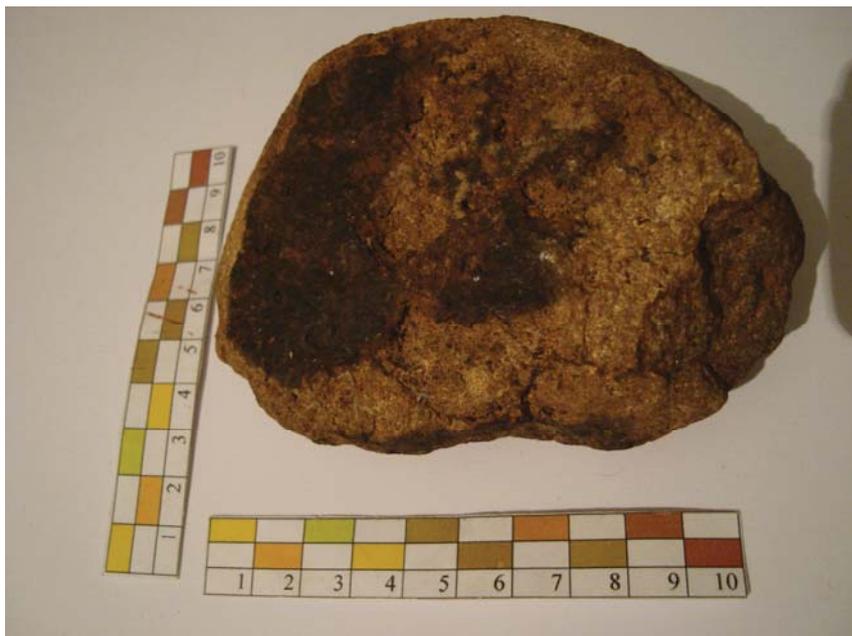


Figura 104: Marcas de queima em uma das faces da pedra granítica
Fonte: Acervo próprio



Figura 105: Sulcos lisos, possível alisador, na outra face da pedra
Fonte: Acervo próprio

Encontramos a peça a caminho para as cavernas, na encosta do morro. No local foram registradas as coordenadas UTM 22J 0445680 6722199 Altitude 61 m.

Na propriedade do Sr. Elson também conhecemos uma antiga casa com atafona, o que será mostrado na próxima seção, que trata dos locais de interesse histórico do município.

2.3.1.8 Possíveis gravações rupestres em Vapor Velho

Na localidade de Vapor Velho, por intermédio de Eliseu Weber, visitamos em 18/10/2010, os paredões areníticos de um morro de cerca de 100m de altura¹⁷¹, no qual ele afirmava haver marcas nas paredes, muito antigas. Vistoriamos a ala leste do morro, em paredes que chegavam a 50m, até a aba.

Para chegar ao local, seguimos pela RS 240, até a estrada que leva a Brochier, onde seguimos por aproximadamente 5 Km, seguindo então por uma estrada de chão, à direita, por volta de 400m e à esquerda, na estrada de acesso à propriedade. Os proprietários são Dilmar e Maria Ferreira, que gentilmente nos acompanharam na busca.

Para alcançar o ponto procurado, contornamos a encosta do morro, pela faixa de mata nativa. No percurso identificamos muros de taipa, mencionados em seção posterior e a presença de várias vertentes. No entorno desta área predomina a silvicultura, inclusive sobre a elevação. O relevo da área apresenta poucas manchas de mata nativa.

Alcançamos o local indicado, onde não encontramos as inscrições mencionadas por Eliseu. No entanto, registramos algumas marcas que podem ser antrópicas, para futuras análises.



Figura 106: Sulco na parede de arenito, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

¹⁷¹ Conforme Carta Topográfica do município de Brochier, elaborada pelo Serviço Geográfico do Exército, Folha SH.22-V-D-V-2 MI -2969/2, ano de 1980.



Figura 107: Sulcos e perfurações na parede de arenito, em 2010
 Fonte: Acervo próprio

2.3.1.9 – Ocorrências arqueológicas em Montenegro/RS

Para encerrar a seção sobre locais e materiais que compõem fontes em potencial para novos estudos, realizamos uma busca no Museu Histórico Nice Antonieta Schüler¹⁷² para averiguar sobre peças arqueológicas encontradas de forma aleatória no território montenegrino, as quais são igualmente importantes para dar uma noção cada vez mais abrangente sobre o patrimônio arqueológico local. Os dados obtidos foram organizados na tabela a seguir, complementando alguns casos já citados:

Tabela 03

Material arqueológico encontrado de forma aleatória em Montenegro

Data da informação	Localidade referida como possível sítio/ coordenadas geográficas UTM	Data referida como a da descoberta	Informante ou doador	Objeto (s) encontrado(s)
03/06/07	Serra Velha 22J 0436.965/6.722.089 Altitude 84 m	Cerca de 20 anos atrás	Sr. Francisco Pereira da Silva	01 cachimbo encontrado quando arava em lavoura próxima de sua casa. O local atualmente encontra-se com plantação de eucaliptos em adiantado estado de crescimento. O entrevistado menciona que a peça tinha decorações feitas com as unhas e no bojo para o fumo apresentava uma espécie de impermeabilização de coloração clara. Estava guardado com o autor da descoberta até poucos anos atrás, quando um interessado comprou a peça, referindo que esta seria destinada a pesquisas.

¹⁷² Dentro do ainda restrito acervo arqueológico do referido Museu, foram encontrados fragmentos tombados (1980/079), sem maiores especificações sobre a região de origem; uma pedra de boleadeira (1982/0205), também sem dados de localização e tida como roubada, de acordo com anotações no livro; machado e fragmentos cerâmicos (1982/0236) sem dados específicos, estando o machado desaparecido, com suspeita de ter sido roubado. Ver livro tomo nº 01 do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler.

31/05/07	Sobrado Coordenadas não disponíveis	Indefinida, por volta de algumas décadas	Mãe de aluno da Escola Municipal Jacob Haubert.	Fragmentos cerâmicos. Em visita programada às escolas do interior, com o Projeto Cultura em Movimento, em oficina referente à Pré-História do município, o aluno referiu que sua mãe relatou ter encontrado “pedaços de panela de índio” no Morro do Sobrado.
-	Alfama Coordenadas não disponíveis	1990	Hugo Teobaldo Ritter	01 Machado polido Segundo registro do livro tombo do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, o machado foi encontrado em um banhado, na propriedade do doador. Atualmente a peça encontra-se registrada sob o nº 1992/0549- acervo do Museu.
-	Costa da Serra Coordenadas não disponíveis	1987	José Eduardo Kraemer	Fragmentos cerâmicos Doados ao Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, em 1987. Atualmente registrados no acervo do Museu sob o nº de tombo 1987/0412.
Outubro/2010	Vapor Velho Coordenadas não disponíveis	2010	Eliseu Weber	Fragmento cerâmico Guarani, entregue a autora deste trabalho e encaminhado ao Museu Histórico Nice Antonieta Schüler.
09/07/19980	Não mencionado Coordenadas não disponíveis	Ano de 1980	Áurea dos Santos Noval e Dalva Müller	Fragmentos cerâmicos, provavelmente coletados em Gincana promovida pelo Museu na década de 1980, conforme arquivos do mesmo.
13/11/2010	Proximidades do Morro Montenegro 22J 0450.008/6.721.447 Altitude 45 m	Por volta de 20 anos atrás	Fátima Regina da Silva	Fragmentos cerâmicos com decoração plástica, hoje extraviados.

Fragmentos cerâmicos encontrados em localidades como Costa da Serra, Calafate e Rua Nova foram, em sua maioria, coletados por agricultores que trabalhavam com o arado ou a enxada na ocasião da descoberta. É preciso salientar, ainda, que há inúmeros relatos sobre a existência deste tipo de material cerâmico ou lítico na região, o que nos leva a crer que o campo de pesquisa tende a ser bastante amplo, ao mesmo tempo que é notório o desencadeamento de um processo destrutivo de sítios, o que vem “desenterrando” e “descartando” as preciosas informações sobre estes povos ceramistas. O uso do arado mecânico e de maquinário que dinamiza o trabalho de plantio e colheita é uma realidade praticamente definitiva e o processo que esta tecnologia desencadeia tende não só a fragmentar, mas eliminar vestígios arqueológicos superficiais.

Mostramos a seguir alguns exemplos destes achados:



Figura 108: Fragmento cerâmico Guarani, no Museu Histórico Nice Schüler
Fonte: Acervo fotográfico próprio



Figura 109: Fragmentos cerâmicos Guarani, no Museu Histórico Nice Schüler
Fonte: Acervo fotográfico próprio



Figura 110: Frente e verso de fragmentos cerâmicos na localidade de Vapor Velho, Montenegro/RS
Fonte: Acervo fotográfico próprio

Os artefatos líticos também fazem parte do acervo do Museu Histórico Nice Antonieta Schüler. A lâmina de machado mostrada foi encontrada na localidade de Alfama, interior do município, onde foi encontrada em 1990, num local alagadiço da propriedade de Hugo Teobaldo Ritter (dados da época da coleta).



Figura 111: Lâmina de machado polida, Museu Histórico Nice Antonieta Schüler
Fonte: Acervo fotográfico próprio

2.3.2 Locais e vestígios que representam possibilidades de pesquisas arqueológicas relacionadas ao período colonial da cidade e região

2.3.2.1 Antiga edificação colonial na localidade de Costa da Serra

Em 17/10/2010 visitamos a propriedade do Sr. Elson Peiter, ocasião em que registramos informações sobre uma antiga construção que, segundo ele, era de propriedade de seus bisavós. Trata-se de uma antiga edificação, com remanescentes de uma atafona no porão e moradia na parte superior, onde identificamos, mesmo que parcialmente, características que sugerem o emprego da técnica construtiva enxaimel¹⁷³, atualmente encoberta pelo reboco¹⁷⁴.

¹⁷³ Sobre a origem e evolução do estilo enxaimel ver Weimer (2005).

¹⁷⁴ O uso do reboco pode ser resultado de um processo de modernização da construção ou até mesmo uma maneira de encobrir características germânicas, em períodos como o da nacionalização ou pós-guerra, em que predominavam a intolerância religiosa ou étnica, conforme menciona Flores (2004) em sua pesquisa.



Figura 112: Fachada da edificação, em 17/10/2010
Fonte: Acervo próprio

O porão foi construído com paredes reforçadas, com volumosos blocos de pedra grés medindo até 70 cm de espessura, que apresentam marcas da sua extração através de antigas técnicas, com o uso exclusivo de picão e talhadeira. Observamos que foi empregada uma argamassa feita de barro na construção não só da atafona, mas de todo prédio, conforme visualizamos nas paredes dos fundos, ausentes de reboco. O acesso ao porão é exclusivamente externo, contando com duas portas e duas aberturas no alto da parede. As portas possuem arcos feitos em blocos de arenito.



Figura 113: Paredes da antiga atafona, em 2010
Fonte: Acervo próprio

Possivelmente as pedras empregadas tenham sido extraídas de pedreiras próximas, como algumas há muito desativadas em Passo da Serra, a uma distância aproximada de 2 Km do local.

A estrutura do interior do porão indica o único uso do espaço como atafona¹⁷⁵, apesar do proprietário atual mencionar também o uso posterior como alambique. Além da utilização prática do porão, esse servia, com suas paredes largas e resistentes, como base para uma estrutura arquitetônica eclética, misturando padrões portugueses e alemães, como o enxaimel.

¹⁷⁵ O município de Montenegro tombou através do decreto nº 2681, de 20/09/2000, uma atafona, um moinho para grãos e descascador de arroz. A estrutura foi remontada no Parque Centenário, iniciativa que é elogiável pela valorização desse patrimônio, mas criticada pela desconsideração do contexto original do moinho. Esse tipo de construção da ATAFONA veio de Portugal. O colono lusitano, ao assimilar a cultura indígena da mandioca, procurou aperfeiçoar o processo da fabricação da farinha, recorrendo a uma antiga tradição da Península Ibérica quanto à construção de moinhos, herdada dos mouros peritos na construção de atafonas e azenhas (BARBOZA, 2010).



Figura 114: Vista parcial do interior da antiga atafona, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

Acreditamos que a primeira fase da construção seja de meados do século XIX, por comparação a outras edificações com data comprovada. Algumas modificações ou complementações possivelmente ocorreram ao longo do século XX, de acordo com as necessidade e tendências da época. No caso da atafona, como os equipamentos encontravam-se desmontados, não foi possível obter mais informações sobre seu funcionamento, mas constatamos que um pequeno córrego afluente do Arroio Costa da Serra, nos fundos do prédio, produzia movimento à roda d'água¹⁷⁶.

As janelas do andar superior possuem tampos internos de duas folhas e vidraças de guilhotina, indicando padrões arquitetônicos de origem lusa (RIGON, 1986). Os frontões são delimitados, em sua parte inferior, pelo barrote e o madeiramento obedeceu ao sistema de encaixe, detalhes característicos da técnica construtiva enxaimel. O acesso ao sótão é feito por uma escada íngreme de madeira, como alguns modelos de casas alemãs mostrado por Weimer (2005). O avarandado frontal indica a influência lusa (WEIMER, 2005, p. 323), o que por alguns autores é mencionado como enxaimel não-simétrico (RIGON, 1986, p. 70).

¹⁷⁶ Um exemplar desse tipo de atafona pode ser visto em funcionamento na propriedade de Martin e Iara Maurer, em Santos Reis. Ver <http://www.rotasaboresesaberes.tur.br/atafona.html>.

No interior da casa encontramos um armário-cabide¹⁷⁷ fixado na parede, mobiliário característico da imigração alemã.

As telhas empregadas são bastante raras, pois formaram uma espécie de réplica dos antigos telhados alemães feitos de tabuinhas (ou *schlindeln* em alemão), porém feitas de barro¹⁷⁸. Pela pesquisa realizada quanto à fabricação de telhas em olarias da região, nada foi mencionado quanto a este modelo, o que não significa efetivamente que sua fabricação não seja local. Outro fator que contribui nesta hipótese é o de que o barro empregado na fabricação local de telhas é avermelhado e o das telhas em questão é muito claro, característico do resultado da queima de barro escuro. Tentamos localizar telhas que identificassem o fabricante, mas, segundo Sr. Elson, são raríssimas. Não encontramos tal identificação e ele infelizmente não recordava o que já vira, o que nos deixou uma pendência quanto à origem desse material construtivo.



Figura 115: Detalhes das telhas e estrutura do telhado, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

Quanto ao estado de conservação, este é regular, pois a construção encontra-se sem manutenção e em algumas partes há incipientes processos de degradação por focos de cupins, por ação ambiental e por ocupações anteriores sem maiores critérios. Verificamos muitas escavações no solo deste porão, sem propósitos evidentes, além de uma intervenção recente nos fundos da casa, para a adição de um banheiro e pequena área de serviço.

¹⁷⁷ Era utilizado normalmente nos quartos, em conjunto com um baú de madeira, para guardar roupas. Era chamado de armário-cabide, pois muitas vezes era fixada uma cortina na tábua horizontal, se estendendo até quase o chão (WEINER, 2005, p. 166).

¹⁷⁸ Atualmente são vendidas em algumas fábricas de telhas como “telhas germânicas”, com as bordas arredondadas.



Figura 116: Vista dos fundos da edificação
Fonte: Acervo próprio

A linha férrea implantada na região no início do século XIX, passa nos fundos deste prédio e, segundo o proprietário atual, a construção da estrada de ferro interferiu na vazão do arroio e, mesmo trazendo progresso, neste caso específico, descaracterizou o ambiente original da antiga propriedade.



Figura 117: Estrada de ferro ativa, próxima à construção
Fonte: Acervo próprio

A construção é um excelente referencial em estudos relacionados ao patrimônio histórico edificado, considerando antigas técnicas de Engenharia e Arquitetura, bem como demonstra a presença de uma identidade de raízes múltiplas, desde os primórdios da colonização da região.

Finalizando, é importante destacar que as atafonas, já em meados do século XIX, tinham grande destaque na economia local, conforme destaca o relatório da Intendência, publicado em 1918:

Um dos principaes productos (sic) da nossa lavoura é a mandioca [...], basta lembrar que existem no município mais de quinhentos mil suínos que em maior parte, são tratados com este tubérculo, independente de **mais de duzentas atafonas que o transformam em farinha** (CAMPOS NETTO, 1917, p. 188) [grifo nosso].

Este dado nos permite fazer uma ligação da importância histórica dessa propriedade com várias outras atafonas que encontramos em nossa pesquisa. Dessa forma, citaremos o local e as imagens relacionadas, visto que é necessária maior demanda de pesquisa para informações específicas de cada construção, o que, inclusive, merece lugar de destaque na lista de temas a serem pesquisados sobre a região.

2.3.2.2 Remanescentes de antiga atafona na localidade de Pinheiros

Em 07/11/2010 registramos os remanescentes de uma antiga atafona na localidade de Pinheiros, no distrito Sede do município. Sua estrutura com roda d'água e sua localização indicam que sua força motriz era o Arroio Pinheiros, afluente do Rio Caí (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 2007).

É provável que o material para a construção da atafona seja proveniente de uma pedreira de extração de pedra grês, localizada em Alfama¹⁷⁹, distante aproximadamente dois Km do local. O transporte era feito através de carretas puxadas por bois, nos quais eram, muitas vezes, adaptadas ferraduras para possibilitar o intenso trabalho, conforme relato de antigos ferreiros.

¹⁷⁹ As coordenadas UTM da referida pedreira são 22J 0453.801/ 6.718.435 Altitude 48m. A pedreira ainda é ativa.



Figura 118: Remanescentes da antiga atafona, encontrada na localidade de Pinheiros
Fonte: Acervo próprio



Figura 119: Vista do estado atual do interior da atafona
Fonte: Acervo próprio



Figura 120: Aspecto da estrutura existente no interior da atafona
Fonte: Acervo próprio

O telhado da estrutura já não existe mais e não encontramos vestígios de telhas para identificação, pois talvez tenham sido destinadas a outra construção ou estejam no entorno do local, encobertos pela vegetação.

Defronte à atafona há uma antiga casa, a qual era moradia dos proprietários. A casa está localizada na parte mais alta do terreno, rodeada por enormes *Pinus Elliottii* e coqueiros.



Figura 121: Casa dos proprietários, defronte à antiga atafona, do outro lado da estrada, ano de 2010
Fonte: Acervo próprio

Na imagem maior percebemos que a cozinha, ao fundo, era construída independente das demais peças (à direita). Na imagem menor mostramos a casa, atualmente abandonada. Esse tipo de separação é tipicamente alemã, conforme apontado por Weimer (2005) em diversos estudos de caso. Outro detalhe a ser considerado é o dos mourões (ver setas) feitos em arenito.

Há alguns anos a propriedade foi cogitada como local a ser explorado no ramo turístico, mas a idéia foi descartada pelos proprietários pelo risco de retorno financeiro desproporcional ao investimento. Atualmente as duas construções encontram-se abandonadas e a tendência é que estejam condenadas à destruição natural ou induzida. As coordenadas geográficas UTM da residência e da antiga atafona, atualmente apenas separadas pela estrada, são 22J 0449.710 /6.718.439 Altitude 59m.

A título de registro para futuras pesquisas pontuais, citamos mais duas antigas construções na localidade de Pinheiros, que podem estar relacionadas a atafonas, alambiques, moinhos ou depósitos. Foram identificadas também em 07/11/2010 e estão em áreas privadas.

Como ainda não dispúnhamos de autorização para visita, apenas realizamos os registros fotográficos possíveis, bem como o das coordenadas geográficas correspondentes que, respectivamente, são: 22J 0449.522/ 6.718.434 Altitude 61m e 22J 0449.859/6.718.456 Altitude 67m.



Figura 122: Remanescentes da 1ª antiga construção encontrada na localidade de Pinheiros
Fonte: Acervo próprio



Figura 123: Antiga construção nos fundos de antiga casa, localidade de Pinheiros, 2010
Fonte: Acervo próprio

2.3.2.3 Remanescentes de antiga atafona na localidade de Faxinal

Em 28/10/2010 realizamos visitamos à outra antiga estrutura de atafona, na localidade de Faxinal, dentro do distrito Sede do município. As coordenadas geográficas UTM do local são 22J 0454.381/ 6.718.974 Altitude 50m.



Figura 124: Antiga atafona, localidade de Faxinal
Fonte: Acervo próprio

Trata-se de uma estrutura construída com blocos retangulares de pedra grés, de tamanhos variados, de 12 m de comprimento, 10m de largura e aproximadamente 8m de altura (até o pico do telhado). O telhado é de duas águas, com telhas francesas fabricadas no próprio município, de acordo com os exemplares e fragmentos encontrados no entorno da propriedade. Suas paredes medem cerca de 20 cm de espessura, sendo que as pedras expõem as marcas da extração totalmente manual, com ferramentas como picão e talhadeira. As aberturas apresentam triângulos formados por 3 pedras retangulares de arenito na parte superior, similares a outras atafonas da mesma época (final do século XIX e início do século XX), sugerindo um padrão construtivo local neste período, no que diz respeito a este tipo de atividade econômica.



Figura 125: Triângulo de pedra Grés, na parte superior das aberturas
Acervo próprio



Figura 126: Paredes de blocos irregulares de arenito e argamassa feita de barro
Fonte: Acervo próprio



Figura 127: Exemplos de telhas do tipo francesa, fabricadas na antiga Olaria Lerch & Cia¹⁸⁰, em Montenegro
Fonte: Acervo próprio



128: Fragmento de telha do tipo francesa, fabricada na antiga Olaria Aita, Brockmann & Cia Ltda¹⁸¹, de Montenegro
Fonte: Acervo próprio

Numa breve prospeção no entorno da atafona, a oeste, próximo de onde anteriormente passava um córrego que movimentava a roda d'água, encontramos dois frascos de remédios: um com a inscrição “SAPHROL” em duas laterais e no fundo as letras “VFO” e

¹⁸⁰ Segundo Gottselig (1933), a Olaria Lerch & Cia estava estabelecida às margens do Arroio Montenegro, nas proximidades da antiga Estação Ferroviária, fundada em 1924. No entanto, Campos Netto (1924, p. 178) mencionou 25 operários e a produção de 200.000 telhas francesas e 180.000 tijolos, para a mesma olaria, indicando que a fundação desta fábrica era bem anterior. A antiga casa dos proprietários, que ficava na mesma área, ainda existe e é bastante conservada. O atual Bairro Olaria está localizado na área onde a olaria funcionou.

¹⁸¹ Segundo Campos Netto (1924, p. 179), a Olaria Aita, Brockmann & Cia Ltda era localizada no Porto Garibaldi (antigo Porto Nickorn), às margens do Rio Caf. Em 1924 possuía 30 funcionários, produzia 300 mil tijolos e 60 mil telhas francesas mensalmente e sua produção era vendida quase totalmente para Porto Alegre.

os números “3 e 9”; outro sem identificação do conteúdo, apenas inscrições laterais contendo “Laboratório Hepacholan” e “São Paulo” e uma no fundo, com as iniciais “V.N.B”.



Figura 129: Frasco de remédio “SAPHROL” encontrado no entorno das antigas construções citadas
Fonte: Acervo próprio



Figura 130: Anúncio comercial do medicamento SAPHROL, década de 1930.
Fonte: Pesavento (1985, p. 77).

Castro (2006, p. 102), em seu artigo sobre a repercussão da propaganda sobre o cotidiano social, menciona que, na década de 1930, o medicamento Saphrol, “o tônico dos pulmões”, era um produto reconhecido em qualquer prateleira de farmácia.

Considerando que o outro frasco encontrado não mostrava identificação do conteúdo, verificamos medicamentos elaborados pelo laboratório citado e assim, pelo formato do frasco, o medicamento que mais se encaixa neste caso é o Regulador Xavier¹⁸², o “remédio de confiança das senhoras”.



131: Frasco de remédio encontrado no entorno das antigas construções citadas
Fonte: Acervo próprio

Junto à atafona há uma casa bastante antiga tão quanto danificada, que pertencera à família do atual proprietário, Sr. Adilson Flores. Segundo suas informações, a casa será desmanchada, pois não há condições de reforma.

Visitamos o interior da casa e o que vimos nos levou a concordar com o Sr. Adilson, visto que há, inclusive, risco iminente de desabamentos. Aproveitamos para registrar, através de fotografias, alguns detalhes da técnica e do material construtivo. Verificamos o uso exclusivo de pedras grês nas paredes e o emprego de argamassa feita à base de barro para a junção destas. As aberturas, assoalho e forro eram bastante simples, sem detalhes perceptíveis, por conta do estado precário da construção.

Segundo o proprietário, a casa e a atafona devem ter mais de cem anos, informação que poderá ser analisada em documentação histórica específica.

¹⁸² Preparado de extratos vegetais desenvolvido em São Paulo, pelo farmacêutico João Gomes Xavier. É registrado desde 1930.



Figura 132: Antiga casa, possivelmente do mesmo período da atafona
Fonte: Acervo próprio



Figura 133: Detalhes da técnica construtiva da antiga casa
Fonte: Acervo próprio

2.3.2.4 Antiga edificação colonial na localidade de Serra Velha

Em 11/10/2010 visitamos os remanescentes de uma antiga construção localizada em Costa da Serra, 5º distrito de Montenegro. O local foi indicado pelo estudante de História

Daniel da Silva Becker, que é interessado pela história local e de sua família. Segundo seu avô, Sr. Francisco da Silva¹⁸³, a estrutura tem aproximadamente 150 anos e pertencera a uma família¹⁸⁴ que possuía uma serraria¹⁸⁵ no mesmo local. Tais informações eram contadas por sua mãe, Sra. Ana Pereira de Azeredo da Silva¹⁸⁶, nascida em 1890.

Trata-se de paredes parcialmente derrubadas, constituídas de pedras areníticas retangulares e de pouca espessura, unidas com uma massa à base de barro avermelhado, conforme alguns pontos visíveis. Os remanescentes de todas as paredes de pedra somam uma área aproximada de 25m². Os vestígios das partes de madeira, caso tenham existido, já foram totalmente deteriorados. No entorno da propriedade, segundo Sr. Francisco, havia um pinheiral. As coordenadas geográficas UTM deste local são 22J 0436.415/ 6.721.963 Altitude 84m.



Figura 134: Vestígios de construção do final do século XIX, localidade de Serra Velha, em 2010
Fonte: Acervo próprio

¹⁸³ O Sr. Francisco da Silva e sua filha, Marilene da Silva, já haviam nos recebido na propriedade em 2007. Em outubro de 2010 os visitamos por várias vezes para entrevistas com Sr. Francisco, pelo seu conhecimento da região, pela sua hospitalidade e pelo interesse em divulgar e registrar a história da localidade onde nasceu.

¹⁸⁴ Segundo Sr. Francisco, nesta casa morava a mãe do “Maneco”, de quem ele não conhecia o verdadeiro nome.

¹⁸⁵ Segundo Baumgartner (1986, p. 500), a Intendência Municipal de São João de Montenegro, no ano de 1900, já tinha cadastrada uma serraria em Serra Velha. Em 1887 havia 29 serrarias cadastradas em São João do Montenegro. Três anos depois, em 1900, havia 56 serrarias cadastradas.

¹⁸⁶ A Sra. Ana Pereira de Azeredo da Silva era neta de Manoel José de Azeredo (conhecido como Iê-Iê), um dos primeiros moradores da localidade. Faleceu com 104 anos, lúcida.

2.3.2.5 Fragmentos arqueológicos históricos encontrados na localidade de Serra Velha

Em nossa visita aos sítios arqueológicos e locais de interesse histórico da localidade de Serra Velha nos foram mostrados por Daniel da Silva Becker vários fragmentos de louça e telha, encontrados na plantação ao lado de sua casa. Manuseamos e fotografamos mais de trinta fragmentos de faiança fina¹⁸⁷ e 9 fragmentos de telhas coloniais. As coordenadas geográficas UTM do local são: 2J 0437.038 / 6.721.834 Altitude 63m.

Pelo volume de material, a título de divulgação na tabela a seguir, selecionamos os que continham marcas, no caso das louças, e no caso das telhas, mostramos apenas um exemplar, pela similaridade entre os fragmentos. O objetivo da escolha foi facilitar a datação aproximada, baseando-nos em Kovel (1995), Tocchetto et al (2001), Carvalho (2008) e Campos Netto (1924). As datas referidas podem ser consideradas como indicadores cronológicos da ocupação do sítio arqueológico histórico (TOCCHETTO et al, 2001, p. 19).

Tabela 04

Fragmentos cerâmicos encontrados na localidade de Serra Velha, ano de 2010 (ver imagens a seguir).

Nº atribuído ao fragmento	Tipo de fragmento	Identificação pela marca ou decoração	Identificação do material	Datação aproximada e procedência	Fonte dos dados utilizados na análise
01	Base de xícara ou malga	Societe Ceramique Maestricht – Made in Holland	Faiança fina	Entre 1863 e 1887, Holanda	Kovel (1995, p. 56)
02	Base de xícara ou malga	F.C.P.A Brasil – Fábrica Cerâmica Porto Alegre Otto Brutschke S/A Cerâmica e Vidros – Porto Alegre/RS	Faiança Fina	A partir da década de 1920	Carvalho (2008)
03	Base de xícara ou malga	Fagundes, Ranzini & Cia- Fábrica de Louças Santa Catharina– São Paulo/SP	Faiança Fina	1912 até meados da década de 1950	Carvalho (2008)
04	Bordas e base de peça não identificada	Técnica decorativa: Transfer Printing marrom	Faiança Fina	Entre 1818 a 1869	Tocchetto et al (2001, p. 35)

¹⁸⁷ Segundo Tocchetto, et al (2001), a faiança fina constitui uma categoria cerâmica intermediária entre a faiança e a porcelana. É uma das categorias da cerâmica, classificada como um produto poroso. Resultado de uma revolução na indústria cerâmica inglesa do século XVIII, a faiança fina foi a classe de louça doméstica mais popular no Brasil oitocentista, começando a ser importada principalmente da Inglaterra, após a abertura dos portos em 1808. Ver ainda (ALBUQUERQUE; VELOZO, 1993).

05	Borda de prato ou travessa	Técnica decorativa: Superfície modificada com relevo moldado não pintada; Padrão: Trigal	Faiança Fina	A partir de 1851	Tocchetto et al (2001, p. 125)
06	Provável base de prato ou travessa	Técnica decorativa: Borrão Azul associado a Transfer Printing; esmalte: Pearlwear; estilo Chinoiserie; Padrão: Willow	Faiança Fina	Entre 1828 a 1867, com pico de produção de 1841 a 1854.	Tocchetto et al (2001, p. 37)
07	Fragmento de telha colonial	Sem identificação	Cerâmica porosa (barro como matéria-prima)	Em Montenegro, na transição do século XVIII para o XIX.	Campos Netto (1924, p. 334)



Figura 135: Fragmento de louça 1
Fonte: Acervo fotográfico próprio



Figura 136: Fragmento de louça 2
Fonte: Acervo fotográfico próprio



Figura 137: Fragmento de louça 3
Fonte: Acervo fotográfico próprio



Figura 138: Fragmentos de louça 4
Fonte: Acervo fotográfico próprio



Figura 139: Fragmentos de louça 5
Fonte: Acervo fotográfico próprio



Figura 140: Fragmento 6
Fonte: Acervo fotográfico próprio



Figura 141: Fragmento 7
Fonte: Acervo fotográfico próprio

2.3.2.6 Estabelecimento comercial do início do século XX, na localidade de Serra Velha

Ainda em 11/10/2010, aproveitamos para realizar o registro fotográfico e de coordenadas geográficas¹⁸⁸ em um antigo estabelecimento comercial muito conhecido na localidade de Serra Velha, existente desde o início do século XX.

Quem nos informou a respeito foi o Sr. Alfredo da Silva, morador da região. Segundo ele, a conhecida “Venda” e a casa do antigo proprietário tem por volta de 130 anos e foram construídas por um casal de imigrantes alemães. Mais tarde a viúva casou com o Sr. João Motta, que até hoje é lembrado na região, por conta da “venda”

¹⁸⁸ As coordenadas geográficas UTM são 22J 0436.998 / 6.723.528 Altitude 46m.

De acordo com Flores (2004, p. 97), a venda foi o elemento de intermediação mercantil e financeiro entre o colono e o centro urbano, aquele a colocar os excedentes agrícolas e este a fornecer os produtos industrializados.

.O vendeiro comprava os produtos coloniais (banha, fumo, grãos, vinho, lingüiça...) por preço baixo e os colocava no mercado consumidor com lucro. Pagava o colono após vender o produto, de sorte que era este que financiava a aquisição dos produtos industrializados que consumia (sal, café, açúcar, farinha, sagu, louças, armarinhos, tecidos, ferramentas, insumos agrícolas, artigos de farmácia...)[...] À venda estava associado o armazém, uma construção ampla anexa ao prédio da venda. Ao armazém eram recolhidos os produtos coloniais, até formar carga para o caminhão levar ao mercado urbano. Na entressafra ou em ocasiões determinadas, como o Kerb – comemoração do padroeiro da igreja local – o vendeiro desocupava o armazém e sediava os bailes que congregavam a comunidade (FLORES, 2004, p. 98).

Atualmente a propriedade não funciona mais como ponto comercial e apesar de bem conservada, aparenta estar sem moradores.



Figura 142: Antiga Venda (direita) e casa do proprietário (esquerda), localidade de Serra Velha
Fonte: Acervo próprio

2.3.2.7 Antiga casa do início do século XX, na localidade de Pinheiros

Em 24/11/2010 visitamos a propriedade do Sr. Evaldo Pohren, na localidade de Pinheiros, Distrito Sede do município, onde está localizada uma antiga casa, datada de 1921, na entrada da construção. As coordenadas geográficas UTM são 22J 0452.753 / 6.717.176, Altitude 112m.

A construção apresenta arquitetura eclética, misturando elementos lusos e germânicos.

De acordo com as informações prestadas pelo Sr. Evaldo, a propriedade era bem mais extensa e a casa foi construída por um imigrante alemão.

Observamos que nos fundos da casa há uma construção em separado, atribuída como antiga cozinha. Um pouco mais retirado, há outra instalação onde, segundo o atual proprietário, era preparada a tradicional *schmier* feita de cana-de-açúcar, produto característico da imigração alemã (RAMBO, 1956, p. 98; WEIMER, 2005, p. 156).



Figura 143: Casa datada de 1921, na localidade de Pinheiros
Fonte: Acervo próprio



Figura 144: Antigo moinho de cana, de onde se extraía o caldo para a *schmier colonial*
Fonte: Acervo próprio

2.3.2.8 Alguns muros de taipa existentes no interior de Montenegro

Nas visitas realizadas aos sítios arqueológicos e locais de interesse histórico, foi-nos bastante recorrente a presença de muros de taipa, espalhados pelas localidades visitadas. As informações disponibilizadas pelos proprietários e moradores sempre remetiam ao uso dessas estruturas para a criação de porcos, pois os produtos de origem suína sempre foram muito bem aceitos e amplamente comercializados na região.

Exemplo disso é a presença da indústria J. Renner & Cia¹⁸⁹, fundada em 1894, às margens do rio Cai, estrategicamente localizada no antigo porto de Montenegro (oficialmente inaugurado em 1904), por onde escoava sua produção via transporte fluvial para outros Estados. Em Montenegro, a criação de porcos era um negócio atrativo e com garantia de mercado por toda a metade do século XX. Um dos produtos mais lucrativos fora a banha, largamente utilizada na alimentação nesta época.

O animal sem comparação mais importante é o porco, provedor de carne barata e abundante para o consumo e laboratório vivo para transformar o milho, a mandioca brava, a batata doce, e toda a sorte de restos de cozinha e agricultura, no valor concentrado da banha. Os termos recorrentes de “colono de banha”, assim como o de “colono de fumo”, “colono de alfafa” é, com razão, qualificativo de abundância. É neste setor de criação, que o colono, pelo melhoramento das raças e dos métodos, fez uma contribuição substancial para a pecuária rio-grandense. A produção de banha no Estado, predominantemente nas mãos dos teutos, subiu de 22.000 toneladas em 1907, para 45.000 em 1922, com os valores respectivos de 23.000 e 72.000 contos (RAMBO, 1956, p. 103).

¹⁸⁹ Sobre o histórico desta indústria, ver Gottselig (1933) e Campos Netto (1924, p. 470).

Diante desta boa possibilidade de renda, a criação de suínos era largamente praticada, o que nos comprovam os inúmeros cercamentos feitos com blocos de arenito, principalmente em locais onde essas pedras eram abundantes, como as encostas de morro.

Importante lembrar que “as taipas” são consideradas como as primeiras cercas no que se refere ao território gaúcho e catarinense, separando antigas fazendas e testemunhando a passagem de tropas de mulas e gado. Portanto, são também importantes vestígios sobre a história dos tropeiros na região (HERBERTS, 2009; ZAVASCHI, 2004).

Para dar uma noção mais dinâmica dos locais onde foram encontrados os referidos muros, organizamos a tabela a seguir.

Tabela 05

Cercamentos conhecidos como “Muros de Taipa”, mapeados no decorrer desta pesquisa (1), constantes em localidades do interior de Montenegro.

Nº atribuído ao cercamento	Data da visita	Identificação do proprietário	Identificação da localidade	Coordenadas geográficas UTM	Estado de conservação
01	11/10/2010	Francisco da Silva	Serra Velha		Bom
02	18/10/2010	Dilmar e Maria Ferreira	Vapor Velho	22J 0445.174/6.722.252 Altitude 128 m	Regular
03	18/10/2010	Dilmar e Maria Ferreira	Vapor Velho	22J 0445.168/6.722.192 Altitude 116 m	Regular
04	18/10/2010	Dilmar e Maria Ferreira	Vapor Velho	22J 0445.203/6.772.115 Altitude 102 m	Regular
05	07/11/2010	Oswaldo Edgar Augustin	Pinheiros	22J 0450.237/ 6.717.489 Altitude 70 m	Bom
06	07/11/2010	Oswaldo Edgar Augustin	Pinheiros	22J 0450.223/ 6.717.512 Altitude 129 m	Bom
07	08/11/2010	Zeilo Motta	Bom Jardim	22J 0443.442/6.721.718 Altitude 96 m	Regular

(1) Certamente existem diversos muros ainda não mapeados, bem como outros que não tivemos a oportunidade de reencontrar preservados, pois o material é reutilizado pelos moradores ou as estruturas são simplesmente desmanchadas para ampliar a área de plantio.



Figura 145: Muro de Taipa 01, na localidade de Serra Velha
Fonte: Acervo próprio



Figura 146: Muro de Taipa 02, na localidade de Vapor Velho
Fonte: Acervo próprio



Figura 147: Muro de Taipa 03, na localidade de Vapor Velho
Fonte: Acervo próprio



Figura 148: Muro de Taipa 04, na localidade de Vapor Velho
Fonte: Acervo próprio



Figura 149: Muro de Taipa 05, na localidade de Pinheiros
Fonte: Acervo próprio



Figura 150: Muro de Taipa 06, na localidade de Pinheiros
Fonte: Acervo próprio



Figura 151: Muro de Taipa 07, na localidade de Bom Jardim
Fonte: Acervo próprio

2.3.2.9 Exemplos de antigos cemitérios existentes no interior de Montenegro

Os cemitérios¹⁹⁰, apesar de serem locais que alimentam a Memória da morte e da perda, em termos históricos são referenciais para a geografia social das comunidades (BELLOMO, 2008, p. 13). Ainda acompanhando as colocações de Bellomo (2008), as sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias. Deste modo, a análise cemiterial nos remete a múltiplos aspectos da comunidade, constituindo-se em grandes fontes para o conhecimento histórico.

Os “campos santos”¹⁹¹, conforme nos aponta Bellomo (2008); podem ser fontes de conhecimento, tendo em vista a história regional, sobre a formação étnica, estudos de genealogia, preservação da memória local, expressão de ideologias políticas, manifestações artísticas (esculturas classificadas pela tipologia cristã, alegórica e celebrativa), desenvolvimento econômico local, estatísticas de longevidade num determinado período e das diferentes reações de uma população específica acerca da morte.

¹⁹⁰ Cemitério é uma palavra de origem latina, que significa lugar onde se dorme (BELLOMO, 2008, p. 13).

¹⁹¹ Conforme Bellomo (2008), o cristianismo ao pregar a idéia de ressurreição, criou uma alternativa para superar a morte e preservar a memória dos mortos, dando origem aos cemitérios cristãos.

Montenegro, pela sua existência política de mais de um século, conta com diversos cemitérios, muitos de grande valor histórico¹⁹², visto que possuem túmulos datados do século XIX. Durante nossa pesquisa alguns deles foram visitados, salientando que são apenas exemplos do grande número de cemitérios distribuídos pelo interior do município e zona urbana, cada um como um museu a céu aberto, no que diz respeito ao valor histórico que neles está intrínseco.

Mostramos imagens de dois cemitérios da localidade de Serra Velha e outro da localidade de Muda Boi. Importante ressaltar que também foram visitados os cemitérios de Bom Jardim, Campo do Meio, Costa da Serra, Santos Reis (dois cemitérios), Faxinal e Vendinha, sendo que todos possuíam túmulos seja do final do século XVIII ou do início do século XX. Muitos desses túmulos mais antigos encontram-se destruídos, jogados nos entulhos dos cemitérios ou abandonados. Dentro da área urbana de Montenegro já existiram dois cemitérios que antecederam o vigente. O primeiro era localizado onde atualmente está o Hospital Montenegro, o segundo era localizado nas proximidades da Estação Rodoviária de Montenegro, na atual rua Ramiro Barcelos (SCHWARTZ, 2004)



Figura 152: Cemitério da família Nacel (evangélicos), Serra Velha, 11/10/2010
Fonte: Acervo próprio

¹⁹² Um caso de estudo cemiterial envolvendo a análise dos remanescentes dos corpos de um cemitério familiar da zona rural da Griswold, Connecticut, EUA, pode ser conferido em Bellantoni e Poirier (1995).



Figura 153: Cemitério católico de Serra Velha, 11/10/2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 154: Cemitério católico de Muda Boi, 21/11/2010
Fonte: Acervo próprio



Figura 155: Túmulo do século XIX no cemitério católico de Muda Boi, 21/11/2010
Fonte: Acervo próprio

2.3.2.10 Morros considerados locais de interesse histórico e inspiradores do folclore local

O Morro do Iê-Iê está localizado no 5º Distrito de Costa da Serra, Montenegro, a leste do Morro dos Cavalos (239 m de altura) ou Morro do Souza (CAMPOS NETTO, 1924, p. 31). Seu nome é atribuído ao antigo dono das terras, Sr. Manoel José de Azeredo, cujo apelido era Iê-Iê. Assim, ficou conhecido também como Morro dos Azeredo (CAMPOS NETTO, 1924, p. 31). Esse morro é muito lembrado nas lendas locais, como o local onde foi guardado um valioso tesouro (FRANK, 1982, p. 509). Um exemplo disso foi publicado no jornal local, em 29/04/1997, quando D. Ana Tereza de Azeredo, de 104 anos (hoje já falecida) foi entrevistada por um grupo de alunos de 5ª série, da Escola Militão José de Azeredo. Suas colocações deixam transparecer a força que as riquezas naturais da região exercem sobre o imaginário local. A lenda da cabrita de ouro é um discurso recorrente entre os moradores locais, tema a ser tratado no próximo capítulo.

Desde a década de 50, a região vem sendo explorada para a prática de montanhismo (SANTOS, 2007), atividade que também incitou histórias folclóricas como as que envolvem o

“sumiço da cabrita de ouro”, supostamente levada por um padre protestante que escalou o morro.

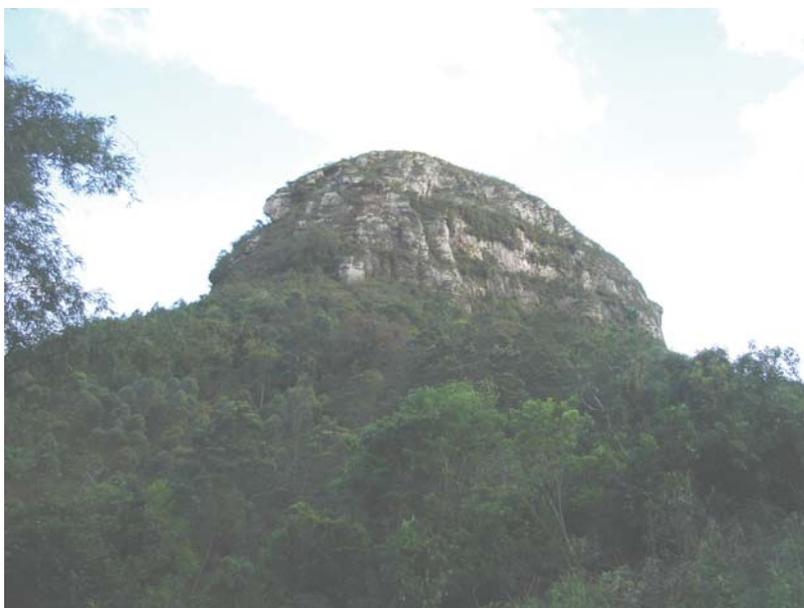


Figura 156: Morro do Iê-Iê
Fonte: Acervo próprio

Em termos arqueológicos, o morro não mostrou evidências quanto a inscrições em sua parede norte, na área prospectada. Em seu entorno verificamos a presença de grandes blocos rochosos, descolados da base do morro.



Figura 157: Descolamento de blocos rochosos, Morro do Iê-Iê
Fonte: Acervo próprio



Figura 158: Grandes blocos rochosos, espalhados pelo entorno do Morro do Iê-Iê
Fonte: Acervo próprio

O Morro do Militão de Souza (CAMPOS NETTO, 1924), é também chamado na localidade como Morro do Tiófilo, Monte Sião, Morro da Serra Velha ou Morro do Coração¹⁹³. É personagem de histórias folclóricas locais, como a “Mãe do ouro” e contos relacionados com a presença de escravos fugitivos. Estas lendas ainda hoje são divulgadas na imprensa local (PEREIRA, 2010).

Não chegamos a realizar prospecções neste morro, por conta da escassez de tempo, mas vale seu registro como local de futuras pesquisas.

¹⁹³ Pelo formato de seu cume, que forma um coração.



Figura 159: Morro do Militão de Souza
Fonte: Acervo próprio

2.3.2.11 Remanescentes de uma antiga construção na localidade de Sobrado

Em 21/11/2010 visitamos os remanescentes de uma antiga construção, na localidade de Sobrado¹⁹⁴, coordenadas UTM 22 J 0441.257 /6.719.356 Altitude 83m, conhecida pelos moradores mais antigos como o “Sobrado dos Jesuítas”. Está na propriedade de Ivan e Inês Müller, donos das terras onde está localizado o sítio arqueológico RS-T-14 (Petróglifo).

Os alicerces atualmente bastante fragmentados, formam um retângulo de 10 X 8,7 m, com aproximadamente 50 cm de altura, de blocos irregulares de arenito.

Segundo a tradição local, essa estrutura seria o que restou de uma tentativa de implantação de uma redução jesuítica (ROSA, 1979).

D. Inês, nossa gentil guia, mostrou-nos os antigos alicerces, salientando que essa informação já era dita por sua sogra, por volta de 40 anos atrás. Com o cuidado já

¹⁹⁴ Segundo Rosa (1979), a localidade tem o nome de “Sobrado”, devido à presença dessa construção.

demonstrado com sítio RS-T-14, em sua propriedade, ela explicou que no seu entendimento é melhor que a estrutura fique tomada pela vegetação, para que não seja mais depredada.

Esse local, apesar da evidente importância desses vestígios na história da localidade, demonstra as fortes raízes da crença da presença jesuíta na região.



Figura 160: Remanescente de antigos alicerces na localidade de Sobrado
Fonte: Acervo próprio



Figura 161: D. Inês mostrando os antigos alicerces na localidade de Sobrado
Fonte: Acervo próprio

2.3.2.12 Rastros da implantação da ferrovia na localidade de Bom Jardim

Já vimos que a implantação da ferrovia foi um importante passo no crescimento da cidade, pois acarretou uma série de melhoramentos urbanos e novas possibilidades de crescimento socioeconômico e cultural, além de provocar modificações no contexto rural, atravessando propriedades e até mesmo causando danos em sítios arqueológicos, como no caso do RS-TQ-72¹⁹⁵ (RIBEIRO, 1989).

Exemplos dessas intervenções em prol do progresso foram verificados em 23/10/2010, durante nossa pesquisa, na localidade de Bom Jardim, onde encontramos um túnel em forma de arco, com dimensões de 93m de comprimento X 4m de largura X 3 m de altura, construído na metade do século XX (IPHAE, 2002).

¹⁹⁵ Abrigo sob rocha destruído quando da construção da estrada de ferro Porto Alegre – Passo Fundo.

O túnel fora feito totalmente com blocos de tamanho similar, em pedra grês, inclusive em seu interior, de acordo com o padrão construtivo de diversos viadutos feitos pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul¹⁹⁶. Visava o escoamento das águas provenientes do Arroio Santa Cruz, que desciam até o túnel em forma de pequena cascata. Nessa cascata existia uma antiga atafona, da qual hoje só restaram os muros de contenção para o controle das águas, visando o movimento da grande roda de madeira.



Figura 162: Entrada oeste do túnel em Bom Jardim
Fonte: Acervo próprio

¹⁹⁶ No final da década de 1950, o sistema ferroviário estadual passou para o domínio da Rede Ferroviária Federal S/A, criada em 1957 pelo governo de Juscelino Kubitschek. Poucos anos depois, já era observada a rápida substituição do sistema ferroviário pelo rodoviário (IPHAE, 2002).



Figura 163: Visão geral dos 93 m de comprimento do túnel na localidade de Bom Jardim
Fonte: Acervo próprio



Figura 164: Aspecto do teto do túnel
Fonte: Acervo próprio

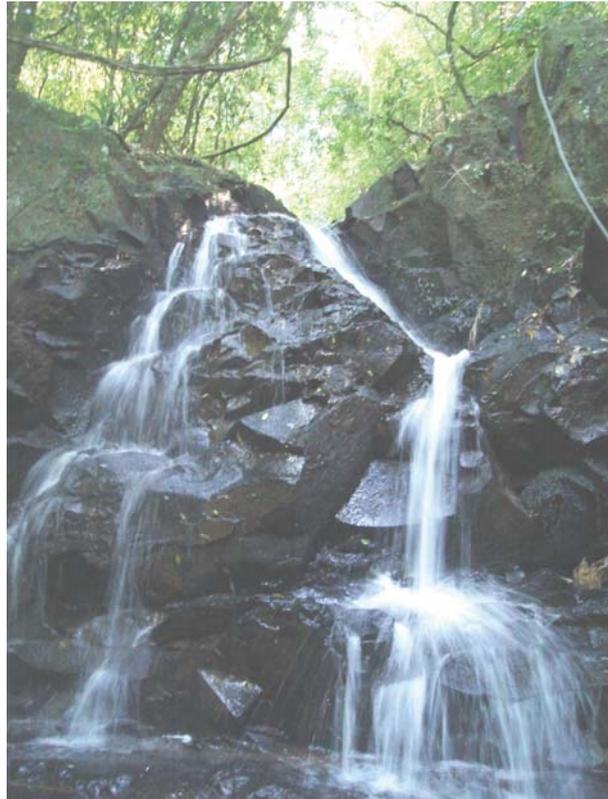


Figura 165: Água proveniente do Arroio Santa Cruz, descendo em cascata a poucos metros do túnel
Fonte: Acervo próprio

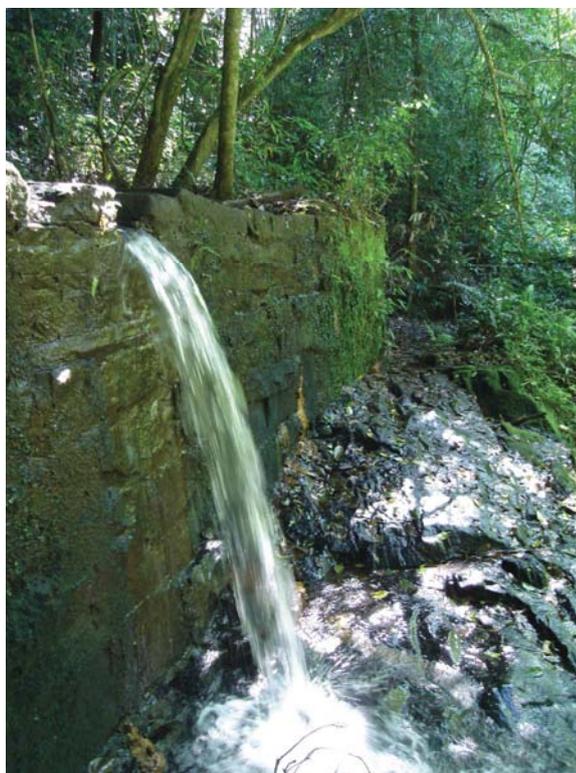


Figura 166: Água proveniente do Arroio Santa Cruz, contida para uso em atafona, em tempos anteriores
Fonte: Acervo próprio

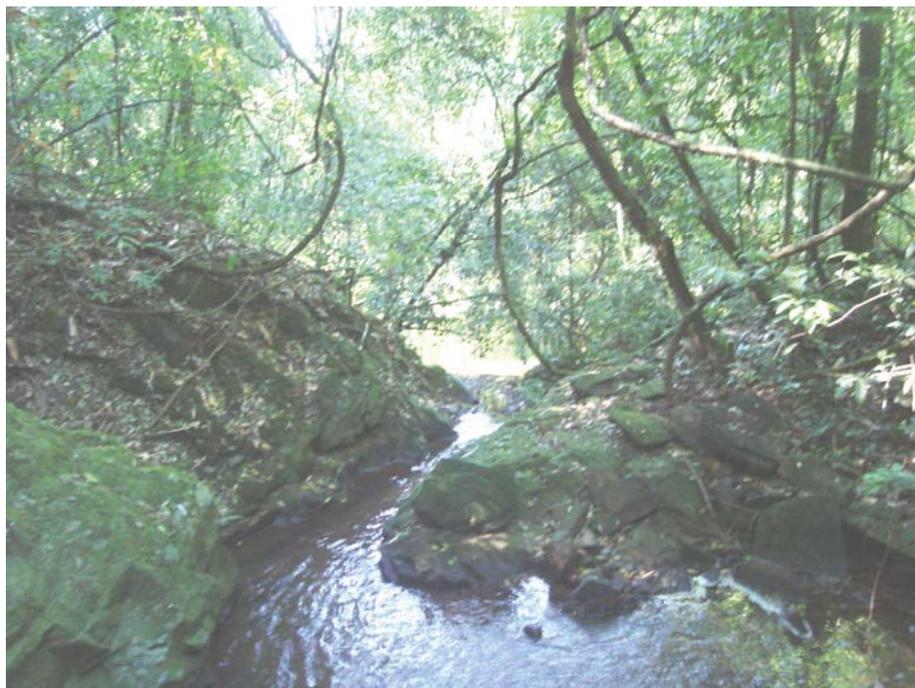


Figura 167: Caminho das águas, logo após a cascata, em direção ao túnel
Fonte: Acervo próprio

As coordenadas geográficas UTM na entrada oeste o túnel são 22J 0443.353 / 6.722.065 Altitude 87 m. Na cascata a leitura das coordenadas é 22J 0443.353 / 6.722.065 Altitude 87m.

2.3.2.13 Marcos da Revolução Farroupilha no território montenegrino

No dia 201/11/2010 conhecemos o local conhecido como um dos marcos dos acontecimentos relacionados à Revolução Farroupilha na região do Vale do Caí. É conhecido como “Cruz das Almas” e até hoje é local de culto aos mortos, visto que no local há uma grande quantidade de velas queimadas, de diversos períodos. A Cruz de 5m de altura atualmente parece acolher tanto a memória dos combatentes farroupilhas, como a memória de mortos mais recentes.

Está localizada nas terras da empresa Montagro, antigo Horto Florestal da Viação Montenegro. As coordenadas geográficas UTM são 22J 0443.655 / 6.710.804 Altitude 113 m. O marco foi colocado no ponto atribuído como local onde aconteceu o famoso “combate da Fortaleza”, sempre comentado quando das comemorações farroupilhas no município. A cruz foi esculpida em arenito e é composta de uma estrutura de oito partes.



Figura 168: Cruz das Almas, como marco do Combate Farroupilha
Fonte: Acervo próprio



Figura 169: Cruz das Almas como marco do Combate Farroupilha, início século XX
Fonte: Gotseelig, 1993.

Segundo bibliografias sobre a História montenegrina (CAMPOS NETTO, 1924; GOTTSELIG, 1933; MOTTA, 2006b), em 13 de julho de 1837, no Morro da Fortaleza, estava Joaquim Fanfa, comandante de tropas farroupilhas, acompanhado de cerca de duzentos homens. Na mesma direção, vindos de Porto Alegre, encaminhavam-se aproximadamente quinhentos legalistas comandados por Gabriel Gomes Lisboa. Apesar de avisado, o grupo farroupilha resolveu permanecer no local, o que conseqüentemente desencadeou a batalha, finalizada com a derrota por parte dos farroupilhas.

Conforme consta, foram vinte mortos farroupilhas e o restante teria se retirado da luta. Curiosamente, quanto aos legalistas, nada foi divulgado a respeito das perdas humanas.

Quanto aos comandantes, o legalista foi gravemente ferido e o farroupilha foi morto por um soldado oponente.

Evidentemente, essa é uma das muitas versões possíveis e divulgadas para o acontecido, pois à medida que as pesquisas avançam, mais crítico e produtivo torna-se o debate.

O Morro da Fortaleza foi cenário de outro combate, no ano de 1840:

Em abril de 1840, o valente farroupilha Bento Gonçalves da Silva, à frente de 2.600 homens, que se encaminhava para o morro da Fortaleza, onde tinha de fazer junção com as forças de Souza Netto, passa no Parecy, onde derrota uma força de 60 homens, allemães, comandada pelo major José de Simas, que guarneciam aquelle passo, atravessa o Faxinal e passa por aqui, entre os morros São João e Fagundes, indo acampar no ponto combinado da Junção (CAMPOS NETTO, 1918, p.103).

Segundo informou nosso guia naquela oportunidade, Carlos Rodrigo Lielivg, no Morro da Fortaleza havia duas pedreiras, sendo que uma pertencia ao Sr. Beto Pereira¹⁹⁷ há aproximadamente 80 anos. Provavelmente a pedra em que foi esculpida a cruz tenha sido extraída deste morro, pela proximidade. Não temos dados sobre quem a confeccionou e quando isso ocorreu. Supomos que tenha sido feita na primeira metade do século XX, visto que a cruz é mostrada já com vestígios de exposição ao tempo, em álbum datado de 1933.



Figura 170: Morro da Fortaleza, vista do local do combate farroupilha
Fonte: Acervo próprio

Ainda em 20/11/2010, na extremidade noroeste do morro da Fortaleza, do lado oposto às antigas pedreiras, visitamos a propriedade de José Luiz da Silva e Inêz Meireles de Carvalho da Silva, moradores recentes de uma antiga chácara que pertenceu ao Sr. Ernesto Popp¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Atualmente essa área do Morro da Fortaleza pertence ao Sr. Odilo Pereira, filho do antigo dono.

¹⁹⁸ Ernesto Popp era Ioguslavo, nascido em 1910. Bastante conhecido na cidade, a partir da década de 1950, pela sua atuação na empresa Tanac, que neste período trabalhava como tanino, produto que impulsionou a economia local.

Fomos gentilmente recebidos pelos proprietários, que nos mostraram a antiga casa, já em ruínas e infelizmente sem possibilidade de restauração. Trata-se de uma construção muito antiga, com paredes espessas de pedra grês, unidas por argamassa à base de barro, reboco provavelmente com massa à base de cal.



Figura 171: Antiga construção na localidade de Fortaleza
Fonte: Acervo próprio

Em seguida visitamos outra instalação, distante cerca de 300 m da antiga casa, na encosta do morro. Segundo Inez, o proprietário anterior comentou que aquela instalação fora feita pela família Popp e servia como salão de festas. O pequeno salão é feito de pedra grês, de junções já com o uso de cimento, sugerindo que a construção seja já de meados do século XX. Há um pequeno mirante que, atualmente tem seu propósito prejudicado pela vegetação alta. As coordenadas geográficas UTM são 22J 0445.746 / 6.710.633, Altitude 138 m.



Figura 172: Salão de festas em meio à mata
Fonte: Acervo próprio

Nesse mirante encontramos uma garrafa que representa interesse histórico. Suas características, baseando-nos em Santos (2005), são: cor verde oliva escuro; sua forma é cilíndrica, com pescoço gradual; 33 cm de altura X 10 cm de diâmetro externo da base; terminação champanhe¹⁹⁹, marca do número 2 no fundo da base, indicando o ano de 1850 para o início de fabricação deste tipo de recipiente.

¹⁹⁹ Utilizado amplamente para garrafas de champanhe ou sidra, se distingue por sua borda arredondada, e por uma espessa faixa de vidro que serve para amarrar o arame que prende a rolha da garrafa. (SANTOS, 2005, p. 102).



Figura 173: Garrafa encontrada no salão de festas
Fonte: Acervo fotográfico próprio

O último local visitado na propriedade foi um pequeno abrigo sob rocha, de dimensões 5 X 3 X 5m (comprimento, altura e profundidade, respectivamente), que desde início do século XX é utilizado como santuário. As coordenadas UTM são 22J 0445.746 / 6.710.633, Altitude 138 m.

Sobre a pequena gruta há uma sobressalência rochosa, de arenito, que segundo a população local é o “Dedo de Deus”, pelo formato sugestivo. Pode ser visto ao longe e aparentemente exerce grande fascínio sobre os moradores do entorno, pois na oportunidade de nossa visita, o local estava com flores e velas, além de muitas moedas, algumas da primeira metade do século passado, indicando que essa prática é bastante antiga.



Figura 174: A cavidade na rocha, como santuário, na localidade de Fortaleza
Fonte: Acervo próprio



Figura 175: O “Dedo de Deus”
Fonte: Acervo próprio



Figura 176: O “Dedo de Deus”, visto da entrada da propriedade
Fonte: Acervo próprio

Nas paredes encontramos inscrições datadas de 27 de junho de 1951, escritas provavelmente em agradecimento à santa²⁰⁰.

Também verificamos uma escultura em alto relevo, de 15 cm de diâmetro, em forma de flor, a qual pode ter significados diversos, mas que tendem, conforme aponta Dalmáz (2008), a ter ligação com fé, vitória do bem sobre o mal, a salvação, entre outros temas ligados à religiosidade.

A propriedade visitada pode ter ligação com a antiga “Fazenda da Fortaleza”, cujo dono era o Sr. Bélló Faustino dos Santos²⁰¹, conhecido fazendeiro e investidor daquela área. Segundo Gottselig (1933), a fazenda possuía área de 18 colônias de campo, com criação de bovinos, cultivo de mandioca e milho, atafona movida à água e vapor, moinho para farinha de milho. Em informe constante no Grande Álbum de Montenegro, um dos trechos mencionava

²⁰⁰ Não foi possível identificar com certeza o nome da santa referida, mas pensamos que, pela similaridade, pode tratar-se da imagem de Santa Rita de Cássia.

²⁰¹ O Sr. Bélló Faustino dos Santos foi um dos primeiros investidores nesta localidade e por isso foi homenageado cedendo seu nome a uma escola de Fortaleza.

sobre os limites da propriedade: “No sopé do serro da Fortaleza tem muitos matos e a Fazenda se divide, neste município, com o marco de pedra colocado no alto do morro Fortaleza, pela Comissão da Carta Geral da República.”



Figura 177: Inscrições em agradecimento nas paredes do santuário
Fonte: Acervo próprio



Figura 178: Escultura no arenito, em forma de flor
Fonte: Acervo próprio

2.3.2 Locais que representam possibilidades de pesquisas sobre a Geologia e História ambiental da região

Os dois locais abaixo relacionados foram mapeados durante as pesquisas de campo e constituem boas fontes para estudos relacionados à Geologia e História Ambiental do município e região. Apesar de terem sido mostrados como locais de possíveis “passagens de índios” não apresentaram evidências²⁰² quanto à presença de grupos indígenas.

Talvez futuras pesquisas, mais direcionadas, possam revelar dados mais significativos, apontando, inclusive, potencial para pesquisas sobre a presença indígena.

Até lá, permanece o registro desses lugares para futuros referenciais.

O primeiro a ser mostrado é uma encosta de morro, na localidade de Vapor Velho, onde encontramos, em 18/10/2010, um imenso aglomerado de blocos rochosos imensos, de arenito, que acabavam por formar pequenos abrigos entre eles. As coordenadas UTM são 22J 0445.786 / 6.720.403, Altitude 100m.

Estão localizados dentro da propriedade do Sr. José Elimar da Cruz, que nos acompanhou, mostrando-nos muitos e grandes afloramentos rochosos, evidenciando diversos desmoronamentos, de grandes e pequenos blocos de arenito. A disposição, tamanho e tipo de fragmentação dos blocos, faz da possibilidade do local ter sido utilizado como pedreira anteriormente ser muito remota.

Esses afloramentos estão localizados na encosta de um pequeno morro localizado aos fundos da residência do Sr. José. Os desabamentos formam pequenas “cavernas”, o que, no entendimento do proprietário, poderiam ser “lugares de índios”. No entanto, pela dificuldade de acomodação, pela dúvida em relação ao período de existência dessas “cavernas”, pela ausência de vestígios da presença humana (considerando uma prospecção superficial) é impossível supor, com alguma segurança, sobre a presença de grupos indígenas em tempos remotos.

Segundo o proprietário, desde que ele mora no local (por volta de 43 anos), sempre soube que tais afloramentos eram “da natureza”, sem interferência de maquinário ou implosão. Não permite visitas não autorizadas e constantes ao local, o que foi observado pela ausência de resíduos, trilhas e pela vegetação bastante fechada e preservada. Também demonstrou grande interesse em preservar espécies nativas de árvores, que mostrou com

²⁰² Considerando as possibilidades de nosso trabalho, em termos de tempo e recursos.

riqueza de detalhes. Mostrou-se, ainda, disposto a colaborar com pesquisas no campo da Biologia e Arqueologia, ciências que passou a conhecer melhor a partir de nossa visita.

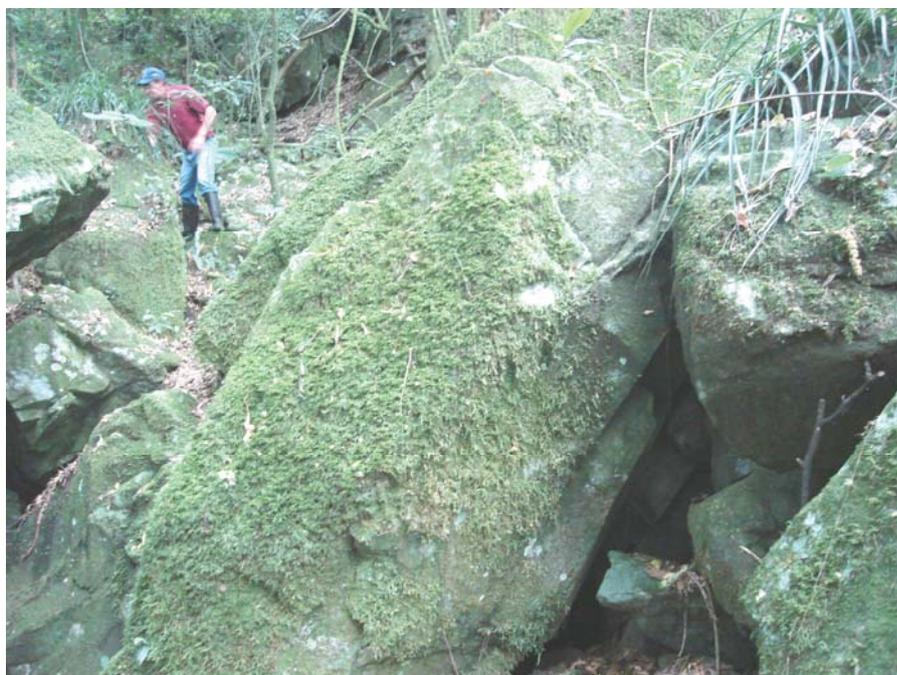


Figura 179: Aglomerados de grandes blocos rochosos sendo mostrados pelo Sr. Elimar
Fonte: Acervo próprio



Figura 180: “Cavernas” formadas entre os blocos de arenito
Fonte: Acervo próprio



Figura 181: “Cavernas” formadas entre os blocos de arenito
Fonte: Acervo próprio



Figura 182: Exemplar das muitas espécies da flora, preservadas no local
Fonte: Acervo próprio

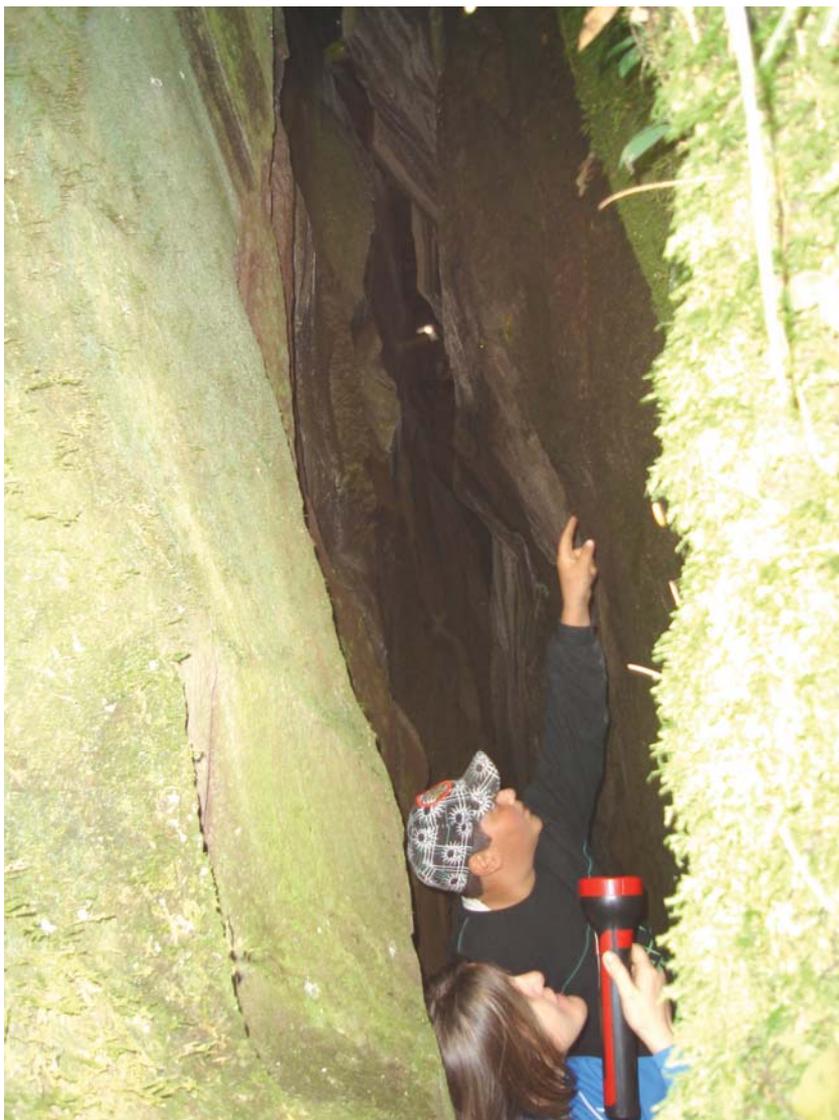


Figura 183: Inspeção de grandes fendas, com a ajuda de um de nossos guias
Fonte: Acervo próprio

O segundo lugar é uma Cascata localizada dentro do Distrito Sede, em área de divisa entre o Bairro Santo Antônio e a localidade de Passo da Serra. É formada pelo Arroio São Miguel. Foi visitada em 24/10/2010 e suas coordenadas geográficas UTM são 22J 0453.322 / 6.716.76, Altitude 64 m.

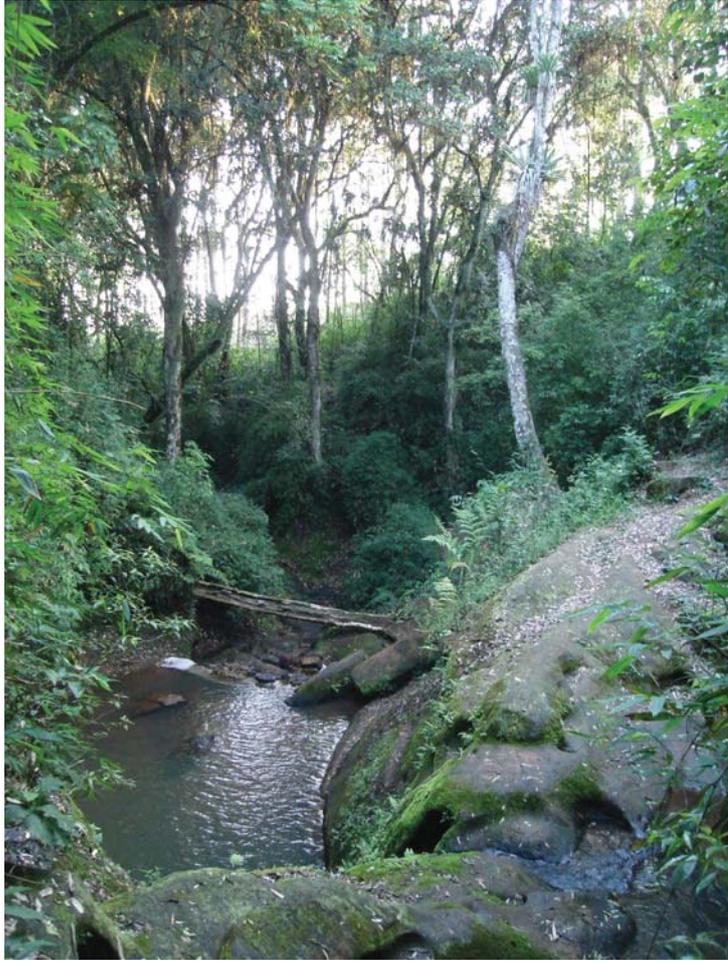


Figura 184: Lado oeste da Cascata formada pelo Arroio São Miguel
Fonte: Acervo próprio

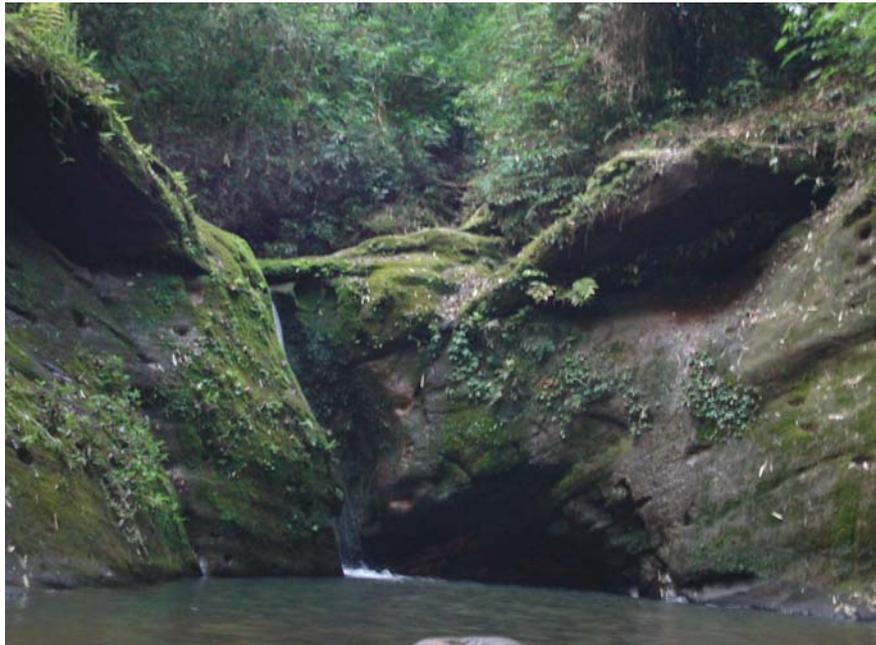


Figura 185: Lado leste da cascata formada pelo arroio São Miguel
Fonte: Acervo próprio

Apesar do apelo sedutor de dar andamento a todas essas pesquisas pontuais, o propósito até então, através da divulgação desses locais, é o de instigar estudos que valorizem a história local, comprovando que a região demonstra um grande potencial arqueológico e histórico a ser explorado.

O capítulo 3 menciona aspectos importantes da legislação que protege o Patrimônio Arqueológico e apresenta uma das partes mais relevantes desta pesquisa, a que buscou o ponto de intersecção entre os discursos arqueológico e local, em que o mecanismo de alcance neste caso, foi o diálogo não impositivo quanto aos interesses puramente científicos da Arqueologia, mas aberto a diferentes pontos de vista e entendimentos, decorrentes da realidade e necessidades locais.

3 PRESERVAÇÃO: LEGISLAÇÃO E ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS

3.1 A LEGISLAÇÃO EM PROL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A busca pelo passado, como base de sustentação para identidades culturais tem promovido avanços em prol da conservação de nosso Patrimônio Cultural, em seu amplo sentido.

A palavra Patrimônio tem origem no termo latino *patrimonium*, derivando de *pater* (pai), instituindo o sentido de herança aos bens produzidos por gerações anteriores. Conhecido como *Denkmalpflege*²⁰³ na língua alemã e *Heritage*²⁰⁴ na língua inglesa, é constituído pela produção de grupos humanos e tem como destino a preservação (FUNARI, 2007).

Segundo Shanks (2005), o aspecto mais importante do Patrimônio é que esse trata de relações com o passado. Pensar em Patrimônio significa pensar sobre como o presente vale no passado, e que o valor do passado está em sua contribuição para os sentidos contemporâneos de valor e identidade.

No início do século XX, o desenvolvimento das ciências sociais alavancou a organização das políticas públicas patrimoniais e preservacionistas²⁰⁵, estabelecidas ao longo do século passado. Ao tratar de conflitos envolvendo diferentes culturas, acabou dando voz

²⁰³ Significa “cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar” (FUNARI, 2007, p. 59).

²⁰⁴ Significa “aquilo que foi ou pode ser herdado” (FUNARI, 2007, p. 59).

²⁰⁵ Ver Julião (2006).

aos excluídos no elenco de personagens da história nacional. Na primeira metade do século XX, mais precisamente em 1937, o Brasil se tornou pioneiro, em relação à América Latina, quanto ao estabelecimento de normas envolvendo a preservação. O Decreto nº 25, de 30/11/1937, foi o primeiro instrumento jurídico a zelar pelo Patrimônio no Brasil.

Este decreto normatizou a atividade de preservação, assinalou o pioneirismo do país em relação à América Latina, delimitando esferas de atuação, critérios de tombamento e estabelecendo os direitos individuais de propriedade sobre os bens móveis e imóveis. Nele encontramos a seguinte definição de Patrimônio: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se achar vinculados a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (MACHADO, 2004, p. 11).

A legislação pertinente à salvaguarda do patrimônio cultural²⁰⁶ está baseada nas Leis 3.924/61, de 29/07/1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; 6.938/81, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; 9605/98, que dispõe sobre as sanções penais de atividade lesivas ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e a Portaria IPHAN 230/02, relacionada à preservação do patrimônio histórico com o licenciamento ambiental.

Entretanto, em 1940, Código Penal, já registrava:

Artigo 165- Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa (DECRETO-LEI Nº 2848, 1940).

A lei vigente desde 1961, também estabelece punição para danos ao patrimônio arqueológico:

Artigo 5º - Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o artigo 2º desta Lei será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais (LEI Nº 3.924, 1961).

Quanto ao que constitui o patrimônio arqueológico, a mesma lei esclarece:

Artigo 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos: a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente; b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de

²⁰⁶ Para detalhes sobre estudos jurídicos, ver Rodrigues (2006).

interesse arqueológicos ou paleoetnográfico; d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios e atividade de paleoameríndios (LEI Nº 3.924, 1961).

A Resolução nº 01, de 23.01.1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que trata do Estudo de Impacto Ambiental, também menciona que a elaboração e aprovação de estudos que envolvem estas questões dependem do diagnóstico ambiental, levando em conta o meio socioeconômico, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais situados na área de influência do Projeto²⁰⁷.

Faz-se necessário mencionar a Portaria IPHAN nº. 230, de 17 de dezembro de 2002, que estabeleceu os procedimentos arqueológicos a serem efetuados no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de impacto sobre a base de recursos do Patrimônio Cultural Arqueológico, enquadrando inclusive projetos de Educação Patrimonial (BASTOS, 2006).

Nesta mesma Portaria (2002) é destaque o artigo 6º, que estabelece que, na ocasião do período de implantação do empreendimento, quando ocorrem as obras de engenharia, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA, bem como o artigo 7º, que determina nessa mesma etapa:

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos [...] em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial, os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (idem, 2002).

Dentro da legislação montenegrina não há menção específica quanto ao Patrimônio Arqueológico. O que mais se aproxima deste tema é a Lei nº 3.517, de 26 de maio de 2000, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico-Cultural do Município, priorizando o Patrimônio Histórico edificado.

Focando no caso do Patrimônio Arqueológico montenegrino e na legislação a ele relacionada, a pergunta que cabe agora é “a quem interessa valorizar o patrimônio do passado?”, conforme aponta Monticelli (2010, p. 41) quando aborda a questão da Arqueologia Crítica em contextos da pesquisa arqueológica em obras de Engenharia no Brasil. Muitas outras questões se originam a partir desse tema:

²⁰⁷ Artigo 6º, inciso I, letra c, da mesma Resolução. Para maiores informações sobre o panorama da legislação ambiental e Arqueologia em diversos países e o Brasil, ver Monticelli (2010).

Isto significa que não há um patrimônio exclusivo a preservar ou significa ainda que este patrimônio pode ter uma importância que varia de acordo com as noções próprias de cada segmento da sociedade, sejam arqueólogos, instituições, populações indígenas, etc. O que faremos quando o patrimônio cultural que consideramos importante não é aquele valorizado pela comunidade e/ou as instituições não têm interesse em preservar? Quem de nós tem autoridade e poder suficientes para determinar o que deve ser valorizado e preservado? O que tem sido feito com o poder que nos é delegado? Se temos poder, o que fazemos para garantir a preservação do patrimônio, seja *in situ*, seja em museus e coleções científicas? (idem, p. 41).

As questões colocadas são extremamente pertinentes quanto ao propósito desta pesquisa. A legislação relacionada à preservação existe, é (ou ao menos deveria ser) do conhecimento de arqueólogos e instituições culturais; no entanto, a maioria dos sítios arqueológicos apresenta depredações, sejam elas propositais ou por mera ignorância sobre seu valor (FORTUNA, POZZI, CÂNDIDO, 2001). O reconhecimento de sítios arqueológicos em Montenegro, considerando-se uma pesquisa mais ampla, encontra-se estagnado desde a década de 1980, quando foram realizadas prospecções por Ribeiro (1989). Exceção dos casos de projetos destinados à Arqueologia de Contrato²⁰⁸, visando instalações ou ampliações de empresas, como a Usina Termoelétrica Termosul²⁰⁹, Fábrica Masisa do Brasil Ltda²¹⁰, Unidade Hexion Química, Indústria e Comércio S.A.²¹¹, além do diagnóstico arqueológico em área destinada ao Curtume Nimo²¹². Importante ressaltar, tomando como exemplo ainda os casos montenegrinos, que, embora os projetos de resgate arqueológico²¹³ muitas vezes não tenham o mesmo alcance de um projeto de investigação convencional, ampliam o horizonte das pesquisas arqueológicas em nível regional, estadual e nacional, já que são realizadas desde áreas de grande número populacional até locais onde as frentes pioneiras ainda não chegaram, além dos trabalhos incluírem atividades de maior profundidade, pois não é possível uma segunda etapa para a conclusão (SCHMITZ apud MONTICELLI, 2010).

Em nível acadêmico, um trabalho de grande relevância foi desenvolvido no Vale do Rio Caí, o PACA – Projeto Arqueológico do Vale do Rio Caí²¹⁴. No entanto, apesar de

²⁰⁸ Segundo informações disponíveis no Arquivo documental do IPHAN, Porto Alegre/RS.

²⁰⁹ Trabalho realizado inicialmente pelo arqueólogo Klaus P.K. Hilbert, orientador desta pesquisa, no ano de 1999, e, num segundo momento, pela arqueóloga Gislene Monticelli, em 2009.

²¹⁰ Projeto iniciado pelo arqueólogo João Heitor Silva. Na segunda etapa, relatório elaborado pela arqueóloga Silva M. Cope, em 2005.

²¹¹ Caracterização arqueológica realizada pelo arqueólogo André Osório da Rosa, em 2007.

²¹² Diagnóstico realizado pela arqueóloga Gislene Monticelli, em 2008.

²¹³ De acordo com Monticelli (2010, p. 127), as denominações para esse tipo de trabalho arqueológico podem variar como “Arqueologia de salvamento”, “Resgate arqueológico” e “Arqueologia em obras de engenharia”.

²¹⁴ Idem nota nº 6.

mencionar alguns sítios arqueológicos como montenegrinos, os que foram estudados estavam situados dentro de novos municípios, pois o cadastro do IPHAN, base para a pesquisa mencionada, encontra-se desatualizado²¹⁵ em relação às emancipações de distritos.

Há necessidade urgente de maiores investimentos, realidade de muitos municípios. No entanto, é imprescindível que novas pesquisas sejam realizadas com envolvimento da comunidade, num trabalho gradativo de conhecimento dos contextos e da ótica local acerca do que nós, que temos como idioma oficial o “arqueologuês”, levantamos como bandeira.

Tão importante quanto a aplicação e atualização da legislação é o respeito ao olhar do outro. O ideal é que o caráter impositivo da legislação fosse adaptado às reais necessidades e aos entendimentos diversos. Só respeitamos o que conhecemos, e da forma que conhecemos. E qual a pena para a “intolerância cultural”?

3.2 TURISMO: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL, SE SUSTENTADA

Quanto ao turismo, mesmo com alguns investimentos como a Rota Sabores e Saberes²¹⁶, não há iniciativas que valorizem diretamente o Patrimônio Arqueológico, o qual, inclusive, não é divulgado suficientemente neste meio.

Em nossos contatos durante esta pesquisa, percebemos que os sítios arqueológicos são de certa forma impermeáveis ao turismo, pois esse ainda não apresenta sustentação para tal tipo de procura. Os proprietários das terras onde há sítios arqueológicos não demonstram interesse em receber turistas, pois ainda não há uma política de incentivos para a manutenção e aprimoramento de instalações que possibilitem o bem estar dos visitantes e, o que é mais importante, a integridade e preservação dos sítios arqueológicos.

O turismo, se entendido como opção de desenvolvimento social e econômico, só pode acontecer sob o respaldo do planejamento previsto nas políticas públicas geradas pela União, pelos estados e pelos municípios. E, em se tratando do uso de patrimônio arqueológico para fins turísticos, há de se considerar dois desdobramentos: as expectativas da comunidade que detém o patrimônio no seu território e a imposição das normas legais vigentes na interface arqueologia/turismo (MORAIS, 2005, p. 98).

²¹⁵ Certamente este é um trabalho a ser feito a longo prazo, pois demanda estudos de localização dos sítios arqueológicos, além de pesquisas quanto às centenas de emancipações espalhadas pelo território brasileiro.

²¹⁶ A iniciativa surgiu no Fórum Regional da Agricultura Familiar do Vale do Caí, em parceria com a Emater/RS, as Prefeituras dos Municípios envolvidos, ECOCITRUS, ECOMORANGO, APHEVAL e Escola Estadual Técnica São João Batista. A agência de turismo montenegrina²¹⁶, Receptiva, atualmente vem apostando neste roteiro, valorizando a cultura local.

Conforme nos mostra Souza (2006), a Carta de Turismo Cultural do ICOMOS, de 1976, destaca a importância de critérios para a parceria Turismo/Patrimônio Cultural:

A Carta de Turismo Cultural de ICOMOS, elaborada em 1976, vem destacar os pontos importantes no que se refere ao turismo, visto defini-lo. Quando fala da “Postura Básica”, em seu Art. 3º, como “aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos e que para tal gera um efeito positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção”. Entretanto, o turismo não pode ser dissociado dos “efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarreta o uso massivo e descontrolado dos monumentos e dos sítios”, conforme postula seu Art. 4º (idem, p. 150).

O turismo cultural deve ser organizado num contexto onde os proprietários das terras estejam preparados para interpretar o Patrimônio²¹⁷, receber o turista, bem como estar cientes dos possíveis efeitos deste procedimento. Nem toda ótica é favorável a este empreendimento:

One of the most serious threats to effective site management and public interpretation, and consequently for outreach and educational programs, is the juggernaut of heritage tourism. By definition, heritage tourism is collaboration between conservationists and commercial promoters. It is often an uneasy association because the motives of these respective groups are not always compatible. While there is not general recognition that heritage tourism can work to promote preservation of communities historical and cultural resources, and also educate tourists and local residents about the resources, the resulting effects are not always viewed as beneficial, especially from those or us on the conservationist side of the fence. Nevertheless, because heritage tourism is a growth industry in almost every part of the world, the issues it conjures up, good or bad, must be addressed (JAMESON; BAUGHER, 2007)²¹⁸.

No entanto, o turismo cultural²¹⁹, a longo prazo, **com as devidas medidas de proteção aos sítios arqueológicos bem como a preparação e incentivos favoráveis aos proprietários**, constitui boa alternativa em termos de divulgação e valorização do Patrimônio Arqueológico do Município, podendo ainda ser agregado às iniciativas relacionadas ao turismo rural e ecológico, os quais já são explorados de forma incipiente na região. Conforme

²¹⁷ Interpretar o Patrimônio é acrescentar valor à experiência do turista, sob formas de comunicação que permitam ao visitante interpretar o contexto que o cerca (Almeida, 2007, p. 20).

²¹⁸ Tradução: Uma das mais sérias ameaças para o efetivo gerenciamento e interpretação pública dos sítios, e consequentemente para seu alcance e programas educacionais é o turismo patrimonial. Por definição, o turismo patrimonial é a colaboração entre conservacionistas e promotores comerciais. Essa é geralmente uma associação não muito harmoniosa porque os motivos desses respectivos grupos nem sempre são compatíveis. Enquanto não houver o reconhecimento geral de que o turismo patrimonial pode trabalhar para promover a preservação dos recursos culturais e históricos das comunidades, e também educar turistas e moradores locais sobre os recursos, os efeitos resultantes não são sempre vistos como benéficos, especialmente para aqueles de nós, no lado conservacionista do muro. Todavia, pelo turismo patrimonial ser uma indústria em crescimento em quase toda parte do mundo, o retorno que estes evocam, bons ou maus, devem ser divulgados.

²¹⁹ Shanks (2005) menciona que o turismo cultural é um grande negócio. As viagens estão mais acessíveis e fáceis do que nunca e um dos destinos favoritos de muitos turistas são os remanescentes de seu próprio passado e de outras culturas.

Bastos (2006), também é importante considerar o ramo do turismo cultural com fonte de recursos²²⁰, empregos e desenvolvimento comunitário, assim como um mecanismo dependente de manutenção constante da base de recursos arqueológicos, o que é conhecido como turismo arqueológico autosustentável²²¹, pois procura, acima de tudo, preservar o objeto de visitação.

Como medidas práticas e antecipadamente planejadas para o engajamento da comunidade em uma possível atividade de turismo patrimonial, sugerimos um programa atrativo e consistente de incentivos tributários aos proprietários de terras onde estejam situados sítios arqueológicos ou locais de interesse para estudos ambientais e históricos, bem como a abertura de um programa de palestras e visitas a centros de pesquisa, com a finalidade de promover o conhecimento mínimo acerca desse patrimônio e sua importância no contexto da região. O reconhecimento e homenagem a colaboradores em projetos de pesquisas também constitui um incentivo à maior participação nesta importante tarefa de preservação patrimonial. Imprescindível mencionar, ainda, o acréscimo, no programa de ensino de escolas municipais, dentro do programa curricular que envolve o estudo da história local, do subitem patrimônio arqueológico existente no município. Este trabalho poderá ser compartilhado com estudantes universitários engajados em atividades de educação patrimonial, ampliando o conhecimento de alunos e até mesmo professores, além de colaborar na experiência de novos profissionais na área da educação, bem como estabelecer vínculos mais profícuos entre Prefeitura e universidades. Ainda compõem boas alternativas a proposta de visitas periódicas a museus e universidades envolvidas nas atividades, e a elaboração e distribuição, por parte da Administração Municipal, empresas e organizações colaboradoras, de material explicativo para as escolas e proprietários, em linguagem e conteúdo acessíveis e atrativos ao público alvo.

3.3 ARQUEOLOGIA PÚBLICA: ELA POR TODOS E TODOS POR ELA

A separação entre passado e presente, réplica e original, afetivo e racional, público/popular e acadêmico/profissional está enraizada nos estudos arqueológicos. Mas, segundo Shanks (1992), as perguntas primordiais são: “Qual é o caráter de uma Arqueologia que envolve estas dicotomias?”, “O que é Arqueologia?”, “O que fazem os arqueólogos?”

²²⁰ Para noções de planejamento quanto a projetos de Turismo Cultural, ver Moletta e Goidanich (2000).

²²¹ Um caso bastante proveitoso como exemplo de conservação de sítios arqueológicos em propriedades privadas é mostrado em Simon (1995).

As respostas a essas questões – e a muitas outras - podem ser obtidas em experiências²²² relacionadas à Arqueologia Pública, abordagem na qual esta pesquisa buscou embasamento teórico, levando em consideração uma interface entre os estudos arqueológicos e suas implicações sociais.

Os debates gerados pela Arqueologia Pública no meio acadêmico são resultado da abordagem pós-processual²²³, seja pela práxis arqueológica, seja pela ligação com as Ciências Sociais e Humanas. Consequentemente, a Arqueologia Pública vem se moldando como uma Ciência Social, pois busca o entendimento das vivências humanas no passado e o significado das mutações socioculturais (TRIGGER, 1990) e está voltada para o interesse público, conforme Merriman (2004, p. 3), com diversas vertentes de teorias e práticas dentro deste campo (CARVALHO; FUNARI, 2009).

Segundo Holtorf (apud FUNARI, 2009, p. 1), há três modelos gerais que direcionam os arqueólogos dentro da AP: o da Educação, o da Relação Pública e o Democrático. O primeiro é o modelo onde há a permanência da tradição iluminista de dividir a academia e a sociedade em duas esferas distintas. Nesse caso, o arqueólogo é quem determina como era a vida no passado, como se o passado pudesse ser fielmente reconstruído através da cultura material, e a Arqueologia passa a ser um mecanismo de educação das massas. Os debates são estabelecidos apenas na academia.

Quanto ao segundo modelo, o da Relação Pública, pretende melhorar a imagem da Arqueologia aos olhos da sociedade, com vistas à permanência dos próprios trabalhos arqueológicos. Holtorf (idem, p. 2) aponta que este viés da AP compreende que há muitas demandas sociais mais urgentes em termos de financiamento, do que os próprios projetos

²²² Para conhecer experiências relacionadas à Arqueologia Pública, Patrimônio Arqueológico e envolvimento das comunidades, acessar www.ucl.ac.uk/leskernick/home.htm; www.arqueologia-iab.com.br; <http://revistadearqueologiapublica2008.wikispaces.com>; <http://www.britarch.ac.uk/baa>.

²²³ A partir da década de 1980, começaram a surgir críticas mais contundentes ao processualismo. Nas ciências Humanas, em geral, difundia-se o pós-modernismo e as críticas à idéia de verdade científica. A partir da noção de que as ciências são construções discursivas, inseridas em contextos sociais, desmontou-se a lógica do processualismo: os homens não foram sempre e em toda parte capitalistas! Alguns, como Ian Hodder, começaram a ressaltar que havia uma dimensão simbólica na cultura que não podia ser deixada de lado, já no início da década de 1980, mas foi a publicação de *Re-Constructin Archaeology*, por Michael Shanks e Christopher Tilley, em 1987, que marcou o processo de reconstrução da Arqueologia. Os autores uniram as vertentes filológicas da crítica social às reflexões da Antropologia contextual em um ataque devastador aos pressupostos histórico-culturais e processuais, caracterizados como discursos a serviço das potências imperialistas e da exploração. Já antes disso, Bruce G. Trigger constatava que a *New Archaeology* era uma forma de Arqueologia imperialista. A Arqueologia pós-processual ou contextual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos (FUNARI, 2005, p. 2).

arqueológicos. Diante disso, é preciso provar para a sociedade a necessidade e importância dos trabalhos arqueológicos, para que seu financiamento seja assegurado.

Em relação ao terceiro modelo, o Democrático, é uma alternativa entre os dois já apresentados, pois enfatiza a valorização igualitária do conhecimento (HOLTORF apud FUNARI, p. 3). Nesse viés, todas as pessoas são detentoras de conhecimentos relevantes, que variam conforme o contexto de vida de cada um, mas são iguais em importância. Diante dessa igualdade de valores e conhecimentos, todos são permeáveis à Arqueologia, por ser um campo produtivo para uma leitura crítica do mundo, composto pela cultura material. Como aponta Johnson (2006, p.99), “*things didn’t just mean different things in different cultures; the way they came to have meanings was shown to be a historically variable as the meaning themselves*”²²⁴.

O modelo Democrático traduz bem os propósitos da presente pesquisa, pois nossa intenção foi ouvir e respeitar o conhecimento de cada pessoa, tentando estabelecer um ponto de encontro entre o conhecimento puramente arqueológico e a ótica social acerca do Patrimônio Arqueológico montenegrino.

Conforme Merriman (2004), o relatório *The Royal Society’s*, de 1985, intitulado *The Public Understanding of Science*, propôs dois principais argumentos para um melhor entendimento do público leigo em relação à ciência.

O primeiro, o modelo de déficit, tem relação com os privilégios econômicos de um grupo²²⁵ familiarizado com a ciência e a tecnologia. A Arqueologia Pública, neste caso, argumenta que o público precisa de uma educação adequada para ser capaz de entender a Arqueologia, e o seu papel é uma construção restrita ao trabalho profissional dos arqueólogos. Assim, a participação pública é encorajada, mas sem ultrapassar os limites da prática profissional oficial.

Enquanto há méritos em preservar os registros para o futuro, há a dificuldade de articular o modelo do *déficit*²²⁶ com a propriedade inerente de *dissonância* no Patrimônio. Se existe contestação, o debate e o conflito formam a real essência do Patrimônio e, portanto, da Arqueologia como um elemento dentro desse contexto, então tentando corrigir “déficits” e “crenças incorretas” (MERRIMAN, 2004).

²²⁴ Tradução: “as coisas não somente significam coisas diferentes em diferentes culturas; a maneira como elas adquirem significado tem mostrado ser uma variável histórica, assim como o seu próprio significado.

²²⁵ Merriman (2004) baseia-se no contexto da nação britânica.

²²⁶ O termo *déficit* é utilizado para reforçar a ideia, neste modelo, de que o público é deficiente no que diz respeito a absorver as contribuições da ciência.

O segundo, conhecido como modelo da Perspectiva Múltipla, está ligado à possibilidade de formar cidadãos capacitados para tomar decisões, dentro de um contexto democrático e permeado pela ciência (IRWIN; WYNNE, apud MERRINAM, 2004). Foi originado nos debates sobre o entendimento público da ciência, impregnados de críticas ao modelo de déficit, por conta dos cientistas sociais, que argumentavam que se o entendimento leigo é visto como um problema de ignorância também pública, este joga toda a atenção da pesquisa crítica no público e na mídia. Conforme Wynne (1992 apud MERRIMAN, 2004), o único problema dentro da ciência é induzir os cientistas a comunicar mais claramente e atrativamente em termos leigos. Como ponto positivo, o propósito do engajamento do público com a Arqueologia é encorajar a realização pessoal, enriquecer a vivência das pessoas, estimulando a reflexão e a criatividade (MERRIMAN, 2004).

The advantage of this approach to public archaeology is that it recognises the importance of agency: no matter how hard archaeologist try, non-archaeologist Will rea-propriate, re-interpret and re-negotiate meanings of archaeological resources to their own personal agendas. It is better, surely, to work actively with this realization when considering the relationship between archaeology and the non-professional public, rather than to try to force people to follow a single agenda (idem, 2004, p. 7)²²⁷.

A Arqueologia Pública, considerando a necessidade de envolvimento com as comunidades, requer mecanismos efetivos de comunicação e interpretação neste contato. Em lugar de “imposição patrimonial”, precisamos de um “diálogo democraticamente patrimonial”, ou seja, estabelecermos trocas com o propósito da negociação.

A tentativa de aplicação desse “diálogo patrimonial”, permeado de sensibilidade e acessibilidade, foi o fio condutor da pesquisa em questão, e seus resultados são apresentados no próximo capítulo.

3.4 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MUSEUS: “PEDRAS NO SAPATO” OU “PEDRAS PRECIOSAS”?

A relação Museus e Arqueologia pode realmente percorrer um caminho literalmente pedregoso. No sentido positivo, a Arqueologia pode ser uma pedra preciosa no contexto museológico, proporcionando ao público o contato com seu passado mais remoto, o qual nem

²²⁷ Tradução: “A vantagem desta abordagem para a Arqueologia Pública é que esta reconhece a importância da agência: não interessa o quanto os arqueólogos tentem, os não arqueólogos irão se reapropriar, reinterpretar e renegociar significados para os recursos arqueológicos para suas próprias agendas. Seria melhor, certamente, trabalhar ativamente com esta realização, considerando a relação entre Arqueologia e o público não profissional, ao invés de tentar forçar as pessoas a seguir uma única agenda.”

sempre foi devidamente mostrado nos livros de História e que pode estar diretamente relacionado com sua região, mesmo que as pessoas nem sempre percebam esta importante ligação. Por um prisma nem tão otimista, o material arqueológico pode se rotulado como uma verdadeira “pedra no sapato” de uma instituição que tem como critério o “belo”, o clássico, o que agrada aos olhos de um público fiel. Nesse caso, o que incomoda num chamado público fiel? ²²⁸ No ambiente museológico essa idéia sugere privilégios, predileção e uma atuação cristalizada no “agradar a quem já está preparado culturalmente para a visitação e apreciação”. Nesse caso, nem sempre fragmentos cerâmicos, de louça ou “meros pedaços de pedra” poderão chamar a atenção do “público fiel”, sem que ocorra, por consequência, um grande esforço por parte da instituição na divulgação e inserção desse material arqueológico, “sem atrativos estéticos”, no contexto histórico-cultural dos visitantes.

Essas colocações poderão ser melhor entendidas a partir do conhecimento da origem e evolução destes “Templos Culturais” que chamamos de Museus. Sua origem é remota e sua metamorfose foi impulsionada por questões políticas, de nacionalidade, pertencimento e poder.

3.4. 1 Origem dos Museus

Segundo Julião (2006), a palavra Museu é derivada de Mouseion, nome do templo grego das nove musas filhas de Zeus e de Mnemosine, divindade da Memória. Na época templos como este tinham a função de sediar não só a contemplação, mas os estudos ligados à arte, literatura ou ciência.

Durante a Idade Média o termo não era muito popular e somente ganhou forças por volta do século XV, momento em que na Europa, o ato de colecionar tornou-se uma verdadeira febre por conta da influência renascentista e das viagens marítimas.

Desde o século XIV, para alimentar o status de poder econômico e político, os príncipes já formavam coleções exóticas, incrementadas nos séculos seguintes com objetos da América e Ásia, bem como obras de arte da Antiguidade e de artistas patrocinados pela nobreza.

²²⁸ O público fiel é sempre bem-vindo, mas é preciso alimentar a pretensão de contar com um público cada vez mais amplo e diversificado, o que é um termômetro da atuação cultural da instituição no contexto local.

Nesta mesma época (séculos XV e XVI) existiam os Gabinetes de Curiosidades e coleções de cunho científico, muitas vezes rotulados como “Museu” (BITTENCOURT apud JULIÃO, 206, p. 20). Tais espaços eram compostos por espécies da fauna e da flora de vários lugares do mundo, incrementadas com a presença de objetos exóticos, o que resultava numa mistura sem muito sentido para a pesquisa. Com o passar do tempo, essas coleções foram aprimoradas pela observância de critérios naturais, de acordo com as inovações científicas do século XVII.

Foi também a atividade de colecionar que fomentou o surgimento de um profissional – o antiquário -, figura erudita que se tornou especialista em objetos de arte antiga. Os antiquários, de alguma maneira, consideravam que os vestígios materiais davam mais informações originais do que os livros. O antiquário, com sua especialização em arte antiga, acabou produzindo um conhecimento específico sobre arte, baseado em formas e estilos, e contribuiu para o estabelecimento de um cânone para a arte – o classicismo. Tudo isso favoreceu a atividade dos colecionadores, a exposição de peças e a venda através de catálogos. Assim, a vigência de um mercado de arte, a reflexão sobre a arte e as descobertas arqueológicas caminharam quase *pari passu* (OLIVEIRA, 2008, p. 142) [grifo do autor].

Esses conjuntos de objetos inicialmente não estavam ao alcance do público em geral, pois as elites que os dominavam entendiam que os segmentos sociais menos privilegiados não estavam preparados para apreciá-los.

Somente no final do século XVIII foram abertas ao público algumas das grandes coleções, dando origem aos grandes museus nacionais, composto por objetos antes inacessíveis à maioria da população.



Figura 186: Folha de rosto do livro *Museum Wormianum*, catálogo do Gabinete de Curiosidades do médico e colecionador dinamarquês Olw Worm (1588-1655).

Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas/ha/v14n29/a12fig03.gif>

Mas essa abertura não ocorreu por acaso. Foi no contexto da Revolução Francesa que nasceu a verdadeira ideia de museu. O patrimônio que antes era de alguns, passou a ser de todos e, para que fosse preservado, num ambiente social e economicamente conturbado, foram desenvolvidos procedimentos que inventariassem e garantissem a preservação desses bens coletivos. Os bens móveis passaram a integrar depósitos disponíveis para visitação pública, denominados de museus. A partir de então, os museus passaram a ter fins didáticos, ou seja, de mecanismos de instrução para nações, para que impregnassem o civismo e o conhecimento histórico. O entendimento na ocasião era de que através da elucidação do passado eram construídas nacionalidades. Nesse sentido, os museus contribuíam com um “ar de Antiguidade” a Estados Nacionais ainda inexperientes, legitimando-os, mesmo que simbolicamente.

As coleções que caracterizavam as nações europeias no século XIX, muitas vezes eram compostas por elementos oriundos das colônias, ou seja, de outras partes do mundo que eram submetidas a um determinado país. Assim, muitas expedições foram enviadas a esses territórios para coletar exemplos da fauna e flora, com o intuito, não só de diversificar o acervo, mas de identificar recursos passíveis de exploração. O Brasil, quando na condição de

colônia, também foi alvo de naturalistas²²⁹ e diversos viajantes que levaram para a Europa uma grande variedade natural em suas bagagens.

De fato, muito da exploração naturalista do Brasil – e não só deste país – foi realizada por estrangeiros, muitas vezes a serviço da Coroa brasileira ou do governo em seu país. Estes preocuparam-se exclusivamente em levar para sua pátria a maior quantidade possível de materiais, sem deixar uma só duplicata nos lugares de origem; de resto isso não foi pedido nem por Lisboa, nem Pedro I, nem Pedro II, mesmo que conhecido por seu amor à ciência. Assim, muita coisa logo sofreu o destino dos frutos dos trabalhos de Martius e Spix²³⁰, desaparecendo em meio à guerra, mudanças, incúria, enquanto que o Brasil tornava-se dependente da Europa e dos Estados Unidos para conhecer seu próprio espaço (ISENBURG, 1990, p.17).

3.4. 2 Os Museus no Brasil

Focalizando o surgimento de museus no território brasileiro, vale lembrar que foi também no século XIX que surgiram as primeiras instituições voltadas para este fim. Por iniciativa de D. João VI, em 1818, é criado o Museu Real²³¹, amparado na própria coleção de História Natural de seu fundador.



. Figura 187: Museu Nacional

Fonte: <http://www.unerj.br>. Fotografia não identificado.

²²⁹ Relatos de naturalistas estrangeiros que estiveram no território brasileiro, ao longo do século XIX, são documentados em Isenburg (1990).

²³⁰ Naturalistas estrangeiros conhecidos pela grande quantidade de amostras de espécies do Novo Mundo, as quais contribuíram para enriquecer as coleções dos ditos museus europeus. Em Viena havia salas exclusivas para acomodar exemplares do Brasil. Em 1848, um incêndio destruiu muitas coleções, inclusive a composta por Martius e Spix.

²³¹ Atualmente Museu Nacional. Seu acervo inicial era composto por uma pequena coleção de história natural doada por D. João VI

Décadas mais tarde, surgem mais museus, como o do Exército (1864), o da Marinha (1868), o Paranaense (1876), o do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), o Emílio Goeldi²³² e o Paulista²³³.

Alguns desses museus dedicavam-se especialmente às ciências naturais, realizando pesquisas etnográficas, arqueológicas e paleontológicas. Tais instituições representam grandes passos em prol da preservação de recursos, em nível regional e nacional, valorizando e estimulando publicações sobre o assunto. Cabe ressaltar, ainda, que a mundialização da ciência, predominante na época, propiciou uma intensa articulação entre os cientistas locais e os internacionais, inclusive com estrangeiros no gerenciamento de grandes museus brasileiros. As coleções e teorias, como consequência, foram amplas e polissêmicas:

Os principais museus brasileiros, o Botânico do Amazonas, o Nacional, o Paulista e o Paraense, vivenciando a mundialização da ciência, queriam-se metropolitanos e universais; assim, acolhiam, sistematizavam e expunham coleções que abarcavam largas porções do Brasil e do mundo. [...] a literatura especializada elucida-nos que, de modo semelhante aos cientistas estrangeiros, os cientistas locais, abrigados em seus museus, foram polissêmicos na adoção de teorias científicas, modelos institucionais e em suas relações com o poder (FERREIRA, 2010, P. 21).

No entanto, é preciso ressaltar que tais “avanços”, no final do século, inspirados na teoria da evolução, cabível para a biologia, despertaram estudos distorcidos, usando a mesma teoria para análises sociais. Portanto, na tentativa de elucidar a história do homem brasileiro através de critérios que só eram significativos a animais e plantas, esses museus, de certa forma, contribuíram para legitimar as teorias raciais no mesmo período.

No que diz respeito ao Brasil, até aproximadamente 1930, predominavam museus que abrangiam vários assuntos relacionados ao próprio país, entre muitas variedades que enfatizavam nosso potencial tropical. Enquanto isso, em âmbito mundial, as instituições museológicas ou adotavam a posição de guardiões da história exclusivamente nacional ou eram guiados pelas tendências científicas da época, que valorizavam a arqueologia e a etnologia.

A partir da década de 1930, as teorias com predominância em estudos naturais perderam forças em todo mundo, situação que repercutiu também no Brasil. A postura

²³² Do Estado do Pará. Construído em 1866 pela iniciativa privada, transferido para o Estado em 1871 e reinaugurado em 1891. Hoje encontra-se sob responsabilidade do Estado. Para saber mais sobre a trajetória de Emílio Goeldi e seu envolvimento com a Arqueologia Amazônica e o Museu Paraense, ver Ferreira (2010).

²³³ Criado em 1884 e atualmente conhecido como o Museu do Ipiranga. A influência de Hermann Von Ihering nesta Instituição pode ser conferida em Ferreira (2010).

museológica sofreu transformações, as quais vinham sendo alimentadas desde a década de 1920, com o movimento modernista.

A cultura política da época, ou seja, **a visão que procurava na cultura o cerne da nacionalidade**, conferia importância aos intelectuais nas novas estruturas do Estado. O intelectual era reconhecido como aquele que via antes dos outros, aquele que tinha uma sensibilidade aguda para os problemas e demandas populares, sendo por isso **extremamente necessário ao exercício do poder** (OLIVEIRA, 2008, p. 106) [grifo nosso].

A presença dos modernistas no Estado Novo era estratégica. Ocupavam postos centrais no campo da educação e da propaganda, como forma de aplicação de uma nova identidade nacional, livre das amarras estrangeiras e formada a partir das características de uma nação mestiça e moderna, tradicional e industrializada, como uma grande fusão.

Os intelectuais, a partir do movimento modernista, pensaram sobre a arte, a história, a tradição, a nação. Planejaram e executaram a modernização da sociedade e do Estado brasileiro. Formularam também a idéia de patrimônio e registraram os perigos a que essa herança estava sujeita. Desde então patrimônio passou a ser oficial. (OLIVEIRA, 2008, p. 110).

Assim, os museus surgidos a partir da década de 1930 traziam as marcas de uma museologia comprometida com a memória nacional, com uma fusão social que não admitia, ao menos declaradamente, os conflitos e as diferenças sociais. No entanto, a coleta do acervo privilegiava a elite e a história era mostrada em seus aspectos factuais, através das exposições. Os “grandes homens” e a ausência de uma reflexão crítica reforçavam esta condição de formadores de uma consciência passiva, por parte dos museus.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1937, uma política patrimonial foi institucionalizada, dando vida a formulações de intelectuais modernistas como Gustavo Barroso²³⁴, Rodrigo Melo Franco de Andrade²³⁵, Mário de Andrade²³⁶, entre outros.

²³⁴ Diretor do Serviço de Proteção aos Monumentos Históricos e Obras de Arte e Diretor do Museu Histórico Nacional.

²³⁵ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) esteve por mais de três décadas na direção do SPHAN. Era membro da elite mineira e era formado em direito. Seu trabalho no SPHAN foi direcionado à cultura barroca e religiosa do ciclo minerador.

²³⁶ Mário de Andrade (1893-1945) era bacharel em letras e formado pelo conservatório Musical de São Paulo. Poeta, crítico de arte, estudioso do folclore, da música, foi um dos mais importantes modernistas (OLIVEIRA, 2008, p. 118).

A instituição passou por várias reformulações e ideologias, pelas diferentes políticas de preservação empregadas por seus diretores modernistas. Foram criados o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), no contexto político militar, bem como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no final da década de 1970. Com as mudanças na política de preservação e valorização do patrimônio, os museus também sofreram alterações.

Oliveira nos coloca muito bem alguns pontos essenciais na questão museológica:

Os museus apresentam sempre uma coleção que, ao ordenar e dar sentido a seus conteúdos, **constrói uma narrativa**. Os museus realizam uma **transformação simbólica**. Os objetos retirados de seu contexto original se tornam obras de arte, relíquias, artefatos. Objetos concretos do mundo transitório, da vida cotidiana, **passam a representar valores abstratos – a nação, a evolução da espécie, a indústria, a imigração, a cidade**. Os museus são um **espaço privilegiado de poder e de memória**. Onde há museu há poder e onde há poder há exercício de construção da memória. Memória e poder exigem-se. O exercício de poder constitui **“lugares de memória”**, que, por sua vez, passam a ser dotados de poder (OLIVEIRA, 2008, p. 148) [grifo nosso].

O conceito atual de cultura, como sistema de significados, reflete em vários campos. Com o declínio das histórias nacionais, a crítica às narrativas oficiais e a nova história cultural, os públicos e os temas dos museus se ampliaram, contribuindo para pinçar do esquecimento o mundo das pessoas “anônimas”. Foram criados diferentes museus e sítios patrimoniais e os bens expostos não são mais direcionados a uma minoria, mas sim a uma pluralidade.

Mesmo que esta não seja uma realidade em amplo espectro, os museus hoje têm públicos distintos, que os visitam movidos pela busca de uma identidade, essa que muitas vezes teve a intenção de ser “sugerida” e inserida nas massas. Nas instituições mais financeiramente estruturadas, a abrangência atinge o lazer e o consumo e a tentativa da vivência real do cotidiano. Nelas é possível, além de ver, ouvir sons, tatear objetos a isso destinados, explorando todos os sentidos. Os objetos lá vistos podem ser comprados (como réplicas), como uma recordação desse momento único e mesmo estratégia de valorização do acervo.

3.4.3 Os Museus como mecanismos de “despertar para o patrimônio”: um foco na Educação Patrimonial

O papel educativo dos Museus é de vital importância, utilizando a educação patrimonial²³⁷ como processo de educação do olhar e do agir em relação ao patrimônio, que então passa ser fonte primária de conhecimento coletivo e do passado.

Catroga (2001) nos evidencia tal importância quando fala sobre a memória e o monumento:

Todavia, a ligação entre o monumento e a memória não pode se vista em termos exclusivamente eruditos; ela também convida a relacionar as dimensões espaço-temporais que ambos os conceitos implicam (Jacques Le Goff, 1984; 1991). E se todo o monumento é traço do passado, consciente ou involuntariamente deixado, a sua leitura só será re-suscitadora de memórias se não se limitar à perspectiva gnosiológica e “fria” (típica da leitura patrimonial e museológica), e se for mediada pela afectividade e pela partilha comunitária com os outros (CATROGA, 2001, p. 24).

Segundo Oliveira (2008), os museus como “lugares de memória” continuam a ter um caráter pedagógico, que busca passar a seu público uma mensagem condizente com os ideais de sua própria época. É como se na exposição do passado, as entrelinhas nos falassem do presente. Essas colocações ainda estão ligadas à idéia de nação, mas com as devidas adaptações à valorização da diversidade e da memória coletiva. Em outras palavras, os museus e o patrimônio agregam novas funções, ainda que continuem a construir e representar identidades locais, regionais, nacionais e globais.

É com o intuito de salvaguardar a memória coletiva, através da preservação dos bens culturais, que a Educação Patrimonial busca seu lugar.

São muitas as iniciativas e autores que direcionam seus estudos e pesquisas a esse tema, com a nobre intenção de “educar o olhar”, “sensibilizar para a questão patrimonial” ou “formar cidadãos mais críticos”. Certamente, como já foi dito, a intenção é nobre, mas fica uma questão: Esse tipo de iniciativa não poderia ser visto como uma “imposição patrimonial”?

Atualmente, uma das grandes e respeitadas bibliografias acerca da Educação Patrimonial é o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999). Nele as autoras definem a Educação Patrimonial: “Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA et al., 1999, p. 6). Aqui temos claramente como eixo central o patrimônio.

²³⁷ Um ótimo recurso didático para educação patrimonial em museus pode ser conferido em Machado (2004).

No entanto, as autoras também identificam a Educação Patrimonial como um elemento de “alfabetização cultural”:

Educação patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita o indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (HORTA et al., 1999, p. 6).

Segundo Dias e Soares (2010), este termo, mesmo usado de forma relativa, dado o uso de aspas, pode ser submetido a uma interpretação ambígua, pois pode induzir o leitor a acreditar que as pessoas ao qual se destinam a educação patrimonial são “analfabetos culturais”. Realmente, esses argumentos levam à dicotomia cultura erudita versus cultura popular, ou ainda mostram a cultura como segmentada, ao invés da cultura como resultado da ação humana, seja em sociedade, em suas relações com o meio ou com o sobrenatural (idem, 2010).

É preciso empregar a educação patrimonial como um processo de releitura dos patrimônios, com um olhar crítico, onde as múltiplas informações de um determinado bem cultural podem ser percebidas, bem como as diversas significações, pois “tal metodologia fornece subsídios aos educadores comprometidos com um ensino que vise não apenas a valorização dos bens culturais, mas a reflexão acerca dos mesmos...” (DIAS; SOARES, 2008, p. 68).

O trabalho de Educação Patrimonial de Horta (1999), dentre tantos outros autores, está clara e positivamente engajado na ação educativa do Museu, o que lhe atribui muitos méritos. Mas, além desse importante passo, é vital que o Museu não apenas referencie o patrimônio cultural (seja nacional, regional ou local), mas propicie a reflexão e a problematização sobre o mesmo.

Shanks (2005), numa concepção otimista, explica que os museus têm se multiplicado consideravelmente nos últimos 30 anos e agora são muito mais do que vitrinas elaboradas para um público seletivo. Enquanto os grandes museus alimentam seu já reconhecido prestígio, museus pequenos e especializados atraem muitos visitantes e constituem, ao lado dos renomados museus, o topo da lista da procura turística. Para isso os museus agora estão engajados na experiência do público, assumindo o papel de educação e entretenimento para o público mais diversificado e utilizando tecnologias similares às de parques temáticos. Os curadores estão mais envolvidos com a interpretação das coleções, do

que simplesmente com a exposição. O uso de texto e informação visual dão cada vez mais contexto e possibilitam um melhor entendimento. Estes recursos são suplementados por redes interativas de informática ou *websites*. Os museus têm sido aprimorados com centros de interpretação e visitação, bem como parques temáticos, onde muitas vezes encontramos arqueologia.

Ellis (2006) comenta que, no final do século XX, os museus têm se transformado em instituições educacionais mundialmente importantes e estão firmemente arraigados na sociedade contemporânea que agora confiamos a eles a preservação de nossa memória coletiva. Também afirma, no entanto, que nem todos os museus colocam à disposição suas coleções para pesquisas, atividades recreativas ou exposições.

Um aspecto extremamente positivo para a Educação Patrimonial é o de que os museus têm alcançado espaços para além de seus muros, desenvolvendo uma grande variedade de programas de divulgação e kits de objetos portáteis que vão até escolas, hospitais e até mesmo utilizando locais públicos, como estações de trem, para exposições ao mais remoto ou improvável público. “Os museus virtuais estão cada vez mais divulgando seus espaços mundialmente, assim como revolucionando as maneiras de atingir seu público e vice-versa” (THOMAS; MINTZ apud ELLISS, 2006, p. 455). Porém, paralela a essas inovações tecnológicas, a disparidade socioeconômica faz com que muitos países ainda estejam aquém de qualquer recurso tecnológico destinado a museus, o que acaba por dificultar na aplicação e no aprimoramento de práticas educativas.

A definição de museu pode ser ainda mais ampla e neste caso, a educação patrimonial pode ser estabelecida em diversos campos, desde que obedeça ao critério do respeito às várias interpretações:

However, if we maintain the broaders possible definition of a museum to be inclusive rather than exclusive, we may perhaps more appropriately refer to a museum as a family of educational institutions, from aquaria to zoos, including historical societies, non-profit art galleries, archives, historic houses, historic sites and districts, herbaria, arboreta, archaeological repositories, botanical gardens, planetaria, science centers, children's museums, heritage interpretation centers, natural parks and preserves, as well as the standard bearers of the name - a view of museums similar to that of UNESCO's International Council of Museums. All of these non-profit institutions have one thing in common: the creation and dissemination of knowledge - via the preservation of the physical evidence and/or

the exhibition medium -from wich people of all ages and habilities may learn, through informal education (ELLIS, 2006, P. 455)²³⁸.

Segundo Ellis (206), o criticismo cultural direcionado aos museus tem tratado de muitos assuntos que não têm sido suficientemente discutidos até então: Como e por que a ideia de um museu se origina? Qual o significado sociopsicológico do espaço interno do museu e a organização de suas coleções? Por que os museus são importantes e para quem? Os museus estão criando cultura assim como conhecimento e, caso sim, para quem e para que propósitos? Qual é a relação do museu com o Estado Nacional? Como os museus perpetuam a sociedade de classes? Essas questões podem ser aplicadas em todas as funções do museu, incluindo a aquisição de objetos (como os objetos são adquiridos e de quem, qual a fonte original dos objetos); pesquisa (como as decisões são feitas e o que será coletado e exibido); exibição e interpretação (qual cultura será representada e onde, qual voz está sendo ouvida no texto exibido); estudo sobre visitantes (quem está ou não está visitando o museu, o público está sendo atendido igualmente, o museu entende seus visitantes e suas necessidades); finanças e gerenciamento (como os recursos afetam a tomada de decisões, como a administração controla seus museus). Para os arqueólogos em especial, as perguntas que logo vêm à mente são: Porque as exposições de material arqueológico quase sempre estão ocultas ou exibidas em segundo plano? Se a exposição arqueológica existe, por que são expostos apenas os vestígios mais “agradáveis ao olhar”? **E as “pedras arqueológicas”? São “pedras preciosas” para nossa história ou são nossas “pedras nos sapatos” para uma estritamente “bela” exposição e interpretação patrimonial?**

Todos esses questionamentos incidem diretamente na aplicação de ações educativas e devem ser levados em conta quando se tratam de “ótics plurais”. A necessidade de embasamento em ciências como História, Geografia, Arqueologia, Museologia, Ciências Naturais é algo a ser suprido. Cabe ressaltar que o olhar científico deve estar moldado à

²³⁸ Tradução: No entanto, se mantivermos a definição mais ampla possível de um museu, para ser inclusivo e não exclusivo, talvez fosse mais apropriado se referir a um museu como uma família de instituições de ensino, de aquários a zoológicos, incluindo sociedades históricas, galerias de arte sem fins lucrativos, arquivos, casas históricas, sítios históricos e distritos, herbários, arboretos, repositórios arqueológicos, jardins botânicos, planetários, centros de ciência, museus infantis, centros de interpretação do patrimônio, os parques naturais e reservas, bem como os portadores tradicionais deste nome - uma visão de museus semelhante ao da Conselho Internacional de Museus da UNESCO. Todas essas instituições sem fins lucrativos têm uma coisa em comum: a criação e disseminação do conhecimento - através da preservação das evidências físicas e/ou pelo seu meio de exposição, a partir do qual as pessoas de todas as idades e habilidades devem aprender, através da educação informal.

sensibilidade, pois não só de ciência vive um museu, mas também de um diálogo democrático em relação às demandas de seu público.

3.4.4 Montenegro e seus museus

Considerando o conceito amplo de museus, podemos dizer que Montenegro é um campo minado deles. “Minado” porque muitos ainda estão por vir à tona e outros tantos já foram extintos, como antigas edificações de relevância histórica para a cidade, pequenas reservas de mata nativa, paisagens e outros sítios arqueológicos, como vistos em capítulo anterior, entre tantos exemplos.

No entanto, vamos nos concentrar em apenas três instituídos oficialmente: o Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, O Museu de Arte de Montenegro – MAM e o Museu Literário Elita Griebeler.

3.3.4.1 Museu Histórico Nice Antonieta Schüler

O Museu Histórico Nice Antonieta Schüler²³⁹, vinculado à Administração Municipal, foi criado²⁴⁰ em 1978, a partir de coletas realizadas no interior do município, por comissão formada exclusivamente de professoras. Na época, a iniciativa certamente foi louvável, pois foi o primeiro passo para a formação do museu. No entanto, com um olhar mais crítico, entendemos que a simples coleta e a salvaguarda dos objetos não foram suficientes, num primeiro momento, para sensibilizar a comunidade quanto ao Patrimônio cultural local. Como em muitos museus da mesma época (e inclusive alguns que assim permanecem até hoje), os objetos foram dispostos inicialmente em uma pequena sala, apenas com a identificação do nome do objeto. A visitação era limitada à contemplação dos objetos, oriundos exclusivamente do contexto rural e inseridos no ambiente urbano sem as conexões necessárias para que o público os identificasse na sua realidade.

Atualmente está localizado no prédio da antiga Cooperativa²⁴¹ dos Ferroviários, a qual faz parte do complexo ferroviário tombado pelo IPHAE.

²³⁹ O nome foi uma homenagem a uma componente da comissão organizadora, responsável pela instituição oficial do museu.

²⁴⁰ Criado pelo Decreto Lei municipal nº 816, de 24 de junho de 1978.

²⁴¹ Prédio existente desde 1913 (data em estudo). Endereço e contato: Rua Osvaldo Aranha, nº 2170, Fone (51) 3632 – 4564.



Figura 188: Da esquerda para direita, prédios da Antiga Cooperativa e da Antiga Farmácia dos Ferroviários de Montenegro, antes da revitalização. Atualmente Museu e Arquivo Histórico, respectivamente
Fonte: Acervo próprio

O propósito da instituição é manter um acervo eclético, respeitando o critério da relação deste com a história montenegrina. Atualmente o museu conta com oficinas culturais, caixas pedagógicas disponibilizadas para escolas e instituições, exposições itinerantes e uma Comissão de Acervo²⁴², formada por representantes de entidades culturais da cidade, mas que ainda requer aprimoramentos dentro do próprio grupo. É preciso investir em capacitação interna, além de expandir as representações, as quais atualmente priorizam o grupo que já está inserido no contexto museológico. Outra preocupação é a participação de um grupo técnico interdisciplinar que possa interagir com os diferentes pontos de vista das representações.

A interação do museu com a Arqueologia é ainda incipiente, mas tende a crescer, com iniciativas que tentam aproximar o público destas coleções²⁴³, através do formato das exposições, bem como pela valorização dessas em oficinas nas escolas. A coleção arqueológica ainda é restrita, mas tende a aumentar, com o gradativo engajamento da comunidade, pretensão deste trabalho, através da Arqueologia Pública.

Atividades de Educação Patrimonial são discutidas em reuniões com componentes da Rede de Educadores de Museus - REM²⁴⁴, da qual o museu participa há alguns meses.

²⁴² Comissão designada conforme Portaria municipal nº 6.349, de 22 de outubro de 2010.

²⁴³ Através dos jornais locais foram realizadas divulgações acerca do patrimônio arqueológico da cidade. Exemplos disso podem ser conferidos em Motta (2007 b; 2007c; 2007d; 2007e).

²⁴⁴ A Rede de Educadores em Museus (REM) surgiu em 2003 no Rio de Janeiro, com o propósito de promover encontros sistemáticos entre educadores de museus e outras instituições afins, de modo a compartilhar idéias,



Figura 189: Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, em atendimento a escolas, 2009
Fonte: Acervo próprio

3.4.4.2 Museu Literário Elita Ilsa Leipnitz Griebeler

Criado em 1976²⁴⁵, pela iniciativa da Professora Elita Ilsa Leipnitz Griebeler (in memorian), seu acervo é constituído por obras antigas e raras, relativas à produção municipal e regional, num total aproximado de 3.500 exemplares. Em menor escala contém literatura produzida em outras línguas. Atualmente, por conta do espaço físico, a instituição busca a seleção de suas obras, priorizando a produção local e/ou relacionada a esta. Há uma comissão²⁴⁶ para este fim, composta por equipe interdisciplinar, ligada à Secretaria Municipal de Educação. As obras consideradas fora do critério estipulado para seleção são encaminhadas

refletir sobre a práxis profissional e formar um grupo de estudos na área da educação em museus. Ver <http://remrgs.blogspot.com>.

²⁴⁵ Conforme Decreto nº 710, de 31 de dezembro de 1976. Inicialmente era parte do Museu Histórico Municipal (atual Museu Histórico Nice Antonieta Schüler), mas pelo Decreto nº 1362, de 26 de abril de 1984 passou a ser vinculado à Biblioteca Pública Municipal.

²⁴⁶ Conforme Portaria nº 6.147, de 17 de dezembro de 2008.

para outras instituições com o mesmo propósito, desde que possuam estrutura e recursos para a salvaguarda. Esta iniciativa possibilita novos contatos e estabelece uma inter-relação bastante produtiva em termos de intercâmbios culturais.

Atualmente o Museu Literário está localizado no Prédio da Biblioteca Pública Municipal²⁴⁷, mas não há possibilidade de pesquisas, visto que o acervo encontra-se em fase de reorganização.

3.4.4.3 Museu de Arte de Montenegro – MAM

Criado em 01 de setembro de 2008, através da Lei nº 4.940, atualmente possui 420 obras de artistas locais, regionais e nacionais. Investe em atividades relacionadas à Educação Patrimonial, sempre voltadas ao campo artístico.



Figura 190: Prédio da Antiga Estação Ferroviária de Montenegro, onde funciona o MAM
Fonte: Acervo próprio

A instituição está vinculada à Administração Municipal e funciona no Prédio da Antiga Estação Ferroviária²⁴⁸, tombado pelo IPHAE. No espaço aberto do antigo complexo

²⁴⁷ Endereço e contato Rua Capitão Cruz, nº 2150, Fone: (51) 3649- 8251

ferroviário, artistas locais, renomados ou não, podem expor ou comercializar seus trabalhos em exposições periódicas, estabelecendo um maior contato com a comunidade e incentivando visitas aos espaços culturais do entorno.

O próximo capítulo apresenta uma das partes mais relevantes desta pesquisa, a que buscou o ponto de intersecção entre os discursos arqueológico e local, em que o mecanismo de alcance, foi o diálogo não impositivo quanto aos interesses puramente científicos da Arqueologia, mas aberto a diferentes pontos de vista e entendimentos, decorrentes da realidade e necessidades locais.

4 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÓTICA DA COMUNIDADE

4.1 RECEITA MONTENEGRINA: Patrimônio arqueológico, LENDAS e folclore, misture tudo e sirva com uma pitada de religiosidade

Este subtítulo tenta dar conta da trama de conceitos que vieram à tona durante a pesquisa de campo. Foram visitados seis sítios arqueológicos reconhecidos, seis locais de interesse arqueológico pré-histórico e 22 locais de interesse arqueológico histórico. Mapeamos e registramos aproximadamente 20 ocorrências arqueológicas para futura confirmação.

²⁴⁸ Endereço e contato: Rua Osvaldo Aranha, nº 2215, Fone: (51) 3632- 1987

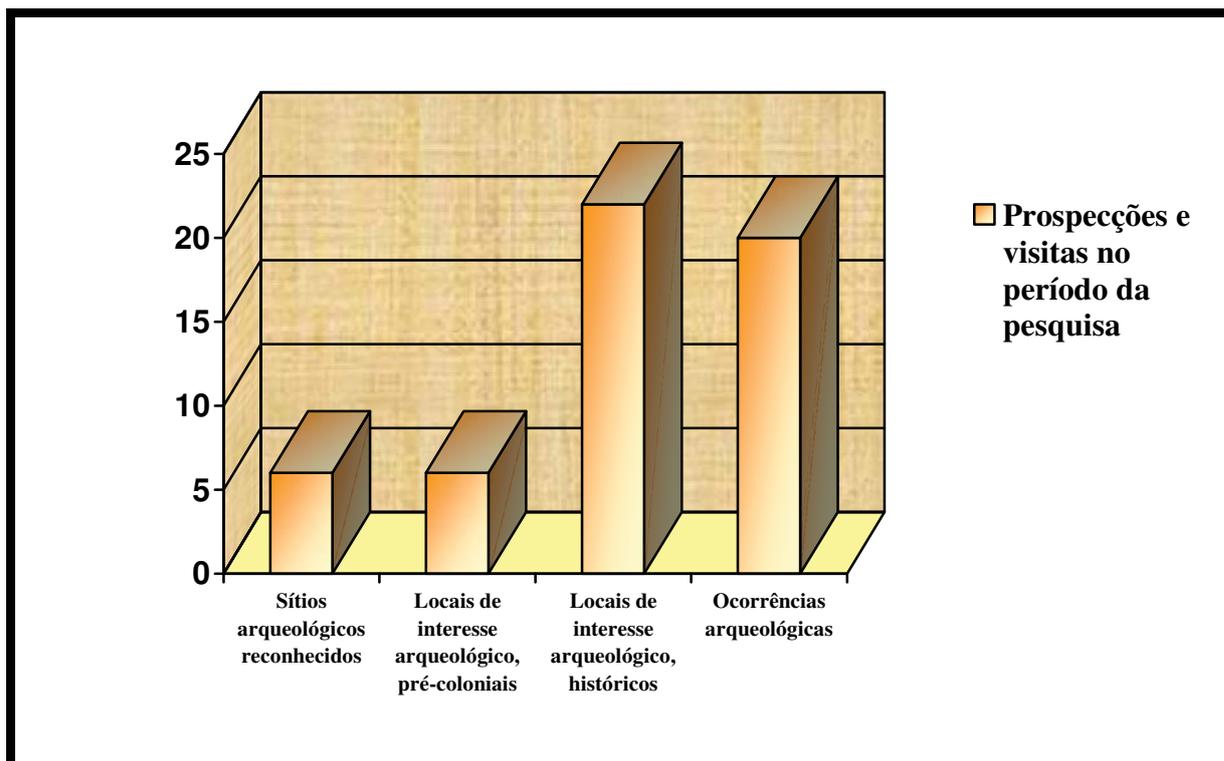


Figura 191: Prospecções e visitas realizadas no período da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas²⁴⁹ com 35 pessoas. Sete destas eram proprietárias de terras onde se encontram sítios arqueológicos, 17 entrevistados nos mostraram locais de interesse arqueológico e nove nos relataram ocorrências arqueológicas.

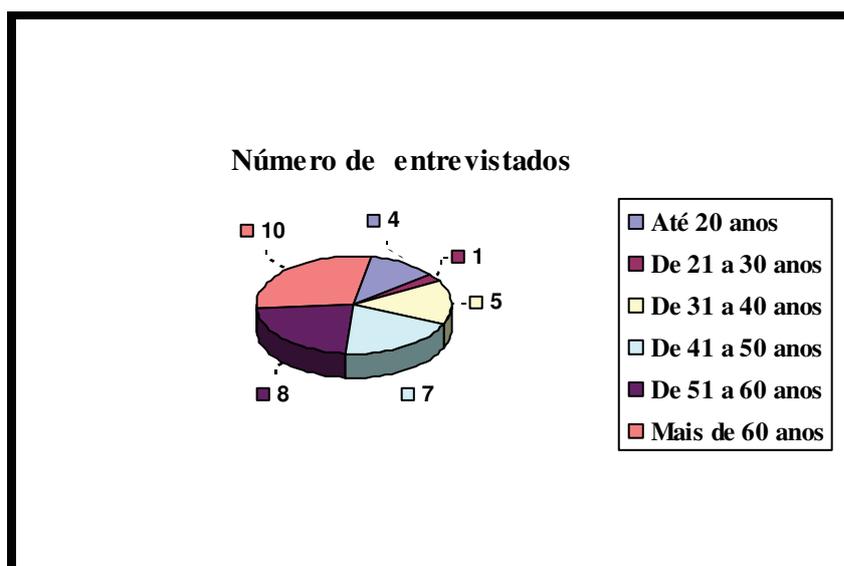


Figura 192: Número de entrevistados.

²⁴⁹ Para Martins e Bicudo (1989), a entrevista pode ser construída como um “encontro social”, cujas características, entre outras, seriam a empatia, a intuição e a imaginação; ocorre nela uma penetração mútua de percepções, sentimentos, emoções.

As pessoas envolvidas, em sua maioria, já haviam sido contatadas desde o ano de 2007, em pesquisa anterior, relacionada ao mesmo Patrimônio. Nosso primeiro contato foi com os proprietários de terras onde estão localizados os sítios arqueológicos já reconhecidos e cadastrados²⁵⁰. A partir desses contatos foi formada uma rede de colaboradores em algumas localidades do contexto rural, cujas entrevistas serviram de fonte a esta pesquisa.

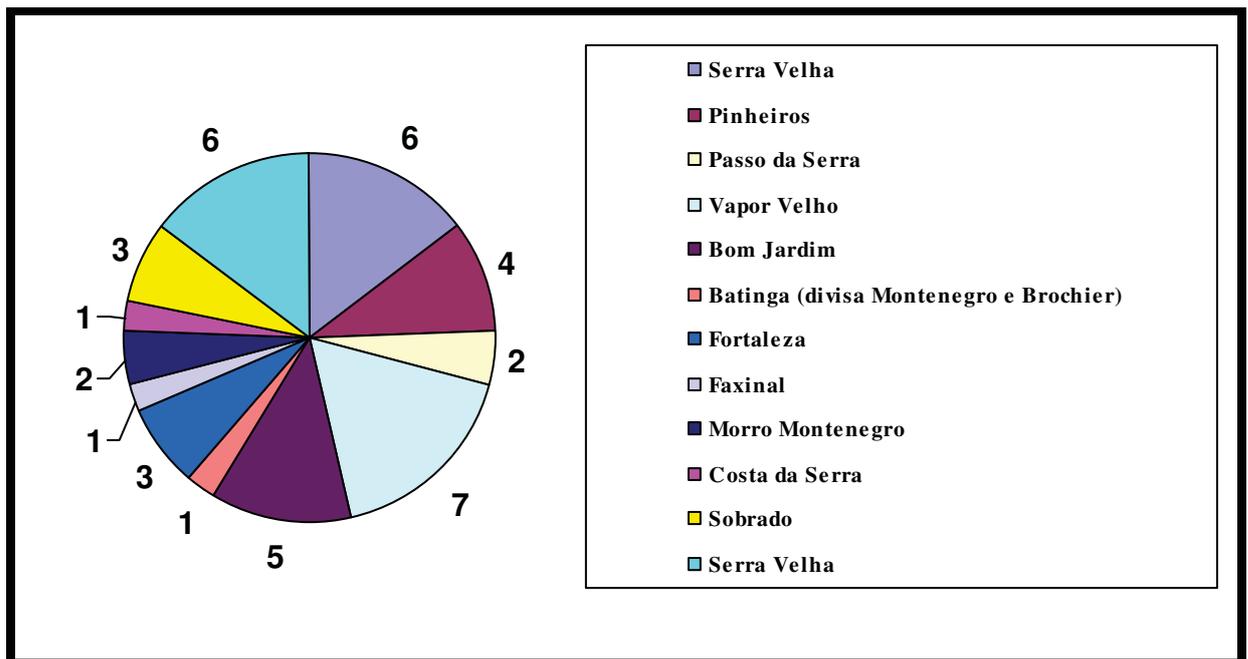


Figura 193: Número de entrevistados nas localidades do interior.

Certamente esta pesquisa é passível de expansão em mais localidades rurais e na sede do município, onde há grande potencial ligado ao importante ramo da Arqueologia urbana.

A pesquisa qualitativa constituiu a metodologia condutora desta fase de obtenção de dados, visto que não privilegia apenas as entrevistas, mas as observações de campo e demais registros como fontes (DUARTE, 2004). Importante mencionar que o caráter qualitativo, neste caso, está bem marcado pelo referencial teórico/metodológico estabelecido para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado.

A pesquisa quantitativa pode contribuir para validar parcialmente uma análise qualitativa (STRAUSS; CORBIN, 1990; GOLDENBERG, 2003), como a aplicada neste estudo. Nesse sentido, a exposição de gráficos requereu uma breve contribuição desta, então utilizada para uma noção mais concreta de algumas amostragens. As entrevistas

²⁵⁰ Os cadastros-base foram o do IPHAN e do CEPA/UNISC.

semiestruturadas²⁵¹ foram importantes para obtenção de dados, pois nossa intenção foi resgatar o entendimento dos entrevistados em relação ao significado dos bens culturais em seu contexto de vida.

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 215).

Dentro dos propósitos deste estudo, visando um diálogo que ultrapasse as fronteiras científicas, é imprescindível citar o argumento de Demo (1986), quanto à Pesquisa Qualitativa, em que aponta a intersubjetividade como “a ingerência da opinião dominante dos cientistas de determinada época e lugar na demarcação científica” (idem, 1986, p. 17). Seguindo sua linha de raciocínio, a ciência deve ser interpretada como um produto social e histórico, e por isso, em construção. Cabe ressaltar, ainda dentro dessa questão, que os debates além das fronteiras científicas tendem a gerar mais questionamentos do que respostas, pois a ciência fornece soluções na mesma proporção que cria novos problemas. Isso significa que, mesmo que obtenhamos muitas respostas, vale a permanência da dúvida, como condição para um novo ciclo de pesquisas e atualizações..

Foram observados também, dentro deste trabalho, os critérios da História Oral²⁵², recurso vital na maioria das pesquisas qualitativas. Portelli (1997) enfatiza que é a subjetividade do expositor que fornece às fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual, pois ela trata com significados, transitando do fato à imaginação e ao simbolismo.

²⁵¹ Entrevista guiada por um roteiro de questões, o qual permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado (FUJISAWA apud BELEI, et. al., 2008).

²⁵² Segundo Ferreira (1994), a expressão “fontes orais” parece ser mais adequada para esta abordagem. A denominação é ampla e pode ser aplicada a qualquer depoimento oral, produzido por qualquer indivíduo e em qualquer circunstância, sem nenhuma preparação prévia. Há aí uma diferença em relação à história oral, que pressupõe a produção de uma fonte oral específica resultante de um processo de elaboração de pesquisa por parte de um especialista. O emprego generalizado da expressão “fonte oral” conduziria à equiparação de uma fonte produzida pelo historiador com qualquer outra fonte oral, revelando mais uma vez uma desvalorização do método da história oral.

Definidos os objetivos da pesquisa e estabelecidos os questionamentos básicos²⁵³, foram realizados contatos prévios, com visitas periódicas aos colaboradores, visando uma aproximação que tornasse as entrevistas favoráveis ao diálogo aberto e informal, conforme sugere Alberti (2005). As questões, dessa forma, serviram como direcionamento e as informações adicionais foram também consideradas.

Os entrevistados concordaram com a divulgação de seus depoimentos, mas foram preservadas todas as identidades, visto que uma parcela dos participantes sentiu-se mais à vontade com tais condições.

A História oral, visando o registro de tradições culturais, possibilitou que os entrevistados contribuíssem com histórias, lendas locais, informações sobre as localidades rurais, bem como de seus antepassados, citando informações que foram transmitidas de geração a geração²⁵⁴. E o resultado não poderia ser outro: uma trama de folclore, crenças, religiosidade e até intolerâncias de ordem étnica.

A partir da definição das categorias de análise, considerando os conteúdos recorrentes nos discursos, foram estabelecidos novos temas. Este mosaico de categorias formou um “diálogo artificial”, conforme explica Duarte (2004):

Portanto, os dados de uma pesquisa desse tipo serão sempre resultado da ordenação do material empírico coletado/construído no trabalho de campo, que passa pela interpretação dos fragmentos dos discursos dos entrevistados, organizados em torno de categorias ou eixos temáticos, e do cruzamento desse material com as referências teórico/conceituais que orientam o olhar desse pesquisador. Isso implica a construção de um novo texto, que articula as falas dos diferentes informantes, promovendo uma espécie de “diálogo artificial” entre elas, aproximando respostas semelhantes, complementares ou divergentes de modo a identificar recorrências, concordâncias, contradições, divergências, etc. Este procedimento ajuda a compreender a natureza e a lógica das relações estabelecidas naquele contexto e o modo como os diferentes interlocutores percebem o problema com o qual ele está lidando (idem, 2004, p. 222).

Analisamos as entrevistas e elegemos os pontos mais frequentes dos discursos, os quais pudessem ser relacionados com o patrimônio arqueológico da região. O referido “diálogo artificial” foi traduzido nas subseções a seguir, em forma de texto.

²⁵³ Pesquisa qualitativa semiestruturada. Ver lista de questões em anexo.

²⁵⁴ Há autores, como David Henige (apud Alberti, 2004), que fazem uma clara distinção entre tradição oral e história oral. A primeira incluiria narrativas sobre o passado universalmente conhecidas em uma cultura, enquanto o testemunho ou a entrevista de história oral se caracterizaria por versões que não são amplamente conhecidas. No entanto há autores que apontam que o passado universalmente conhecido é continuamente transformado, o que leva a crer que a tradição oral só é atualizada na narrativa.

4.1.1 Montenegro: A cidade do tesouro perdido

Está redondamente enganado quem pensa que o município de Montenegro não possui tesouros. Engana-se também quem considera que tesouros estejam apenas relacionados a fortunas. Estamos tratando aqui de “tesouros culturais”, a partir dos quais a cultura local deve ser valorizada e utilizada a favor da preservação dos bens arqueológicos.

Para um melhor entendimento, primeiro precisamos esclarecer o conceito de cultura. Como explica Geertz (1989), cultura não é apenas um ornamento, mas sim uma condição primordial humana. É o signo simbólico que dá sentido aos atos e critérios de convivência humana. É tudo que está relacionado com as formas de pensar e agir, compartilhadas por um determinado grupo, numa determinada época e espaço.

Dentro da cultura local, como explica Geertz (1999), o *saber local* pode ter uma face diversa do entendimento científico, mas nem por isso vai deixar de ser uma “verdade” para quem o possui. Esta alteridade é um ponto fundamental na perspectiva antropológica.

A idéia de diversidade cultural não implica apenas o conhecimento de formas sociais variadas, mas o esforço de analisar as práticas sociais de acordo com o contexto no qual se inserem. A diversidade é constitutiva da humanidade. Percebê-la significa negar que as diferenças de comportamento entre as sociedades ou mesmo dentro de uma mesma sociedade são originadas do determinismo biológico ou geográfico. Toda cultura tem sua lógica própria e deve ser entendida desta forma. É isso que denominamos de relativismo cultural (OSÓRIO, 2005, p.39).

Verificamos que o saber local é um mundo à parte, onde lendas sobre tesouros escondidos são muito frequentes²⁵⁵. As entrevistas realizadas, em sua maioria, atestaram a crença, do ponto de vista das comunidades rurais e em se tratando principalmente de pessoas a partir de 31 anos, na existência de tesouros escondidos há séculos.

²⁵⁵ Considerando as obras citadas por Griebeler (1986), a repercussão de lendas é tão significativa que até a literatura montenegrina sofreu sua influência, como no caso da obra “Semblantes de Pioneiros”, de Fidelis Dalcin Barbosa, que menciona a vida de um imigrante, que dentre muitos aspectos, está envolvida com bugreiros e tesouros escondidos.

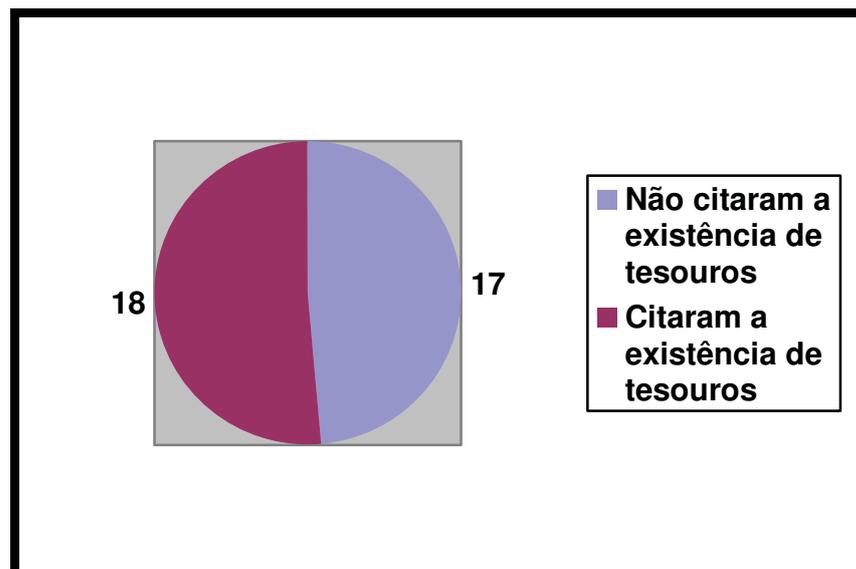


Figura 194: Gráfico mostrando a crença na existência de tesouros.

Uma depoente de 37 anos, mencionou que, ainda na infância, encontrou no porão de sua casa, durante uma brincadeira em que escavou uma pequena abertura no solo, um pote de ouro. Suas palavras descrevendo o achado foram: “pedaços de um pote de ouro, feito de barro. Mas já não tinha nada dentro”. Esse tipo de relato é ainda mais comum entre pessoas com mais idade, como os entrevistados com mais de 60 anos. Um dos depoentes “garantiu” que seu vizinho, ao escavar uma abertura no solo para a colocação de um mourão de cerca, conseguiu acertar exatamente sobre um pote de moedas. Finalizou este: “Pena que hoje é difícil de achar isso, mas deve ter muitos por aí”.

Uma depoente de 45 anos afirmou que à noite avistava um brilho muito intenso sobre o Morro do Iê-Iê, e dias depois de ter avistado bolas de fogo caindo do céu, nas proximidades, o brilho não surgiu mais. Verificamos aqui uma releitura de uma lenda missioneira, da Mãe do Ouro²⁵⁶ (LOPES NETO, 1983), a qual menciona trechos sugestivos: “...quando troveja, tantos raios caem sobre certos cerros e tanto ventarrão esbarra neles: ... é a Mãe do Ouro que chama socorro... Às vezes rebenta um cerro destes com estrondo grande; se é de noite, no fogo que se vê cair...”.

Segundo nossa entrevistada, o brilho do topo do morro era um tesouro, e as bolas de fogo um aviso de que ele havia sido roubado.

Sobre a mesma lenda, na versão montenegrina publicada, Frank (1982) coloca as referidas bolas de fogo citadas como aparecendo em diversos morros da cidade, indicando o caminho do enriquecimento: “E frisam os entendidos no assunto que esses avisos do céu

²⁵⁶ Lenda inspirada em Teschauser e Granada (apud LOPES NETO, 1983), escrita no início do século XX.

devem ser observados. Então, a visão das luzes, ou fogos azulados, ou bolas luminosas é um convite à aventura e um aceno à riqueza, pois guarda o segredo de uma fortuna”.

Relatou nosso entrevistado de 74 anos, que sua mãe contava que no topo do Morro do Iê-Iê havia uma cabrita de ouro²⁵⁷. A lenda que já havia sido repassada a ela pelo pai e era muito comentada na localidade. Segundo a referida senhora, ninguém havia conseguido subir o morro, até que um dia apareceu um visitante e seu pai (marido da senhora que transmitiu a história) comentou sobre esse assunto. Após o comentário, o dito visitante subiu o morro em algumas ocasiões, com equipamentos, sendo que na última vez em que ele escalou à noite (ela acreditava ter visto a luz em cima do morro), não o viram mais voltar, pois ele teria utilizado outro caminho. Segundo contava sua mãe, “este homem foi embora para muito longe, pegou a família e sumiu, até de profissão trocou”.

Como o tema é bastante recorrente em vários depoimentos de moradores da localidade de Serra Velha, entramos em contato com a Associação Gaúcha de Montanhismo para saber mais a respeito dos registros dos primeiros escaladores do Morro do Iê-Iê. Fomos informados de que havia um “livro de cume”²⁵⁸ próprio desse morro, somente era disponível para quem o escalasse. Assim, recorreremos ao trabalho de Santos (2007), que esclareceu, através de uma entrevista realizada com Edgar Kittelmann, sobre outra possível versão para o “sumiço da cabrita de ouro”:

Para as escaladas mais distantes era necessário fazer grandes viagens de trem ou ônibus, e depois seguir em caminhadas. Como **nas escaladas no Morro do Iê-iê em Montenegro onde era preciso ir de trem e caminhar um dia inteiro para chegar até o local de escalada. Neste morro, havia uma via²⁵⁹ já conquistada pelo Pastor protestante Willy Edel, alemão que praticava montanhismo na Alemanha**, mas que acabou não trazendo material para o Brasil. Seu Edgar conta sobre sua primeira escalada no Iê-Iê: *“quando encontramos os grampos na parede pensei ‘não sou o único louco a fazer esse tipo de coisa’ e aí subimos o morro”*. **Mas só depois de alguns anos é que conheceu o Pastor Edel em Porto Alegre, quando já havia deixado de ser Pastor**. Não chegaram a escalar juntos, pois ele acabou voltando para Alemanha antes que isso pudesse acontecer (SANTOS, 2007, p. 24) [grifo nosso].

Edgar Kittelmann escalou o Morro do Iê-Iê em 1960, aproximadamente. No entanto, segundo Júnior (2010), as primeiras escaladas no Morro do Iê-Iê, como no caso do pastor Edel, poderiam recuar a 1940, data de início do montanhismo no sul do Brasil. Assim, a história da “cabrita sumida” **pode** estar relacionada à escalada do pastor protestante citado

²⁵⁷ A “cabrita de ouro”, no imaginário local é uma peça de ouro no formato de cabrita. Ver também Ibiá (1996).

²⁵⁸ Uma espécie de livro de registros de todos os que escalaram o morro. Nele é assinado o nome do escalador e a data. Fica acondicionado no topo do morro, num recipiente apropriado e fixo.

²⁵⁹ Grampos fixados na rocha, possibilitando a escalada.

pelo montanhista. Outro aspecto importante é que esta desconfiança pode estar relacionada à intolerância étnica prevalente na época, visto que a partir da Ditadura do Estado Novo, em 1937, a campanha de nacionalização se intensificou, e em 1942 o Brasil oficialmente repudiou toda e qualquer “lembrança” da Alemanha. Como nos lembra Flores (2004), “Em meio a perseguições, prisões e atrocidades, fecharam-se associações, escolas e seminários, notadamente **evangélicos**, acusados de maior comprometimento com a causa alemã”.

Em visita a outros dois locais, de interesse pré-colonial e de interesse histórico, numa mesma propriedade, percebemos sinais de escavações que sugeriam buscas com direito a marcas para retomada dos trabalhos, além de prováveis simpatias, como moedas escondidas em orifícios nas paredes rochosas. A busca de tesouros é, portanto, um fenômeno atual²⁶⁰ e recorrente.

Também na visitação ao sítio arqueológico RS-TQ-58, constatamos várias escavações na área de mata no entorno, descritas pelo proprietário como “caçadores de ouro”. Segundo ele, que conferiu atentamente o interior da abertura no solo, é bastante comum que os moradores locais procurem riquezas debaixo da terra.

No sítio arqueológico RS-T-14, no Morro do Sobrado, os proprietários relataram que ao redor do petróglifo perceberam escavações, como se os desenhos constituíssem um mapa do tesouro. Segundo Ribeiro (1972), em sua primeira visita ao local fora identificada uma escavação ao lado do bloco rochoso e a tentativa de perfuração do mesmo.

Para o meio rural, onde as pessoas por muitas décadas ouviram de seus antepassados narrativas fantásticas sobre tesouros, inspiradas em lendas surgidas na transição do século XIX para o XX²⁶¹, a tradição oral é extremamente valorizada, visto que apenas pequena parcela da população rural de gerações anteriores teve acesso a estudos, por conta dos trabalhos e das poucas oportunidades. Nesse contexto, a busca por uma riqueza facilmente obtida é algo desejado e cultuado, além de ter o significado de bênção para quem o encontrar. Em casos específicos, a crença é tão forte que o local creditado ao tesouro é um campo sagrado, ao qual só tem acesso quem conquista confiança ou é visto como um possível decifrador²⁶² dos códigos de acesso a ele, como no caso de inscrições em paredes, posição de

²⁶⁰ No dia 31/10/2010 o jornal Zero Hora publicou matéria a respeito de uma busca incessante por ouro, no município de Barros Cassal. Um agricultor de 79 anos, há 38 anos escava um poço para encontrar uma mina de ouro. Segundo ele, um sonho com um padre jesuíta o incentiva a procurar o tesouro, de forma obstinada.

²⁶¹ Segundo Chaves (2001), a Lenda da Mãe do Ouro já foi difundida em várias versões da língua espanhola e em 1873, na novela chamada “Mãe o Ouro”, de Vítor Valpírio. Simões Lopes Neto teria se inspirado nestas publicações para elaborar sua versão.

²⁶² O aparelho receptor GPS, neste caso, pode ser um vilão ou um “cartão de acesso” a determinados locais, visto que é confundido com um identificador de metais. Deste modo, somente a confiança estabelecida irá determinar visitações.

rochas, etc. Como exemplo desta situação, em visita realizada no ano de 2007, na localidade de Vapor Velho, fomos recepcionados por um vizinho de nosso guia, que rapidamente nos informou que ali não havia tesouros, pois o que existia já havia sido encontrado e gasto bem longe, em outra cidade. Percebemos, mais uma vez, a redoma que a crença estabelece, onde as pessoas relacionam a propriedade da terra com o direito exclusivo de procurar tesouros, mesmo que fictícios.

Salientamos aqui alguns casos em que a busca pelo ouro e tesouros de diversas espécies é uma prática bastante forte na zona rural montenegrina. Assim, a crença pela existência de riquezas ocultas foi bastante presente, com exceção de alguns jovens que demonstraram transitar entre a rotina rural e urbana. Observamos que esta está relacionada com a tradição oral, que nos transporta a uma realidade bem diferente da de locais densamente povoados, onde o ritmo tende a ser acelerado, inclusive na atualização de informações.

4.1.2 As “Reduções Jesuíticas de Montenegro”

O título em questão de forma alguma tem a intenção de satirizar algo tão importante quanto ao período missioneiro no sul do Brasil, o que inclusive em parte foi mencionado no capítulo 1, em relação à região do Vale do Caí. O propósito é explorar, de forma crítica, mas ao mesmo tempo respeitosa, a crença alimentada por grande maioria dos entrevistados, de que o atual território montenegrino já foi local de fixação de missionários jesuítas.

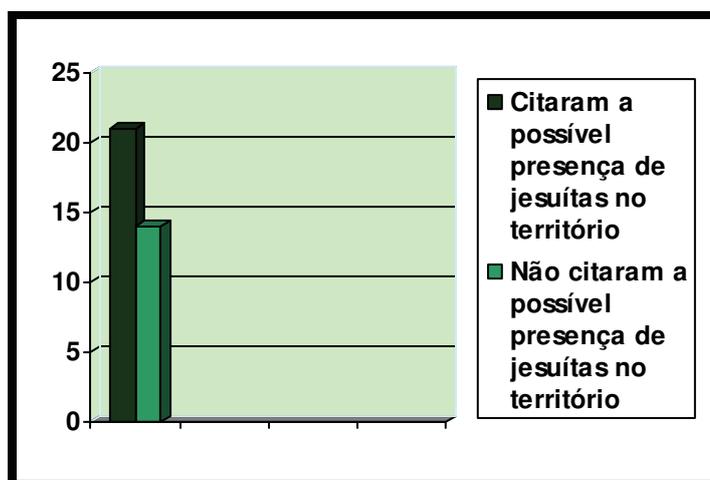


Figura 195: Gráfico mostrando a crença na existência de tesouros.

As lendas locais são extremamente ricas neste sentido, como nos mostra Frank (1982) através da lenda da História do Tesouro do Rio, que conta sobre um padre (sem identificação) que veio buscar o tesouro depois de morto. O tesouro estava na extremidade de uma forte corrente presa nas margens do rio Caí. Em outra versão da mesma lenda há menção de que o que estava preso na extremidade da corrente era o caixão de um padre jesuíta.

A respeito da figura do padre-assombração, aparecem dados diferentes: uns o dizem sem cabeça; outros o vêem sentado sobre o cofre, outros mais o localizam junto à laje... Ainda se diz haver um velho que em altas horas da noite é visto sair das matas do referido morro e dirigir-se até o rio. Como se fosse tomar água. Depois disso, ele retorna para as matas, desaparecendo. Dizem que esse velho vai observar se o ouro ainda se encontra no fundo do rio. **Todavia, algo permanece claro: o povo ouviu falar do padre que escondeu uma caixa de riquezas no fundo do rio, presa numa corrente** (FRANK, 1982, p. 514) [grifo nosso].

O caso da Cruz de Ferro também cita a presença de um jesuíta que aparece ao lado da referida Cruz, guardando um tesouro enterrado neste local, nas proximidades do Morro dos Fagundes.

Típico dessa crença e materializado em remanescentes de uma antiga construção na localidade de Sobrado, é o caso do antigo “sobrado jesuítico”. Passada de geração a geração, a história é sempre contada na região e foi mencionada por cinco entrevistados.

Rosa (1973), quando escreve sobre a história montenegrina, defende piamente esta ideia, inclusive tentando argumentar historicamente sua hipótese. De acordo com sua descrição, “a construção que os primeiros povoadores diziam ter encontrado com as paredes intactas, tinha dois andares, sendo que na parte inferior não apresentava aberturas, nem portas nem janelas”. No entanto, respeitadas as hipóteses e o louvável trabalho de pesquisa do autor, acreditamos que tal colocação também tenha ligação com lendas missionárias, como a citada por Lopes Neto (1983), destacando a lenda *A Casa de Mbororé*:

Dentro do mato grosso, muito velho e crescido, sem plantas pequenas dentro, aí, só há uma luz pouco, tirante a verde e cinzento; e nenhuma árvore faz sombra, porque a ramaria de todas faz peneira por onde passa o sol, que nunca enxerga o chão... Dentro desse mato, o mais tupido dele, há uma lombada redonda, como uma casca de carumbé, aí, em cima dela, há uma **casa de pedra branca**, branca como se encaixada, e **sem porta em nenhum lado nem janela em nenhuma altura. Dentro da casa branca as salas estão lastradas de barras de ouro e barras de prata**, do peso que é preciso dois homens para mover cada um; e todas as juntas das pilhas estão tomadas de pedras finas...**Por cima de tudo estão, em montes, tocheiros de ouro maciço e cálices e resplendores de santos; e salvas de prata e turíbulos e cajados**. Nos corredores, como prontos para içar para as cangalhas de mulas de carga, prontos, com as suas alças, estão lotes de surrões, **socados de moedas de ouro**, separadas em porções, metidas em bexigas de rês...**O rondador da casa branca dia e noite anda em redor dela; é um índio velho cacique que foi, Mbororé, de nome, amigo dos santos padres das Sete Missões**

da serra que dá vertentes para o Uruguai. Os padres foram tocados pra longe, levando só a roupa do corpo... mas a casa branca já estava feita, sem portas nem janelas... e Mbororé, que sabia tudo e era cacique, de noite, e precatado, com seus guerreiros, carregou de todos os lugares para aquele as arobas amarelas e as arobas brancas, que não valiam a caça e a fruta do mato e a água fresca, e pelas quais os brancos de longe matavam os nascidos aqui, e matavam-se uns aos outros. Mbororé desprezava essas arobas; **mas como era amigo dos santos padres das Sete Missões, guardou tudo e espera por eles, rondando a casa branca, sem portas nem janela.** Ronda e espera...(idem, 986, p. 92) [grifo nosso].

Percebemos a semelhança a partir de aspectos como a presença dos missionários, a casa alta, sem aberturas, o ouro e a prata escondidos e a figura indígena na guarda destes bens, evidenciando a constante ligação, nos discursos, entre missionários e nativos.

Nessas circunstâncias, constatamos que houve um enraizamento da idéia de presença jesuítica no município, não só pelas lendas com cunho religioso, mas pela ligação dos jesuítas com tesouros, conforme foi contado por quase dois séculos, de geração a geração. Se, segundo o imaginário local, os tesouros “existiram e existem”, quem os teria deixado? Os jesuítas. E quem hoje os procura? Caçadores de tesouros e, por vezes, segundo crêem alguns moradores, os “achólogos”²⁶³.

Eis aqui mais um exemplo em que o folclore é mais forte do que a ciência. Neste caso, também é preciso ter cautela nas imposições. Quem alimentou esta crença por uma vida inteira, certamente não vai abandoná-la em prol de outra versão dos fatos, contada por alguém que tenta quebrar um ciclo em que tudo se encaixa perfeitamente. Se os jesuítas aqui estiveram ou não, isto é passível de maiores estudos, mesmo sem nenhuma comprovação até agora, no caso das terras da atual Montenegro. Uma certeza temos: de que as Missões Jesuíticas estão presentes no folclore local e no conceito de patrimônio arqueológico elaborado pela comunidade rural, evidenciando a força desse tema que é fator marcante na História gaúcha.

Essa riqueza cultural pode ser explorada no âmbito do folclore, momento em que esse pode ser a ferramenta para estabelecer diferenças entre o real e o mítico, onde o científico deve ser mostrado em paralelo ao imaginário, estabelecendo igualdade de valores culturais. O efeito dessa composição terá um espectro maior se aplicado em escolas, visando as novas gerações, onde os conceitos tendem a ser reelaborados e inseridos no contexto atual, através de amplos recursos.

4.1.2 O estereótipo do indígena montenegrino

²⁶³ De maneira satírica, muitas vezes, na ótica local, os arqueólogos estão equipados para “achar” tesouros.

De acordo com a maioria dos entrevistados, os indígenas foram referenciados como “Bugres bravos que viviam no mato”. Essa foi uma das impressões mais recorrentes, principalmente por pessoas com mais idade. Os relatos de ataques aos colonizadores do Vale do Caí, conforme mostrado no capítulo I, cristalizaram a idéia do índio como selvagem. A tradição oral, mais uma vez, propagou conceitos de uma época em que afugentar índios das terras ocupadas pelos colonos era questão de “necessidade básica”. A idéia do “preguiçoso, ladrão e malvado” infelizmente ainda persiste em alguns entrevistados, mesmo que em menor escala e de forma disfarçada. Outra situação que aparece é a do grande desconhecimento acerca da presença indígena nas terras montenegrinas, especificamente, sugerindo que os nativos apenas passavam em seus arredores, tentando justificar a posse exclusiva de colonizadores.

Quando mencionavam a respeito de achados líticos e fragmentos cerâmicos, os identificavam como sendo “de bugre”, inclusive, em quatro entrevistas, foram descritos os usos dos materiais, mesmo que de forma simplificada. Objetos como pontas de projétil foram facilmente identificados, bem como lâminas de machados. Muitos fragmentos cerâmicos, na ótica de alguns entrevistados, inicialmente eram relacionados a potes de ouro. No entanto, aos poucos foram identificando as peças mostradas em imagens, relacionando-as com locais em que encontraram objetos similares.

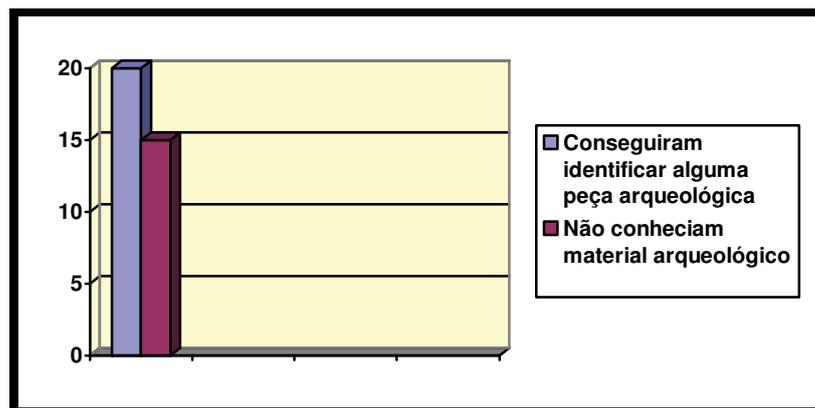


Figura 196: Gráfico relativo à identificação de material arqueológico pelos entrevistados.

Um dos entrevistados mencionou que sabia o caminho dos índios. Segundo ele, “saíam do Morro da Mariazinha e iam até Passo da Serra, de canoa. Nesse percurso passavam entre os Morros São João e Fagundes, seguindo para o Morro da Cotia (Passo da Serra). Vinham para a Costa da Serra, onde tinham acampamento nas atuais terras de outro entrevistado. De lá

tinham dois caminhos, um do Morro dos Cavalos até Bento Gonçalves, outro de Vapor Velho a Salvador do Sul. As cavernas de um terceiro entrevistado eram locais de passagem.”.

Nesse discurso podemos verificar a intrínseca ligação imaginária dos morros com a presença indígena, e conseqüentemente, com o folclore. São citados morros com lendas famosas, envolvendo jesuítas e tesouros. No Morro da Mariazinha temos a lenda dos jesuítas que ocultaram ouro em uma gruta; no Morro São João há a Toca da Onça, com lendas relacionadas à presença de uma grande onça e de jesuítas que mais uma vez esconderam riquezas; o Morro da Cotia está impregnado de grutas e abrigos sob rocha, além de uma vegetação nativa bem preservada; o Morro dos Cavalos tem igualmente, uma situação favorável à presença de índios, conforme o imaginário local, ostentando uma floresta densa e com abrigos sob rocha. As “cavernas” mencionadas pelo depoente não eram favoráveis à ocupação humana, pois se tratavam de amontoados de grandes blocos rochosos, com grandes intervalos, originando abrigos pouco adequados para permanência. No entanto, o termo “cavernas”, na ótica local, é muito amplo, pois serve para abrigos sob rocha, saliências em encostas de morros e grutas com santos. Nesse sentido, também é necessário considerar que diante de nossos contatos (e vice-versa), assimilaram alguns conceitos e locais que a partir de então estarão articulados com a presença indígena.

Esse discurso permite identificar a troca existente entre pesquisador e pesquisado, mesmo que expressa em “diferentes idiomas”. Em outras palavras, foram estabelecidas duas traduções diferentes de uma só situação. De nossa parte, passamos a entender como é possível, mesmo sem evidências materiais e estudos concretos, traçar uma rota pré-colonial, com muito mais convicção do que um arqueólogo faria com seus recursos. A visão do entrevistado, que certamente pode ser aprimorada gradualmente, aos olhos da ciência, neste momento deve ser respeitada, pois indica todo um esforço de representação mental em prol da temática, mesmo com a ausência de bagagem técnica. Do ponto de vista local, essa pode ser uma das “verdades” sobre a presença indígena, que certamente seria desmantelada se houvesse a imposição de uma “verdade” arqueológica, a ser implantada como um atestado de desvalorização da cultura do outro. É, como diria Shanks (1992), a psicoterapia arqueológica, ou melhor, o entendimento pelo diálogo, onde o passado e o presente são os protagonistas:

The analogy of psychotherapy adds and clarifies. Archaeology in this model knows no unitary past, just as there is no self-contained self. Indeed the category in question is the subjectivity - attempting to understand our feelings and experiences of the material past, as well as interpreting the past in terms of meaning. Meaning involves significance and quality as well as what we observe and is a move beyond or accompanying explanation of the mechanics and

functioning of the past. Such significance and quality is less about representing the past object than following its symbolic displacement, its translation and transference through different contexts, practices and experiences. This means that there is no one necessarily correct interpretation of the past. Past and present are partners in dialogue; the dialogue is the means of creating meaning. It is an active making of sense, producing a meaning which was not there in the beginning. One aim of the encounter is to bring about a release, of meanings of the past which will prove to be use. This is a practical reasoning²⁶⁴.

Outro entrevistado, proprietário de terras onde está localizado o sítio arqueológico RS-TQ-58, salientou que desde o tempo de seu pai, sabia o que eram “coisas de bugre”, pois seu pai “encontrava peças e levava para os médicos e outras pessoas”. Disse que no local onde seu pai morava, hoje atual município de Brochier, ele sempre lembrava que ali era “casa de índio”. Foi a partir dessa noção que passou a encontrar objetos e saber quem os tinha feito. Através desse entrevistado registramos diversas ocorrências arqueológicas, as quais nos foram mostradas com entusiasmo. Eis um ponto de intersecção entre nossos entendimentos: de maneiras diferentes, fomos ao encontro do patrimônio arqueológico, e o que é mais importante, à sua inclusão no repertório de bens a preservar e entender.

Cabe aqui ressaltar a importância da leitura democrática da visão leiga sobre o que compõe o patrimônio arqueológico. Dentro de sua concepção, o entrevistado demonstrou grande interesse em saber mais sobre a cultura material, pois sentiu-se à vontade para deixar explícito seu desconhecimento técnico, com simplicidade. Com esse tipo de abordagem, a troca de experiências é bem mais produtiva, pois cada lado, de forma sadia, demonstra suas aspirações.

All sensible models of communication show it to be a two-way process, a transaction or negotiation between the receiver and the transmitter, filtered by a variety of factors. With such a weak knowledge of the attitudes, conceptions and beliefs of the receivers of archaeological information, archaeologists have therefore been communicating blindly to an audience they do not understand, and it is no wonder that so many attempts at communicating archaeology result in boredom or

264 Tradução: A analogia da psicoterapia acrescenta e esclarece. A Arqueologia, neste modelo, não conhece passado unitário, assim como não está contido nele mesmo. Com efeito, a categoria em questão é a subjetividade - a tentativa de compreender os nossos sentimentos e as experiências do passado material, bem como a interpretação do passado em termos de entendimento. Entendimento envolve significado e qualidade, bem como o observamos e é um movimento além ou acompanhando a explicação da mecânica e do funcionamento do passado. Tal significância e qualidade são menores sobre o que representa o objeto passado do que segue seu deslocamento simbólico, sua tradução e transferência através de diferentes contextos, práticas e experiências. Isto significa que não há necessariamente uma interpretação correta do passado. Passado e presente são parceiros de diálogo, o diálogo é o meio de criação de significado. Age fazendo sentido, produzindo um sentido que não estava lá no começo. Um dos objetivos do encontro é provocar a libertação de significados do passado, que venha a ser utilizado. Este é o raciocínio prático.

incomprehension. In term of understanding the public, then archaeology has a lot to learn from public understanding of science (MERRIMAN, 2004, P. 8)²⁶⁵.

4.1.3 As grutas-santuários: fé e preservação

Durante nossa pesquisa verificamos a presença de várias grutas com imagens de santos/santas, as quais foram várias vezes referenciadas nas entrevistas, como locais a preservar. No discurso de grande parte dos entrevistados, a religiosidade é aparente. As conhecidas “capelinhas”, sejam construídas ou adaptadas em cavidades rochosas naturais estão presentes nas casas da zona rural e há uma grande preocupação em preservar tais espaços. No capítulo anterior mostramos um exemplo de gruta/santuário na localidade de Fortaleza. Grutas como essa, predominantemente católicas, também são frequentes em estradas do interior. Nelas constatamos que há um grande cuidado com o estado das imagens e com a limpeza. Nelas constantemente são depositadas flores e moedas e, nesse último caso, verificamos que a fé está também ligada às aspirações de ordem material.

Uma entrevistada contou que ficou extremamente contrariada e preocupada quando outra pessoa, de outro segmento religioso, cogitou sobre a retirada da imagem, pois esta não seria necessária. Esse depoimento, somado aos demais, deixa clara a predominância católica nas localidades pesquisadas, permeando, inclusive uma forte segmentação religiosa, que pode ser constatada na demarcação religiosa nessa área, como demonstrado no caso dos cemitérios católicos e protestantes.

Normalmente a escolha da imagem do santo ou santa escolhida para a gruta ou santuário tem relação com algum acontecimento de sucesso ou perda. Foram constatadas, inclusive, grutas originadas como homenagem pela morte de alguém muito conhecido na localidade ou a algum padroeiro local, como proteção para os transeuntes, ou como agradecimento a alguma graça alcançada.

A própria Cruz da Almas²⁶⁶, local onde foi colocada uma grande cruz esculpida no arenito, para homenagear heróis farroupilhas, atualmente é utilizada como santuário, pois está

²⁶⁵ Tradução: Todos os modelos sensíveis de comunicação demonstram ser um processo de duas vias, uma transação ou negociação entre o receptor e o transmissor, filtrada por uma variedade de fatores. Com um conhecimento tão frágil das atitudes, concepções e crenças dos receptores da informação arqueológica, os arqueólogos têm, portanto, se comunicado cegamente a uma audiência que não os entende, e não é de admirar que muitas tentativas de comunicação em arqueologia resultem em tédio ou incompreensão. Em termos de entendimento do público, então, a Arqueologia tem muito a aprender com o entendimento do público em relação à ciência.

²⁶⁶ Ver subseção 2.3.2.13, no capítulo 2.

constantemente adornada com flores e velas. Apesar de não conter mais a placa de identificação, o local tem um bom grau de conservação.

A preservação desses espaços dentro de um contexto de forte religiosidade pode ser utilizada em benefício da Arqueologia, pois locais santos, além de respeitados, estabelecem uma ligação perene de afeição entre comunidade e patrimônio. Acreditamos que a Arqueologia, mesmo mantendo seu caráter científico, precisa estabelecer parcerias com estudos ligados a comportamentos e crenças, o que então poderá incidir em resultados positivos para estreitar os laços entre arqueólogos e comunidade local.

4.3.4 As coleções particulares: a cultura material como álbum de família

Muitos entrevistados relataram a história de seus antepassados citando, em alguns casos, que estes foram os pioneiros na localidade. De maneira geral, a ligação com os familiares foi bastante evidenciada, principalmente em relação aos já falecidos. Nos casos em que ainda há algum vestígio material dessas histórias familiares, como remanescentes de casas e objetos, foi evidente o zelo com que estes foram mantidos. Através dos objetos as pessoas vêm imortalizando seus parentes e suas rotinas, como se esses fossem pequenas biografias (HILBERT; MARQUES, 2008). Nesse sentido, percebemos a força da ligação entre passado e antepassados, relação esta que pode ser favorável quando o assunto são os bens arqueológicos históricos. Os objetos ou edificações foram ressignificados, agora não como utensílios, imóveis ou antiguidades de valor, mas como álbuns de família na forma de cultura material.

A subjetividade do colecionador é situada pela própria condição de pertencimento à cultura em que os objetos se inscreveram. As lembranças são tecidas pelos testemunhos do uso, inclusive do colecionador, na medida em que a ação empreendida configurou o sentido e o pertencimento entre ele, as pessoas e as coisas. A condição de objetos utilizáveis, no passado, os inscrevem na condição de consumo, evidenciando a “conotação tecnológica” apontada por Barthes (2001:207), onde a reprodução em série extrapola o caráter meramente subjetivo, indo em direção do “infinitamente social”. No entanto, na coleção particular, os objetos assumem a dimensão do “infinitamente subjetivo” ao extrapolar a condição de consumo (HILBERT; MARQUES, 2008, p. 48).

Ao serem mostrados, os objetos desencadeiam lembranças múltiplas, pois os antepassados são personagens de uma longa história, com direito a várias versões e diferentes

adornos. Eis um ponto crucial para o diálogo entre pesquisador e pesquisado: a valorização desse conjunto das narrativas, as quais propiciam identificar elementos de importância no contexto cultural das famílias e que vão eleger bens arqueológicos a serem “monumentalizados” por vínculo familiar, ficando assim esses bens imunes à degradação ou esquecimento.

Diante das várias coleções particulares que presenciamos, compostas desde objetos de uso doméstico, fotografias, ferramentas, móveis e até roupas, não só visualizamos, mas sentimos uma atmosfera educativa aplicada aos “visitantes” da casa, mostrando os gostos, habilidades, crenças, alimentação, enfim, o mundo cotidiano e privado das famílias, nem sempre presente em exposições de instituições oficiais, onde o intuito normalmente é generalizar o passado.

Essas são iniciativas importantes que precisam ser valorizadas, considerando que fortalecem os vínculos da comunidade com o patrimônio arqueológico local e criam ramificações museológicas, sendo uma alternativa para uma questão cada vez mais preocupante: a sobrecarga e falta de critérios nas reservas técnicas de museus geridos por administrações públicas, em formação ou com espaço físico limitado.

4.2 UM PRATO ÚNICO PARA MUITOS GOSTOS: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E DEMANDAS LOCAIS

Quando questionados sobre quais as necessidades prioritárias para o melhoramento das localidades estudadas, a grande maioria mencionou mais e melhores estradas, postos de saúde, telefonia, escolas, transporte, incentivos tributários para os produtores e mais atuação da Administração Municipal em termos de colaboração com maquinário e materiais.

Mas, afinal, qual a ligação de tais demandas com o patrimônio arqueológico? Pode ser total. Falamos até então de diálogos, de trocas, de negociações. Estamos falando de colocar as pessoas em primeiro lugar.

Sabemos que as necessidades na zona rural são generalizadas em termos de infraestrutura básica. Em nossas pesquisas enfrentamos estradas quase intrafegáveis, onde qualquer urgência quanto a socorro médico seria desastrosa. O transporte público é escasso e o transporte escolar ainda deficiente, considerando que as crianças precisam se deslocar por quilômetros para estudar.

Há o predomínio da silvicultura, mas as áreas de proteção ambiental, aparentemente não são respeitadas ou monitoradas. Muitos sítios arqueológicos, por estarem dentro de um contexto de exploração, correm riscos quanto a sua integridade.

We believe this new outward-looking perspective is critical to the future conservation and preservation of the nations's diverse archaeological heritage. Putting people first is vital if archaeologist are to create an educated and caring constituency for protecting archaeological sites. The past is dead; therefore, we must demonstrate and share its continued relevance to a diverse public in a meaningful way or witness further degradation of your fragile cultural heritage (POIRIER; FEDER, 1995, p. 3)²⁶⁷.

A articulação dessas reclamações pontuais com o patrimônio arqueológico dessas áreas está na negociação da Administração Municipal com os moradores, acerca de concessões mútuas. É preciso estabelecer compromissos de preservação dos sítios arqueológicos reconhecidos em troca de isenções de impostos e benefícios agrícolas.

Os bens precisam ser reconhecidos pela comunidade, que terá respeitado seu entendimento quanto a eles, mas deverá primar pela sua preservação. A participação da população local nesse intento poderá ser transformada em mais transporte público e infraestrutura, visto que estabelecerá um contato mais frequente e estruturado com órgãos administrativos, culturais e ambientais, aumentando sistematicamente os contatos e parcerias.

De forma organizada e sistemática, respeitando os critérios de conservação dos sítios arqueológicos, poderão ser organizadas visitas por escolas e pesquisadores, quando os próprios moradores poderão mostrar seu entendimento quanto ao patrimônio arqueológico, valorizando a auto-estima da população local.

O turismo cultural, desde que bem orientado e sustentado pelo consentimento e preparação dos moradores, pode ser uma alternativa para longo prazo, pois seria um segundo passo após o próprio reconhecimento local entre sua identidade e os bens arqueológicos.

²⁶⁷ Tradução: Acreditamos que essa nova perspectiva voltada para o outro é fundamental para o futuro da conservação e preservação do patrimônio arqueológico de diversas nações. Colocar as pessoas em primeiro lugar é fundamental se o arqueólogo pretende criar um círculo educado e atencioso em prol da proteção aos sítios arqueológicos. O passado está morto e, portanto, temos de demonstrar e partilhar a sua relevância contínua a um público diverso, de uma forma significativa ou testemunhar a degradação de nossa frágil herança cultural.

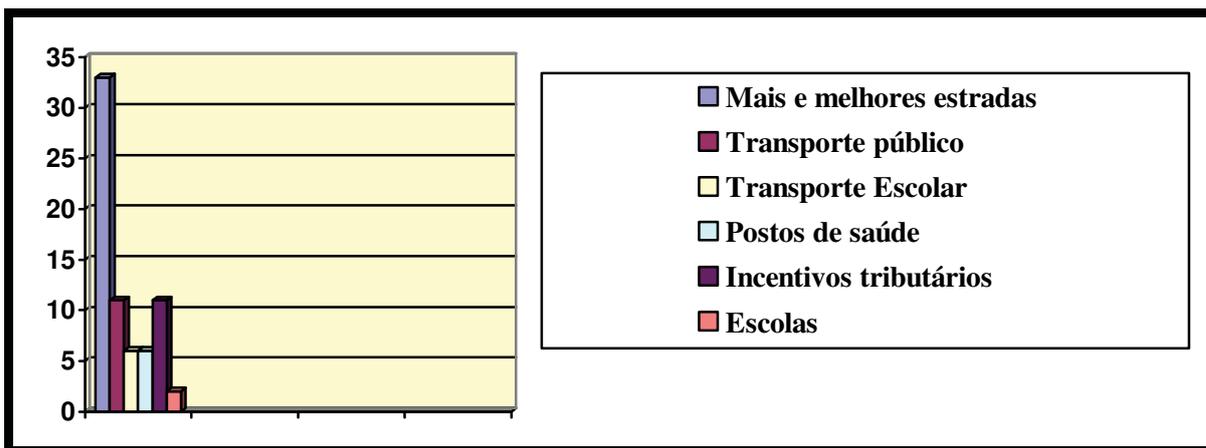


Figura 197: Gráfico relativo às demandas das localidades.

4.3 – O MUSEU COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Já mencionamos anteriormente a respeito da trajetória e da importância dos museus no Brasil e na região. Verificamos que cada museu tem suas particularidades, seja nas coleções, seja na condução de suas ações educativas ou em suas necessidades. O caso montenegrino não foge a essa regra, mas constituiu um diferencial nessa pesquisa: foi o cenário de várias experiências em prol da aproximação do público com o patrimônio arqueológico montenegrino. O Museu Histórico Nice Antonieta Schüller representa o mecanismo de ligação entre o patrimônio arqueológico e o público em geral, sem fronteiras culturais estabelecidas. O museu está aberto para todos, independentemente do lugar de origem, da etnia, religião, idade ou cultura. Pode ser uma extensão do passado, incluindo nesse, os sítios arqueológicos. Através do ambiente museológico com suas exposições e ações educativas, podemos estabelecer um vínculo entre a comunidade e os bens arqueológicos da região. Se o acesso aos sítios arqueológicos é restrito, o museu supre essa lacuna, promovendo o encontro entre a comunidade e a Arqueologia.

O avanço das iniciativas do museu, relacionado às coleções arqueológicas, é gradual e de longo prazo mas, indubitavelmente, urgente. Nossa experiência no Museu Histórico Nice Antonieta Schüller esteve inteiramente articulada com os propósitos do presente trabalho, o qual pretende simular o mesmo formato de um museu, onde expomos, mediamos e dialogamos com o público.

Em sete anos de convivência com o público e as coleções museológicas, percebemos a estagnação e o posterior crescimento do campo arqueológico dentro dessa instituição cultural.

A incipiente coleção arqueológica mostrava-se escondida e desvalorizada e, quando era exposta, com o simples propósito de preencher espaços, não vinha acompanhada de uma identificação clara e atraente, que despertasse o interesse do público. Este procedimento é explicado pela persistente e lamentável ideia de que a história indígena é de secundária importância, em se tratando de objetos pré-coloniais, e que a Arqueologia Histórica, por ainda não ser amplamente conhecida nesse espaço específico, não tem reconhecido o devido valor como registro a partir do período colonial. Outro aspecto que pesa nesse sentido é o da falta de historiadores e arqueólogos dentro do museu. Sem critérios e embasamento técnico, no caso do referido museu, algumas coleções - não só a arqueológica - eram simplesmente encaixotadas, compondo um grande e desorganizado depósito de antiguidades, remetendo ao tempo dos gabinetes de curiosidades. O passado a ser explicado pela Arqueologia era preferido por objetos considerados requintados e “belos”, levando a alguns visitantes desavisados questionarem qual o preço de uma ou outra peça, tamanha era a similaridade com uma casa comercial, destinada a vender, e por isso, se utilizava de uma estratégia de propaganda, colocando na vitrine os “modelos mais em voga”. Em outras palavras, a exposição era elitista e mesmo de maneira inconsciente, visava atrair um público específico, admirador do belo, sem uma maior reflexão sobre a complexidade histórica que existia – e existe - por detrás daquela cortina.

Reduzida a uma ponta de projétil e alguns fragmentos cerâmicos encontrados aleatoriamente, a coleção encontrava-se inicialmente espalhada pela improvisada reserva técnica. Muitos objetos, que haviam sido dados como roubados ou extraviados, encontravam-se dentro de uma grande miscelânea de materiais, que raramente eram expostos ou manuseados. Havia uma segregação entre o material que chamava a atenção do público, e por isso era preferido para as exposições, e o “sem atrativos”, no qual se enquadravam as peças arqueológicas. As peças arqueológicas sequer eram numeradas, apenas constavam como lotes no livro tombo. Esse “esquecimento” é explicado pela falta de “monumentalização” das peças arqueológicas, pois ainda não ocuparam lugar de destaque na memória social da cidade, “apenas constituem um passado mítico e remoto.

Depois de grande relutância da parte administração do museu e grande insistência de nossa parte, obtivemos alguns metros quadrados para expor os ainda restritos objetos da coleção arqueológica. Utilizamos um expositor com tampa de vidro, onde os materiais poderiam ser amplamente visualizados e ao mesmo tempo estariam protegidos.

Montamos uma estrutura onde foi simulada uma grande quadrícula sendo escavada, com as ferramentas utilizadas nesse processo e os materiais mais frequentemente encontrados numa escavação arqueológica, como ferramentas líticas, fragmentos cerâmicos, ossos e carvão. Em cada suposto achado foi colocada uma plaqueta de identificação com breve e didática explicação sobre a importância daquele material para o entendimento do passado local. O propósito também era o de mostrar a origem das peças arqueológicas ali expostas, pois a visualização de que a maioria do material arqueológico está sob o solo e que é resultado de ações antrópicas, diminui o rótulo atribuído a esse, de exótico e místico.

Próximo a essa estrutura foi exposta uma caixa de vidro com diferentes camadas estratigráficas, para que o público entendesse a lógica das sobreposições e pudesse ter uma idéia cronológica dos assentamentos pré-coloniais e coloniais. Nas camadas mais profundas foram colocadas pedras similares a ferramentas líticas, bem como carvão e ossos bovinos. Em camadas medianas foram inseridas réplicas de fragmentos cerâmicos e de ferramentas líticas, para demonstrar a coexistência. No plano superior da estratigrafia foram acrescentados objetos mais contemporâneos, como fragmentos de louça, telha, metal e vidro. Na última camada foram dispostos materiais de uso atual, como plástico, isopor, sintéticos, repetindo os metais e vidros. Toda essa demonstração forneceu uma noção sobre como ocorreram as ocupações, em diferentes períodos e contextos, levando em consideração as condições ambientais e culturais dos grupos humanos que deixaram os vestígios. A percepção de que nosso lixo forma uma camada residual que revelará nosso perfil de consumo no futuro, colabora, inclusive, na conscientização de crianças acerca da necessidade de cuidados com o meio ambiente.

Já nesse último exemplo, percebemos a necessidade do entrosamento da Arqueologia com outras ciências e estudos, como Ecologia, Geografia, História e Antropologia. Esse entrosamento disciplinar é essencial nas mensagens que o museu repassa ao público, pois qualifica o processo de comunicação e promove debates extremamente positivos para despertar novas ideias e o aprimorar a relação entre museu e visitantes.

Ainda em se tratando de ambiente museológico, cabe ressaltar que havia uma forte tendência em valorizar a religião católica nas exposições do museu. Certamente - e inclusive através da presente pesquisa constatamos isso no âmbito rural - a predominância religiosa é católica. No entanto, acreditamos que uma instituição cultural com caráter eclético deve cultivar a diversidade, fator que se estende à religiosidade. Diante da grande quantidade de material oriundo da antiga e primeira Igreja Católica da cidade, sugerimos a formação de uma

parceria com a própria Igreja, onde poderia ser ocupado um grande mezanino, ou em um espaço a ser determinado, dentro do novo prédio da Cúria, para ser utilizado como local para exposições e visitação deste acervo sacro. Certamente a comunidade católica teria excelente participação com recursos, como já é tradição nesse meio, assim como prestigiando o acervo seguidamente, pois este estaria mais próximo dos interessados, contribuindo para reforçar a importância e influência da Igreja católica na história local.

Outro exemplo no mesmo sentido foi o do acervo da área da saúde. Havia muitas peças relacionadas à saúde, medicina e odontologia. Eram peças grandes, algumas com a conservação bastante comprometida ou de difícil e cara manutenção, e que nem sempre poderiam ser montadas adequadamente, a ponto de compor uma exposição clara. No entanto, se inseridas em um ambiente ligado à área da saúde certamente estariam bem melhor contextualizadas e constituiriam boa representação na história da saúde montenegrina. Assim, foi sugerido a organização e a manutenção de uma pequena exposição dentro da área de um dos dois hospitais locais. Essa exposição cumpriria um sistema de rodízio entre essas instituições e a Secretaria de Saúde do Município, onde circulam centenas de pessoas diariamente.

Essas parcerias são excelentes para a ramificação do museu pelo município, estabelecendo novos contatos e ampliando as possibilidades de engajamento entre empresas e outras instituições culturais.

Um avanço importante em termos de Educação Patrimonial foram as atividades fora do espaço físico do museu, através de oficinas, palestras e kits pedagógicos montados para escolas. As oficinas fizeram parte do Projeto Cultura em Movimento, iniciativa na qual representantes do SEPAHC²⁶⁸ realizavam atividades educativas em escolas do município. As visitas eram pré-agendadas e privilegiavam as comunidades mais distantes, principalmente da área rural. Com a gradual divulgação e a boa receptividade aos trabalhos, os encontros foram ampliados em número e local, atendendo também a área urbana. No caso das oficinas do Museu Histórico, eram ministradas preferencialmente as relacionadas ao patrimônio arqueológico, onde a pré-história da região era mostrada em imagens e através de peças

²⁶⁸ Serviço de Patrimônio Histórico e Cultural, o qual é vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Montenegro e engloba o Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, O Museu de Arte de Montenegro e o Arquivo Histórico e Geográfico Maria Eunice Müller Kautzmann.

arqueológicas originais²⁶⁹ ou réplicas destinadas exclusivamente a este fim. Esta escolha pinçou do esquecimento o acervo relacionado ao patrimônio arqueológico da região. Os alunos inicialmente assistiam a uma pequena palestra com a predominância de imagens e no decorrer das explicações manuseavam os fragmentos.

Durante os trabalhos de educação patrimonial nas escolas rurais, era frequente o reconhecimento de materiais arqueológicos pelos alunos, pois muitos já haviam encontrado fragmentos em suas plantações e quintais. Embora alguns ainda relacionassem a Arqueologia com o folclore local, falando das lendas relacionadas a tesouros, a grande maioria demonstrou bom conhecimento sobre a presença indígena, por conta do aprendizado na escola, cada vez mais aberto à questão da diversidade étnica e cultural. Porém, o que mais atraía os alunos era a História local relacionada a períodos mais recentes, pela proximidade com o contexto atual e pela maior visibilidade de remanescentes, muitas vezes localizados em propriedades onde moravam os alunos. Em seguida era realizada uma atividade lúdica para relembrar o conteúdo apresentado. Era neste ponto da atividade que verificávamos o quanto as crianças e os jovens são receptivos ao assunto, desde que esse seja apresentado de forma atrativa e instigante. Através das atividades lúdicas percebemos que o que era aplicado era bem absorvido pelos alunos. O desejo de conhecimento existe, mas para colocá-lo ao alcance do público-alvo é preciso falar o mesmo “idioma cultural” que, em se tratando de discentes, varia de acordo com o contexto e a idade.

Quanto às palestras, essas eram ministradas ao Ensino Médio e às turmas do curso técnico em turismo, ambos da Escola Técnica São João Batista. Sendo direcionadas a um público previamente receptivo ao assunto, os questionamentos eram muitos e variados, o que gerava um debate produtivo sobre o que compõe o patrimônio arqueológico da região e a importância de sua preservação. Em alguns casos, as palestras eram requisitadas para o público escolar do Ensino Fundamental. Em ambos os casos a linguagem foi adequada ao público, sendo valorizado também o contexto dinâmico oferecido pela tecnologia e a velocidade das informações. Isso significa que, apesar de tratarem do passado, as palestras incentivavam a divulgação e o conhecimento desse através de recursos atuais como a internet, a fotografia e o vídeo. As experiências nesse sentido foram muito positivas e a tendência, considerando um ritmo contínuo, é de significativos avanços em prol do patrimônio arqueológico e histórico.

²⁶⁹ Eram utilizados, por exemplo, alguns dos muitos fragmentos cerâmicos que foram entregues ao museu sem nenhuma identificação. Esses eram numerados e organizados em kits para demonstração para os alunos, sempre com os devidos cuidados com a conservação.

Em relação aos kits pedagógicos disponibilizados para as escolas, estes eram compostos por textos e imagens, preparados de acordo com o nível de aprendizado. Acompanhavam atividades como caça-palavras, jogo dos sete erros e demais atividades lúdicas com instruções e sugestões para os professores. Tratava-se de aulas previamente montadas, mas adaptáveis ao tempo e aos recursos disponíveis, as quais os professores poderiam utilizar mesmo sem preparação prévia. Esse tipo de material tem seu valor educativo não só para os alunos, mas para os docentes, que nem sempre têm acesso facilitado aos estudos arqueológicos relativos à região.

Cabe salientar, nesse sentido, que o professor tem um papel importantíssimo na educação patrimonial, pois é formador de opiniões e através de seu trabalho pode multiplicar o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico local. Seu empenho nesse sentido, a longo prazo, fará uma grande diferença no entendimento, por parte das novas gerações, sobre qual o papel do passado na construção do futuro.

Outros dois exemplos de tentativas de valorização e divulgação da história local eram os comentários exibidos no canal de TV local – TV Cultura do Vale – e uma coluna semanal em um dos jornais da cidade - Jornal Ibiá. Quanto aos comentários na TV, esses focavam aspectos da história do município, sendo também direcionados ao patrimônio arqueológico local. Da mesma forma, o jornal divulgava aos seus leitores, fragmentos históricos, como transcrição de documentos, curiosidades sobre o acervo. Como a autoria era alternada entre a equipe do Serviço de Patrimônio Histórico e Cultural, em nossa vez, sempre havia um espaço para mencionar o acervo arqueológico, comentar sobre a presença indígena na região ou esclarecer sobre a origem de prédios ou locais históricos ainda existentes.

Outra questão relevante a mencionar é a presença de uma Comissão de Acervo do Museu Histórico Nice Antonieta Schüller, que participa nas decisões relativas ao encaminhamento de doações ao tombamento. A Comissão é formada por representantes do Serviço de Patrimônio Histórico e Cultural – SEPAHC, Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, Conselho Municipal de Cultura – CMC, Entidade de Filantropia, Cultura e Arte – EFICA, Movimento de Preservação do Patrimônio Histórico de Montenegro - MPPHM, Comunità Italiana di Montenegro, Grupo Consciência Negra/Sociedade Floresta, Rancho Herança de Luso-Descendentes e Folclore Internacional, Associação Tradicionalista Montenegrina – ATM e União Montenegrina de Associações Comunitárias – UMAC. São realizadas reuniões mensais, nas quais são decididos os destinos de lotes de objetos doados ao museu, através de votação.

Apesar de extremamente importante para a aproximação e maior participação de entidades culturais do município na rotina do museu, percebemos que os resultados não são satisfatórios e é necessária a aproximação com entidades rurais, associações de bairros, historiadores, arqueólogos, geógrafos, antropólogos e principalmente professores atuantes nas escolas montenegrinas.

As pessoas atualmente engajadas na comissão, em sua maioria, possuem conhecimentos incipientes acerca da Arqueologia e patrimônio arqueológico local. É necessária a ampliação dos conhecimentos, no campo arqueológico, histórico e patrimonial, para todos os componentes, pois as decisões sobre o acervo da instituição devem ser conscientes e obedecer a critérios em que esteja incluída a legislação vigente e a responsabilidade do cidadão em relação ao passado de sua localidade.

Importante mencionar que entre os membros faz-se necessário um maior entrosamento cultural, pois são representações variadas e nem sempre as peculiaridades culturais de cada grupo são conhecidas e devidamente valorizadas. Uma alternativa seriam reuniões com palestras, alternando os locais de encontro. Poderia ser elaborado um cronograma de reuniões fora do museu, privilegiando os espaços culturais das entidades, promovendo maior intercâmbio de vivências e sensibilizando gradualmente a todos os membros sobre a importância da diversidade e do respeito ao olhar do outro sobre um mesmo objeto.

Certamente, durante as avaliações dos objetos doados, a divergência de interpretações acontece e é salutar em prol de uma reflexão mais crítica. Mas é evidente que a aceitação de um entendimento diferente do nosso só é possível quando há um embasamento sobre as demais culturas e contextos. Esse argumento é aplicável aos objetos arqueológicos. As peças arqueológicas são vistas como exóticas, como mera curiosidade, pois o passado em que elas foram utilizadas parece ser um mundo à parte, não suficientemente permeável ao museu. No entanto, a Arqueologia é uma importante aliada na elucidação do passado de todas as entidades presentes. Exemplificando, podemos citar o caso da presença negra na região, cujos estudos são insuficientes e não dispõem de ampla documentação escrita. Há indícios de quilombos no interior do município, e o aproveitamento das pesquisas poderia ser bem mais amplo. O papel do museu ultrapassa a mera atividade expositiva, é principalmente social; por isso a parceria com grupos representativos pode ser o elemento de difusão para pesquisas e divulgação da história local. Em se tratando de outros grupos étnicos, o caso é recorrente, pois as pesquisas com a colonização europeia são frequentes e agregam ao museu a presença de vários pesquisadores, somando dados à arqueologia histórica local relativa a esse tema.

Quanto aos grupos tradicionalistas, interessa a busca de suas raízes, totalmente ligadas à história do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, passíveis de ser articuladas com a arqueologia histórica em todos os aspectos. No caso das entidades voltadas exclusivamente para o campo cultural e patrimonial, é desnecessário mencionar seu papel na divulgação e preservação da história montenegrina e, portanto, da valorização da pesquisa e do acervo arqueológico atribuídos ao museu.

A presença de historiadores, arqueólogos, antropólogos e demais representantes de ciências afins na Comissão de Acervo é de fundamental importância, para fornecer o respaldo técnico nas decisões e abrir janelas para diálogos mais aprofundados e críticos. Isso não significa supervalorizar o discurso técnico, mas oportunizar o contraponto entre o científico e o leigo, considerando que, neste caso, esses constituem as duas faces de uma mesma proposta.

A aproximação do museu com instituições de ensino que promovam pesquisas arqueológicas aumenta a visibilidade da instituição e estabelece vínculos cada vez mais fortes com as comunidades envolvidas, sejam rurais ou urbanas. Outro fator positivo desse tipo de parceria é o constante aprimoramento e atualização das ações educativas do museu, pelo contato com o ambiente acadêmico e seu amplo alcance às novas tendências teóricas. Essa também constitui condição favorável à participação de representantes de Universidades na Comissão de Acervo, promovendo o debate interdisciplinar.

É notório que o investimento em pesquisa por parte do museu é ainda incipiente e merece uma atenção mais acentuada na área arqueológica, para que o patrimônio da região seja realmente um conjunto de bens relevantes no entendimento do público. Para esse propósito é preciso que tomemos iniciativas, que nos posicionemos como profissionais, como mediadores entre público e o patrimônio. Sabemos da necessidade de mudanças e entendemos a raiz das deficiências. A comunidade não valoriza o que não conhece. O museu deve buscar uma maior interação com **seus públicos**. Como alternativas viáveis, sugerimos publicações sobre o patrimônio arqueológico da região, sejam impressas ou por meio digital, elaboradas pelo museu histórico em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para distribuição nas escolas, a serem adotadas como conteúdo contínuo e amplamente divulgado entre os alunos. Utilizando esse material podem ser programadas oficinas e palestras para o ano letivo, com preparação prévia dos alunos pelos professores.

Quanto aos professores, esses podem realizar cursos de atualização relativos à questão do patrimônio histórico e arqueológico, com certificação emitida pela Secretaria Municipal de Educação, visto que esse procedimento engrandece os investimentos educativos da

Administração Municipal, e incentiva o corpo docente, já que a qualificação no plano de carreira dos professores é obtida através de títulos. A criação de uma rotina de atualizações de conhecimentos para os professores forma um círculo de debates e certamente trará bons resultados sob o ponto de da educação patrimonial.

Outra iniciativa que a ser aplicada é a visitação programada e previamente organizada a alguns sítios arqueológicos, sob a supervisão e agendamento via museu. Essa atividade articula várias disciplinas, abordando desde a questão ambiental até conteúdos que num primeiro momento parecem distantes, como língua portuguesa e matemática, mas que certamente podem ser empregados em relatórios, redações, problemas matemáticos, estatísticas e praticamente todos os exercícios com números ou vocabulário. Inclusive, cabe a criação de uma equipe docente apta a montar atividades com esse perfil interdisciplinar, promovendo inovações e ao mesmo tempo resgatando a autoestima dos professores, que então poderão utilizar a criação de profissionais locais com vistas a aulas mais criativas e estimulantes.

A criação de um site para o Museu Histórico Nice Antonieta Schuler é uma alternativa inovadora para divulgar não só a história do município, mas seu acervo. Esse tipo de recurso atinge um público muito amplo e dispõe de muitas informações, incluindo o campo da Arqueologia. Além de imagens, textos e uma possível visita virtual ao museu, poderão ser disponibilizadas fontes orais, documentos históricos transcritos e um espaço interativo com os visitantes, onde serão ser feitas sugestões, críticas e comentários sobre o material divulgado, bem como em relação às visitas presenciais do museu.

Esse tipo de avaliação é de extrema importância para detectar pontos a melhorar em relação ao atendimento ao público, bem como funciona como um termômetro para conhecermos qual é a ótica dos visitantes, o que buscam no museu, qual sua percepção sobre o que está exposto. Conhecer o perfil dos visitantes é essencial para novas estratégias de valorização do acervo que não é mencionado, bem como serve para identificar qual o visitante que não está presente no museu, ou seja, aquele que não está incluso nas pesquisas mas é alvo de interesse. Dentro desse site, tomando o exemplo das redes sociais, poderiam ser disponibilizados presentes virtuais relacionados ao patrimônio histórico e arqueológico, bem como a formação de uma rede de amigos do patrimônio, onde ocorra troca de experiências com outros museus e instituições culturais

Com este mesmo propósito de troca de experiências funciona a REM – Rede de Educadores em Museus, da qual o Museu Histórico Nice Antonieta Schuler atualmente

participa. As reuniões são mensais e acontecem cada vez em uma das instituições participantes, possibilitando um maior conhecimento sobre as demandas e iniciativas de cada uma.

Até aqui percebemos muitas mudanças na trajetória do museu montenegrino. Mas as mudanças mais significativas ainda precisam acontecer. Como arqueólogos precisamos nos posicionar a favor do patrimônio arqueológico e resgatar a militância em prol de sua conservação. Nosso papel social, nesse sentido, não pode ficar limitado a discursos, o que então não seria papel social, mas sim demagogia arqueológica. Precisamos entender todo o processo que leva um achado ao museu, desde a escavação até a exposição. Em todo esse trajeto há um complexo e mutável emaranhado de significados, processado por várias pessoas, em várias épocas e contextos. Para um agricultor, um fragmento cerâmico guarani pode indicar a presença de ouro; para um arqueólogo indica a presença de grupos Guarani, entre dezenas de detalhes e características que serão do seu interesse; para um aluno que não tenha vivenciado a educação patrimonial pode demonstrar a presença de ouro ou de uma “panela de bugre” e o aluno que tenha tido a experiência de manuseio de material arqueológico, já identifica a peça como fragmento cerâmico, oriundo de grupos indígenas, o qual era confeccionado e decorado pelas mulheres indígenas. Esse exemplo mostra os diferentes olhares para um mesmo ponto.

Mas como agradar a tudo e a todos? A resposta é não buscar “agradar”, mas sim dialogar com flexibilidade. Sabemos que, na ótica da Arqueologia e da História, ocorrem verdadeiras atrocidades em acervos e sítios arqueológicos. Consideramos, nós, arqueólogos, que algumas pessoas destroem o patrimônio que é coletivo. No entanto, nós, arqueólogos, também “destruímos” sítios arqueológicos e o que difere uma situação da outra é que fazemos isso com aval de instituições responsáveis pela proteção e salvaguarda do patrimônio.

Não queremos aqui, de forma alguma, cogitar que arqueólogos possam ser destruidores ou caçadores de tesouros, mas sim estabelecer uma analogia que deve ser recorrente em outros entendimentos fora de nosso “grupo arqueológico”. Certamente para os leigos, uma escavação é um ato destrutivo, pois o solo é violado e dele são retirados objetos que não costumam voltar nem “dar notícias”. Sem embasamento técnico, a lógica mais recorrente é a de que os tesouros foram levados e enriqueceram alguém. O fato da presença de pessoas do mundo acadêmico muitas vezes estabelece certos rótulos de “superiores” em um meio gerido pela simplicidade, cuja impressão é ampliada com o uso de equipamentos e de uma linguagem mais técnica. Os objetos que aparentemente não representam ser valiosos são

levados rápida e cuidadosamente, como se houvesse um segredo, o que é ainda mais acentuado pela falta de esclarecimentos sobre por que eles significam tanto para a Arqueologia. O cinema e telenovelas, por sua vez, também colaboram no sentido de criar uma imagem fantasiosa do arqueólogo, sempre cheio de mistérios e envolvido com objetos que são chaves de uma grande riqueza.

Percebemos que a figura do arqueólogo tem um impacto considerável no imaginário leigo. Dentro de um museu, como o de Montenegro, sentimos a carência de um campo de maior amplitude e autonomia e esse sentimento foi despertado após nosso envolvimento com o mundo acadêmico, onde a atmosfera é de tomada de iniciativas, de crescimento. Nossa participação em disciplinas acadêmicas relacionadas com a Arqueologia, ministradas por professores atualizados no campo teórico, em nível mundial, e contatos frequentes com professores e profissionais envolvidos em trabalhos de educação patrimonial, influenciaram positivamente um novo olhar sobre o Museu Histórico Nice Antonieta Schüller, suas coleções e seus públicos.

Um olhar crítico sempre nos amadurece e nos faz acreditar que o arqueólogo precisa estar cada vez mais próximo desse contexto plural, onde a técnica constitui minoria, para que possa realmente compreender as origens das diversas interpretações e através disso estabeleça propostas concretas para a preservação do patrimônio sem imposição de valores que possam acarretar dicotomias como público x acervo; acervo para expor x acervo para guardar; cientista x leigo; rural x urbano. A segmentação mais destrutiva nesse conjunto é a estabelecida entre sábios x ignorantes, pois, dependendo de nosso posicionamento, podemos ocupar ambos os lados ou simplesmente não saberemos identificar qual nossa verdadeira vocação. Sejamos verdadeiramente arqueólogos, com o poder de determinar não só dentro de um museu, mas em novos rumos da Arqueologia, onde a função social do pesquisador e da instituição realmente contribua para o bem-estar coletivo e a preservação do patrimônio como um elo de ligação entre passado, presente e futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final de uma das etapas desta pesquisa. Realmente referimo-nos como uma **etapa**, pois, de acordo com o que tentamos mostrar neste estudo, o entendimento do passado arqueológico está em constante mutação e cada novo passo no conhecimento demanda outra busca, a partir de novas questões.

O caminho trilhado por nós foi o de um município gaúcho, Montenegro, um pequeno fragmento de uma peça imensa, com muitas partes a serem coladas e agregadas. No entanto, é com trabalhos de pequenas proporções diante do todo, que a Arqueologia monta seu complexo quebra-cabeças. É sempre necessário dar o primeiro passo mesmo que a caminhada pareça longa e incerta. Foi este o pensamento que nos guiou. As pesquisas arqueológicas em Montenegro estavam estagnadas desde a década de 1980, quando cessaram as prospecções realizadas por Ribeiro (in memoriam). O esforço de Ribeiro e sua equipe foi uma importante iniciativa para o reconhecimento de muitos sítios arqueológicos no Vale do Caí, e ainda hoje continua fornecendo embasamento para ampliação de muitas pesquisas acadêmicas em outros municípios. Mas apesar de todo o resultado positivo deste empreendimento, pelo qual aqui fica registrada nossa homenagem, percebemos que hoje é imprescindível também um diálogo mais aberto, mais sensível com a população local, quando o assunto é patrimônio arqueológico.

Para os arqueólogos, os termos técnicos, objetos e vestígios são comuns em sua rotina de trabalho, pois estes constituem seu trabalho e sua bandeira. Mas o que significam estes termos para quem não está inserido neste mundo arqueológico? O que é mais importante para

estas pessoas? Será que seus interesses giram próximos do mundo da Arqueologia e da História? Como podemos aproximar as pessoas da Arqueologia, através dos museus?

As respostas a estas questões puderam ser sentidas (e não só ouvidas) quando visitamos sítios arqueológicos ou locais com potencial arqueológico dentro de um contexto cultural diferente da Academia, dos museus e dos laboratórios. Neste caso tratamos com pessoas que tem seus interesses específicos, suas necessidades locais e seu entendimento baseado em sua própria bagagem sociocultural, muito diferente de um arqueólogo. Para a grande maioria, a linguagem arqueológica é desconhecida e por ser assim, estabelece uma redoma artificial que separa pesquisador e pesquisado. Para que o diálogo seja produtivo, é preciso o uso de uma linguagem não apenas comum, mãe em comum, ou seja, falarmos de um mesmo tema, mas de modo que os envolvidos possam absorver, digerir a fala oposta, filtrando-a em seus próprios conceitos. Ao respeitarmos o olhar do outro, abrimos caminhos para que fluam suas reais perspectivas em torno do que entendem por Arqueologia e a partir disso, possibilitamos um canal de comunicação entre este senso comum e o interesse puramente arqueológico de preservação e ampliação do conhecimento.

Such a cultural politics, with interests in service, obligation and dialogue, involves a strategic logic of particular situations, as I have just claimed. This is a logic attuned to the living textures of popular experience, attending to popular concern rather than abstract and academic philosophies and methodologies (though these may be cited, they exist primarily in relation to practical interest and experience). It means taking the popular seriously. [...] So to write of the politics of archaeology is to refer not first to conventional politics of left and right, or to academic or theoretical politics, but to something more radical - people's basic orientations, experiences and hopes as they apply to the material past (SHANKS, 1992, p. 137)²⁷⁰.

Buscando manter este contato durante e depois da pesquisa, inicialmente com o retorno dos resultados e num segundo momento proporcionando o acesso deste à população local, primamos por uma linguagem acessível que proporcionasse conhecimentos básicos que contribuíssem de forma positiva para a melhor compreensão acerca de quais são e porque são importantes os bens culturais existentes na região.

²⁷⁰ Tradução: Essa política cultural, com interesses, obrigações e diálogos, envolve uma lógica estratégica de situações particulares, como tenho alegado. Esta é uma lógica em sintonia com as texturas de experiência da vida popular, atendendo à preocupação popular, em vez de filosofias abstratas e acadêmicas e metodologias (embora estes podem ser citados, existindo principalmente em relação ao interesse prático e à experiência). Significa levar à sério o popular. [...] Assim, escrever sobre a política da arqueologia é se referir não inicialmente à políticas convencionais de direita e esquerda, ou à políticas acadêmicas ou teóricas, mas a algo mais radical – as orientações básicas, as experiências e as esperanças que as pessoas aplicam ao passado material.

Certamente as opiniões continuarão divergentes e não há a pretensão de que todos os dados técnicos sejam introjetados pelos leitores, pois o mais relevante é que a todos seja fornecido um embasamento que propicie suas releituras e que estas sejam feitas em prol da preservação e do bem-estar da própria comunidade. O resultado da entrevistas, colocado em temas pontuais, valorizou a ótica local e ao mesmo tempo mostrou o contraponto entre lenda e realidade, e como isso pode ser utilizado a favor da Arqueologia.

Diante destas colocações, o trabalho foi elaborado em duas partes sensivelmente diferentes. A primeira tem um enfoque que tende a ser mais técnico, onde o primeiro capítulo inseriu o município no contexto ambiental, mostrando as transformações da paisagem através dos tempos e esclarecendo como as mudanças ambientais influenciaram na composição da paisagem regional atual.

Destacamos que a posição geográfica e as características geomorfológicas da cidade foram favoráveis para a presença de grupos pré-coloniais, de culturas e períodos diferenciados. Montenegro, uma das cidades do Vale do Caí, exhibe grandes vales, com vastos recursos hidrográficos e florestais. Sua localização, nos limites da Depressão Central e o Planalto, exhibe ambientes distintos, com florestas e zonas de campos. Esta paisagem certamente foi atrativa e fundamental para a sobrevivência de grupos humanos que viveram aqui no período pré-colonial. Um dos sítios arqueológicos mais antigos da região estudada, segundo pesquisas realizadas até o momento, o RS-TQ-58, está localizado na divisa dos municípios de Montenegro e Brochier, apresentando datações através de Radiocarbono 14, de aproximadamente dez mil anos Antes do Presente. Estas informações são imprescindíveis para a conexão do passado com a identidade local, pois possibilitam a noção cronológica, que por não ser conhecida possuía um caráter ainda mais abstrato.

As evidências arqueológicas em terras montenegrinas indicaram a presença de grupos atribuídos às Tradições Arqueológicas Umbu, Taquara e Guarani. Portanto, Montenegro foi inicialmente, há cerca de oito mil anos atrás, o lar de grupos caçadores-coletores, que dependiam dos recursos naturais para sua subsistência. Não há indícios de que produziram utensílios cerâmicos e seus artefatos e, conforme os achados considerados até então, estes foram ferramentas líticas, como pontas de projétil, boleadeiras, raspadores, entre outros.

No início da era cristã, grupos Guarani chegaram ao Rio Grande do Sul e introduziram sua cultura diferenciada pela horticultura e produção cerâmica. Conviveram em aldeias, com rituais e costumes que podem ser amplamente estudados, atualmente, por estudos etnológicos.

Devemos considerar que também há documentos que indicam a presença indígena ainda entre os séculos XVII e XIX, quando estiveram em contato com os primeiros colonizadores europeus e oriundos de outros locais do Brasil. O choque cultural entre os nativos e a segunda leva de ocupantes do território montenegrino foi violento e deixou rastros não só na história da região como no imaginário da população local em relação à figura indígena.

As fontes históricas apontam que quando os europeus chegaram às terras montenegrinas, encontraram os Ibiraiara, conhecidos atualmente como Kaingang. Acredita-se que estes sejam descendentes de grupos atribuídos à chamada Tradição Arqueológica Taquara, moradores do planalto gaúcho, que adaptavam suas moradias ao clima frio, consumindo pinhão e produzindo cerâmica característica. Sua presença nesta região é decorrente de pressões colonizadoras do século XIX, em suas terras de origem.

O conhecimento da História local a partir do desenvolvimento urbano (mostrada no capítulo 1), também é relevante para que a população desenvolva seu ponto de vista em relação ao seu passado mais recente e perceba como este está vivo ainda no presente, através das transformações sociais, econômicas e culturais da região. Estas colocações abrem caminho para que a Arqueologia Histórica represente uma promissora contribuição na valorização do patrimônio arqueológico urbano, como um instrumento a ser profundamente explorado em novas pesquisas.

No segundo capítulo foram mencionados dados relevantes em relação aos sítios arqueológicos já reconhecidos através do trabalho de Ribeiro (1968, 1972, 1974, 1989) e a respeito de casos inéditos acerca de locais de interesse arqueológico e de importantes ocorrências arqueológicas. Em ambos os casos, foi verificado o estado de conservação e foi salientada a sua importância para o contexto histórico da cidade.

A contribuição mais relevante, no entanto, está relacionada ao diálogo estabelecido com os moradores das localidades onde estão localizados estes bens arqueológicos. Apesar da importância em destacar a face técnica da Arqueologia, é preciso, mais do que nunca, assumir o compromisso social desta ciência, valorizando o “componente humano” tanto quanto a cultura material, puramente (HILBERT, 2006). Os objetos, os lugares e todos os remanescentes arqueológicos têm uma mensagem, a qual difere de acordo com a lente que a observa. Um arqueólogo facilmente identifica um fragmento cerâmico, uma provável inscrição rupestre, um fragmento de louça, porém, aos olhos leigos, estes nem sempre são

indícios arqueológicos, mas sim sinais exóticos, algo relacionado a tesouros e lendas. Isto significa que existem diferentes versões do passado, sendo contadas no presente.

Archaeology's reality, past and present, is a precarious one which can be readily diverted and made rigid for particular sectional interests. In a way archaeology's cultural politic is about finding the first person plural - "we" who can reason, argue, discuss the potencial and place of past in present, we who struggle to make a better quality present which necessarily includes the past (SHANKS, 1992, p. 137)²⁷¹.

No caso dos entrevistados, o que a Arqueologia classificaria como Patrimônio Arqueológico de Montenegro, os moradores locais poderiam chamar de “mapa do tesouro”. Verificamos que o entendimento local tende a relacionar estes vestígios com antigas lendas e com a tradição oral, ambas repassadas de geração a geração.

Segundo o entendimento dos moradores locais, os argumentos relacionados ao patrimônio arqueológico pairaram sobre a existência de tesouros escondidos, a presença de jesuítas, indígenas selvagens em alguns casos, e na latente religiosidade.

Constatamos que as pessoas mais jovens e estudantes, com acesso à escola, internet e maior disponibilidade de informações já estão formatadas por estes contatos, a uma visão mais real, mais próxima da ciência. São a minoria do todo que convive com o patrimônio arqueológico, pois em grande parte os jovens estudantes tendem a migrar para ao âmbito urbano, com vistas ao aperfeiçoamento. No entanto, entrevistados mesmo jovens ou de idade mais avançada, que vivem exclusivamente no contexto rural, sem maior envolvimento com estas inovações, apresentaram grande tendência a enfatizar a forte crença em situações folclóricas.

Diante disso, verificamos o complexo ambiente onde estão inseridos os sítios arqueológicos e ao mesmo tempo ressaltamos a necessidade de tentar encontrar pontos de intersecção que possam ser traduzidos em mecanismos de preservação e valorização da identidade e auto-estima local. Neste sentido, acreditamos que o constante envolvimento da comunidade em atividades de pesquisa, no turismo cultural – desde que este seja um mecanismo de valorização e não de destruição, na divulgação do folclore local paralelamente ao esclarecimento científico e acessível acerca do Patrimônio Arqueológico montenegrino –

271 Tradução: A realidade da Arqueologia, o passado e o presente, são tão vulneráveis que podem ser facilmente desviados ou tornado rígidos para determinados interesses seccionais. Uma de tornar a Arqueologia política e cultural é utilizar a primeira pessoa do plural - "nós" o qual pode raciocinar, argumentar, discutir o potencial e o lugar do passado no presente, o “we” que se esforça para fazer um presente com mais qualidade, que inclui necessariamente o passado.

visando a aceitação democrática e ao mesmo tempo elucidativa quanto à necessidade de preservação, constituem pontos favoráveis para este intento.

Não menos importante, é preciso levar em consideração as demandas sociais e econômicas apresentadas pelos entrevistados, as quais foram, em sua maioria, melhores estradas, incentivos tributários e transporte. Estas reivindicações, entre outras, podem estabelecer ligações com iniciativas ligadas à preservação e valorização cultural dos sítios arqueológicos, visto que este é um fator que, quando efetivamente valorizado e divulgado, exige melhorias locais que poderão ultrapassar as expectativas locais.

Nossa contribuição, mediante a crescente e urgente necessidade de pesquisas e investimentos no campo arqueológico pode ser ainda insuficiente. Porém, é vital que se dê o primeiro passo quanto a atitudes concretas em prol do patrimônio arqueológico montenegrino, o qual é testemunho de um passado que está tramado no presente e com amarras para o futuro.

O investimento em programas que incentivem a conservação destes bens arqueológicos é uma causa a ser aceita por toda a comunidade, e gerenciada paralelamente pelas administrações em nível municipal, estadual e federal. As leis existem porém não são ampla e claramente divulgadas. Isso deverá acontecer articulado a um programa de divulgação do patrimônio existente na região, pois ainda é incipiente o conhecimento que as comunidades têm sobre o patrimônio arqueológico e sua importância, para que isso atinja bons resultados em sua conservação. Não há como preservar o que não reconhecemos, o que não entendemos e o que não “lemos” conforme nossa linguagem cultural.

In many cases, the failure to recognize the importance of engaging villagers in the research process has alienated the local people from their own cultural heritage instead of retrieving, studying and preserving it from them. **To a large extent, archaeologists have only succeeded in talking about the academic significance of artifacts, architectural monuments and faunal remains amongst themselves, as opposed to showing the significance of these materials to local people. Yet, it is the latter who are the caretakers, and in many cases the direct heirs, of the cultural heritage the archaeologists seek to retrieve from other peoples' homes.** The general failure of the archaeological profession to get members of the public to recognize the rationale of protecting heritage resources from destruction, looting and illicit trafficking is a direct consequence of this. [...] To try to change this sorry state of affairs, we argue here that researchers should be obliged to inform, train and seek to educate local people, **so that they become aware of both the scientific significance of archaeological materials and the historical and cultural ties which link them to these remains. Drawing out the cultural and/or historical links, in turn, may well help to create a sense of ownership and hence an obligation among the local people to conserve and protect the archaeological materials. At the same time, there is a need to make archaeology a useful discipline for local people, just as it is for archaeologists themselves, and to fulfil our ethical obligations to return something to the communities that have**

hosted archeological researches for so long (MAPUNDA, LANE, 2004 p.214)²⁷²
[grifo nosso].

Os esforços em prol da “educação patrimonial” precisam ser cautelosos para que não se transformem em “imposição patrimonial”, o que se traduz em esforço nulo, pois é a democracia e o diálogo que realmente surtirão efeitos, mesmo que a longo prazo.

Nesse sentido, os museus constituem mecanismos de mediação entre o público e o patrimônio arqueológico e histórico. O Museu Histórico Nice Antonieta Schüler, entre outras instituições de cunho cultural em Montenegro, tem significativo papel na busca pela identidade local e pela preservação de sua história. Para isso precisa fortalecer o vínculo com o patrimônio arqueológico e o que este representa, através de uma linguagem interativa, envolvente e inclusiva. Conhecer o olhar das comunidades a respeito do que nós, arqueólogos, entendemos por patrimônio, foi vital à adoção de um novo posicionamento diante das coleções, exposições e à relação da instituição com os públicos e suas múltiplas faces. O passado e o presente dialogam ininterruptamente, através da interpretação de cada um de nós acerca da cultura material e seus significados na vida das pessoas. Reconhecer e respeitar esta pluralidade cultural, transformando-a em possibilidades de ampliação e divulgação do conhecimento de um passado remoto, mas indiscutivelmente importante, é compromisso de todos.

Finalmente, reiteramos o desafio da busca de alternativas que sejam capazes de ampliar e decifrar as peças deste grande mosaico que constitui a Arqueologia brasileira. Toda iniciativa nesse sentido constitui um pequeno mas importante passo em prol do diálogo mais consciente entre o passado e o presente, com reflexos positivos no futuro.

²⁷² Tradução: Em muitos casos, a deficiência em reconhecer a importância de envolver os moradores locais no processo de pesquisa tem alienado a comunidade local de seu próprio patrimônio cultural ao invés de restabelecer o estudo e a preservação disso a eles. Por um longo período, os arqueólogos têm insistido em somente falar sobre o significado acadêmico dos artefatos, monumentos arquitetônicos e remanescentes faunísticos entre eles próprios, sem mostrar o significado deste material para a comunidade local. Ainda são estes últimos que são os cuidadores, e em muitos casos, os herdeiros diretos do patrimônio cultural que os arqueólogos procuram reaver das casas de outras pessoas. A carência geral dos arqueólogos, em não engajar membros do público para reconhecer a razão de proteger o patrimônio da destruição, saque e tráfico ilícito é uma consequência direta disso. [...] Na tentativa de mudar este lamentável estado dos acontecimentos, sustentamos que os pesquisadores devem ser obrigados a informar, treinar e procurar educar os moradores locais. Somente assim eles estarão conscientes de ambos o significado da ciência arqueológica e os laços histórico-culturais que os ligam a estes vestígios. Estabelecer as interligações histórico-culturais, por sua vez, deve colaborar para criar um senso de pertencimento e consequentemente uma obrigação entre os moradores locais em conservar e proteger a cultura material. Ao mesmo tempo, há a necessidade de tornar a Arqueologia uma disciplina útil para a comunidade local, assim como ela é para os arqueólogos, e para cumprir nossas obrigações éticas de retornar algo para as comunidades que têm acolhido as pesquisas arqueológicas por uma longa data.

REFERÊNCIAS

- A MAIS antiga habitação do Estado fica em Montenegro. **Jornal Ibiá**. 14 maio. 1999.
- ADAM, Diane. **Rochas e Minerais**. São Paulo: Barros, Fischer & Associados, 2009. (Geociências, nº 2).
- AGNOLIN, Adone. **O Apetite da Antropologia**, o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupinambá. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; VELOZO, Jango Nery. A Faiança Fina dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. **Clio**, Recife, v. 1, n. 9, p. 81-96, 1993.
- ALMEIDA, Regina Araújo de. et. al. (coords.). **Cultura e Turismo**. São Paulo: IPSIS, 2007.
- ALVIN, Paulo Araujo. **Catálogo das rochas do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Departamento Nacional da Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1943.
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. Geoarqueologia em sítios abrigados: processos de formação, estratigrafia e potencial informativo. In: **Geoarqueologia: teoria e prática**. RUBIN, Júlio Cezar Rubin de; SILVA, Rosiclér Theodoro da. Goiânia: Ed. Da UCG, 2008.
- _____; PUGLIESE, Francisco. The use of non-flint raw materials by paleoindians in eastern South America: a brasilian perspective. In: STERNKE, Farina; EIGELAND, Lotte; COSTA, Laurent- Jacques. **Non-flint raw material use in prehistory: old prejudices and new directions**. Oxford: British Archaeological Reports, 2009, v. 11.
- ARPINI, Elisa Moojen. Usina Elétrica. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. Porto Alegre: Pallotti, 1982. p. 253-5. v. 2.
- _____. Cais de Montenegro. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. Porto Alegre: Pallotti, 1982. p. 442-3. v. 2.

AUGUSTIN, Dalva Regina. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 07 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

AUGUSTIN, Osvaldo. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 07 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

AUGUSTIN, Sônia Gerta. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 07 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

BARBEDO, Octacílio. Os Nossos Selvagens: Contribuição para a Arqueologia Rio-Grandense. In: **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, n. 1, jan. 1952.

BARBOZA, Edegar Pereira. **Atafona**. Disponível em: <http://www.igt.rs.gov.br/usos_costumes> Acesso em 19 dez. 2010.

BASSO, Luís Alberto. Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul: implicações ambientais. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação**. Porto Alegre> Editora da UFRGS, 2004.

BASTOS, Rossano Lopes. A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos. In: MORI, Victor Hugo. et al. (Orgs). **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo 9ª SR/IPHAN, 2006.

BAUMGARTNER, Maria. Artesanato. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. Porto Alegre: Pallotti, 1982. p. 467-508. v. 2.

Setor de Arquivo do IPHAN/RS. **Listagem das pesquisas arqueológicas mais recentes em Montenegro/RS**. Mensagem recebida a pedido. Mensagem recebida por <jlmotta@terra.com.br> em 15 out. 2010.

BECKER, Ítala Irene Basile. O Índio Kaingang do Rio Grande do Sul. In: RAMIREZ, Hugo (org.). **O índio no Rio Grande do Sul: Aspectos arqueológicos, históricos, etnográficos e étnicos**. Porto Alegre: CORAG, 1975.

_____. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (Org.). **Pré-História do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991. 178 p. (Documentos, v. 5).

BECKER, Daniel da Silva Becker. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 10 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

BEHLING, Herman. South and southeast Brazilian grasslands during Late Quaternary times: a synthesis. In: **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**. Bremen: Elsevier Science, 2002. p.19-27. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science.htm>> Acesso em: 21 maio 2010.

BELLANTONI, Nicholas; POIRIER, David. Family, Friends, and Cemeteries. **Cultural Resource Management**. n. 3, 1995. Disponível em: <<http://crm.cr.nps.gov/archive/18-3/18-3-11.pdf.html>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BELEI, Renata Aparecida; et. al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008.

BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). A arte Funerária. In:_____. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, Sociedade, Ideologia**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

BIBLIOTECA PADRE ELEMAR SCHEID. **O Dia Internacional do Museu**. Disponível em <<http://www.unerj.br/blogbiblioteca/?p=571>>. Acessado em 01 jul. 2009.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Presidência da República, Brasília, DF, 31 de dez. de 1940.

_____. Lei 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1961.

_____. Resolução n. 001 de 23 de janeiro de 1986. Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimentos de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 fev. 1986.

_____. Portaria n. 230 de 17 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, DF, n. 244, 18 dez. 2002.

BROCHADO, José Proenza; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Petroglifos do estilo de pisadas no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 2. p. 93-146, jul. 1976.

BUCCELLI, Vittorio. **Un Viaggio a Rio Grande del Sud**. Milão: L.F. Pallestrini & C., 1906.

BURROUGHS, William James. **Climate Change in Prehistory: the End of the Rein of Chaos**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CAMPOS NETTO, José Cândido de. Estatística do Município de Montenegro, 1917. In: INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE MONTENEGRO. **Relatório do Intendente Dr. Joaquim Oliveira**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d' A Federação, 1918.

_____. **Montenegro**. Montenegro: Livraria Irmãos Gehlen, 1924.

CAMPOS, Maria José Talavera. Folclore. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. Porto Alegre: Pallotti, 1982. p. 516- 518. v. 2.

CARVALHO, Fábio. **Porcelana Brasil: Guia de Marcas**. São Paulo: All Print, 2008.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. As Possibilidades da Arqueologia Pública. **história e-história**. Campinas, 24 mar. 2009. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br>>. Acesso em: 22 out. 2010.

CARVALHO, Inês Meireles de. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 20 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CASTRO, Maria Helena Steffens. Publicidade: compromisso com o social. **Em Questão**. Porto Alegre, v.12, n.1, p. 91-108, jan/jun. 2006.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. São Paulo: Quarteto, 2001.

CÉSAR, Guilhermino. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Simões Lopes Neto**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, , 2001 (Coleção Ensaios).

COSTA, Rogério Haesbaert da; MOREIRA, Igor A. G. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. (Revisão, 10).

CORTELETTI, Rafael. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CRUZ, Elimar da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

DALMÁZ, Mateus. Símbolos e seus significados na arte funerária do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: Arte, Sociedade, Ideologia. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

DARWILL, Timothy. **Oxford**: Concise Dictionary of Archaeology. 2. ed. Nova Iorque: Oxford, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

DIAS, Adriana Schmidt. 1994. **Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso**. 170p. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

_____. Diversificar para poblar: El contexto arqueológico brasileño en la transición Pleistoceno-Holoceno. **Complutum**, Madri, v. 15, p.249-263, 2004.

_____. Da Tipologia à Tecnologia: Reflexões sobre a variabilidade das indústrias líticas da Tradição Umbu. In: BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei (Orgs.). **Das Pedras aos Homens**: Tecnologia Lítica na Arqueologia Brasileira. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

_____. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém, v. 2, p. 59-76, jan-abr. 2007a.

DIAS, Guilherme; SOARES, André Luis Ramos. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. In: _____; KLAMT, Sérgio Célio (orgs.). **Educação Patrimonial**: teoria e prática. Santa Maria: UFSM, 2008.

_____; _____. Leituras e Releituras: O patrimônio em Santo Amaro na ótica de Mário de Andrade. In: _____; KLAMT, Sérgio Célio (orgs.). **Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

ENCONTRADOS objetos da mais antiga habitação humana do RS. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 26 abril. 1999.

FAUTH, Ildo Oscar. **Os irmãos Brochier e seu contato com os indígenas**. Brochier: residência do entrevistado, 31 ago. 2007. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: _____ (coord.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território Primitivo**: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FERREIRA, Dilmar. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade.** Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

FERREIRA, Maria Kalinski. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade.** Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

FLORES, Adilson. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade.** Montenegro: residência do entrevistado, 27 out. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST, 2004.

FORTES, João Borges. **Os Casais Açorianos:** presença lusa na formação sul-rio-grandense. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FORTUNA, Carlos Alexandre; POZZI, Henrique Alexandre; CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. A Arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros, **Canindé**, Xingó, n. 1, p. 1-28, n. 1, dez. 2001.

FRANK, Talia Teresinha. Lendas e Histórias de Montenegro. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje.** Porto Alegre: Pallotti, 1982. p. 509- 531. v. 2.

FUNARI, Pedro Paulo. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto a Arqueologia Histórica. **Mneme Revista de Humanidades**, Natal, v. 6, n. 13, 2005. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme.html>> Acesso em: 22 nov. 2010.

_____. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural do Brasil. In: _____. **Arqueologia e Patrimônio.** Erechim: Habilis, 2007. p. 59-70.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul:** Censos de 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

GANSWEIDT, Matias José. **As Vítimas do Bugre:** Peripécias de prisioneiros brancos entre índios e descrição dos costumes destes. Porto Alegre: Selbach, 1946.

GEERTZ, Clifford. **Los usos de la diversidad.** Barcelona: Paidós, 1996. (Série Pensamiento Contemporáneo; 44).

_____. **O saber local:** Novos Ensaios de Antropologia Interpretativa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOLDMEIER, Valter Augusto (Org.); SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul:** Fichas de Registro existentes no Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983.

GOLDSTEIN, Ilana. **Reflexões sobre a arte “Primitiva”:** O caso do **Mussé Branly.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832008000100012&script=sci_arttext>. Acesso em 01 jul. 2009.

GOTTSELIG, Carlos W. **Grande Álbum de Montenegro:** Comemorativo da 1ª Exposição-Feira, Comercial, Industrial, Agro-Pecuária e Frutícula e da Instalação do “Orange Packing-House”. Montenegro: Irmãos Gehlen, 1933.

GRIEBELER, Elita Ilsa Leipnitz. A Cultura Literária em Montenegro. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. São Leopoldo: Rotermund, 1986. p. 63-80. v. 3.

HERBERTS, Ana Lúcia; COMERLATO, Fabiana. **Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar**. Joinville: Scientia Ambiental/ELETROSUL, 2003.

HERBERTS, Ana Lúcia. **Arqueologia do Caminho das Tropas**: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas/RS. 2009. 540 p. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

HILBERT, Klaus. Caçadores-coletores Pré-históricos do Sul do Brasil: um Projeto para uma Redefinição das Tradições Líticas Umbu e Humaitá. In: FLORES, Moacyr (Org.). **Negros e Índios: Literatura e História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

_____. Qual o compromisso social do arqueólogo? **Revista de Arqueologia**, Juiz de Fora, v. 19. p. 89-101. 2006.

_____. “Cave canem!”: Cuidado com os “Pronapianos”!: Em busca dos jovens na arqueologia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém, v. 2, p. 117-130, jan-abr. 2007.

_____. **Charruas e Minuanos**: entre rupturas e continuidade. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.) KERN, A.A., SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 15-50 (Coleção História Geral o Rio Grande do Sul, v. 5).

_____; MARQUES, Marcélia. A construção do sentido social numa coleção particular: um mundo biográfico em direção a uma ação política? In: **O público e o privado**, Fortaleza, n.12, p. 45-58, jul./dez. 2008.

HINES, Eric. **Ciências da Terra**. São Paulo: Barros, Fischer & Associados, 2005. (Geociências, nº 1)

HODDER, Ian; HUTSON, Scott. **Reading the Past**: Current Approaches to Interpretation in Archaeology. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOLTZ, Sirlei. Parâmetros para uma interpretação das Indústrias Líticas do Sul do Brasil. In: BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei (Orgs.). **Das Pedras aos Homens**: Tecnologia Lítica na Arqueologia Brasileira. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IBIÁ na escola. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 29 abril 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO - IPHAE, **Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul**: Inventário das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL- IPHAN. **Relatório do Projeto Arqueológico do Vale do Rio Caí (PACA)- Biênio 2004-2006**. Porto Alegre, 2004.

_____. **Relatório do Projeto Arqueológico do Vale do Rio Caí (PACA)- Biênio 2007-2009**. Porto Alegre, 2007.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE MONTENEGRO. **Relatório do Intendente Dr. Joaquim Oliveira**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d' A Federação, 1918.

ISENBURG, Teresa (Org.). **Naturalistas Italianos no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1990.

JACOBUS, André Luiz. A utilização de animais e vegetais na pré-história do Rio Grande do Sul. In: KERN, Arno Alvarez (Org.) et al. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 63-87 (Série Documenta/RS).

JAEGER, Luiz Gonzaga S.J. "Cristóvão de Mendonza ou Manoel Gonçalves Ribeiro: Introdução do gado na costa central do Brasil". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 23 p. 217-45, 2. trim., 1943.

_____. Índios Rio-Grandenses civilizados pelos antigos jesuítas. In: **Enciclopédia Rio-Grandense: O Rio Grande Antigo**. Canoas: Regional, 1956. v. 1, p. 19-41.

JAMESON, John H.; BAUGHER, Sherene. Public Interpretation Outreach, and Partnering: An Introduction. In: **Past Meets Present: Archaeologist Partnering with Museum Curators, Teachers, and Community Groups**. Nova Iorque: Springer, 2007.

JOHNSON, Matthew. Archaeology and Social Theory. In: BINTLIFF, John L. (ed.). **A companion to Archaeology**. Massachussets: Blackwell, 2006.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. 2. ed. Brasília: IPHAN, 2006. p. 19-32.

JÚNIOR, Orlei. **Informações sobre as primeiras escaladas no Morro do Iê-Iê**. Mensagem pessoal. Mensagem recebida por contato@orleijunior.com em 21 out. 2010.

KARNAL, Leandro. Um documento jesuítico. FRANZEN, B.V; FLECK, E.C.D; MARTINS, M.C.B. (orgs.). **Carta Anua da Província Jesuítica do Paraguai 1659-1662**. São Leopoldo: Unisinos/UFMT/Oikos, 2008, 143 p. Resenha

KAUSMALLY, T.; WESTERN, A. G. **Excavation of Faunal Skeletal Remains from Archaeological Sites**. [Londres]: Ossa Freelance, 2005. p.1-16 Disponível em <<http://www.bajr.org/BAJRResources/Magazine.asp>> Acesso em: 27 jul. 2010.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1982.

_____. Variáveis para a definição e caracterização das tradições pré-cerâmicas Umbu e Humaitá. **Revista do IFCH-UFRGS**. Porto Alegre, n. 11/12, p. 105-15. 1983.

_____. Fronteiras e Missões Coloniais: continuidades e oposições culturais. In: **Territórios e Fronteiras** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, v. 4, n.1, p. 33-48, jan-jun. 2003.

_____. Missões e o Mundo Colonial no Rio da Prata. In: _____; JACKSON, Robert. **Missões ibéricas e coloniais: da Califórnia ao Prata**. Porto Alegre: Palier.2006.

_____. Um processo de transculturação no passado, uma possibilidade de integração regional no presente. In: **Veritas**, Porto Alegre, v.35, nº 140, dez.1996.

KERN, Arno Alvarez. Paleopaisagens e povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul. In: _____(Org.) et al. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre:Mercado Aberto, 1991c. p.13-61 (Série Documenta/RS).

_____. Grupos pré-históricos de caçadores-coletores da floresta subtropical Introdução. In: _____(Org.) et al. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991b. p.135-66 (Série Documenta/RS).

_____. Paleopaisagens e povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul. In: _____(Org.) et al. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991a, p.13-61 (Série Documenta/RS).

_____. **Antecedentes Indígenas**. Porto Alegre: UFRGS, 1994 (Síntese Riograndense, n. 17/17).

_____. Pré-história e ocupação humana. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.) KERN, A.A., SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 15-50 (Coleção História Geral o Rio Grande do Sul, v. 5).

KOVEL, Ralph; KOVEL, Terry. **Kovels' New Dictionary: Pottery and porcelain 1850 to the present**. Nova Iorque: Random House Reference, 1995.

KLEIN, Êni Lotário de. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 13 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

KUHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004 (Temas do Novo Século, n.8).

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

LACERDA FILHO; RODRIGUES PEIXOTO. **Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876. v. 1.

LARA, Doraci de. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

LIELIVG, Carlos Rodrigo. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 20 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

LIMA, Taís Vargas. **Estudo das Representações Rupestres do Rio Grande do Sul/Brasil**. 2005. 306 p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LOPONTE, Daniel M.; ACOSTA, Alejandro. Late Holocene Hunter-gatherers from the Pampean Wetlands Argentina. In: GOÑALONS, Guillermo Luiz Mengoni (Ed.). **Zooarchaeology of South America**. Oxford: Archaeopress, 2004.

MACHADO, Jorge Antônio Pinheiro. Esboço Histórico e Geográfico de Montenegro. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. Porto Alegre: Pallotti, 1982. v. 2.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: Orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

MAGALHÃES, Gislaine Henke de. III Pólo Petroquímico: Implicações Demográfico-Ecológicas para a Cidade de Montenegro. **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo, v.16, n.57, p. 97-115, 1980.

MANFROI, Olívio. A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001.

MAPA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CAÍ. **Bacia Hidrográfica do Rio Caí**. Disponível em:

<http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=56&cod_conteudo=5864.html> Acesso em 11 dez. 2010.

MAPUNDA, Bertram; LANE, Paul. Archaeology for whose interest – archaeologist or the locals? In: MERRIMAN, Nick (Ed.). **Public Archaeology**. New York: Routledge, 2004.

MARTINS, Joel; BICUDO, M.A.V. **A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes/EDUC, 1989.

MARTINS, Osório Brás. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 07 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

MATEUS, José Eduardo. Arqueologia Ambiental sob a tutela da cultura: uma experiência com 20 anos, um desafio para a nossa arqueologia. In: _____; MORENO-GARCIA, Marta (Ed.). **Paleoecologia Humana e Arqueociências: Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura**. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.

MENDES, Letícia. Em busca do ouro: sonho leva gaúcho à escavação sem fim. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 out. 2010.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Departamento de Engenharia e Comunicações. **Município de Brochier**. Porto Alegre: Diretoria de Serviço Geográfico, 1980. Carta Topográfica. Escala: 1:50:000.

_____. **Município de Montenegro**. Porto Alegre: Diretoria de Serviço Geográfico, 1980. Carta Topográfica. Escala: 1: 50: 000.

MERRIMAN, Nick. **Introduction: Diversity and dissonance in public archaeology**. In: _____. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004.

MILLER, Eurico Theófilo. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967. Separata de: SIMÕES, Mário (Ed.). **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Primeiro Ano (1965-1966)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967. Edição Avulsa, n.6.

MOLETTA, Vânia Florentino; GOIDANICH, Karin Leyser. **Turismo Cultural**. 2. ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

MONTENEGRO. **Decreto nº 2.599**. Montenegro: Gabinete do Prefeito do Município, 2000.

_____. **Decreto nº 2.690**. Montenegro: Gabinete do Prefeito do Município, 2000.

_____. **Lei nº 3.517** – Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico – Cultural do Município, e dá outras providências. Montenegro: Gabinete da Prefeita do Município, 2000.

_____. **Lei nº 4.293** – Institui o Código de Meio Ambiente do Município. Montenegro: Câmara Municipal, 2005.

_____. **Lei nº 4.294** – Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental do Município. Montenegro: Câmara Municipal, 2005.

MONTICELLI, Gislene. **O céu é o limite: como extrapolar as normas rígidas da cerâmica guarani**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 2, n.1, p. 105-115, jan-abri. 2007.

_____. **Deixe Estar: Patrimônio, Arqueologia e Licenciamentos Ambientais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010 (Arqueologia, n.8).

MONTOYA, Antônio Ruiz de. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. Traduzido por Arnaldo Rabuske . Tradução de Conquista Espiritual Hecha por los religiosos da la Compania de Jesus em lãs Províncias del Paraguai, Paraná, Uruguai y Tape.

MORAIS, José Luiz de. A Arqueologia e o Turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Coleção Turismo Contexto).

MOTTA, Lisiane da. Festas Populares – Representações culturais de uma comunidade. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 17 jun. 2006. Pela História. Caderno 2.

_____. Festas Populares de nossa comunidade. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 24 jun. 2006a. Pela História. Caderno 2.

_____. O Combate da Fortaleza. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 09 set. 2006b. Pela História. Caderno 2.

_____. Os vapores em Montenegro. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 30 set. 2006c. Pela História. Caderno 2.

_____. O carnaval montenegrino no início do século XX. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 17 fev. 2007. Pela História. Caderno 2.

_____. Um caminho cheio de histórias. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 31 março 2007a. Pela História. Caderno 2.

_____. Rastros de índios. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 14 abril 2007b. Pela História. Caderno 2.

_____. Patrimônio arqueológico montenegrino. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 10 nov. 2007c. Pela História. Caderno 2.

_____. Patrimônio arqueológico montenegrino II. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 24 nov. 2007d. Pela História. Caderno 2.

_____. Patrimônio arqueológico montenegrino III. **Jornal Ibiá**. Montenegro, 01 dez. 2007e. Pela História. Caderno 2.

_____. **Patrimônio Arqueológico de Montenegro: Testemunho de um Passado Pouco Conhecido**. 2007. 133p. Monografia apresentada como requisito para obtenção do certificado de especialista em Memória Social e Identidades. Canoas, 2007f.

_____. Patrimônio Arqueológico de Montenegro/RS. In: V Simpósio Internacional dos Estados Americanos: O Bicentenário das Independências (1810-2010), 2010, Passo Fundo. **Anais**. Passo Fundo: UPF, 2010. 1 CD-ROM.

_____. Cristóvão de Mendonza: o mártir do Ibia descrito pelo Pe. Antônio Ruiz de Montoya. **Revista Digital Estudos Históricos**. Uruguai, n. 5, 2003. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org.html>. Acesso em 20 dez. 2010.

MOTTA, Zeilo Marino da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 07 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

MULLER, Inês Scherer. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 21 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

MULLER, Rubi Ivan. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 21 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

MULLER, Siegfried Valdi. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 21 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

MUSEU HISTÓRICO NICE ANTONIETA SCHÜLER. **Livro Tombo**. Montenegro, vol. 01.

MUSSKOPF, Egon Hilário. Brochier. - O marco mais antigo do Rio Grande. **Revista Brochier Maior a gente que faz**. Brochier, 25 abr. 1995.

NAMI, Hugo. Observaciones experimentales sobre las puntas de proyectil Fell de Sudamérica. In: RODRIGUEZ, Antonio Morgado; PREYSLER, Javier Baena; GONZÁLEZ, David García (Eds.). II Congresso Internacional de Arqueologia Experimental, 2008, Ronda (Málaga, Espanha). **Anais**. Ronda, 2008, p.31-33.

_____. Crystal quartz and fishtail projectile points: considerations on raw-material selection by paleo south americans. In: **Current Research in the Pleistocene**, Texas, v. 26, 2009.

_____. Tecnología paleoindia de Sudamérica: nuevos experimentos y observaciones para investigar la secuencia de reducción Fell. In: **Orígenes**. Montevideú, n.9, p 3-40, 2010.

_____; MOTTA, Lisiane da. A New Dishtail point find from south Brazil. In: **Current Research in the Pleistocene**, Texas, v. 28, 2011. No prelo.

NETO, Simões Lopes. **Lendas do Sul**. 11 ed. Porto Alegre: Globo, 1983 (Coleção Província).

NONNEMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção História v. 32).

OLIVEIRA, Carla Brasil de. Ponta de projétil encontrada em Montenegro. Montenegro: residência do entrevistado, 16 out. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

OLIVEIRA, Kelly de. **Estudando a cerâmica pintada da Tradição Tupiguarani**: a coleção Itapiranga, Santa Catarina. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Lizete Dias de. Síntese histórica do povoamento do Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, Elaine da; OLIVEIRA, Lizete Dias de (orgs.). **Etnoconhecimento e Saúde dos Povos Indígenas no RS**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

_____. Arte Rupestre. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.) KERN, A.A., SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 15-50 (Coleção História Geral o Rio Grande do Sul, v. 5).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OSÓRIO, Patrícia Silva. A Antropologia enquanto um dos campos específicos de estudo do Homem. In: ASSIS, Valéria de. **Introdução à Antropologia**. Maringá: UEM, 2005. (Formação de Professores EAD n. 7).

PEDROTTI, Oscar. Caminhos de Ferro na História. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. Porto Alegre: Pallotti, 1982. v. 2.

PEITER, Élson Streb. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

PEREIRA, Claudio Corrêa. **Minuanos/Guenoas: Os Cerritos da bacia da Lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana**. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha MTG, 2008.

PEREIRA, Renato. Histórias Fantásticas. **O Progresso**. Montenegro, 05 nov. 2010. Folha Opinião.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: Riocel, 1985.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. (Série Revisão, v.1).

PESSIS, Anne-Marie. Métodos de interpretação da arte rupestre: análises preliminares por níveis. **Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco**. n. 6, p. 99-107, 1984.

_____. Registros Rupestres, perfil gráfico e grupo social. **Clio**. Recife, v. 1, n.9, p. 7-14, 1993.

POHREN, Evaldo. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 24 out. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

POIRIER, David A.; FEDER, Kenneth. Sharing the Past with the Present. **Cultural Resource Management**. n. 3, 1995. Disponível em: <<http://crm.cr.nps.gov/archive/18-3/18-3-11.pdf.html>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Cultura e Representação. São Paulo: Projeto História, 1997.

PORTO, Aurélio. Pré-história do Rio Grande do Sul. In:_____ (coord.). **Terra Farroupilha: Volume Comemorativo ao segundo Centenário da Fundação do Rio Grande do Sul (1737-1937)**. [s.l.]: [s.ed.], 1937. p. 7-20.

_____. Primitivos habitantes do Rio Grande do Sul. In:_____ (coord.). **Terra Farroupilha: Volume Comemorativo ao segundo Centenário da Fundação do Rio Grande do Sul (1737-1937)**. [s.l.]: [s.ed.], 1937. p. 21-31.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Montenegro**. Curitiba: Vertrag Planejamento Urbano, 2004, v. 1.

PROUS, André. Arqueologia, Pré-História e História. In: BARRETO, Maria Cristina (org.). **Pré-história Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

P.W. Ein Indianerüberfall, am oberen Forromecco in Jahre 1859. In: **Musterreiter's's Neuer Historicher Kalender**. Porto Alegre, 1916. Calendário.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: Ensaio de monografia natural**. 2.ed. Porto Alegre: Selbach, 1956. 471 p. (Jesuítas no Brasil, v.6).

_____. A imigração alemã.. In: **Enciclopédia Rio-Grandense: O Rio Grande Antigo.. Canoas: Regional, 1956. v. 1, p. 76-125.**

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: O museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Indústrias Líticas do Sul do Brasil: tentativas de esquematização. **Veritas**, Porto Alegre, n. 96, p. 471-93, set, 1979. TOMO XXIV.

_____. A Arte Rupestre no sul do Brasil. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, n. 7 p. 1-27, out. 1978.

_____. Inscrições Rupestres no Vale do Cai, Rio Grande do Sul, Brasil. In: Anales de Arqueologia y Etnologia, 1971, Mendoza. **Anais**. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 1971. p. 113-29.

_____. Mentz. Levantamentos Arqueológicos na Encosta do Planalto entre o vale dos rios Taquari e Caí, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 19 p. 49-89, out. 1989.

_____. Mentz. Os Sítios Arqueológicos do Vale do Caí. In: 2º Congresso de Arqueologia na Área do Prata, 1968, São Leopoldo. **Anais**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968. p. 153-69.

_____. Petróglifos do Sítio RS-T-14: Morro do Sobrado, Montenegro, RS, Brasil. **IHERINGIA**, Porto Alegre, n. 2, p. 3-14, abr. 1972.

_____. Pré-História do Rio Grande do Sul: A História dos Primeiros Habitantes. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **Temas de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 1994.

_____; RIBEIRO, Catarina Torrano. **Escavações Arqueológicas no Sítio RS-TQ-58, Montenegro, RS, Brasil**. Rio Grande: FURG, 1999. (Série Documento, 10).

RIGON, Márcia Conceição. A Gênese da Casa em Montenegro - 1906. In: KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. São Leopoldo: Rotermund, 1986. p. 63-80. v. 3.

RODRIGUES, Garivaldino. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 25 set. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Da Proteção Jurídica ao Patrimônio Cultural Arqueológico. In: MORI, Victor Hugo. et al. (Orgs). **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo 9ª SR/IPHAN, 2006.

ROSA, Antônio Carlos Fernandes. História de Montenegro. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Muller [org]. **Montenegro de Ontem e de Hoje**. São Leopoldo: Rotermund, 1979, vol. 1.

ROSA, André Osório. Análise zooarqueológica do sítio Garivaldino (RS-TQ-58). **Pesquisas, Antropologia**. São Leopoldo, n. 67, p. 133-171. 2009.

SALGADO-LABOURIAU, Maria Léa. **História Ecológica da Terra**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

SANTOS, Maria Cristina dos (Coord.). **Xamanismo e Cura na coleção De Angelis**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. 1 CD-ROM.

SANTOS, Paulo Alexandre da Graça. **Contentores de Bebidas Alcoólicas: Usos e Significados na Porto Alegre Oitocentista**. 2005. 242 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Tiago. **Trajetória de uma escalada**: Três personagens de uma mesma história. 2007. 49 f. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2007.

SCHMIDT, José Bonifácio; BUTTENBENDER, Hugo. História da Igreja Católica Apostólica Romana em Montenegro. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Muller [org]. **Montenegro de Ontem e de Hoje**. São Leopoldo: Rotermond, 1979, vol. 1.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991, v.5.

SCHWARTZ, José Carlos. Os Cemitérios de Montenegro. **Jornal Ibiá**, Montenegro, 18 abr. 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - Departamento de Geoprocessamento. **Município de Montenegro**. Montenegro: DGEO, 2009. s/escala.

SHANKS, Michael. Public archaeology/museology/conservation heritage. In: RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archeology: The Key Concepts**. New York: Routledge, 2005. 233 p.

SILVA, Alfredo. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 11 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, Delides. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 10 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, Fátima Regina da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 13 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, Francisco da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, Isabel. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 11 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

CARVALHO, Inês Meireles de. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 20 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, Danuza da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 23 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, José Luiz da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 20 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, Marilene da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 10 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, Neide da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 23 out. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SILVA, Rosmari da. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 13 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

SIMON, Brona G. Archaeological Site Conservation on Private Property. **Cultural Resource Management**. n. 3, 1995. Disponível em: <http://crm.cr.nps.gov/archive/18-3/18-3-11.pdf.html>> Acesso em 20 dez. 2010.

Sítios arqueológicos de Montenegro. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do.html>> Acesso em: 28 set. 2010.

SOARES, André Luis Ramos. **Guarani**: Organização Social e Arqueologia. Porto Alegre; EDIPUCRS, 1997. (Coleção Arqueologia, v.4).

_____; KLAMT, Sérgio Célio. **Antecedentes Indígenas**: Pré- História Compacta do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: Adesa, 1997.

SOUZA, Marise Campos. Uma visão da abrangência da gestão patrimonial. In: MORI, Victor Hugo. et al. (Orgs). **Patrimônio**: Atualizando o Debate. São Paulo 9ª SR/IPHAN, 2006.

STRAUSS, Anselm; CORBIN; Juliet. **Basics of Qualitative Research**: Grounded Theory Procedures and Techniques. Califórnia: Sage, 1990.

STOLTZ, Roger. **Cartas de Imigrantes**. Porto Alegre: EST, 1997.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde. Morfogênese do relevo do Estado do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Rio Grande do Sul**: Paisagens e Territórios em Transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____; GUASELLI, Laurindo Antonio. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Rio Grande do Sul**: Paisagens e Territórios em Transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. (org.). **Terra**: feições ilustradas. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Série Da Pesquisa ao Ensino de Graduação: Produção de Material Didático).

SUGUIO, Kenitiro. **Mudanças ambientais da Terra**. São Paulo: Instituto Geológico, 2008, 336 p.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. et. al. **A Faiança Fina e Porto Alegre**: Vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VIALOU, Denis. Arte Rupestre: Métodos de Pesquisa. In: VIALOU, Águeda Vilhena. Pré-história do Mato Grosso. São Paulo: EDUSP, 2005. v. 1.

VIANNA, Helio. **Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. Tomo IV, Manuscritos da Coleção de Angelis.

VIDAL, Viviane dos Santos. **Os artefatos de arremesso nos campos da América Meridional: um estudo de caso das boleadeiras**. 2009. 152 p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WADENPHUL, Erna Elisabeta. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 13 nov. 2010. Pesquisa qualitativa semiestruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

WEBER, Eliseu. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

WEBER, Evandro. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

WEBER, Ivan. **O patrimônio arqueológico de Montenegro na ótica da comunidade**. Montenegro: residência do entrevistado, 17 out. 2010. Pesquisa qualitativa semi-estruturada. Entrevista concedida a Lisiane da Motta.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular da Imigração Alemã**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ZAVASCHI, Olyr. O antigo caminho das tropas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 8 mar. 2004.

ZIETLOW, Ernesto. **Planta da Villa de São João do Montenegro**. Montenegro: [s.ed.], 1876. Planta urbana. Escala não identificada.

GLOSSÁRIO

Abrigos sob rocha - Designação tomada da geomorfologia para indicar sítios arqueológicos em lapas ou cavidades rochosas, onde a altura (ou largura) da entrada é maior do que a profundidade. Também pode indicar paredões inclinados para frente ou com a parte superior saliente, que podem proteger uma zona mais ou menos grande. É uma classificação morfológica sem significação cultural. Muitas vezes tais locais podem ser mencionados como “abrigo pré-cerâmico”, “abrigo funerário” ou “abrigo rupestre” (SOUZA, 1997, p. 11).

Acordelado - É a forma mais utilizada pelos Guarani. São feitos cordéis de argila que, sobrepostos, vão dando a forma pretendida à peça. Os fragmentos remanescentes do período em que os Guarani entraram em contato com os europeus apresentam alterações, como o fundo plano para ser utilizado em mesas, por exemplo.

Afloramentos rochosos - Exposições subaéreas do substrato rochoso cristalino ou de camadas sedimentares, que despontam acima do manto de intemperismo, solos ou coberturas superficiais. O afloramento pode surgir em leitos e margens fluviais ou artificialmente em cortes de rodovias e trincheiras (SUGUIO, 2008, P. 144).

Aletas – Prolongamento lateral de um ou ambos os bordos de uma ponta de arremesso, espécie de asa que estabiliza o voo (SOUZA, 1997, p. 14).

Antropólitos – pequenas estatuetas, feitas com as mesmas técnicas e materiais dos zoólitos, porém com representações humanas.

Arachãs - Também conhecidos como arachanes, habitavam as várzeas da Lagoa dos Patos.

Argilas - Rocha constituída por silicatos hidratados de alumínio. Quando pura, tem cor branca (caulins) mas frequentemente contém impurezas como o ferro, o que a torna colorida. Não é uma unidade química, mas uma rocha coloidal, com grãos menores que 0,002 m. Distingue-se a “argila magra” ou de encosta, produzida pelo intemperismo e hidratação dos feldspatos das rochas eruptivas e metamórficas, com grãos maiores e angulosos, da “argila gorda”, plástica ou de várzea, resultante do rolamento e transporte da anterior, com grãos menores e mais arredondados. A argila gorda é matéria-prima essencial na produção da cerâmica (SOUZA, 1997, p. 18).

Atafona- Palavra de origem árabe, proveniente de ATTAHUNÃ, que significa “Moinho manual ou movido por cavalgaduras”. Também era conhecida por Azenha, quando era o “moinho de roda movido a água” (BARBOZA, 2010).

Basalto - Rocha ígnea (ou magmática) extrusiva (ou efusiva) de coloração cinza escura e de granulação fina (fração de milímetro, composta em geral de plagioclásio cálcico e piroxênio, com ou sem olivina (SUGUIO, 2008, p. 149).

Beiju - Bolo de tapioca (fécula de mandioca reduzida a grumos) ou massa de mandioca. Também é conhecido como biju.

Beliscado – Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) formando uma elevação pelo belisco de dois dedos na peça úmida.

Bioarqueologia - Ciência que compreende a Zooarqueologia e a Arqueobotânica. Tem como objetivo elucidar as relações entre uma população pré-histórica e os animais e vegetais que com ela conviveram, objetivando entender como eles atuaram entre si espacialmente e como seus padrões de adaptação mútua mudaram através do tempo. Os vestígios vegetais analisados

são: polens, sementes, frutos, nozes, fibras, carvão, madeira, folhas, fitólitos (corpos de sílica), coprólitos (vestígios vegetais contidos em fezes animais e humanas fossilizadas), etc. Os vestígios faunísticos são: elementos ósseos, conchas, dentes, pêlos, couros, cornos, casulos (de insetos), carapaças (de insetos, crustáceos, répteis e mamíferos), coprólitos (JACOBUS, 1991, p. 63).

Cabaça - Fruto da cabaceira, de tamanho avantajado.

Calcedônia – Mineral da variedade criptocristalina de quartzo. Forma-se pela cristalização da sílica em baixas temperaturas, a partir de um hidrogel, muitas vezes em geodos e em cavidade de zonas de falhas. Pode apresentar várias cores, que dependem da presença de elementos químicos floclados e/ou de finas partículas de minerais. É comum apresentar-se na tonalidade cinza e com brilho terroso. (ADAM, 2009, p. 01)

Carijós - Moradores do litoral gaúcho.

Cauim - O Cauim (ou chicha) era uma bebida fermentada, produzida a partir do milho ou mandioca e muito apreciada pelos Guarani. Era utilizada em cerimoniais e suas propriedades alcoólicas surtiam embriaguez e visões. Na língua guarani, as bebidas alcoólicas, de modo genérico, eram chamadas de CÃGUY (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, P. 130).

Cerritos – pequenas elevações artificiais de terra, sobre as quais os grupos indígenas da região dos pampas viviam, há milhares de anos.

Cola de pescado – Tradução da língua espanhola para “rabo de peixe”.

Corrugado – Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) formando “cristas” feitas com a pressão dos dedos.

Datações por radiocarbono - As datações por radiocarbono são obtidas a partir de amostras de materiais orgânicos que no passado, foram seres vivos. A atmosfera sofre os efeitos das radiações solares, a partir das quais surge o CARBONO RADIOATIVO, o C14, que é absorvido pelos seres vivos: árvores, animais, e entre eles, é claro, os seres humanos. Quando este ser vivo morre, o C14 começa a desintegrar-se, ou seja, ele começa a reduzir sua atividade pela metade, o que chamamos de MEIA-VIDA. A cada 5.700 anos, aproximadamente, ele perde uma meia-vida. Calculando-se o que resta de C14 em um material orgânico, pode-se calcular o tempo que se passou desde sua morte (OLIVEIRA, 2004, manuscrito).

Digitado - Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) formando depressões com a ponta dos dedos, calcadas verticalmente sobre a superfície da cerâmica.

Enxó – Ferramenta muito próxima do machado, mas cuja lâmina tem um cume com bisel simples, perpendicular ao eixo longitudinal e ao cabo. São ferramentas destinadas a esculpir, escavar e trabalhar a madeira (SOUZA, 1997, p. 49).

Escovado: Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) feita por sulco decorrentes do arrastamento de instrumento de várias pontas.

Espatulado – Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) feita pelo uso de espátula, por pressão ou arraste.

Estampado – Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) feita com a aplicação de cestaria ou têxtil sobre a superfície, como se carimbando a cerâmica.

Estocado – Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) feita com corte por uma lâmina reta.

Fishtail – Tradução de “rabo de peixe” em inglês.

Foliácea – Que lembra o formato de uma folha.

Geomorfologia - Ciência que busca explicar dinamicamente as transformações do georrelevo, portanto não apenas quanto à morfologia (forma) como também à fisiologia (função), incorporado organicamente ao movimento histórico das sociedades, é natural que sua vinculação com a geografia é mais que justificável. Como responsável pelo entendimento das relações do geo-relevo, constitui-se em importante referencial para a manutenção e estruturação dos sistemas físico-naturais diante das transformações sociais, o que justifica sua função ambiental (CASSETI, 1991, p. 36).

Graxaim - Mamífero carnívoro, da família das Cânidas, também é citado como guaraxaim ou aguaraxaim.

Grutas – Também designadas como cavernas, conforme a geomorfologia. Local em que a altura ou largura da entrada é menor que a profundidade. As grutas podem ser melhor definidas a partir do coeficiente A_i/AP , em que A_i é a área de iluminação (área de entrada) e AP é a área do piso. Se $A_i/AP < 1$, trata-se de uma gruta. Em caso contrário será um abrigo sob rocha (SOUZA, 1997, p. 34).

Intemperismo (ou Weathering Process) – É o conjunto de processos advindo da exposição continuada da rocha à ação de agentes atmosféricos e biológicos que promovem a desintegração mecânica e a decomposição química desta. Os fenômenos que atuam nos processos intempéricos, separada ou intimamente, podem ser físicos, químicos, biológicos ou físico-químicos e são eles que vão fazer a diferenciação do processo de intemperismo em vários tipos: intemperismo físico, intemperismo químico e intemperismo biológico. (SUERTEGARAY; ROSSATO, BELLANCA, FACHINELLO, CÂNDIDO, SILVA, 2008, p. 65; DARVILL, 2008, p. 495).

Mãos-de-pilão – É constituída por uma pedra de secção arredondada, frequentemente cilíndrica, acionada circularmente, à mão, sobre a parte passiva (SOUZA, 1997, p. 80). Poderiam medir, em média, de 20 a 70 cm e eram utilizados para macerar alimentos.

Mata ciliar - Vegetação marginal de rios, lagoas e lagos.

método Wheeler - Método que classifica as ocupações como mais antigas ou mais recentes, pelo perfil estratigráfico.

Modelado - A partir de uma porção de argila, a peça pretendida é modelada com o s dedos.

Moldado - A peça é produzida a partir de um molde pré-fabricado.

Paleoclima - O paleoclima refere-se às condições climáticas pretéritas sobre a superfície terrestre, como em termos de pluviosidade, temperatura, vento, etc. Nos últimos 30 anos tornaram-se muito frequentes no Brasil os estudos de paleoclimas do Quaternário utilizando-se as análises de palinomorfos (SUGUIO, 2008, p.166). Os palinomorfos são microfósseis de origem vegetal, que abrangem grãos de pólen e esporos (SUGUIO, 2008, p. 167).

Pampa - Região com predomínio de paisagens cobertas por arbustos e gramíneas (OLIVEIRA, 2005, p. 15).

Pedras de fogão – Pedras que serviam de base para vasilhas cerâmicas arredondadas quando submetidas a fogueira.

Pedúnculo – Prolongamento central na extremidade proximal de pontas de projétil, formando pequena haste ou suporte, destinado a facilitar o encabamento (SOUZA, 1997, p. 96).

Petróglifo – Sítio arqueológico em que a principal ou única evidência arqueológica é a existência de sinalizações rupestres, elaboradas por polimento, picoteamento, corte ou raspagem, gravadas sob a rocha.

Ponteado- Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) formando pontos, produzidos por instrumentos variados.

Quaternário - Último período da Era Cenozóica, que se iniciou há 1,8 ou 2,6 milhões de anos. Recentemente tem sido proposta a eliminação desta designação (SUGUIO, 2008, P. 169).

Rochas sedimentares - Deposição pela precipitação química ou de suspensão, de detritos de outras rochas ou de origem orgânica, normalmente depositadas em camadas (SOUZA, 1997, p. 115)

Tapes - Os Tapes eram populações guaranizadas, que viviam nos vales dos rios Taquari e Jacuí.

Tembetás - Adorno labial de uso masculino, que atravessava de um lado a outro do lábio inferior. São peças em forma de “T” , que podem ser inteiras ou compostas de duas peças. São representativas da virilidade masculina. Ver (PROUS, 1992, p. 79, 398) e (SCHMITZ, 1991, p. 66).

Termóforas – São rochas fraturadas pela exposição ao calor excessivo, associado ao uso de fogueiras.

Torneado - É utilizado o torno para a modelagem das peças. Este modo de produção é comum nas Reduções Jesuíticas.

Ungulado – Decoração plástica (na argila ainda moldável, antes da queima da peça) deixando marcas consecutivas formadas pela pressão da unha, em formato de meia-lua.

Zoólitos – Pequenas esculturas, polidas, feitas com rochas como o diabásico e o basalto e até mesmo com ossos de baleia. Representavam animais. Algumas esculturas foram realizadas sobre plaquetas de pedra e possuem formas achatadas. Neste caso são paltiformes, como um peixe, por exemplo. Outras formas confeccionadas sobre blocos de pedras arredondados, como aves e mamíferos. Neste caso tem uma aparência paquiiforme (Kern, 2009, p. 29).